

# **O CENSO DO CAU SOB UM OLHAR INTERSECCIONAL:**

retrato da inequidade na  
arquitetura e urbanismo



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**O CENSO DO CAU SOB UM OLHAR INTERSECCIONAL:  
RETRATO DA INEQUIDADE NA ARQUITETURA E  
URBANISMO**

AUTORA: ANA LATERZA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA FUENTES

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA (THC)

LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E TEORIA DA ARQUITETURA (HTA)

BRASÍLIA/DF, OUTUBRO DE 2023

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maribel Del Carmen Aliaga Fuentes  
Universidade de Brasília  
Presidente da Banca

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nadia Somekh  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Membro externo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Sales de Alcântara  
Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS  
Membro externo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Pescatori Candido da Silva  
Universidade de Brasília  
Membro interno

BRASÍLIA-DF  
NOVEMBRO 2023





às minhas filhas, Lia e Emilia

## **AGRADECIMENTOS**

A quem estiver lendo, muito obrigada.

Ao Alessio, meus pais, João e Priscila na mesma linha, para não causar ciúmes.

Ao Alessio mais um pouquinho, porque ele é companheiro, parceiro e melhor amigo.

À minha mãe e ao meu pai de novo, que me fizeram e fazem assim como eu sou.

À Maribel, que comprou essa ideia e confiou em mim, mesmo no meio do caos.

Às membras da banca, que me inspiram, em especial à Nadia pela nossa jornada.

Às companheiras de projetos feministas, no CAU, nos livros e na vida.

À ouvidoria, que aguça meus sentidos.

À Vaninha, que me dá suporte.

Às pés direitas, que moram no meu coração.

Aos amigos e familiares, que não podem faltar na lista e nem no dia a dia.

Aos errantes, cantantes, viajantes, ladrilheiros, goiabeiros, músicos e boêmios.

Aos machistas, racistas e capacitistas que se enxergam e estão dispostos a mudar.

A mim mesma, pela dedicação, entrega e equilíbrio, dentro do possível.

A você, que eu não mencionei, mas me deu apoio ao longo desse processo.

A todos, meu sincero agradecimento.

## RESUMO

O presente estudo buscou retratar as inequidades inerentes ao exercício profissional a partir das informações do *2º Censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)*, realizado em 2020, partindo da seguinte hipótese: quanto maior a sobreposição de marcadores de diferença de uma pessoa em relação a um referencial normativo (nas categorias gênero, raça e deficiência), maiores serão as suas vulnerabilidades ao longo da carreira. Quando o assunto é gênero, tendemos a falar de mulheres; quando é raça, pensamos nas pessoas não brancas; e quando falamos de corpos, temos um ideal de capacidade construído a partir da aptidão para um modelo de trabalho. Nessa pesquisa, foi adotada uma postura inversa: deslocar o olhar para o homem branco, cisgênero e sem deficiência, para demonstrar os seus privilégios em relação aos demais. As pessoas que se desviam desse padrão não foram marcadas e as suas interseccionalidades não foram hierarquizadas, tanto para simplificar a leitura dos dados quanto para viabilizar e induzir uma convergência de pautas. Se a motivação para dissertar nasceu de uma proposta de pluralização, a ideia de buscar um fio condutor teórico principal nos pareceu um tanto quanto claustrofóbica e a de uma revisão bibliográfica um tanto quanto rígida. Assim, a partir de uma colcha de retalhos retórica, conceituamos categorias para depois suprimi-las, desagregamos dados para reagregá-los e desconstruímos cânones sem propor novas hierarquias. Buscamos, a partir de uma narrativa errante, conduzir um exercício de provocações, adentrando em aspectos como discurso, representatividade e comportamento, contextualizados em eixos estruturados a partir de um agrupamento crítico das perguntas do questionário: 1) identidade, 2) renda, 3) formação, 4) hábitos e insumos, 5) trabalho e 6) política.

**Palavras-chave:** equidade, arquitetura e urbanismo, profissão, interseccionalidade

## **ABSTRACT**

The present study aimed to depict the inherent inequities in professional practice based on the information from the *2nd Census of the Council of Architecture and Urbanism of Brazil – CAU/BR*, conducted in 2020, starting from the following hypothesis: the greater the overlap of difference markers of an individual in relation to a normative reference (in the categories of gender, race, and disability), the greater their vulnerabilities throughout their career. When it comes to gender, we tend to talk about women; when it's about race, we think of non-white individuals; and when we speak of bodies, we have an ideal based on ability for a particular model of work. In this research, an inverse approach was adopted, shifting the focus to the white, cisgender, and non-disabled man to demonstrate his privileges in relation to others. Those who deviate from this standard were not marked, and their intersections were not hierarchized, both to simplify the reading of the data and to enable and encourage a convergence of agendas. If the motivation to write originated from a proposal for pluralization, the idea of seeking a main theoretical guiding thread seemed somewhat claustrophobic to us, and that of a literature review somewhat rigid. Thus, starting from a rhetorical patchwork, we conceptualized categories only to suppress them, disaggregated data to reaggregate them, and deconstructed the canon without proposing new hierarchies. Through a wandering narrative, we aimed to conduct an exercise of provocations, delving into aspects such as discourse, representation, and behavior, contextualized in axes structured from a critical grouping of questionnaire questions: 1) identity, 2) income, 3) education, 4) habits and inputs, 5) work, and 6) politics.

**Palavras-chave:** equity, architecture, urban planning, profession, intersectionality



[...] a burocracia pode ser uma arena de luta em favor da inclusão política e da justiça social e ambiental [...] mesmo em uma ecologia hostil como a burocracia estatal, as sementes de luta conseguem sobreviver (Abers, 2021, p. 19).



## SUMÁRIO

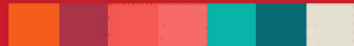
<b>1. INQUIETAÇÕES</b> .....	<b>1</b>
1.1. Um problema.....	1
1.1. Um contexto .....	5
1.2. Um lugar de fala.....	9
1.3. Uma profissão em números .....	14
1.3.1. Os censos e seus recortes .....	20
1.3.2. O diagnóstico de gênero .....	23
1.4. Um conjunto de dados .....	29
<b>2. INSPIRAÇÕES</b> .....	<b>35</b>
2.1. Pós-estruturalismo .....	36
1.1.1. A epistemologia feminista.....	39
1.1.1. O sujeito normativo.....	43
2.2. Marcadores de diferença.....	46
1.1.1. Gênero .....	47
1.1.2. Raça.....	54
1.1.3. Deficiência.....	61
1.2. Interseccionalidade .....	68
<b>3. INFLEXÕES</b> .....	<b>76</b>
3.1. Achados (e perdidos) .....	84
3.1.1. Discursos.....	85
3.1.2. Representatividades.....	94
3.1.3. Comportamentos .....	100
3.2. Projeções .....	115
3.2.1. Gênero .....	116
3.2.2. Raça.....	118
3.2.3. Deficiência.....	124
<b>4. INSTIGAÇÕES</b> .....	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>137</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema das autoras e autores que inspiraram divagações .....	3
Figura 2 – Problema no formato [verbo] + [variável] + [unidade de análise] + [recorte temporal] .....	4
Figura 3 – Arquitetas e Urbanistas pioneiras no mundo .....	6
Figura 4 – Arquitetas e Urbanistas pioneiras no Brasil .....	6
Figura 5 – Profissionais de arquitetura e urbanismo por ano de formação (entre 1950 e 2000) .....	8
Figura 6 – Princípios de Empoderamento das Mulheres .....	13
Figura 7 – Ilustração da Praia da Hegemonia descrita por Khensani de Klerk.....	18
Figura 8 – Resultados do 1º Censo do CAU (únicas perguntas com informações sobre gênero) .....	22
Figura 9 – Representação gráfica dos coeficientes de inequidade .....	24
Figura 10 – Maiores coeficientes do 1º Diagnóstico <i>Gênero na Arquitetura e Urbanismo</i> .....	25
Figura 11 – Rendimento médio por anos de atuação .....	26
Figura 12 – Rendimento médio por titulação .....	26
Figura 13 – Rendimento médio X raça .....	27
Figura 14 – Assédio X gênero e raça.....	28
Figura 15 – Exemplos de anomalias na base de dados .....	29
Figura 16 – Script em linguagem Ruby para correção das anomalias .....	30
Figura 17 – Última etapa de limpeza dos dados .....	31
Figura 18 – Matriz de codificação das perguntas e múltiplas respostas.....	31
Figura 19 – Planilha pivotada com somatório das respostas.....	32
Figura 20 – Reorganização das Perguntas (entre parênteses a numeração original).....	33
Figura 21 – Conceitos de “gênero”, “sexualidade” e “sexo” .....	54
Figura 22 – Ilustrações de estudos da frenologia (pseudociência) .....	55
Figura 23 - A redenção de Cã.....	59
Figura 24 – Ilustração sobre os conceitos de “acessível” e “universal” .....	68
Figura 25 – Homens negros na linha de montagem e mulheres brancas nos escritórios .....	69
Figura 26 – Esquema gráfico da interseccionalidade: analogia com cruzamento de vias .....	71
Figura 27 – Variáveis das três categorias de análise e combinações possíveis .....	77
Figura 28 – Esquema analítico .....	79
Figura 29 – Nuvem de palavras Pergunta 40 (todo o universo de respondentes).....	86
Figura 30 – Nuvens de palavras Pergunta 40 (separadas por grupos) .....	87
Figura 31 – <i>Clusters</i> (agrupamentos) mais frequentes do grupo com 3 desvios.....	90
Figura 32 - <i>Clusters</i> (agrupamentos) mais frequentes do grupo normativo.....	91
Figura 33 – Análise de representatividade na pergunta “1. cor/raça” .....	95
Figura 34 – Equipe de funcionários de empresa de investimentos e garis.....	96
Figura 35 – Análise de representatividade na pergunta “2. Gênero” .....	97
Figura 36 – Análise de representatividade na pergunta “3. Deficiência” .....	98
Figura 37 – Análise de correspondência no eixo “2.renda” .....	103
Figura 38 – Temas do eixo “3. Formação” recorrentes nas respostas .....	104
Figura 39 – Análise de correspondência no eixo “3.formação”.....	106
Figura 40 – Análise de correspondência no eixo “4.hábitos/insumos”.....	109
Figura 41 – Análise de correspondência no eixo “5.trabalho”.....	111
Figura 42 – Distribuição por faixa de renda individual mensal aproximada em %.....	113
Figura 43 – Análise de correspondência no eixo “6.política” .....	114
Figura 44 – Perguntas sobre gênero e orientação sexual na PDAD/DF .....	118
Figura 45 – Esquema gráfico sobre evolução da investigação racial no Censo do IBGE .....	120
Figura 46 – Adjacência do termo “negro” às opções “preto” e “pardo” em pesquisas étnico-raciais.....	123
Figura 47 – Evolução dos modelos internacionais para a avaliação da deficiência .....	125
Figura 48 – Evolução dos modelos nacionais para a avaliação da deficiência .....	125
Figura 49 – Questões sobre deficiência nos censos do IBGE desde 1991 .....	128

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Metodologia de análise do 1º Diagnóstico <i>Gênero na Arquitetura e Urbanismo</i> .....	25
Tabela 2 – Evolução dos termos utilizados para se referir às PCDs .....	62
Tabela 3 – Número de respondentes do 2º <i>Censo do CAU</i> por categoria .....	79
Tabela 4 – Respondentes do 2º <i>Censo do CAU</i> com 3 desvios em relação à norma .....	80
Tabela 5 – Número de respondentes do 2º <i>Censo do CAU</i> por categoria .....	84
Tabela 6 – Respostas à pergunta 40 (respondentes com 3 desvios) .....	87
Tabela 7 – <i>Clusters</i> mais frequentes dentre os sujeitos normativos na Pergunta 40 .....	92
Tabela 8 – <i>Clusters</i> mais frequentes dentre as pessoas com 3 desvios na Pergunta 40 .....	93
Tabela 9 – Perguntas do eixo “2. renda” com maior predominância do sujeito normativo .....	102
Tabela 10 – Perguntas do eixo “2. renda” com maior predominância das pessoas com 3 desvios .....	102
Tabela 11 – Perguntas do eixo “3. formação” com maior predominância do sujeito normativo .....	105
Tabela 12 – Perguntas do eixo “3. formação” com maior predominância das pessoas com 3 desvios .....	105
Tabela 13 – Perguntas do eixo “4. hábitos/insumos” com maior predominância do sujeito normativo .....	108
Tabela 14 – Perguntas do eixo “4. hábitos/insumos” com maior predominância pessoas com 3 desvios .....	108
Tabela 15 – Perguntas do eixo “5. trabalho” com maior predominância do sujeito normativo .....	110
Tabela 16 – Perguntas do eixo “5. trabalho” com maior predominância das pessoas com 3 desvios .....	110
Tabela 17 – Perguntas do eixo “6. política” com maior predominância do sujeito normativo .....	112
Tabela 18 – Perguntas do eixo “6. política” com maior predominância das pessoas com 3 desvios .....	113
Tabela 19 – Comparação entre o questionário do WG e do Censo IBGE 2022 .....	129
Tabela 20 – Proposta de revisão das perguntas do eixo “1. identidade” do 2º <i>Censo</i> .....	135



# 1 inquietações

# 1. INQUIETAÇÕES

## 1.1. Um problema

[...] é fundamental que os Arquitetos tenham a capacidade de compreender e responder às diversas necessidades dos Clientes e da comunidade como um todo. Esse objetivo será mais facilmente alcançado quando todas as esferas da profissão refletirem a diversidade da sociedade [...]¹ (UIA, 2017, p. 2).

Quem são os arquitetos e as arquitetas e urbanistas do Brasil? Quais os perfis desse grupo de profissionais e em que condições atuam? A profissão reflete e representa a diversidade demográfica da população brasileira ou está restrita a um ou outro grupo social? Há maiores barreiras para o acesso e a permanência na profissão de determinados grupos ou todos têm as mesmas oportunidades? Em caso afirmativo, quais são as raízes dessas discrepâncias e como elas podem ser mensuradas?

Para responder essas perguntas, o presente estudo busca um olhar interdisciplinar e atento à heterogeneidade do grupo de profissionais atuantes no país, considerando a sua diversidade de gênero, raça e deficiência e utilizando como referencial as informações do *2º Censo dos Arquitetos e das Arquitetas e Urbanistas 2020*<sup>2</sup>, realizado em 2020 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)<sup>3</sup>.

Fruto de minha trajetória profissional que se confunde com a história do Conselho, ele tem como principal antecedente o *Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo*<sup>4</sup>, publicado em 2020, que constituiu o primeiro levantamento de um órgão de regulamentação da profissão – mesmo que pequeno em termos de amostragem – sobre as inequidades inerentes à profissão. Em decorrência dos resultados dessa pesquisa, o CAU/BR (2020d)

---

<sup>1</sup> No original: “[...] *It is fundamental that Architects have the capacity to understand and respond to the diverse needs of Clients and the broader community. This can best be achieved when all levels of the profession reflect the diversity of the community [...]*”

<sup>2</sup> 2º Censo dos Arquitetos e das Arquitetas e Urbanistas 2020, doravante designado “2º Censo” ou “2º Censo do CAU”.

<sup>3</sup> O CAU é o Conjunto Autárquico formado pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), autarquias interdependentes dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa (CAU/BR, 2017a).

<sup>4</sup> Identificado como “boa prática” pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) (Gamrani; Tribouillard, 2021, p. 14).

instituiu o Dia da Mulher Arquiteta, comemorado em 31 de julho, data em que ela foi apresentada.

A intenção deste trabalho é buscar indícios que, a partir da base de dados do *2º Censo do CAU*, sustentem a seguinte hipótese: quanto maior a sobreposição de marcadores de diferença em um indivíduo em relação a um referencial normativo (nas categorias gênero, raça e deficiência), maiores serão as suas lacunas nas condições de acesso e permanência na profissão.

A análise será feita considerando seis dimensões, consolidadas a partir de um agrupamento temático das perguntas do *2º Censo*: 1) identidade, 2) renda, 3) formação, 4) hábitos e insumos, 5) trabalho e 6) política. Assim, analisaremos aspectos de discurso, representatividade e comportamento, discorrendo sobre as condições materiais e qualitativas de cada grupo no exercício da arquitetura e urbanismo, assim como as diferentes percepções e vieses sobre a profissão.

A pesquisa foi organizada em 4 capítulos:

O **primeiro capítulo**, denominado “**INQUIETAÇÕES**”, se inicia com uma contextualização sobre os antecedentes do CAU na esfera da equidade e sobre como eles se confundem e interseccionam com a minha própria trajetória pessoal e profissional. Para garantir uma coerência teórica, esclareço qual o meu lugar de fala e como ele influencia o olhar para os resultados.

O **segundo capítulo**, denominado “**INSPIRAÇÕES**”, dedica-se à compilação de teorias e referências que guiarão reflexões sobre o *2º Censo*, em três categorias de análise: gênero, raça e deficiência. Buscou-se insumos na filosofia, na psicologia, nas ciências sociais e políticas, entre outros, para conceituar as categorias a serem interseccionadas. Em cada um dos três marcadores de diferença abordados, a seleção das autoras (e autores) a serem referenciados, ilustrados na **Figura 1**, se baseou em quatro premissas: 1) que se tratassem de abordagens de teor desconstrutivista, pós-estruturalista ou anticapitalista; 2) que refletissem epistemologias marginais ou que retratassem o binômio centro-margens; 3) que descrevessem identidades de forma relacional e instável; 4) que reconhecessem que as estruturas sociais e a própria produção do saber são orientadas por relações de poder; 5) que se aproximassem o

máximo possível ao contexto latino-americano e se posicionassem de forma crítica às suas heranças coloniais.

**Figura 1 – Esquema das autoras e autores que inspiraram divagações**



Fonte: elaboração própria, com imagens de fontes diversas



No **terceiro capítulo**, denominado **“INFLEXÕES”**, são feitas as costuras entre os conceitos traçados, de caráter subjetivo e abstrato, às informações coletadas, estáticas e cartesianas. Problematizamos a partir dos dados e da estrutura de coleta do *2º Censo* as possibilidades e chaves de leitura, com um olhar crítico que possa provocar aprendizados e se desdobrar em aprimoramentos de edições futuras. As percepções foram organizadas em três linhas, que analisam o discurso, a representatividade e o comportamento do grupo de sujeitos identificados como normativos em comparação àqueles marcados por interseccionalidades. A partir desse exercício, são postas em xeque as perguntas do *2º Censo do CAU* sobre gênero, raça e deficiência, buscando-se em referências externas algumas possibilidades de revisão da metodologia de coleta dessas informações.

Por fim, no **quarto e último capítulo**, que chamamos de **“INSTIGAÇÕES”** em um exercício de proferir arremates, mas principalmente novas inquietações, levantamos perspectivas de ação a partir do desfecho da trajetória de pesquisa e de seus achados (e perdidos). A partir da leitura dos resultados, apresentamos algumas últimas reflexões sobre os seus possíveis desdobramentos, tanto em futuros estudos, como em iniciativas do Conselho.

Na ilustração a seguir, demonstra-se o problema de pesquisa no formato [verbo] + [variável] + [unidade de análise] + [recorte temporal], proposto pela antropóloga e pesquisadora interseccional Débora Diniz (2012, p. 36):

**Figura 2 – Problema no formato [verbo] + [variável] + [unidade de análise] + [recorte temporal]**

### **problema de pesquisa**

verbo	variável	unidade de análise	recorte temporal
retratar	inequidades na profissão	de forma interseccional	a partir do censo do CAU de 2020

Fonte: elaboração própria

## 1.1. Um contexto



Certamente, nossos profissionais, sempre brancos, esquecem que o apagamento é um instrumento de desumanização social que funciona e funcionou durante a história em sua máxima potência. Enquanto tivemos a arquitetura indígena exotificada, colocada como folclórica e restrita apenas ao espaço territorial das suas respectivas etnias ou ainda uma simples alegoria do subdesenvolvimento, tivemos o potencial negro inutilizado. É desse apagamento que partimos para afirmar que há nas cidades brasileiras o discurso falocêntrico simbolizado pelas edificações que adoramos e reverenciamos, pois, nessas edificações, além do discurso de superioridade e domínio masculino, temos a supremacia racial. Ao olhar para nossos prédios não identificamos nenhum resquício da formação multirracial e multicultural do nosso país, o que por si só já caracteriza uma ação violenta da colonialidade urbana. (Berth, 2023, p. 240)

Construída a partir de modelos estrangeiros, a formação em arquitetura e urbanismo no Brasil e na América Latina nasceu<sup>5</sup> como privilégio de uma classe branca com raízes europeias<sup>6</sup>. Alienada de seu verdadeiro contexto social e cultural, seguiu adotando instrumentos forjados nos países centrais (Waisman, 2013, p. 1) e sendo protagonizada por um círculo restrito de atores pouco ou nada sensíveis às demandas e histórias reais da população.

A lentos passos, algumas mulheres começaram a adentrar esse espaço, mas poucas perseveraram; algumas graças a condições econômicas abastadas e outras a custo de sacrifícios pessoais extraordinários (vide **Figuras 3 e 4**). Essas raras existências femininas jamais encontraram condições análogas às dos colegas, mas seguiram infiltrando-se até alcançarem um contingente relevante – e mesmo numericamente predominante, a partir da década de 1980 (vide **Figura 5**) – na profissão.

---

<sup>5</sup> Em dezembro de 1933, o Decreto nº 23.569 regulamentou o exercício das profissões de engenheiro (civil, industrial, mecânico-eletricista, geógrafo e de minas), bem como as profissões de engenheiro-arquiteto ou arquiteto e agrimensor. Esse decreto também estabeleceu o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), juntamente com os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREA), definindo suas composições e atribuições e tornando obrigatória a inscrição dos profissionais com diplomas. (Serrano, 2013, p. 23)

<sup>6</sup> No início do século XX, as primeiras instituições de ensino destinadas à formação de arquitetos tiveram sua origem nas Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) do Rio de Janeiro, que já vinham formando Engenheiros-Arquitetos desde 1899. Única mulher na sua turma, a primeira engenheira-arquiteta do Brasil - e muito provavelmente da América Latina - Arinda da Cruz Sobral concluiu seus estudos na ENBA em 1914 (CAU/BR, 2022b), sendo sucedida em 1923 por Julia Guarino no Uruguai e em 1927 por Filandia Pizzu na Argentina. (Moisset, 2020a)

Figura 3 – Arquitetas e Urbanistas pioneiras no mundo

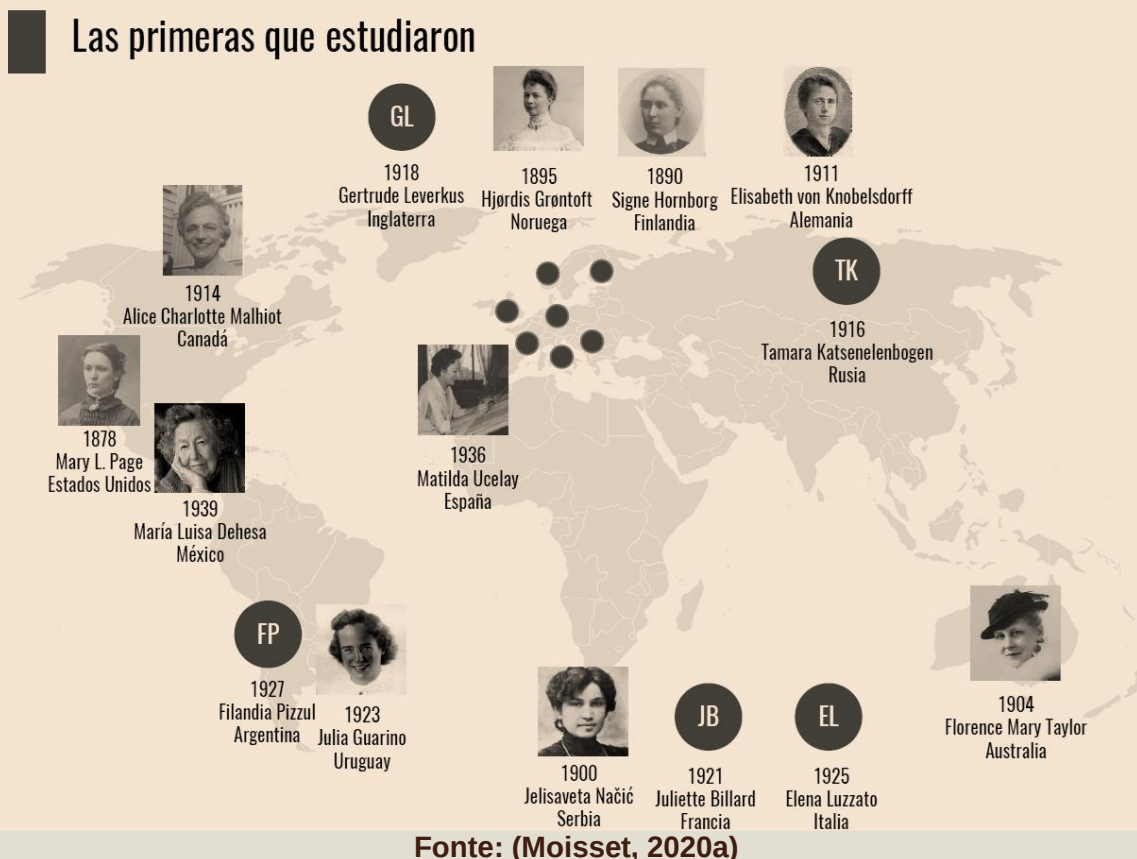


Figura 4 – Arquitetas e Urbanistas pioneiras no Brasil



Fonte: elaboração própria, com base em (CAU/BR, 2022a)

Se por um lado a arquitetura se tornou cada vez mais dividida entre os gêneros, ela também se conservou impenetrável a pessoas racializadas e pertencentes à base da pirâmide social, que acumularam a responsabilidade pelo ambiente doméstico das elites para que as suas mulheres pudessem buscar uma efetiva inserção no mundo do trabalho. Os programas, as referências, os paradigmas e os arquétipos se mantiveram estáticos e exclusivos.

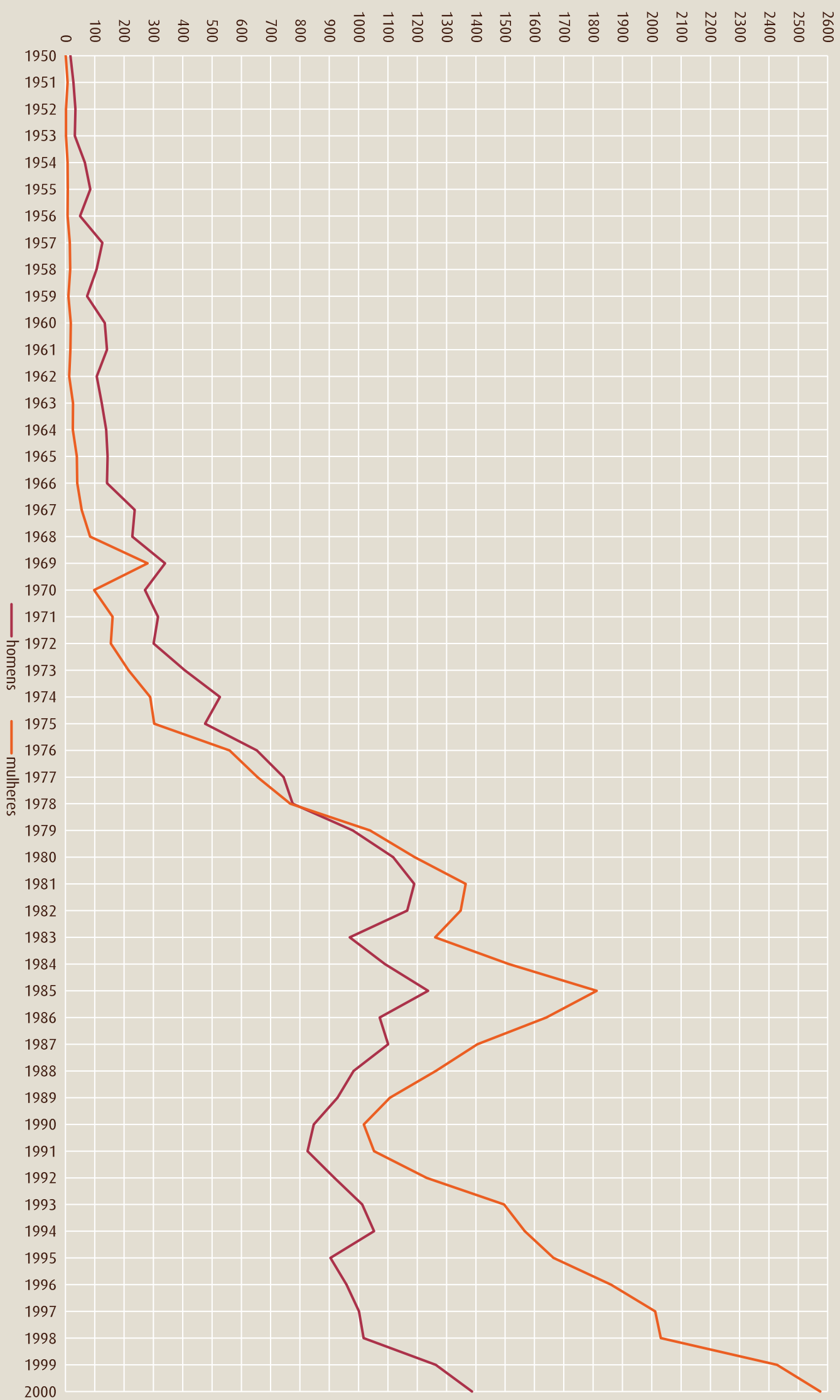
Esse cenário se reflete e desdobra no CAU, que se institui no momento em que a Lei de Cotas para o Ensino Superior (Brasil, 2012) ainda estava sendo estabelecida. Uma década após esse marco, é preciso avaliar o impacto dessas políticas afirmativas no mercado de trabalho e compreender se - e em quais condições - os seus egressos estão sendo recebidos pelo Conselho e pelo mercado.

Mais tardia ainda é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que conceitua mecanismos de inclusão, determina a adoção dos princípios do desenho universal nos espaços públicos e dá outras providências. Mesmo sendo um ator fundamental para a promoção da acessibilidade, o CAU ainda não foi capaz de diagnosticar as suas próprias barreiras para a aceitação e integração de profissionais com deficiências.

É preciso também considerar que o Conselho não alcança a totalidade do ofício e que muito provavelmente o exercício informal da arquitetura e do urbanismo ocorre em condições ainda mais precárias. A autoconstrução sem supervisão técnica, o desgovernado número de cursos superiores, a deficiência da formação integralmente à distância, as disputas de atribuições com outras especializações, os reflexos da pandemia, as crises climáticas e sociais, entre outros, constituem ameaças que intensificam vulnerabilidades e fragilizam a atuação profissional.

É nesse contexto de redirecionamento da profissão, potencializado pela constituição de uma Comissão de Políticas Afirmativas em 2024 (CAU/BR, 2023), que trazemos à tona o retrato das inequidades sociais que nela se espelham, considerando esse exercício como passo imprescindível para um efetivo projeto de reparação e democratização.

Figura 5 – Profissionais de arquitetura e urbanismo por ano de formação (entre 1950 e 2000)



Fonte: dados extraídos do SICCAU



## 1.2. Um lugar de fala

Hoje, para se realizar uma pesquisa na área da psicologia social crítica é condição *sine qua non* que o investigador saiba o lugar social e subjetivo de onde age, fala, observa e escreve. (Schucman, 2012, p. 25)

Como explicaremos mais adiante, nas epistemologias feministas, defende-se o preceito de que o conhecimento é socialmente localizado e, para compreendê-lo, é necessário identificar o local – ou *standpoint* – a partir do qual ele foi produzido. Dessa forma, não poderia me abster de me desculpar antecipadamente – e preciso fazê-lo em primeira pessoa, peço também licença para isso – por adentrar lugares de fala que não são meus, assim como justificar as minhas motivações para fazê-lo. Jota Mombaça, escritora e artista visual potiguar, contextualiza muito bem esse necessário processo de desautorização:



Muito se fala sobre como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de que há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Quero dizer: não são os ativismos do lugar de fala que instituem o regime de autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta (Mombaça, 2017b).

Não procurando me contrapor a essa afirmação, sigo num paradoxo: eu ocupo um lugar de privilégio; como posso fazê-lo de forma substancial? Não há resposta exata para essa pergunta, mas tenho convicção de que um primeiro passo é aprender sobre como esse privilégio é constituído. Djamilia Ribeiro, filósofa e pesquisadora negra, no livro *Pequeno Manual Antirracista* estrutura uma estratégia de como podemos assumir nossa responsabilidade pela transformação da sociedade em 11 recomendações:



1. Informe-se sobre o racismo
  2. Enxergue a negritude
  3. Reconheça os privilégios da branquitude
  4. Perceba o racismo internalizado em você
  5. Apoie políticas educacionais afirmativas
  6. Transforme seu ambiente de trabalho
  7. Leia autores negros
  8. Questione a cultura que você consome
  9. Conheça seus desejos e afetos
  10. Combata a violência racial
  11. Sejamos todos antirracistas
- (Ribeiro, 2019b, p. 5)

Assim, esta dissertação acaba sendo parte de um percurso pessoal de aprendizado e letramento, muito mais do que de ensinamento, e que tem como principal objetivo a sexta recomendação: induzir uma transformação em meu ambiente de trabalho.

Explico: sou uma arquiteta e urbanista branca, mulher cisgênero, sem deficiências, e muitas outras coisas. Não pretendo fazer uma autobiografia, mas preciso explicar rapidamente o que cada um desses marcadores – gênero, raça e deficiência – significa na minha vivência pessoal e, conseqüentemente, na minha capacidade de descrevê-los e compreendê-los.

Até os meus 26 anos, diante das injustiças de gênero, eu acabava por adotar posturas socialmente construídas como masculinas para me sentir em pé de igualdade com os homens. Jogava futebol, gostava mais de azul, tocava bateria, falava alto no bar e palavrão, buscava relacionamentos em que eu tinha espaço para ser dominante, entre outras. Para alcançar voz, visibilidade e pertencimento, seguia um roteiro que não necessariamente era aderente à minha personalidade. Achava que estava sendo uma mulher diferente – e conseqüentemente melhor – mas no fundo eu tentava agir como um homem. Me descobri verdadeiramente mulher a partir da maternidade e da culpa e do turbilhão de sentimentos e sensações que vieram atreladas a ela. Comecei a perceber o mundo com mais profundidade a partir da vivência do cuidado e do quanto ele pesa com mais intensidade sobre nós. A partir daí, descobri que vários aspectos que eu acreditava serem traços da minha personalidade (insegurança, síndrome da impostora, dificuldade de travar debates, distorção da imagem corporal), eram na verdade frutos de um papel estrutural e pré-

determinado para as mulheres<sup>7</sup> e que a emoção, a conexão e o cuidado eram valores estrategicamente minimizados nessa mesma sociedade.

Até os meus 30 e poucos anos me declarei parda. Acho que a minha sensação de *outsider*, principalmente na vida escolar, me levou a essa percepção. Estudei a vida inteira em escolas católicas com colegas de famílias ultraconservadoras. Como não fui batizada e tinha pais agnósticos, não pertencia. Sofria bullying e era jogada na lixeira no recreio. Lembro de ter sido consolada pelo meu pai depois de uma festa do ensino médio por ter a sensação de que nenhum menino gostava de mim. Ele me disse que eu tinha uma beleza exótica, mas que um dia seria valorizada. Eu associava esse meu desvio do padrão mais adorado, o meu cabelo cacheado e o fedor das minhas axilas – em um inconsciente racista – a uma herança negra de uma bisavó distante. Até que um dia, já em busca de respostas em teorias interseccionais, tive meu celular roubado e fui recuperá-lo em uma delegacia na Ceilândia. Senti na pele o que é ser branca – a diligência da polícia, a diferença de tratamento e os olhares curiosos das outras pessoas me fizeram entender o meu lugar na sociedade.

Aos 34 anos de idade me enxerguei como capacitista. Sempre soube que não era uma pessoa com deficiência, mas quando era pequena, por enxergar um só lado da moeda, eu desejava ser. Meu irmão tem uma perda auditiva severa, descoberta aos dois anos de idade, e passou a vida se adaptando e readaptando a aparelhos auditivos, com acompanhamento médico e fonoaudiológico e uma atenção redobrada dos meus pais. Eu enxergava isso tudo como carinho e não via – ou preferia não ver – as barreiras que ele precisou enfrentar. No ano passado, um episódio me fez perceber o quanto eu não sabia sobre deficiências. Ao vê-lo com um aparelho novo interno, quase imperceptível, disse que esse modelo me parecia melhor, pois ninguém saberia de imediato que ele era surdo. A resposta dele foi de que o que ele precisava era justamente

---

<sup>7</sup> É extremamente perigoso viver em um espaço que não nos tolera ou não nos aceita sem a percepção de que isso acontece, pois ficamos sujeitas a entender as violências e os abusos como se fossem motivados por nós e não impostos pela condição social que nos caracteriza. Costumo dizer que a ignorância e a alienação são menos dolorosas, porém, muito mais perigosas. Pessoas sem consciência do seu lugar social, e de tudo o que isso implica, se tornam uma espécie de arma apontada para si mesmas e, com frequência, são alvos fáceis para cooptações de todos os tipos (Berth, 2023, p. 160).



o contrário: que as pessoas percebessem a sua dificuldade, para que pudessem articular mais as palavras e garantir que ele se sentisse incluído nas conversas.

Todas essas descobertas foram esclarecedoras, mas não imediatamente emancipatórias; sigo em uma jornada diária de desconstrução. Mesmo assim, esse processo de percepção das minhas próprias dores e preconceitos me tornou mais empática às opressões dos outros e trouxe um novo significado à minha existência.

Essa trajetória individual de autoconhecimento passou a influenciar cada vez mais o modo em que me relaciono com o mundo e principalmente com Conselho. Sou empregada pública concursada do CAU/BR desde maio de 2014, o que significa que acompanhei aproximadamente 80% de seu funcionamento<sup>8</sup>. Pouco a pouco, fui me tornando uma “ativista institucional”, como definido pela cientista política Rebecca Naera Abers:

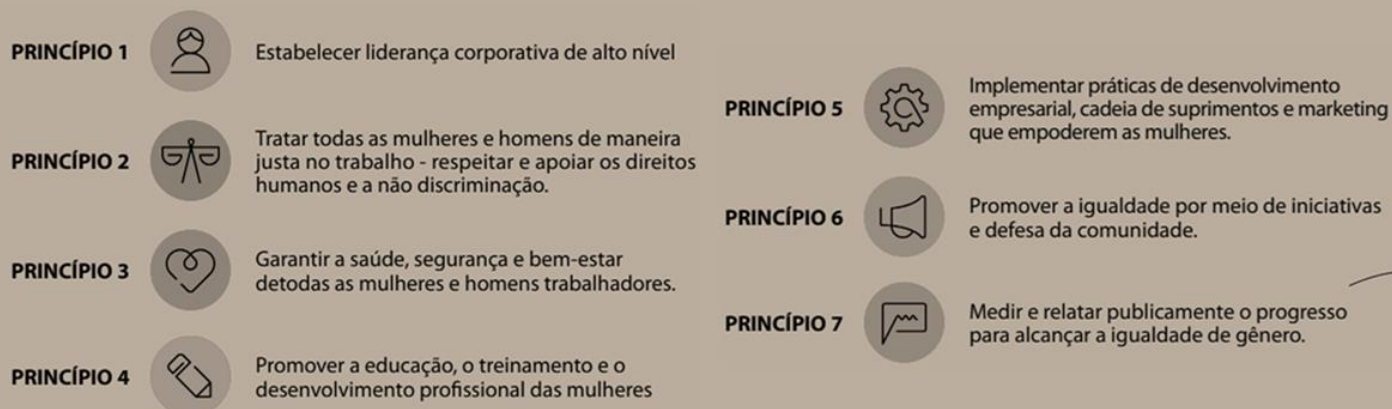


Ativismo institucional parece uma contradição em termos. Se instituições são, por definição, ordens que se autorreproduzem, o termo ativismo evoca a ideia de transformação. [...] Encontramos grupos de servidores públicos que contestam hierarquias e o *status quo*, propondo maneiras alternativas de organizar as políticas governamentais ou resistindo a tentativas de desmonte de conquistas anteriores. [...] a burocracia pode ser uma arena de luta em favor da inclusão política e da justiça social e ambiental. (Abers, 2021, p. 17)

Em março de 2018, impulsionada por um sentimento de indignação pelo assassinato de Marielle Franco, vereadora negra, lésbica e periférica do Rio de Janeiro, ficou mais claro e urgente para mim que a sociedade estava doente e que precisaria fazer algo para construir um mundo menos violento para as minhas filhas. Como assessorava a Comissão de Relações Internacionais do CAU/BR, resolvi buscar alguma proposta que, dentro das competências da Comissão, pudesse contribuir com esse objetivo. Sugeri então a adesão do Conselho aos Princípios de Empoderamento das Mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, por meio da Deliberação Plenária nº 0076-01 (CAU/BR, 2018), o Conselho se comprometeu a adotar uma agenda em todas as suas esferas e no relacionamento com a sociedade, norteadas por sete princípios, ilustrados na **Figura 6**.

<sup>8</sup> A primeira Plenária do CAU/BR foi realizada em 18 de novembro de 2011 (CAU/BR, 2011a).

Figura 6 – Princípios de Empoderamento das Mulheres



Fonte: (ONU Mulheres, 2021, p. 2)

Uma coisa levou à outra e me empenhei para levantar dados e números, contrapor por diversas vezes a Assessoria Jurídica, que era reticente a políticas afirmativas, trabalhar por conta própria em dias não úteis para produzir resultados concretos. Assesorei três Comissões Temporárias de condução dessa agenda (CTEG, CTPEG e CTRED<sup>9</sup>), e junto a várias mulheres admiráveis compilei o diagnóstico *Gênero na Arquitetura e Urbanismo* (CAU/BR, 2020a) e a *Política do CAU para a Equidade de Gênero* (CAU/BR, 2020c), a *Carta pela Equidade e Diversidade no Cotidiano e no Conselho da Arquitetura e do Urbanismo* (CAU/BR, 2022c); além de textos, campanhas, participação em eventos, entre outros<sup>10</sup>. Essa trajetória culminou com a minha indicação e homologação para o mandato de Ouvidora-Geral do Conselho (CAU/BR, 2022d), onde continuo buscando implementar mecanismos de justiça social e inclusão.

Esta dissertação é mais uma etapa nesse percurso, que passou a fazer parte da minha vida profissional, acadêmica, mas principalmente pessoal. Finalizados os parênteses de localização de meu “ponto de fuga” narrativo, volto à linguagem acadêmica, vez ou outra me desviando das normas, seja por ideologia como por recurso discursivo.

<sup>9</sup> Comissão Temporária para a Equidade de Gênero (CAU/BR, 2019); Comissão Temporária de Política para a Equidade de Gênero (CAU/BR, 2020b); e Comissão Temporária de Raça, Equidade e Diversidade (CAU/BR, 2021).

<sup>10</sup> Demais ações elencadas em (Laterza, 2021)

### 1.3. Uma profissão em números

Para se traçar o perfil dos arquitetos e arquitetas e urbanistas, é possível recorrer à base de dados do CAU, que detém o registro de quem exerce regularmente a profissão no território nacional. Com mais de 229.923<sup>11</sup> profissionais em atividade, é função do Conselho: “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão [...], zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe [...], bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo” (Brasil, 2010, art. 24).

No ato de sua instituição, três importantes decisões foram tomadas: a primeira, de definir que o registro habilita profissionais a atuarem em todo o território nacional (Brasil, 2010, art. 5); a segunda de adotar um sistema único de informação para todo o País – o Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) – e garantir a uniformidade de procedimentos; e a terceira, de determinar que todos os serviços prestados pelo SICCAU fossem virtuais e georreferenciados (CAU/BR, 2011b). Essa conjuntura possibilita a rápida extração de informações como suporte à tomada de decisão, além de otimizar recursos e prazos.

Diante desse cenário, surge o desafio de interpretar a grande quantidade de dados existentes sobre a prática profissional na atualidade e entrelaçá-los para compreender as forças, as oportunidades fraquezas e ameaças que possam orientar o planejamento estratégico e a atuação institucional do CAU.

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornece uma série histórica de dados demográficos que pode servir aos órgãos públicos e à sociedade para inferências sobre a população brasileira. Analogamente, o CAU deve descrever e interpretar de forma contínua o universo de profissionais em atividade para que se compreenda como a arquitetura e o urbanismo são produzidos no país.

Para que esse esforço seja feito de forma crítica e capaz de retratar as complexidades da profissão, é necessário assegurar a desagregação dos dados mensurados. A garantia da maior quantidade possível de variáveis coletadas

<sup>11</sup> Conforme consulta a <<https://transparencia.caubr.gov.br/registros/>> em 17/09/2022

amplia as possibilidades de cruzamento de informações e, conseqüentemente, de análises possíveis. Em suma, quanto melhores e mais detalhados os dados, mais robustas serão as respostas. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas recomenda, para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

[...] aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais. (Organização das Nações Unidas, 2015).

Separar esses dados em diversas variáveis não significa ter de interpretá-las isoladamente, pelo contrário: quanto mais sobrepostas forem as dimensões, maior poderá ser a compreensão dos desvios a serem corrigidos e maior o potencial transformador dessas análises. Ainda não há consensos sobre como interrelacionar informações da melhor forma, mas os organismos internacionais e a academia têm defendido a interseccionalidade como um possível aliado nesse desafio.

A teoria, cunhada nas ciências humanas e sociais no final da década de 80, somente nos últimos anos tem sido adotada como ferramenta analítica em abordagens quantitativas, como descrito no artigo *Interseccionalidade em pesquisa quantitativa: Uma revisão sistemática de sua emergência e aplicações de teoria e métodos*<sup>12</sup>:



A interseccionalidade é um referencial teórico baseado na premissa que a experiência humana é simultaneamente formada por múltiplas posições sociais (ex.: raça, gênero), e não pode ser completamente compreendida considerando essas posições sociais independentemente. Amplamente utilizada em estudos qualitativos, a sua adoção em pesquisas quantitativas é mais recente<sup>13</sup> (Bauer *et al.*, 2021).

<sup>12</sup> No original: *Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods*

<sup>13</sup> No original: "Intersectionality is a theoretical framework rooted in the premise that human experience is jointly shaped by multiple social positions (e.g. race, gender), and cannot be adequately understood by considering social positions independently. Used widely in qualitative studies, its uptake in quantitative research has been more recent."

Em grande parte da literatura, a simultaneidade das múltiplas formas de discriminação que atingem todos os corpos – uns mais, outros menos – é referenciada como “interseccionalidade” ou “consubstancialidade”, conceitos cunhados no final dos anos 1970, respectivamente, pelo movimento feminista negro anglófono e pela socióloga francesa Danièle Kergoat (Kergoat, 1978). O primeiro aborda as relações entre gênero e raça e o segundo, gênero e classe, mas ambos convergem na proposta de não hierarquização das opressões (Hirata, 2014, p. 62–63). Audre Lorde, escritora norte-americana de descendência caribenha, reforça esse entendimento:



Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. **Não existe hierarquia de opressão** (LORDE, 2019, grifo nosso).

No âmbito da arquitetura e do urbanismo, por exemplo, uma análise interseccional implicaria compreender a fundo a heterogeneidade do grupo de profissionais em atuação, ao invés de buscar uma interpretação generalizada das condições de um suposto sujeito “médio”. Somente a partir da intersecção das categorias e de uma abordagem multidimensional será possível identificar os indivíduos com os maiores obstáculos para acessar e exercer a profissão e, a partir das experiências deles, corrigir inequidades. Pessoas mais sujeitas às inequidades interseccionais são as mais prováveis a serem deixadas para trás no processo de desenvolvimento (Inclusive Data Charter, 2021, p. 2)<sup>14</sup>.

A profissão, historicamente elitista e restrita aos homens, na década de 1980 passou a ter a maioria de mulheres<sup>15</sup>, o que não significou a imediata aceitação da autoridade feminina nos espaços profissionais. A arquiteta e professora americana Denise Scott-Brown (Scott Brown, 2015), no *artigo Espaço no topo? Sexismo e o Sistema de Estrelas na Arquitetura*<sup>16</sup>, compara o campo da arquitetura a um clube masculino de classe média, em lento processo de

<sup>14</sup> No original: “People who face intersecting inequalities are the most likely to be left behind by development.”

<sup>15</sup> Fonte: dados do SICCAU

<sup>16</sup> No original: *Room at the top? Sexism and the Star System in Architecture*

abertura para permitir e naturalizar a participação das arquitetas em pé de igualdade.

No texto *Eu não sou uma arquiteta mulher. Eu sou uma arquiteta*<sup>17</sup>, a dinamarquesa Dorte Mandrup, ao ser elencada na lista de 50 arquitetas e designers inspiradoras pela revista Dezeen, retruca: “Quando falamos de gênero, tendemos a falar de mulheres. Os homens não têm realmente um gênero. Eles são apenas... neutros. Não-gênero. É por isso que você não reconhece o termo “arquiteto homem”. Não é necessário dizê-lo”<sup>18</sup> (Mandrups, 2017).

Em seu artigo *O peixe morto na praia: o problema das Mulheres na Arquitetura*, a arquiteta sul africana Khensani de Klerk traz a leitura interseccional ao exercício profissional, considerando aspectos como representatividade e remuneração. Por meio de uma metáfora entre a profissão e uma praia, por ela denominada a “praia da hegemonia” (vide **Figura 7**), ela descreve:

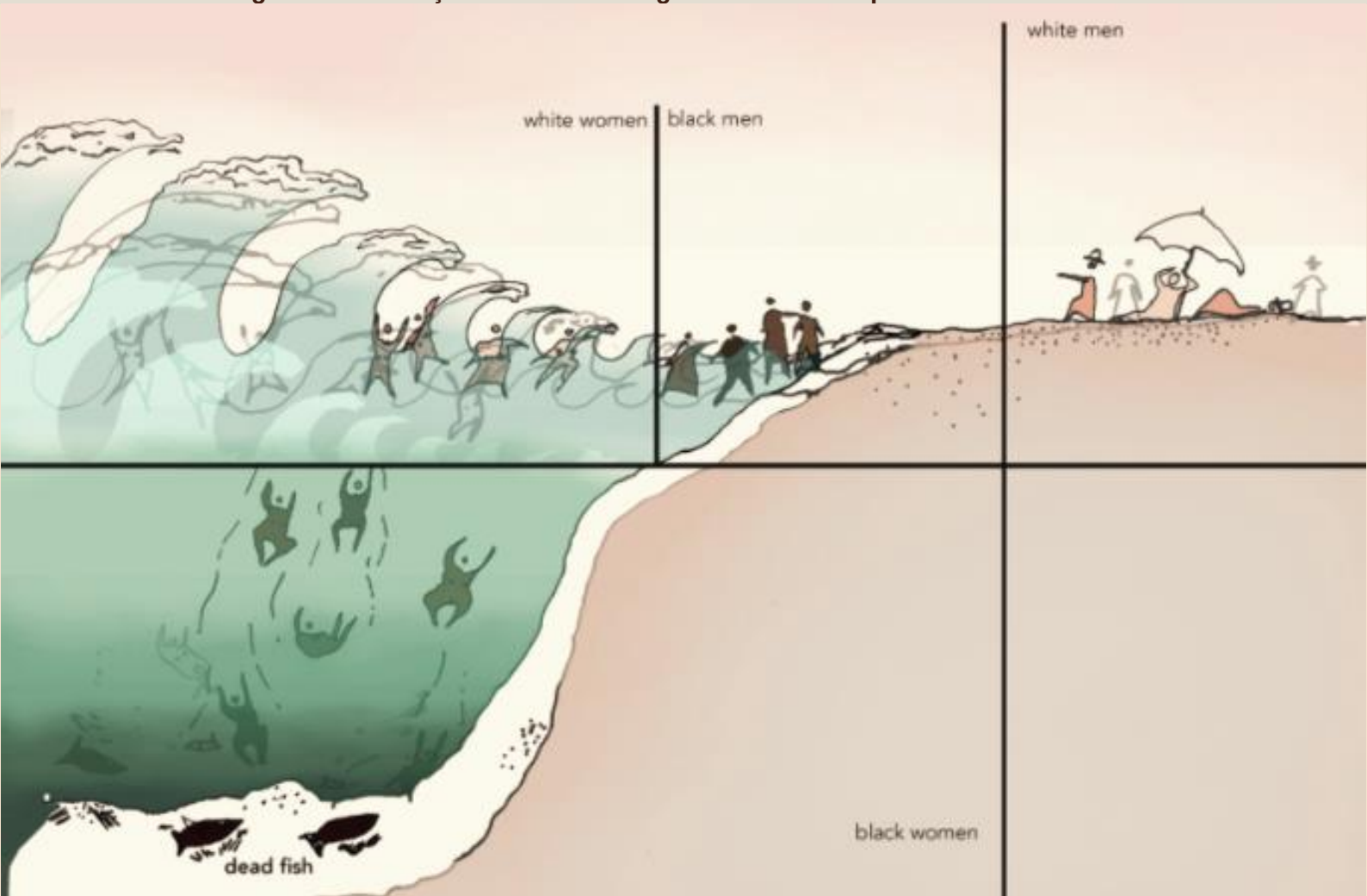


“Os homens brancos estão vestidos e continuam sentados na praia de areia macia, respirando constantemente o ar fresco. A distribuição racial desse grupo não é comumente relatada, [...] Então, neste espaço, [...] parece que os homens negros têm mais privilégios no espaço arquitetônico do que as mulheres brancas. [...] E assim, os negros estão nadando na água, o que parece refrescante e está bem desde o ponto de vista do homem branco, mas é perturbador para o homem negro que apesar de ter o privilégio de respirar ar fresco, seus pés permanecem sempre encharcados [...]. Então, nós temos as mulheres brancas também nadando na água, cansadamente, sem pausa na praia, tendo que fazer um esforço para chegar até a areia, com apenas algumas, de fato, chegando à costa. [...] Finalmente, temos mulheres negras (ah, o estado familiar que conheço tão bem). Nós nos afogamos nas profundezas do oceano, olhando para os reflexos de luz e constantemente exercendo nossos esforços para nadar através da água sem ar. [...]. Às vezes, em uma ocasião rara, uma mulher negra chega à praia e, quando chega lá, é chocante para todos, inclusive para ela. [...] Aqueles que se aquecem na praia não sabem o que significa se afogar. Aqueles que nadam estão lutando, mas não podem reivindicar uma luta semelhante àqueles que se afogam nas profundezas da água verde. E esses, nós, mulheres negras, nas profundezas, podemos ver todos os outros estratos com o menor acesso à praia. É a partir daqui que a interseccionalidade é mais observada, por mais dolorosa que seja.” (Klerk, 2020)

<sup>17</sup> No original: *I am not a female architect. I am an architect.*

<sup>18</sup> No original: “*When we talk about gender, we tend to talk about women. Men do not really have a gender. They are just... neutral. Non-gender. That is why you do not recognize the term "male architect". It just goes without saying.*”

Figura 7 – Ilustração da Praia da Hegemonia descrita por Khensani de Klerk



Fonte: (Klerk, 2020)

A historiografia e as esferas mais altas da profissão têm sido predominantemente restritas a um único perfil profissional: o homem branco cisgênero, de classe média alta, no topo de uma pirâmide que o sustenta nessa posição. Scott Brown sugere uma compreensão mais plural da arquitetura e critica essa leitura androcêntrica e hierárquica:



O *star system*, que retrata o escritório como uma pirâmide com um arquiteto no topo, tem pouco a ver com as relações complexas da arquitetura e construção na atualidade. Mesmo assim, como o sexismo me define como escriba, datilógrafa e fotógrafa do meu marido, o *star system* define nossos associados como figurantes e nossa equipe como lapiseiras<sup>19</sup> (Scott Brown, 2015, tradução nossa).


<sup>19</sup> No original: “The star system, which sees the firm as a pyramid with a designer on top, has little to do with today’s complex relations in architecture and construction. But, as sexism defines me

Compreender e reforçar a participação de pessoas desviantes desse perfil nas diversas esferas da profissão é importante para torná-la mais democrática, colaborativa e mais representativa das comunidades às quais ela deve servir. Para descrever a experiência dos arquitetos e urbanistas, é preciso entender que eles podem e devem também ser mulheres, pessoas negras, periféricas, trans, com deficiência, e com múltiplas existências.

Para Ines Moisset, arquiteta e pesquisadora argentina “O cânon arquitetônico foi firmado basicamente por arquitetos homens que desenvolveram suas obras em territórios centrais.”<sup>20</sup> (Moisset, 2020b, p. 220). Em sua pesquisa *Vazios historiográficos - A ausência das mulheres na história da arquitetura argentina*, ela identifica as seis principais categorias de invisibilização das mulheres na profissão: 1) a negação da autoria por colegas homens, 2) o impedimento por instrumentos legais de firmar as obras, 3) a falsa categorização (em caso de esposas ou clientes de arquitetos reduzidas a esses papéis e sem crédito à sua contribuição técnica), 4) a minimização dos aportes (citando coautoras apenas como colaboradoras), 5) o reforço a estereótipos de gênero (levando mulheres adotarem posturas masculinas para se afirmar) e 6) a má fé (apropriação de projetos de mulheres por homens) (Moisset, 2020b, p. 3).

É necessário, então, trazer ao centro do debate a produção de quem sempre esteve às margens da arquitetura e do urbanismo para que se compreenda por completo a profissão. Esse entendimento tem se consolidado cada vez mais nos debates teóricos do campo, tendo como grande referência a obra da historiadora Beatriz Colomina, que defende:

[...] Corrigir esse quadro não é apenas uma questão de adicionar alguns nomes ou mesmo milhares à história da Arquitetura. Não é apenas uma questão de justiça humana ou precisão histórica, mas uma maneira de entender mais completamente a arquitetura e as formas complexas em que é produzida [...] (Colomina, 2010, p. 217)<sup>21</sup>.



*as a scribe, typist, and photographer to my husband, so the star system defines our associates as 'second bananas' and our staff as pencils."*

<sup>20</sup> No original: “El canon arquitectónico ha estado formado básicamente por arquitectos varones, que desarrollaron sus obras en sitios centrales. Así tienen predominio también quienes trabajaron en la capital, por sobre los que se desempeñaron en las provincias.”

<sup>21</sup> No original: “[...] *correcting the record is not just a question of adding a few names or even thousands to the history of architecture. It is not just a matter of human justice or historical accuracy but a way to more fully understand architecture and the complex ways it is produced*”.



Assim, para responder à pergunta “Quem são os arquitetos e as arquitetas [e porque não arquitetas] e urbanistas do Brasil?” é possível recorrer a uma análise desagregada e interseccional da base de informações do CAU, preferencialmente em caráter contínuo e periódico, para que se possa mapear as condições de seus subgrupos ao longo do tempo.

Não havendo referências consolidadas sobre a matéria, e sendo escassa a literatura sobre como operacionalizá-la em pesquisas quantitativas (Rouhani, 2014), não se espera alcançar um modelo finito ou preciso, mas sim um ponto de partida. A própria Kimberlè Crenshaw, jurista afro-americana que cunhou o termo “interseccionalidade”, ao propor uma metodologia para a análise da subordinação interseccional, apresenta como primeira recomendação a promoção de melhorias na coleta de dados e nas estratégias de desagregação dessas informações e coloca em jogo os limites do próprio conceito, afirmando: “A análise é provisória e, conforme sua utilidade, poderá ser revisada ou até mesmo descartada” (Crenshaw, 2002, p. 187). Segundo a Parceria Global para Dados de Desenvolvimento Sustentável, é necessário inovar para incluir:

A coleta de dados robustos, desagregados e interseccionais pode exigir ampliar amostragens ou testar abordagens inovadoras para capturar as experiências de grupos relativamente pequenos de pessoas entre populações maiores e melhorar a disponibilidade de dados relevantes. Agências estatísticas e outras organizações de coleta de dados podem enfrentar restrições práticas para produzir tais dados, incluindo falta de recursos financeiros, capacidade ou metodologias adequadas [...] [, tendo de enfrentar] dilemas difíceis entre produzir estatísticas robustas e evitar a exclusão (Global Partnership for Sustainable Data, 2022, p. 22)<sup>22</sup>.

### **1.3.1. Os censos e seus recortes**

Diante de seu arcabouço tecnológico e do sistema de informações integrado implantado no Conselho, o CAU realizou em algumas ocasiões pesquisas sobre o conjunto de profissionais em atividade. Como

---

<sup>22</sup> No original: “Capturing robust, disaggregated, and intersectional data may require collecting larger samples or testing innovative approaches to capture the experiences of relatively small groups of people amongst larger populations and improving the availability of relevant data. Statistical agencies and other data-gathering organizations may face practical constraints to producing such data including a lack of financial resources, capacity, or adequate methodologies [...] face difficult trade-offs between producing robust statistics and avoiding exclusion”.

contextualização para a proposta que se pretende construir, cabe inicialmente um breve resgate dessas iniciativas.

Antes disso, deve-se fazer uma ressalva estatística: só podemos denominar como “censo” um levantamento em que toda a população de estudo tenha respondido às questões elencadas, não sendo esse o caso em ambas as suas edições no CAU, que devem ser consideradas somente como amostragens. Não obstante, manteremos a nomenclatura original ao longo das análises para efeitos de correspondência de designação.

Concretizado ao apagar das luzes em 2010, após um período de organização e eleição de representantes, o Conselho foi efetivamente instituído em novembro de 2011 e iniciou o seu funcionamento pleno em 2012. Na ocasião, os arquitetos e as arquitetas urbanistas até então registrados no atual Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)<sup>23</sup>, tiveram de realizar um recadastramento biométrico no novo Conselho uniprofissional.

Como subsídio para o seu planejamento estratégico, a gestão que assumia a autarquia optou por aproveitar essa rotina de migração de dados para coletar informações que pudessem auxiliá-la a traçar o perfil dos profissionais em atividade no Brasil. Assim, um dos requisitos para a obtenção da nova carteira profissional era responder o questionário do *Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil* (CAU/BR, 2013), doravante designado *1º Censo* ou *1º Censo do CAU*. Graças a essa decisão, o *1º Censo* contou com a participação de cerca de 83 mil dos cerca de 99 mil profissionais registrados à época (aproximadamente 83% do total).

Dentre as 46 perguntas da pesquisa, não havia questões sobre cor/raça ou deficiência, informações que também não constam na base de dados do Conselho<sup>24</sup>. Ademais, somente em duas perguntas as respostas foram apresentadas com o recorte feminino-masculino: a primeira sobre o sexo<sup>25</sup> dos respondentes e a segunda sobre os principais obstáculos ao exercício da

---

<sup>23</sup> Até então *Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia* (CONFEA)

<sup>24</sup> Para obter a carteira profissional, é obrigatório o cadastramento biométrico (CAU/BR, 2017b, art. 7), mas nesse momento não há previsão de coleta de informações raciais e as opções de “sexo” (ver nota abaixo) se resumem a “masculino e feminino”.

<sup>25</sup> Nomenclatura adotada no questionário, que será objeto de reflexão crítica no capítulo 2.

profissão. Nessa última, enquanto os homens lamentaram a não valorização da profissão pela sociedade, as mulheres se queixaram da má remuneração e da falta de acesso ao mercado de trabalho. Os demais dados sobre a atuação profissional, escolaridade, rendimento etc. foram apresentados sem nenhum tipo de cruzamento com outras informações, não sendo possível observar, no relatório publicado (CAU/BR, 2013), mais detalhes sobre as inequidades inerentes à profissão. A base de dados dessa primeira pesquisa não foi disponibilizada ao público para consulta e não foi possível resgatá-la no arquivo do Conselho, que à época ainda estava operando de forma improvisada, face à sua recente instituição.

**Figura 8 – Resultados do 1º Censo do CAU (únicas perguntas com informações sobre gênero)**



Fonte: (CAU/BR, 2013a, p. 11 e 34)

Em 2 de janeiro de 2020, um novo “censo” foi lançado, desta vez com informações sobre o perfil racial e eventuais deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais dos participantes, bem como a reformulação da pergunta sobre sexo para incluir o conceito de gênero e possibilitar uma maior diversidade de identidades. A pesquisa, dessa vez de caráter optativo no acesso profissional de cada respondente ao SICCAU, foi encerrada em 30 de junho de 2020 e contou com a participação de 41.897 (em torno de 23%) dos então aproximadamente 180.000 arquitetos e urbanistas em atividade no país.

As respostas dessa segunda pesquisa foram tabuladas pelo Instituto DataFolha e compiladas em um *dashboard* interativo<sup>26</sup>. A base de dados completa (com exceção das respostas abertas) foi disponibilizada ao público para *download* na mesma página.

Esta pesquisa buscou, a partir do cruzamento das respostas do 2º Censo, o desenvolvimento de uma reflexão crítica e interseccional sobre as inequidades inerentes à profissão; bem como a revisão das formas de coleta de dados identitários como proposta de melhoria do instrumento em edições futuras. Assim, pretende-se subsidiar a mensuração periódica desses indicadores como forma de aferição de resultados e eventuais redirecionamentos de políticas públicas em prol da equidade na profissão.

### 1.3.2. O diagnóstico de gênero

A partir da adesão do CAU/BR aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, foram feitos os primeiros mapeamentos sobre as inequidades existentes no exercício profissional, que servirão como referencial para a presente pesquisa, em especial com relação à metodologia adotada para a intersecção dos marcadores de diferença.

Entre julho de 2019 e 29 de fevereiro de 2020, o CAU/BR promoveu o 1º diagnóstico *Gênero na Arquitetura e Urbanismo* (CAU/BR, 2020)<sup>27</sup> como subsídio à elaboração da sua *Política para a Equidade de Gênero* (CAU/BR, 2020c). O questionário, realizado em meio digital pela plataforma *TypeForm* e amplamente divulgado nas redes de comunicação do CAU, contou com a participação de um total de 987<sup>28</sup> profissionais. Dentre as conclusões do diagnóstico, constatou-se que:

- As **mulheres negras e as mulheres com filhos** [...] na primeira infância, fazem parte do grupo de profissionais que encontram **maiores obstáculos** ao longo da carreira;
- Os índices de **assédio e violência sexual** contra as mulheres na profissão devem ser objeto de uma política corretiva;
- Mesmo as **gerações mais novas de profissionais ainda vivenciam inequidades** e percebem uma necessidade por uma divisão mais

<sup>26</sup> Disponível em <<https://caubr.gov.br/censo2020/>>, acesso em 26 de outubro de 2023.

<sup>27</sup> doravante designado “1º Diagnóstico” ou “Diagnóstico de Gênero”

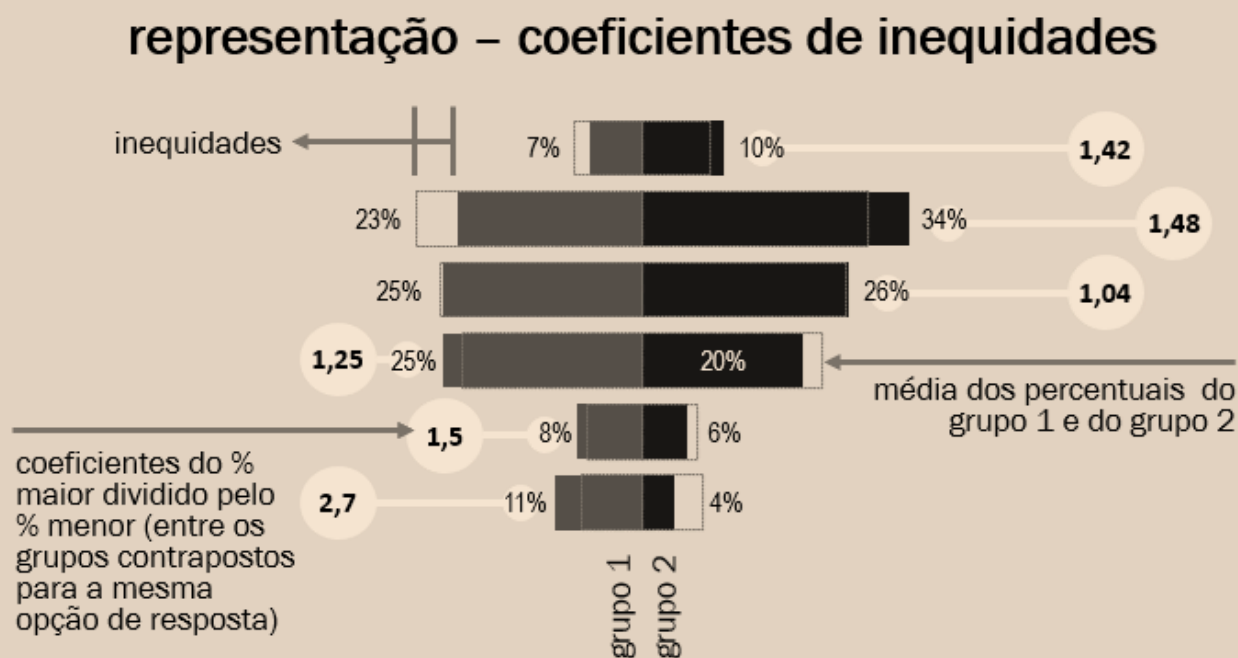
<sup>28</sup> Margem de erro de 3% para mais ou para menos e um percentual de confiabilidade de 95%; e índice de participação número superior à média de participação de profissionais em pesquisas abertas do CAU até então, que variava entre 200 e 400 respondentes (CAU/BR, 2020a, p. 8).

equilibrada dos trabalhos (remunerados ou não) entre homens e mulheres; e

· **Grande parte dos homens ainda deve ser sensibilizada** para a importância da promoção da equidade de gênero na profissão e nas cidades. (CAU/BR, 2020a, p. 36)

Para a análise dos resultados obtidos, desenvolveu-se uma metodologia que compreende o cálculo do quociente (x) entre o maior percentual e o menor, dentre os grupos contrapostos, para cada opção de resposta de todas as perguntas do diagnóstico, ilustrado na **Figura 9**. Buscou-se também compreender os universos masculino e feminino de uma forma interseccional, sobrepondo-se a esse recorte informações sobre idade, raça, faixa de rendimento médio, escolaridade, região de residência, meio de transporte prioritário, sensação de segurança, entre outros.

**Figura 9 – Representação gráfica dos coeficientes de inequidade**



Fonte: (CAU/BR, 2020a, p. 6)

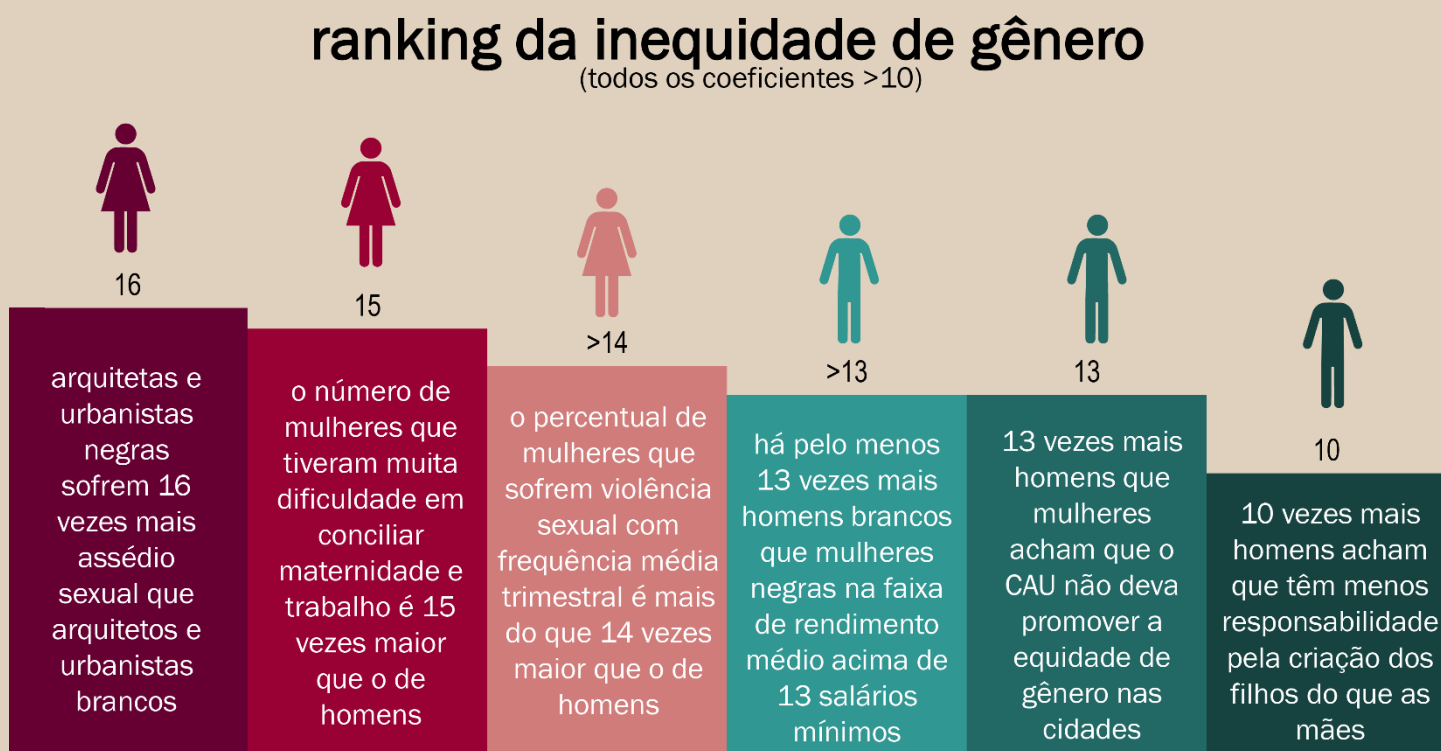
Dessa forma, as grandezas dos desequilíbrios identificados entre os grupos contrapostos em casa análise foram categorizadas em quatro níveis de atenção, conforme descrito na **Tabela 1**. Os coeficientes de maior grandeza identificados ao longo de toda a pesquisa estão ilustrados na **Figura 10**.

**Tabela 1 – Metodologia de análise do 1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo**

quociente (x)	entendimento
$x < 1,5$	Há um cenário de relativa equidade entre os grupos e não é necessário nenhum tipo de reflexão.
$1,5 \geq x < 2$	Há uma diferença considerável entre os grupos, sendo necessária uma reflexão sobre as motivações para esse desequilíbrio.
$2 \geq x < 10$	Há uma diferença alarmante entre os grupos, sendo urgente o exercício de indagação sobre o porquê desse desequilíbrio.
$x \geq 10$	Há uma clara inequidade entre os grupos, sendo evidente a necessidade de uma política afirmativa para corrigir esse cenário.

Fonte: elaboração própria, com base em (CAU/BR, 2020a, p. 6)

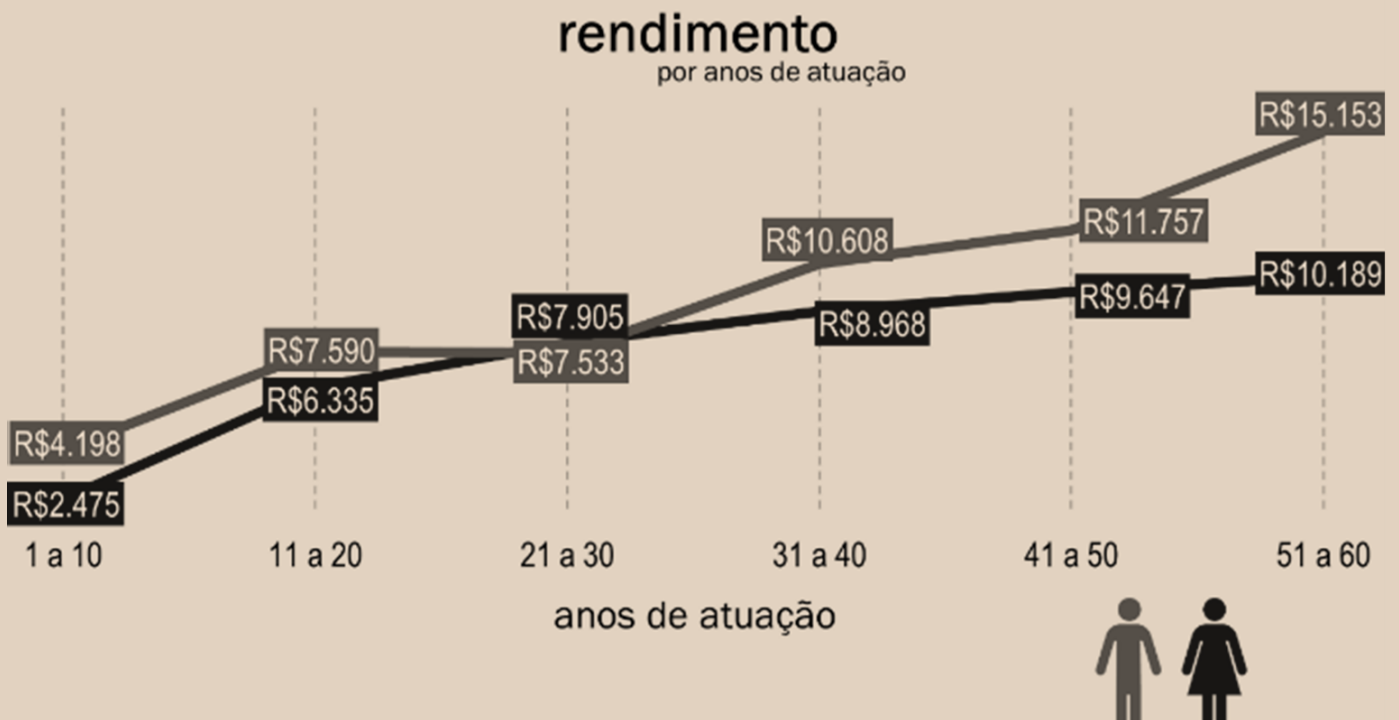
**Figura 10 – Maiores coeficientes do 1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo**



Fonte: (CAU/BR, 2020a, p. 36)

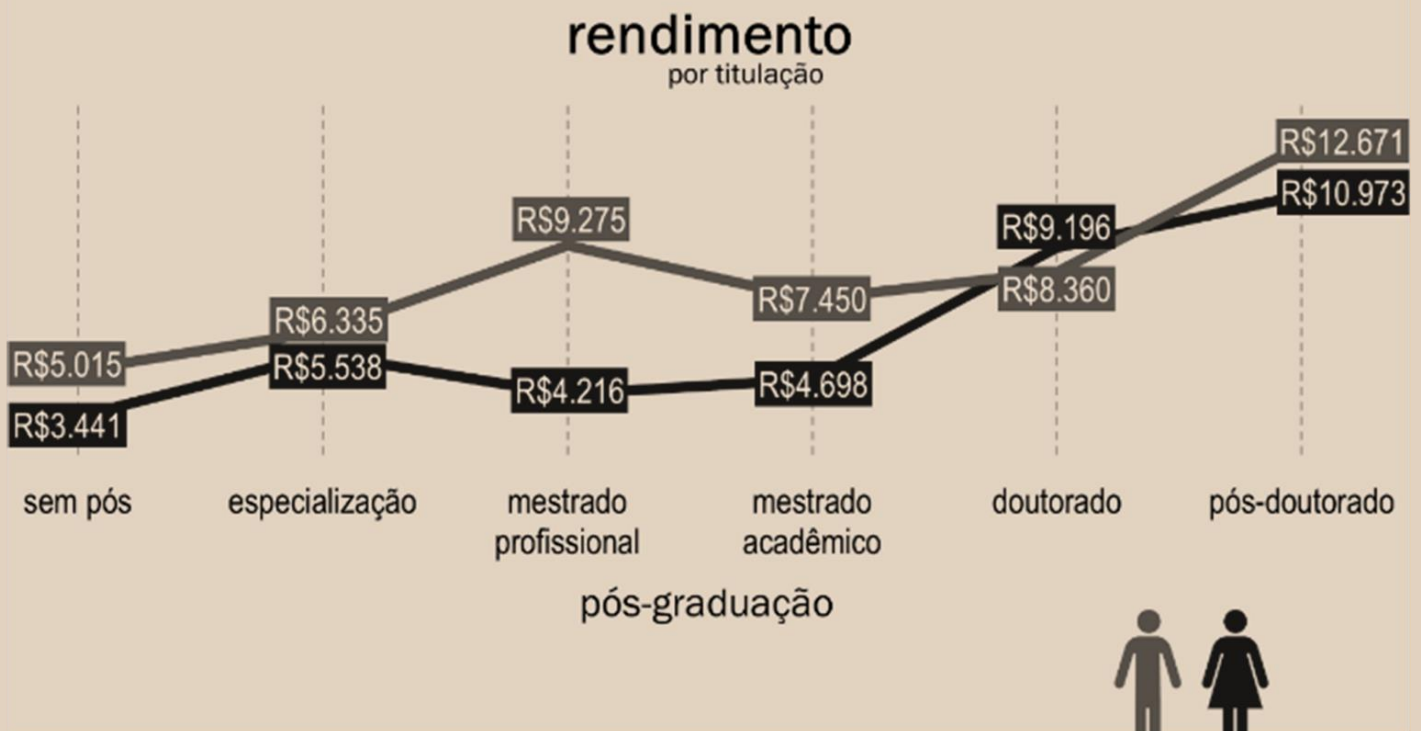
O 1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo apontou, por exemplo, uma superioridade salarial dos arquitetos homens ao longo de praticamente toda a carreira e em quase todos os níveis de escolaridade, conforme ilustrado nas **Figuras 11 e 12**.

Figura 11 – Rendimento médio por anos de atuação



Fonte: (CAU/BR, 2020a, p. 27)

Figura 12 – Rendimento médio por titulação

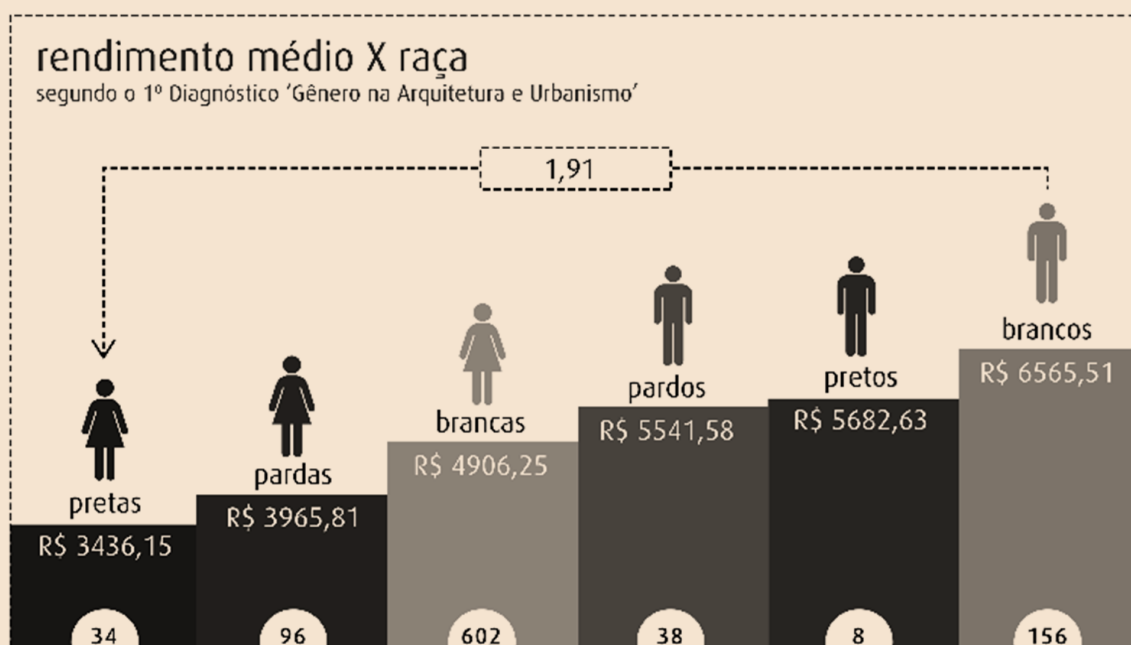


Fonte: (CAU/BR, 2020a, p. 21)

A pesquisa também indicou que as mulheres atuam menos na área de preferência ou vocação e têm mais dificuldade em conciliar trabalho e parentalidade do que os homens. Diante desses indicativos, pode-se fazer um paralelo com a pesquisa da arquiteta e jornalista Gwendolyn Wright (Wright, 1977), que descreve os perfis das mulheres com trajetórias respeitáveis na história da arquitetura nos Estados Unidos. Para a autora, as poucas profissionais que receberam reconhecimento na profissão, que ela chama de “arquitetas excepcionais” tiveram de sacrificar a vida pessoal, casamento, filhos e trabalhar arduamente para vencer essa barreira. Em todos os outros perfis, os obstáculos da profissão acabaram desviando as mulheres da trajetória para o reconhecimento ou elas foram impostas ao anonimato.

O diagnóstico também revelou, conforme ilustrado na **Figura 13**, que na profissão os homens brancos têm um rendimento médio quase duas vezes maior do que as mulheres negras; e que o percentual de mulheres LBT+ (lésbicas, bissexuais ou transexuais<sup>29</sup>) que não se sentem seguras onde moram é maior do que o dobro do de homens cis heterossexuais.

**Figura 13 – Rendimento médio X raça**



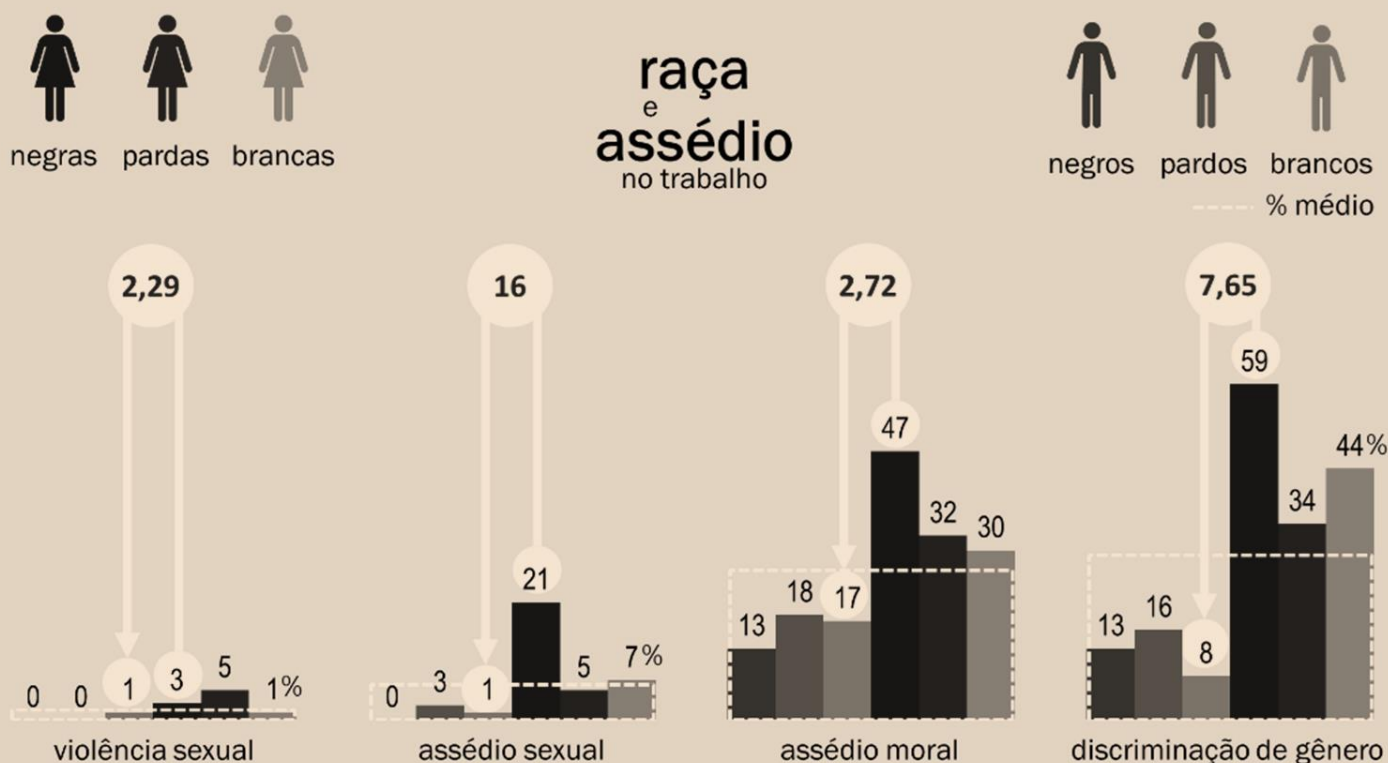
Fonte: (CAU/BR, 2020a, p. 13)

<sup>29</sup> As informações coletadas na pesquisa permitiam apenas essas identificações com relação a gênero e sexualidade.



Confirma-se mais uma vez a pertinência de uma análise desagregada de informações sobre a profissão, por exemplo, nas perguntas sobre os diferentes tipos de assédio nos ambientes de trabalho. Nessas questões do diagnóstico, os percentuais femininos superaram os masculinos em todas as categorias, mas ao se interseccionar informações raciais à mesma problemática, percebe-se que os percentuais das mulheres negras superam o dos homens brancos em grandezas ainda superiores.

Figura 14 – Assédio X gênero e raça



Fonte: (CAU/BR, 2020a, p. 12)

Avançando na pesquisa sobre gênero e suas interseccionalidades na profissão de arquitetura e urbanismo, esta dissertação se propõe a tabular e interpretar os resultados do 2º Censo, a fim de se confirmar e substanciar os resultados do 1º Diagnóstico.

Como recorte analítico, optou-se por interseccionar e mensurar inequidades a partir das informações das três perguntas inseridas no 2º Censo que não constavam no 1º Censo: as questões sobre gênero, raça e deficiência.

## 1.4. Um conjunto de dados

Para a tabulação do 2º Censo, o primeiro desafio encontrado, com a base de dados em mãos, foi a escolha do programa correto para a leitura do arquivo.

As informações estavam armazenadas em formato CSV, e as respostas de cada CPF para as 45 perguntas da pesquisa representadas uma abaixo da outra, totalizando 4.239.584 linhas. O programa Excel, por exemplo, possui um limite de 1.048.576 linhas, não sendo possível utilizá-lo para a leitura desse conjunto de informações. Assim, optou-se por utilizar o Notepad ++, um editor de texto e de código fonte de código aberto e versão aprimorada do Bloco de Notas do Windows.

Ao executá-lo, foi possível visualizar a base de dados completa, estruturada por vírgulas com o formato: "cpf", "pergunta", "multipla\_escolha", "resposta", "resposta\_subjetiva".

Identificou-se algumas anomalias nas duas perguntas subjetivas, que apresentavam quebras de linha não desejadas para a leitura dos dados, provavelmente provenientes da própria resposta aberta, o que resultava em linhas não iniciadas pelo CPF do respondente (**Figura 15**).

**Figura 15 – Exemplos de anomalias na base de dados**

```
"000001274", "Está cursando algum outro curso superior?", False, "Não", NULL
"000001274", "Pretende fazer outro curso superior?", False, "Não", NULL
"000001274", "Você frequenta os sites do Conselho de Arquitetura e Urbanismo?", True, "CAU/UF", NULL
"000001274", "Quais são seus sites prediletos especializados em arquitetura e urbanismo e afins?", False, NULL, "
https://www.aecweb.com.br
https://www.galeriadaarquitetura.com.br https://www.urbansystems.com.br
https://www.wellcertified.com
https://www.e-construmarket.com.br"
"000001274", "Quais tipos de contratantes você trabalhou nos últimos 2 anos?", True, "Órgão público", NULL
"000001274", "Qual o valor de referência que você usa para dimensionar os honorários para elaboração de projeto?", True, "De 10 a 20 mil reais", NULL
"000001274", "Quantas horas por semana você trabalha com arquitetura e urbanismo?", False, "De 30 a 40 horas", NULL
"000001274", "Quantas horas por semana você trabalha com outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?", True, "Outra atividade", NULL

"121199368", "Você frequenta sites das entidades de Arquitetos e Urbanistas?", True, "ABAP", NULL
"121199368", "Nos projetos arquitetônicos que realiza, você executa predominantemente:", False, "Projeto Executivo", NULL
"121199368", "Que papel tem a política na sua vida?", False, "Importante. Eventualmente discuto sobre política com meus colegas", NULL
"121199368", "Você atua como docente na área de arquitetura e urbanismo?", False, "Sim e também como profissional", NULL
"121199368", "Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize?", False, "2 Promover cursos e palestras;
3 Fiscalização de obras"
"121199368", "Outros softwares profissionais?", False, "Bom", NULL
"121199368", "Revistas de Arquitetura", False, "Diariamente", NULL
"121199368", "Revistas", False, "Quase diariamente", NULL
"121199368", "Jornais", False, "Diariamente", NULL
"121199368", "TV aberta", False, "Diariamente", NULL
"121199368", "Espanhol", False, NULL, NULL
"121199368", "Hoteleria e Turismo está", False, "Inalterado", NULL
```

Fonte: elaboração própria

Para sanar esses desvios, o arquivo foi processado com o script ilustrado na **Figura 16**, em linguagem Ruby. Dessa forma, as quebras de linhas foram eliminadas nas respostas subjetivas e a maioria das linhas foi adequada ao padrão da estrutura do documento.

**Figura 16 – Script em linguagem Ruby para correção das anomalias**

```
line_read = 0
MAX_BUFFER_SIZE = 8192
buffer = ""

# file_to_read = "censo_min.csv"
file_to_read = "censo_2019.csv"

File.open("censo_2019_tratado.csv", 'w') do |file|
  File.open(file_to_read, "r").each_line do |row|
    line_read = line_read + 1

    if row =~ /^"/ # encontrou CPF

      if buffer.length > MAX_BUFFER_SIZE
        file.write(buffer)
        buffer = ""
      end

      buffer.concat(row)
    else
      buffer.rstrip!
      buffer.concat(" ")
      buffer.concat(row.tr('\n', '\s'))
    end
  end

  puts "#{line_read} linhas lidas!"
end
```

Fonte: Elaboração própria

Em seguida, dividiu-se o arquivo em 5 partes (4 de 847.916 e 1 de 847.920 linhas), para que fosse possível pivotar/transpor as informações no Excel, de forma a visualizar em colunas as 45 perguntas e suas múltiplas escolhas; e em linhas os 45.385 CPFs.

Ao importar os dados do arquivo .csv no Excel, o programa divide em colunas cada trecho entre aspas e separado pelas vírgulas do arquivo original. Em cada documento (partes 1 a 5), foi realizada uma nova etapa de limpeza dos dados. Inseriu-se colunas provisórias à esquerda dos dados importados, com fórmulas para verificar se os dois caracteres à direita da coluna "cpf" eram algarismos. Filtrando-se as células com resultado "FALSO" (**Figura 17**), foi possível corrigir as demais quebras de linhas indesejadas, garantindo que todas as inserções respeitasse a estrutura "cpf", "pergunta", "multipla\_escolha", "resposta", "resposta\_subjetiva".

**Figura 17 – Última etapa de limpeza dos dados**

A	C	D	E	F	G
VERDADEIRO	83498818775	Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize?	FALSO	NULL	DIVULGUE COM DESTAQUE E AFINCO: O PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E SUAS ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS COM RELEVÂNCIA QUE PODEMOS PROJETAR PROJETO ARQUITETÔNICO, COMPLEMENTARE E EXECUÇÃO DE OBRAS E MOSTRA QUE SOMOS TÃO IMPORTANTE QUE NOSSO COLEGAS DA ENGENHARIA (AINDA ESTAMOS MUITO ATRÁS DELES NO MERCADO E NA SOCIEDADE), PENSAM QUE SOMOS APENAS DECORADORES, O QUE NÃO É VERDADE; O CONSELHO, PARA QUE A SOCIEDADE CONHEÇA NOSSO ORDEM E QUE NÃO EXISTE SOMENT O CREA.
FALSO		CONTRATE UM ARQUITETO....."			
VERDADEIRO	83498818775	Instagram	FALSO	NULL	NULL
VERDADEIRO	83498818775	Outras redes	FALSO	NULL	NULL
VERDADEIRO	83498818775	Outros softwares profissionais?	FALSO	Bom	NULL
VERDADEIRO	83498818775	Publicações acadêmicas de Arquitetura	FALSO	NULL	NULL
VERDADEIRO	83498818775	Twitter	FALSO	NULL	NULL
VERDADEIRO	83498818775	Linkedin	FALSO	NULL	NULL

Fonte: Elaboração própria

Passou-se então à organização das perguntas do 2º Censo, atribuindo a cada opção de resposta um código unívoco, para viabilizar a correlação com as inserções de cada respondente, conforme ilustrado na **Figura 18**.

**Figura 18 – Matriz de codificação das perguntas e múltiplas respostas**

cód. pergunta	cód.	resposta
0100	010001	Sim
	010002	Não
	010003	NULL
0200	020001	Aposentado ou Pensionistas
	020002	Assalariado (sem carteira em áreas não ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
	020003	Assalariado (setor privado em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
	020004	Assalariado (setor público em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
	020005	Assalariado (setor público em áreas não ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
	020006	Autônomo (empreendedor em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
	020007	Autônomo (empreendedor em áreas não ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
	020008	Empresário (em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
	020009	Empresário (outras áreas)
	020010	Outras fontes
	020011	Renda Proveniente de Aluguel
	020012	Seguro Desemprego
	020013	NULL

Fonte: Elaboração própria

A partir dessa classificação, gerou-se um código unívoco para cada resposta de cada arquiteto(a) e urbanista, a partir da combinação do CPF com o código de cada pergunta. Utilizando um CPF aleatório como exemplo, para localizar a respectiva resposta para a pergunta “Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?”, na coluna pivotada da opção de resposta “Sim”, buscava-se alguma correspondência na respectiva parte (1, 2, 3, 4 ou 5), do código formado pela concatenação do CPF da pessoa (ex.: 12345678900) com o respectivo código da opção de resposta (ex.:010001), ou seja: 12345678900010001. Caso houvesse correspondência, a fórmula inserida resultava em um valor “1”. Em caso negativo, ela permanecia nula (0). Dessa forma, no próprio cabeçalho das colunas, foi possível inserir linhas de título com a somatória de respostas positivas para cada opção das perguntas de múltipla escolha. Esse processo está ilustrado na **Figura 19**, a seguir.

**Figura 19 – Planilha pivotada com somatório das respostas com fórmula de correspondência entre o CPF e as perguntas.**

	A	B	C	D	E	F
2			Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?			
4			10001	10002	10003	20001
5			Sim	Não	NULL	Aposentado ou Pensionistas
6		totais:	12.339	31.171	1.875	1.624
13	parte1	00002692554		1		
14	parte1	00002916177		1		
15	parte1	00004651006			1	
16	parte1	00004698070		1		
17	parte1	00004978136		=SE(SEERRO(PROCV(TEXTO(SB17;"00000000000")&TEXTO(ES4;"000000"));parte1!\$F:\$F;1;FALSO);0)=0;0;1		
18	parte1	00005040094		1	TEXTO(valor; formato_texto)	
19	parte1	00006612603		1		
20	parte1	00007013974		1		1
21	parte1	00008976040		1		
22	parte1	00009799966		1		
23	parte1	00010148222		1		
24	parte1	00011056126		1		
25	parte1	00011966696		1		
26	parte1	00012359580	1			
27	parte1	00012608617		1		

Fonte: Elaboração própria

Em análises preliminares dos totais obtidos, constatou-se que as perguntas haviam sido ordenadas sem estrutura lógica ou categorias. O questionário se iniciava com uma pergunta sobre área de atuação (0100 - Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?), passando para questões de rendimento e retomando, mais adiante, aspectos sobre o exercício profissional (ex.: 2800 – “Trabalha na área de Arquitetura e Urbanismo?”, entre outros).

Para simplificar e racionalizar a interpretação dos dados, as 45 perguntas do questionário foram categorizadas em 5 grupos temáticos e reorganizadas de forma linear, conforme demonstrado na **Figura 20**.

**Figura 20 – Reorganização das Perguntas (entre parênteses a numeração original)**

### 1.IDENTIDADE

- (17) 01 - cor/raça
- (18) 02 - gênero
- (19) 03 - deficiência

### 2.RENDA

- (02) 04 - fonte(s) de renda
- (05) 05 - renda mensal individual
- (06) 06 - renda familiar mensal
- (27) 07 - nº de dependentes financeiros
- (30) 08 - contribuição para a previdência
- (03) 09 - imóvel próprio
- (04) 10 - carro próprio

\*perguntas abertas

### 3.FORMAÇÃO

- (08) 11 - satisfação com IES de formação
- (31) 12 - grau de escolaridade
- (32) 13 - outro curso superior concluído
- (33) 14 - outro curso superior em andamento
- (34) 15 - outro curso superior planejado
- (44) 16 - atuação como docente
- (07) 17 - participação em eventos de A&U
- (11) 18 - conhecimento de informática
- (12) 19 - domínio de softwares profissionais
- (16) 20 - domínio de idiomas estrangeiros

### 4.HÁBITOS/INSUMOS

- (36) 21\* - sites prediletos de A&U
- (14) 22 - hábito de leitura
- (13) 23 - redes sociais frequentadas
- (15) 24 - áreas de interesse
- (09) 25 - acesso a meios de comunicação
- (10) 26 - uso de tecnologia

### 5.TRABALHO

- (28) 27 - atuação em A&U
- (29) 28 - empresas de A&U
- (23) 29 - áreas de atuação
- (38) 30 - referência de honorários
- (42) 31 - tipos de projetos executados
- (39) 32 - jornada semanal - A&U
- (37) 33 - tipos de contratantes
- (24) 34 - opinião sobre o mercado
- (25) 35 - opinião sobre tendências
- (26) 36 - áreas inexploradas na A&U
- (01) 37 - outra atividade fora da A&U
- (40) 38 - jornada semanal - outras áreas

### 6. POLÍTICA

- (35) 39 - acesso aos sites do CAU
- (45) 40 - ações esperadas do CAU
- (41) 41 - acesso a sites de entidades
- (20) 42 - filiação a entidades
- (43) 43 - engajamento político
- (22) 44 - satisfação na profissão
- (21) 45\* - obstáculos ao exercício da A&U

Fonte: elaboração própria



# 22 inspirações

## 2. INSPIRAÇÕES

A partir da necessidade de delimitar as categorias de análise, sabendo da complexidade de se adentrar em experiências pautadas em subjetividades, optou-se por buscar inspirações em múltiplas disciplinas, sem a pretensão de se seguir caminhos estritamente lineares ou mesmo de esgotar conceitos. Seguindo espirais bibliográficas, fomos nos deparando com algumas respostas, outras perguntas e muitas boas assimilações e problematizações.

Assim, se a motivação para dissertar nasceu de uma proposta de pluralização, a ideia de buscar um fio condutor teórico principal nos pareceu um tanto quanto claustrofóbica. Por outro lado, uma revisão de literatura sistematizada exigiria um processo pouco orgânico para as costuras elásticas que gostaríamos de traçar.

Acabamos nos concedendo uma certa licença poética para tecer uma colcha de retalhos retórica e desobedecer a alguns *modus operandi* acadêmicos, sabendo dos riscos envolvidos, mas assumindo essa escolha com consciência e como recurso discursivo alinhado com os objetivos da pesquisa<sup>30</sup>. Concedemo-nos o direito de “errar”, não só no sentido de cometer equívocos, mas também de adotar uma postura polifônica de peregrinação, ou, nas palavras de Paola Berenstein Jacques no livro *Elogio aos Errantes*:



O errar, ou seja, a prática da errância, pode ser pensado como instrumento da experiência de alteridade na cidade, ferramenta subjetiva e singular – o contrário de um método cartesiano. A errância urbana é uma apologia da experiência da cidade, que pode ser praticada por qualquer um, mas o errante a prática de forma voluntária. O errante, então, é aquele que busca um estado de corpo errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções. O errante não vê a cidade somente de cima, a partir da visão de um mapa, mas a experimenta de dentro; ele inventa sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante. Essa postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade, por si só, já constitui uma forma de resistência tanto aos métodos mais difundidos da disciplina urbanística – como o tradicional “diagnóstico”, baseado majoritariamente em bases de dados estatísticos, objetivos e genéricos – quanto ao próprio processo de esterilização da experiência, de espetacularização das cidades

<sup>30</sup> Certa vez uma Professora Emérita de muito impacto na minha jornada – e na de muita gente – me recomendou não fazer digressões em um diagnóstico. Resolvi contradizê-la, assumir as consequências dessa escolha e segui com a opção inicial, cheia de amarrações, parênteses e subjetividades. Deu certo e trocamos aprendizados. Espero que dê mais uma vez.



contemporâneas e de pacificação de seus espaços públicos. As narrativas errantes foram escritas nos desvios da própria história do urbanismo. Elas constituem outro tipo de historiografia, ou de escrita da história, uma história errante, não linear, que não respeita a cronologia tradicional, uma história do que está na margem, nas brechas, nos desvios e, sobretudo, do que é ambulante, não está fixo, mas sim em movimento constante (Jacques, 2012, p. 24)

## **2.1. Pós-estruturalismo**

Para que compreender as relações entre os marcadores a serem interseccionados (gênero, raça e deficiência), faz-se necessário contextualizar os seus significados e limites. Com esse propósito, é bem-vindo um breve panorama sobre algumas correntes científicas pós-modernas diretamente relacionadas: o pós-estruturalismo e as epistemologias feministas.

As teorias do conhecimento passaram na segunda metade do século XX por algumas reformulações importantes, a partir da compreensão de que todo saber é parcial, sendo assim igualmente importantes os olhares para o objeto analisado e para o sujeito que o analisa. Em contraposição à ideia moderna de abstração e padronização do indivíduo para uma maior racionalidade na interpretação do mundo, o pós-modernismo passou a propor uma visão multidimensional e mais complexa da realidade (Mendes, 2015, p. 46).

Na própria historiografia da arquitetura, Marina Waisman (2013, p. 86) menciona que a “crise dos modelos do mundo central deu lugar ao pluralismo”, o localismo substituiu o universalismo, e o conceito de região substituiu o de periferia ou margem, permitindo um novo olhar mais construtivo e original à própria história. A autora cita como exemplos dessa nova perspectiva as análises de Silvia Arango sobre o pós-modernismo das arquiteturas latino-americanas e os estudos de Ruth Verde Zein sobre a arquitetura nacional pós-Brasília, entre outros (Ibid., p. 97).

O pensamento pós-moderno rejeita a objetividade e o determinismo moderno, descarta a ideia de verdades científicas ou históricas, defende que a ciência e a tecnologia (assim como a razão e lógica) são instrumentos distorcidos pela perspectiva dos detentores de poder, contribuindo para a manutenção desse poder. Recusa determinismos biológicos, acreditando que todo comportamento humano é socialmente construído, assim como a identidade.

A crítica ao racionalismo, desenvolvida a partir das obras de Kierkegaard e Nietzsche no século XIX, foi resgatada nos anos 1960 por diversos pensadores como questionamento aos modos dominantes de produção do saber (Calvelli; Lopes, 2011, p. 350). Nessa época surge o pós-estruturalismo, que teria sua gênese nos trabalhos de Derrida e Foucault, e trabalha com ideias como as instabilidades estruturais e o caráter subjetivo e localizado do processo de significação (Mendes, 2015, p. 46).

Essa linha de pensamento é uma das correntes filosóficas do pós-modernismo, com o qual compartilha diversos recursos discursivos. Originou-se em uma conexão crítica às perspectivas estruturalistas que influenciaram a teoria linguística, a psicologia e a antropologia e os estudos culturais e sociais, incluindo a geografia humana, transformando e questionando o conceito de estrutura, revelando as suas fragilidades e instabilidades, propondo abordagens mais relacionais e menos absolutas (Phillips, 2016).

Nesse contexto, o conhecimento é compreendido como nada mais que uma atribuição de sentido, uma interpretação de uma existência, além de ser influenciado pela perspectiva de quem o produz.

Waisman também discorre sobre a subjetividade na produção historiográfica da arquitetura, classificando a história para além de uma simples narração, como uma sucessão de juízos. Para ela os nossos instrumentos de leitura de mundo foram forjados nos países centrais (como os europeus) e, por consequência, não se aplicam para descrever a realidade arquitetônica e urbanística dos países das margens (como os latino-americanos).

Exerce-se o juízo histórico desde o momento mesmo em que se toma a decisão de trabalhar sobre um determinado tema, isto é, desde o momento em que se define o objeto de estudo do historiador e, em seguida, exerce-se um juízo quando são escolhidos instrumentos e metodologias de análise, quando se delimita o alcance do estudo etc. etc. Nessa série de juízos, o momento histórico em que vive o historiador tem papel preponderante, já que a história é escrita a partir dos interesses do presente e com os instrumentos, concepções e projetos do presente. A história é, portanto, continuamente reescrita, e a historiografia permite a dupla leitura da matéria tratada e da ideologia do momento histórico em que foi estudada. (Waisman, 2013, p. 3).



Passa-se então a entender que a produção de conhecimento é distorcida pela perspectiva de quem o produz. Dessa forma, por mais abstrato que pareça, acredita-se que seja impossível definir objetivamente qualquer conceito ou ideia ou explicar de forma completa e distanciada uma realidade, e que qualquer projeto que sustente esse entendimento é dotado de um viés ideológico em prol de uma perspectiva legitimada.

O modo de produzir e sistematizar o conhecimento proposto pelo pós-estruturalismo rompe com a ideia de verdades absolutas e com modelos cartesianos e binários (preto ou branco, masculino ou feminino, privado ou público etc.), admitindo uma área cinzenta e sobreposições, além de dimensões intercruzadas, desconstruídas, simultaneamente convergentes e divergentes, a depender da perspectiva adotada. Aceita-se o caos como parte do mundo, mas admite-se que não se dispõe ainda de ferramentas para descrevê-lo, adotando-se uma postura de experimentação de novas chaves de leitura.

O pós-estruturalismo não é uma escola de pensamento<sup>31</sup>, mas se desdobra em uma série de teorias (como a teoria do discurso, os estudos culturais, a teoria *queer* e as epistemologias feministas), que questionam a parcialidade da ciência e a universalidade do sujeito que a produziu até então, além de compreender a construção da identidade como um processo de enculturação<sup>32</sup> complexo e não determinista, influenciado por diversas camadas além da classe, como a raça, o gênero e a sexualidade, entre outras (Aguilar; Gonçalves, 2017). Assim, “[...] para o pós-estruturalismo, significado e identidade são muito mais efeitos do que causas” (Harrison, 2006, p. 122)<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> “[...] as figuras, obras e perspectivas classificadas sob o título ‘pós-estruturalismo’ não são em sua maior parte autodeclaradas; elas não aderiram a um manifesto e não compartilham uma crença.”. No original: “[...] *the figures, works and views gathered under the title ‘poststructuralism’ are for the most part not self-selecting; they did not and have not signed up to a manifesto and do not share a credo*” (Harrison, 2006, p. 122).


<sup>32</sup> Aqui entendida como sinônimo de endoculturação: “[...] o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de **endoculturação**. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada.” (Laraia, 1986, p. 19–20)

<sup>33</sup> No original: “[...] *for poststructuralism, meaning and identity are effects rather than causes*”.

### 1.1.1. A epistemologia feminista

Em uma linha de raciocínio convergente, algumas correntes feministas se desenvolveram nas décadas de 1970-80 a partir da crítica de que o que até então se conhecia como racionalidade e objetividade tratava-se na verdade de uma interpretação eurocêntrica e masculinizada<sup>34</sup> do mundo e, conseqüentemente, viciada.

No livro *Feminist Epistemologies*, Lorraine Code sustenta que as correntes epistemológicas tradicionais se baseavam na ilusão de um sujeito universal e normativo em prol de uma visão neutra ou imparcial, mas ao fazê-lo, acabavam por reproduzir análises imprecisas e menos objetivas por desconsiderarem o contexto social e histórico desse sujeito. Assim, para uma interpretação mais assertiva e democrática da realidade, seria necessário considerar para além de suas camadas materiais, as dimensões subjetivas de quem a estivesse interpretando, ou seja: o conceito de *standpoint* ou “lugar de fala”<sup>35</sup>.



[...] embora a ideal objetividade do conhecedor universal não seja nem possível nem desejável, um compromisso realista em busca da adequação empírica, que se envolve em análises situadas das subjetividades tanto do conhecedor quanto (quando apropriado) do conhecido, é desejável e possível. Este exercício de supor que os lugares na fórmula 'S sabe que p' poderiam ser preenchidos afirmando 'Rushton sabe que negros são inferiores' mostra que reivindicações simples e proposicionais de conhecimento que representam os investigadores como observadores puramente neutros de dados inegáveis não podem ser permitidas como paradigmas de conhecimento. A objetividade exige levar em consideração a subjetividade (Code, 1993, p. 32)<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> E reflexo de uma série de cruzamentos de características dos sujeitos dominantes e normativos no mundo ocidental, ou seja: patriarcal, colonizadora, heterossexual, cisgênero, branca, sem deficiência, entre outros.

<sup>35</sup> “Pensar lugares de fala [...] seria desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos a fim de fazer emergir não somente contradiscursos, posto que ser contra ainda é ser contrária a alguma coisa. Ser contra-hegemônica ainda é ter como norte aquilo que me impõem. [...] são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante” (Ribeiro, 2019, p. 39).

<sup>36</sup> No original: “[...] *although the ideal objectivity of the universal knower is neither possible nor desirable, a realistic commitment to achieving empirical adequacy that engages in situated analyses of the subjectivities of both the knower and (where appropriate) the known is both desirable and possible. This exercise in supposing that the places in the S-knows-that-p formula could be filled by asserting "Rushton knows that blacks are inferior" shows that simple, propositional knowledge claims that represent inquirers as purely neutral observers of*

Com algumas exceções (como o Radfem<sup>37</sup>), as diversas correntes feministas defendem que o “gênero” (conceito desenvolvido na seção seguinte) não deve ser entendido como um fator isolado de opressão, e sim junto a outros marcadores como raça, classe, sexualidade, cultura e idade, entre outros; logo a luta feminista deve ser emancipatória para todos os indivíduos. Acredita-se que não haja uma hierarquia de subordinações, sendo praticamente um consenso que:



[...] tanto o termo quanto o projeto feminista, por si só, devem ser mais inclusivos [...]. Se o feminismo deve liberar as mulheres, ele deve combater todas as formas de dominação porque as mulheres perpassam todas as categorias de pessoas oprimidas. Assim, ao nos referirmos a um projeto liberatório como “feminista”, não é possível afirmar que ele abarca somente “mulheres” [...]” (Alcoff; Potter, 1993, p. 5)<sup>38</sup>.

No livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, Cinzia Arruda, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser reafirmam o lugar do movimento feminista como uma pauta de inclusão de todos os grupos marginalizados:



Esse feminismo não se limita às “questões de mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos de *feminismo para os 99%* (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 42).

A crítica mais recorrente às teorias feministas na filosofia relaciona-se ao seu caráter “abertamente” político, logo, “intelectualmente inferior”. Esse entendimento se enquadra, sob uma lente pós-estruturalista, no mito da neutralidade, que pressupõe que a qualidade de um estudo científico é diretamente proporcional à sua imparcialidade e ao seu tecnicismo. A

---

*unignorable data cannot be permitted to count as paradigms of knowledge. Objectivity requires taking subjectivity into account”.*

<sup>37</sup> Para saber mais, consultar <<https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/o-radfem-e-seu-papel-de-exclusao-das-mulheres-trans-dentro-no-feminismo-contemporaneo>>, acesso em 08 de agosto de 2022.

<sup>38</sup> No original: “[...] *both the term and the project of feminism itself must be more inclusive [...]. If feminism is to liberate women, it must address virtually all forms of domination because women fill the ranks of every category of oppressed people. [...] Thus, to refer to a liberatory project as ‘feminist’ cannot mean that it is only for or about ‘women’ [...]*”.

epistemologia feminista, por outro lado, alega que toda ciência reflete um posicionamento subjetivo e uma relação de poder<sup>39</sup>.

A escritora e pesquisadora portuguesa afrodescendente Grada Kilomba questiona a parcialidade da epistemologia tradicional, que reflete os interesses políticos da sociedade branca, colonial e patriarcal:



Por favor, deixem-me lembrar-lhes o que significa o termo epistemologia. O termo é composto pela palavra grega episteme, que significa conhecimento, e logos, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: 1) (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2) (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3) (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos. É comum ouvirmos o quão interessante nosso trabalho é, mas também ouvimos o quão específico ele é: “Isso não é nada objetivo!” “Você tem que ser neutra...” “Se você quiser se tornar uma acadêmica, não pode ser pessoal” “A ciência é universal, não subjetiva” (Kilomba, 2016).

Entende-se que o conhecimento é socialmente localizado e, para compreendê-lo, é necessário identificar o local a partir do qual ele foi produzido. Dessa forma, para “as feministas, o objetivo da epistemologia vai além de satisfazer curiosidades intelectuais: ela deve também contribuir para um objetivo emancipatório de expansão da democracia na produção do conhecimento” (Alcoff; Potter, 1993, p. 13)<sup>40</sup>.

Maior do que um discurso exclusivamente identitário ou epistemológico, o feminismo também perpassa por debates de justiça redistributiva. O capital continua a ser o principal símbolo de poder social tangível. Apesar das tentações e influências do feminismo liberal, que sustenta a equidade como um vetor de inserção da mulher no mercado de trabalho, há correntes que compreendem a importância de que a equitativa distribuição de recursos seja uma realidade acessível a todas as pessoas. Silvia Federici, filósofa italiana explica:

<sup>39</sup> Sobre discriminação epistêmica ou epistemicídio, recomenda-se (Alcoff; Dalmiya, 1993).

<sup>40</sup> No original: “For feminists, the purpose of epistemology is not only to satisfy intellectual curiosity, but also to contribute to an emancipatory goal: the expansion of democracy in the production of knowledge”.



[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Neste sentido, é bem merecida [sic] a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos - maternidade, parto, sexualidade -, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres (Federici, 2017, p. 38).

Na atualidade, diante da evidente ruína do nosso sistema de produção e crise de proporções monumentais, pandemias e adoecimentos, desastres e eventos climáticos extremos, emergências migratórias, conflitos armados e retrocessos de direitos, o feminismo também se constitui enquanto um movimento progressista – pelo menos na teoria, na prática nem sempre - em defesa de todas as mulheres da classe trabalhadora:



[...] racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas. [...] internacionalista, esse feminismo se opõe firmemente ao imperialismo e à guerra. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 43).

Uma sociedade “feminina” provocaria a inversão dos valores colocados sustentados pelo capitalismo. Defende o resgate de saberes ancestrais, pela coletivização dos cuidados e a valorização do trabalho reprodutivo, por padrões de liderança menos hierárquicos e mais participativos, pela inseparabilidade de seres humanos e natureza, pelo fim da máquina de guerra e do sistema de encarceramento em massa, pela permeabilidade entre os espaços públicos e privados, a reaproximação da produção ao consumo etc.

Se a casa é o oikos em que a economia é construída, então são as mulheres, historicamente as trabalhadoras e prisioneiras do espaço doméstico, que devem reclamar as casas como o centro da vida coletiva, atravessado por múltiplas pessoas e formas de cooperação, provendo segurança sem isolamento e fixação, dando espaço para as trocas e a circulação de bens compartilhados e, sobretudo, fornecendo a fundação para formas coletivas de reprodução da vida. [...] Dizer que as mulheres deveriam liderar a coletivização do trabalho reprodutivo e doméstico não é naturalizar esses trabalhos como uma vocação feminina, e sim recusar o apagamento das experiências coletivas, o conhecimento e a luta das mulheres no que diz respeito justamente ao trabalho reprodutivo, cuja história é uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo. Reconectar com essa história é um passo crucial para as mulheres e os homens, tanto para que desfaçamos a arquitetura atribuída de gênero das nossas vidas quanto para reconstruir nossas casas e vidas como bens comuns (Federici, 2019, p. 379).





### 1.1.1. O sujeito normativo

Olharmos com tanta paixão e obstinação aos grupos não dominantes teve o efeito de reproduzir a sensação de estranheza, a diferença, a excepcionalidade desses grupos, o sentimento de que eles são desvios da norma. Enquanto isso, a norma seguiu adiante como a forma natural, inevitável e comum de sermos humanos<sup>41</sup> (Dyer, 2002, p. 126, tradução nossa).

A posição do sujeito normativo em nossas construções sociais e processos de significação se constitui também a partir de uma relação de centro e periferia. Em um processo de autoafirmação e perpetuação, os grupos dominantes marcam os demais e os renegam às margens das estruturas, como explica Grada Kilomba em continuidade ao discurso transcrito na página 43:



Assim que começamos a falar e a proferir conhecimento, nossas vozes são silenciadas por tais comentários, que, na verdade, funcionam como máscaras metafóricas. **Tais observações posicionam nossos discursos de volta para as margens como conhecimento “desviado” e desviante enquanto discursos brancos permanecem no centro, como norma.** Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico. Universal/específico; Objetivo/subjetivo; Neutro/pessoal; Racional/emocional; Imparcial/parcial; Eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento; nós, experiências. Nós não estamos lidando aqui com uma “coexistência pacífica de palavras”, e sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar (Kilomba, 2016).

Nas diversas categorias que formulam identidades e subjetividades, há indivíduos que representam o padrão e outros, em consequência, o desvio. A psicóloga Lia Schurman, no livro *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*, explica:



[...] os estudos sobre raça marcados pela transferência do olhar das margens para o centro é um análogo lógico dos estudos feministas [...]. Considerando a categoria “gênero” como relacional, passaram também a estudar e levantar “o problema do homem” [...]. Na mesma lógica, a heterossexualidade passou a ser questionada [...] com a finalidade de desmarginalizar a homossexualidade. Em todos esses casos, a lógica foi tirar o olhar das identidades consideradas de margem e voltar para a autoconstrução do centro com o intuito de olhar, revelar e denunciar também o seu conteúdo, que até então havia sido privado de uma análise crítica (Schurman, 2012, p. 50).

<sup>41</sup> No original: “Looking, with such passion and single-mindedness, at non-dominant groups has had the effect of reproducing the sense of the oddness, differentness, exceptionality of these groups, the feeling that they are departures from the norm. Meanwhile the norm has carried on as it is the natural, inevitable, ordinary way of being human.”



Em *Os anormais*, Foucault sugere que a norma constitui o conjunto de características que difere os sujeitos veladamente autorizados a integrar de forma plena a sociedade e aqueles que não, que ele chama de “anormais”, que inclui, por exemplo, os loucos, os doentes, os criminosos, os desviantes, as crianças, e os pobres (Foucault, 2010, p. 54). A esses cabe mecanismos de correção ou de exclusão visando a sua adequação ao normal, ou seja, a normalização. Trata-se então de uma concessão de poder a alguns grupos em detrimento de outros, como ele afirma:



[...]a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado (Foucault, 2010, p. 62).

Assim, os grupos normativos – e os seres humanos como um todo – geralmente lidam com as diferenças de forma hierárquica, atribuindo privilégios aos seus iguais e subjugando os diferentes. Indivíduos pertencentes ao grupo de *locus* social mais favorecido conferem aos demais lugares de grupos subalternizados (Ribeiro, 2019, p. 37). Audre Lorde explica essa reatividade de forma didática:



Todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas (Lorde, 2019, p. 239).

As subjetividades, então, não se constroem isoladamente, mas sim em contraposição aos outros, a partir da constatação das semelhanças e das diferenças. Logo, a hegemonia de alguns grupos se constitui, na perspectiva gramsciana, como “um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo” (Williams, 1979, p. 113), a partir da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se. Ícone do pensamento feminista, Simone Beauvoir explica essa visão relacional do sujeito hegemônico que coloca os “outros” como ameaça:

Os judeus são “outros” para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. Ao fim de um estudo aprofundado das diversas figuras das sociedades primitivas, Lévi-Strauss pôde concluir:



“A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos fenômenos que cumpre explicar os dados fundamentais e imediatos da realidade social”. Tais fenômenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein* baseado na solidariedade e na amizade. Esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto (Beauvoir, 2014, p. 11–12).

Essa relação de poder perpassa diversas esferas, como a própria participação política, que reserva aos indivíduos universais o direito à voz, à liberdade e até mesmo à própria cidadania. Na pesquisa *Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas*, a cientista política Teresa Sacchet investiga até que ponto a inclusão de membros de grupos sociais não hegemônicos em processos político-decisórios pode ser justificada desde uma perspectiva normativa. Nas discussões sobre democracia e representatividade dentro de uma visão liberal, não há espaço para corpos desviantes disputarem processos eleitorais em condições de igualdade, o que faz com que as suas demandas específicas não sejam incorporadas ao arcabouço legislativo, considerando a relação estreita entre quem é o legislador e o conteúdo do que é legislado (Sacchet, 2012, p. 340).

Também para a Anne Phillips, Professora Emérita de Teoria Política na *London School of Economics*, na perspectiva da democracia liberal, não há espaço de fato para as mulheres nessa arena, que impõe aos que podem adentrá-la a condição de cidadãos abstratos, apagando todas as diferenças (de classe, gênero, raça etc.) em relação a um determinado corpo masculino, que representa a norma.

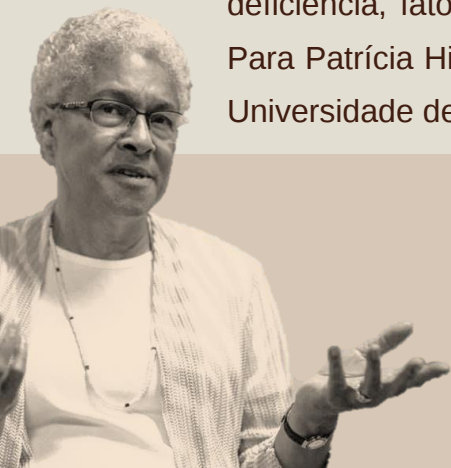


Os democratas liberais, em particular, acreditam ter estendido todos os direitos e liberdades necessários às mulheres ao permitir-lhes o voto nos mesmos termos dos homens. Isso é simplesmente inadequado, como até os indicadores mais crus (como o número de mulheres na política) mostram. A democracia não pode pairar acima da diferença sexual, mas tem que ser redefinida com essa diferença em mente. Uma implicação óbvia é que a democracia deve lidar conosco não apenas como indivíduos, mas como grupos. [...] A composição de nossas assembleias eleitas está em causa porque as pessoas não são todas as mesmas, e o fato de que elas sejam tão consistentemente

enviesadas em direção a certas categorias ou grupos é evidência suficiente para isso. Quando as características dos eleitos se desviam em grau significativo daquelas do eleitorado como um todo, há um caso claro para dizer que algo está errado (Phillips, 2011, p. 341–342).

Assim, ao se definir um sujeito dos direitos, define-se também o seu oposto: o não-sujeito. Os mesmos mecanismos excludentes marcam os corpos desviantes, seja em termos de gênero, mas também de raça, deficiência, idade, etnia, crença, sexualidade, afetividade, entre outros, garantindo, em via de regra, a hegemonia da heterocisnormatividade<sup>42</sup>.

No contexto e nas categorias em análise nesta dissertação (gênero, raça e deficiência), sobressaem como norma: os homens cisgênero, brancos e sem deficiência, fato que buscaremos comprovar a partir da tabulação dos dados. Para Patrícia Hill Collins, professora emérita do departamento de sociologia da Universidade de Maryland e pesquisadora interseccional:



O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, **homens brancos poderosos definem-se como sujeitos**, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos (Collins, 2016, p. 105).

## 2.2. Marcadores de diferença

A partir dessa contextualização preliminar, surge o desafio, no escopo da presente pesquisa, de se conceituar sob preceitos pós-estruturalistas e feministas, as categorias a serem analisadas. Reitera-se que qualquer tentativa de tradução em palavras desses conceitos, na sua complexidade, será naturalmente limitada e distorcida, o que não elimina a pertinência de fazê-lo para auxiliar na compreensão dos objetivos do presente estudo.

<sup>42</sup> “Heterocisnormatividade é a aglutinação das palavras heteronormatividade e cisgeneridade que indica o estabelecimento de um padrão social de comportamento baseado tanto na heterossexualidade - orientação sexual dirigida para o “sexo” oposto - como na cisgeneridade - “congruência” entre o “sexo biológico” determinado ao nascer e o gênero com o qual uma pessoa se identifica - como únicas formas possíveis e inteligíveis de se viver os afetos, os desejos e os gêneros” (Bianor, 2019, p. 18).

Cabe também ressaltar, como observado por Paul Abberley, pioneiro nos estudos sobre deficiência, que falar de opressões não significa enquadrá-las em um guarda-chuva monolítico e hermético de subordinação sob o qual podemos incluir mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, entre outros. É preciso compreender que as formas pelas quais as relações de poder se manifestam são sofisticadas e variáveis em forma, conteúdo e localização. Mais importante ainda é destacar que essas desvantagens e as ideologias que lhes dão suporte não são naturais e muito menos inevitáveis. Finalmente, esse processo envolve identificar quem são os beneficiários desse estado de fato (Abberley, 1987, p. 7).

Assim, faremos a seguir uma tentativa de alinhamentos sobre o que se entende por essas categorias e sobre os sujeitos que são e os que não são socialmente marcados por elas. Em seguida, buscaremos na tabulação dos dados a confirmação das assimetrias entre esses grupos na prática profissional.

### 1.1.1. Gênero



A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção de crítica feminista (Butler, 2003, p. 12).

No bojo do feminismo é que nascem as ideias sobre o significado de “gênero”. Enquanto uma noção cunhada nas teorias pós-estruturalistas, não há, conseqüentemente, clareza ou coerência nas definições sobre essa categoria. Conceituá-la no universo genealógico, linguístico e epistemológico moderno é um desafio, sendo impossível enquadrar em estruturas unidimensionais uma experiência complexa e multifacetada. Joan Scott, historiadora norte-americana, relata essa dificuldade de se teorizar o conceito no léxico até então vigente:



Na sua maioria, as tentativas dos/das historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causalidade social, mas também aos compromissos feministas com análises que levam à mudança (Scott, 1995, p. 74).

Assim sendo, qualquer tentativa de enquadrar o entendimento de gênero em estruturas rígidas e finitas será reificadora<sup>43</sup>, universalizante, sub ou superinclusiva ou ainda imbuída de contradições, o que não impede e nem torna menos urgente que se proponha um ponto de partida, a partir da aceitação de que as categorias analíticas sempre serão limitadas e incompletas. Para Scott, precisamos rejeitar oposições binárias, desconstruir os termos da diferença sexual e entender melhor a distinção entre o nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar, para encontrarmos formas (mesmo que imperfeitas) de submeter de maneira contínua as nossas categorias à crítica e nossas análises à autocrítica. Sandra Harding, filósofa e pesquisadora estadunidense, sugere que a teoria feminista aceite a instabilidade das categorias analíticas e tire partido delas como recurso de pensamento e prática:



Como poderemos, então, construir uma teoria feminista adequada ou mesmo diversas teorias, pós-modernas ou não? Onde iremos encontrar conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais? Por um lado, podemos usar a força da razão e da vontade, modeladas pelas lutas políticas, para reunir o que vemos diante de nossos olhos na vida e na história contemporâneas numa imagem conceitual clara e coerente [...]. Por outro lado, é possível aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. Não há “ciência normal” para nós! (Harding, 2019, p. 98).

Nas mais diversas correntes do feminismo, a “generificação” dos corpos é discutida e formulada a partir de percepções que interrelacionam poder, discurso e identidade. A “confusão subversiva” (Butler, 2003, p. 60) e a polifonia de abordagens coincidem, irônica ou propositalmente, com as próprias propostas relacionais, pós-estruturalistas e desconstrucionistas de rejeição a determinismos e cânones. Não há e não se espera que haja unanimidades, talvez seja essa a única delas. A pluralidade de significações e interpretações

---

<sup>43</sup> [reificar:] verbo transitivo direto: 1. Contemplar uma realidade abstrata como uma coisa concreta; 2. Atribuir o caráter de coisa a; coisificar; 3. (filosofia) Ficar alienado, sem reação (Michaelis, 2022).

não deve ser entendida como uma fragilidade discursiva, e sim como uma problematização necessária.

No geral, sugere-se que as relações e diferenças entre sexo, gênero e desejo operem para além de dimensões biológicas e naturalísticas, e sim em contextos muito mais baseados na performatividade<sup>44</sup>, nas subjetividades, nos processos de enculturação e nas construções coletivas. Não se espera coerência entre genitália e identidade ou afetividade; e não se limitam os corpos a objetivos reprodutivos. Já nos anos 50, Simone de Beauvoir, dizia:



Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (Beauvoir, 2014, p. 9).

Para ela, o masculino representa a universalidade descorporificada e o feminino a corporalidade renegada. Esse raciocínio, ainda dialético, foi desconstruído e ampliado posteriormente por filósofas como a francesa Luce Irigaray, que sugere que tanto o marcador como o marcado são enquadrados em um sistema masculinista, no qual o corpo feminino sequer aparece, sendo alienado e anulado nesse universo (Irigaray, 1985, p. 33).

Joan Scott resume as abordagens analíticas de gênero em três macro posições teóricas, demonstrando que a “história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, em seus contextos específicos e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações” (Scott, 1995, p. 84).

<sup>44</sup> “Dizer que o gênero é performativo significa dizer que ele tem uma certa expressão e manifestação; já que a “aparência” do gênero é muitas vezes confundida com um sinal de sua verdade interior ou inerente. O gênero é condicionado por normas obrigatórias que o fazem definir-se em um sentido ou outro (geralmente dentro de uma estrutura binária) e, portanto, a reprodução do gênero é sempre uma negociação de poder. Por fim, não há gênero sem reprodução de regulamentos que comprometam a conformidade ou não conformidade com esses regulamentos, que abre a possibilidade de uma reelaboração da realidade de gênero meio de novas maneiras” (Butler, 2009, p. 322). No original: “*Decir que el género es performativo significa decir que posee una determinada expresión y manifestación; ya que la “aparencia” del género a menudo se confunde con un signo de su verdad interna o inherente. El género está condicionado por normas obligatorias que lo hacen definirse en un sentido u otro (generalmente dentro de un marco binario) y por tanto la reproducción del género es siempre una negociación de poder. Finalmente, no hay género sin reproducción de normas que pongan en riesgo el cumplimiento o incumplimiento de esas normas, con lo cual se abre la posibilidad de una reelaboración de la realidad de género por medio de nuevas formas*”.



A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (Scott, 1995, p. 77).

Assim, o termo “**gênero**” foi historicamente adotado em substituição ao termo “mulheres”, para incluir na mesma dimensão relacional os homens, sugerindo que ambos deveriam ser marcados pela categoria, diferentemente do que acontece na prática, na qual os homens são percebidos como a regra e as mulheres o desvio. Para Monique Wittig, autora feminista francesa, “[...] não há dois gêneros. Há somente um: o feminino; o masculino não sendo um gênero. Pois o masculino não é o masculino, e sim o geral” (Wittig, 1983, p. 64)<sup>45</sup>.

Essa resignificação, segundo Scott (Scott, 1995, p. 75), pode ter sido também reflexo de uma tentativa de maior aceitação na academia e nos discursos teóricos das ideias feministas, considerando que “gênero” tem uma conotação mais neutra e objetiva que “mulheres”, além de não posicionada em relação às desigualdades ou referência explícita da parte lesada.

Em outras culturas, o gênero não tem a mesma aplicabilidade que tem nas culturas ocidentalizadas. Tomando a linguística como um exemplo das divergências regionais, sabe-se que em alguns idiomas indo-europeus, além das variações feminina e masculina, o sujeito gramatical pode ser flexionado de forma neutra (Scott, 1995, p. 72). Segundo a pesquisadora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (Oyěwùmí, 1997), na língua Yorùbá, a categoria “mulher” sequer existe, não havendo distinções de gênero nem na gramática e nem em nomes próprios. Em diversos povos tradicionais norte-americanos<sup>46</sup>, acredita-se que alguns indivíduos tenham dois espíritos (os chamados “*two-spirit*”), corporificando seja o masculino quanto o feminino simultaneamente (Fernandes, 2015).

<sup>45</sup> No original: “[...] *there are not two genders. There is only one: the feminine, the 'masculine' not being a gender. For the masculine is not the masculine but the general*”.

<sup>46</sup> Para mais informações sobre as relações de gênero nos povos indígenas brasileiros, recomenda-se consultar: (Sacchi; Gramkow, 2012).

Ressalvadas – mas não minimizadas ou epistemizadas - essas complexidades regionais, assim como as posições antagônicas, o gênero tem se mostrado uma ferramenta discursiva certamente didática e dialógica no mundo das tradições judaico-cristãs e islâmicas, assim como nas pesquisas acadêmicas contemporâneas sobre diversidade e representatividade. “O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente [...]” (Scott, 1995, p. 88). Sobreposto a outras dimensões, ele pode ser instrumento de práxis crítica e projeto político de resistência, para além de uma simples chave analítica.

Judith Butler, importante referência estadunidense do pensamento pós-estruturalista, feminista e *queer*, propõe a ruptura das categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade. Para ela, o gênero é muito mais que um “fator” ou “dimensão” de análise, e sim uma marca à qual algumas pessoas estão sujeitas por suas diferenças biológicas, linguísticas ou culturais. Assim, discursos que defendem a relação direta entre sexo (genitália), identidade e atração impõem o que ela chama de “heterossexualidade compulsória” (ou heterossexismo, heteronormatividade; matriz heterossexual), onde a não coerência entre um e o outro é vista como desvio da norma e até mesmo como enfermidade<sup>47</sup>.

Em meados da década de 90 surge o termo “**cisgênero**” (ou cis), para descrever pessoas que não são “**transgênero**”<sup>48</sup> (ou trans). Essa denominação é frequentemente atribuída a Carl Buijs, um homem trans holandês (Leonardo; Athayde; Pocahy, 2017), para preencher a lacuna de designação para pessoas que representam a “norma”, o hegemônico, sem conotar superioridade. Cisgênero é uma pessoa cuja identidade (experiência interna e individual) corresponde ao sexo atribuído no nascimento (genitália, aparato reprodutivo biológico).

---

<sup>47</sup> Somente em maio de 2012, após quase 30 anos desde a sua inclusão, a transexualidade foi retirada do rol da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), decisão oficializada durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde e com efeitos plenos apenas a partir de 1º de janeiro de 2022 (CFP, 2019).

<sup>48</sup> Termo que se difere de “transexual”, por independer de qualquer relação corpórea. “Transgênero” compreende identidade psíquica, não tendo relação com características físicas. “Transexual” geralmente se refere à pessoa que passa pela transição sexual por tratamentos hormonais ou cirúrgicos a fim de se assemelhar fisicamente com sua identidade de gênero (Dias, 2021).



Assim, se um indivíduo de identidade masculina ao nascer foi determinado com o sexo masculino, ele é um homem cis; se ao nascer ele foi determinado com o sexo feminino, ele é um homem trans. Autoras *queer* como Butler (Butler, 2003) e Wittig (Wittig, 1983) sugerem a supressão da categoria “sexo”<sup>49</sup>, sendo que o conceito de “gênero” já comporta a relação entre identidade e genitália, sendo menos determinista e um reflexo mais completo da identidade social do indivíduo. Viviane Vergueiro, pesquisadora e ativista do Fundo Internacional Trans; diz:



[...] uma primeira definição para a cisgeneridade seria considerá-la a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. E aqui talvez seja importante uma ressalva sobre os propósitos deste conceito: aqui, não se trata de almejar a criação de uma “identidade cisgênera”, ao menos não no sentido de reproduzir o exercício de diagnóstico e imposição identitária que é colocado diante das comunidades e pessoas trans travestis. Trata-se, sim, de um corporais e de identidades de gênero sem recorrer a terminologias que, de uma maneira ou outra, partem da naturalidade ou superioridade cisgênera – como, por exemplo, o uso de termos como “biológico” e “de verdade” para designar pessoas que não sejam trans travestis. (VERGUEIRO, 2016, p. 252)

O mesmo processo etimológico ocorreu com uma categoria que não será objeto direto desta dissertação, mas que carece de uma breve explanação afim de diferenciá-la do “gênero”: a “**orientação sexual**”, “sexualidade” ou “afetividade”, que consiste basicamente em uma percepção relacional de desejo ou atração física por outros indivíduos. O termo “heterossexual” foi cunhado no início do século XX para designar a sexualidade normativa, em um paralelo à terminologia da sexualidade desviante, “homossexual”, cuja definição já existia anteriormente.

O pesquisador Jonathan Ned Katz, no livro *A invenção da heterossexualidade* (Katz, 1995, p. 92) relata a evolução dos termos na língua inglesa a partir do histórico de verbetes do dicionário *Webster’s New International*

---

<sup>49</sup> “Para Wittig, a restrição binária que pesa sobre o sexo atende aos objetivos reprodutivos de um sistema de heterossexualidade compulsória; ela afirma, ocasionalmente, que a derrubada da heterossexualidade compulsória irá inaugurar um verdadeiro humanismo da ‘pessoa’, livre dos grilhões do sexo” (Butler, 2003, p. 41).

*Dictionary* (entre outros). Em 1909, o termo **homossexualidade** é definido pela primeira vez no glossário como “paixão sexual mórbida por uma pessoa do mesmo sexo” (grifo nosso). Em 1923, o termo **heterossexualidade** resgata e adapta a descrição do verbete anterior, o definindo como “paixão sexual mórbida por uma pessoa do sexo oposto” (grifo nosso).

Somente em 1934, ambos os termos aparecem sem qualquer conotação de enfermidade médica, sendo a **homossexualidade** então definida como “erotismo por uma pessoa do mesmo sexo” e a **heterossexualidade** como “manifestação de paixão sexual por uma pessoa do sexo oposto; sexualidade normal” (grifo nosso). Nota-se que a publicação deixa clara qual das duas manifestações é tida como norma e qual é tida como dissonante.

Tanto o gênero quanto a sexualidade não se resumem a novas binaridades, como cis *versus* trans ou hetero *versus* homo, havendo outras identidades e orientações possíveis. No caso do gênero, há pessoas que se autodeterminam não binárias, travestis (uma vivência exclusiva do contexto histórico-social latino-brasileiro), gênero fluido, *queer*, agênero, e muitos outros<sup>50</sup>.

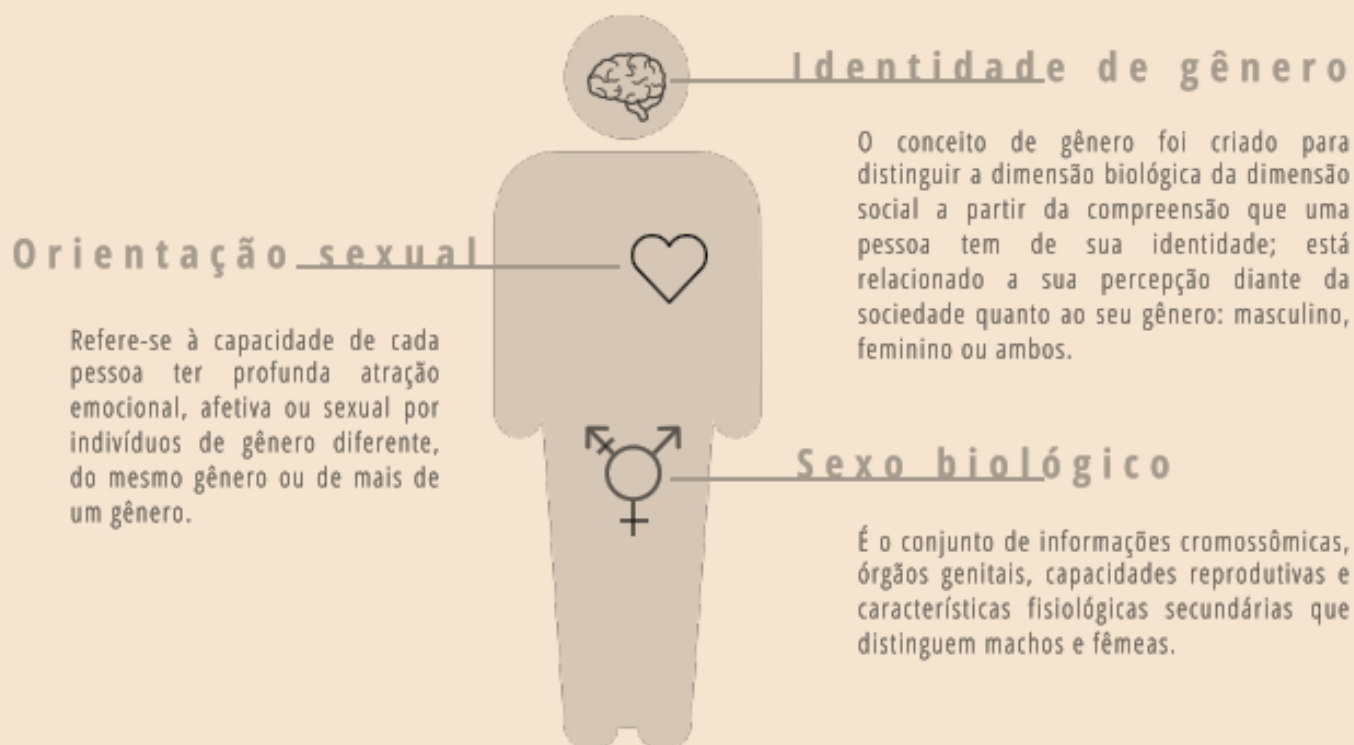
Da mesma forma, em termos de orientação sexual, há pessoas que se autodeterminam bissexuais, assexuais, pansexuais, e muitos outros. Fato é que ambas as categorias/marcadores são conceitos cunhados no pós-estruturalismo, não necessitando de limites além daqueles da subjetividade, sendo passíveis de representar uma pluralidade de existências e dotar os seres humanos do direito à autodeterminação<sup>51</sup>.

A imagem a seguir ilustra e resume essas implicações, associando o sexo à genitália, a orientação sexual ao coração e a identidade de gênero ao cérebro:

<sup>50</sup> Sugere-se consultar: <https://orientando.org/listas/lista-de-generos/> e [https://identidades.fandom.com/pt-br/wiki/Wiki\\_Identidades](https://identidades.fandom.com/pt-br/wiki/Wiki_Identidades).

<sup>51</sup> Sobre direito à autodeterminação, recomenda-se (Gerassi; Brasil, 2014).

Figura 21 – Conceitos de “gênero”, “sexualidade” e “sexo”



Fonte: (GDF, 2022, p. 12)

### 1.1.2. Raça

Enquanto “raça” não é biologia, o racismo de fato afeta nossa biologia, especialmente a nossa saúde e bem-estar (AAPA, 1996)<sup>52</sup>.

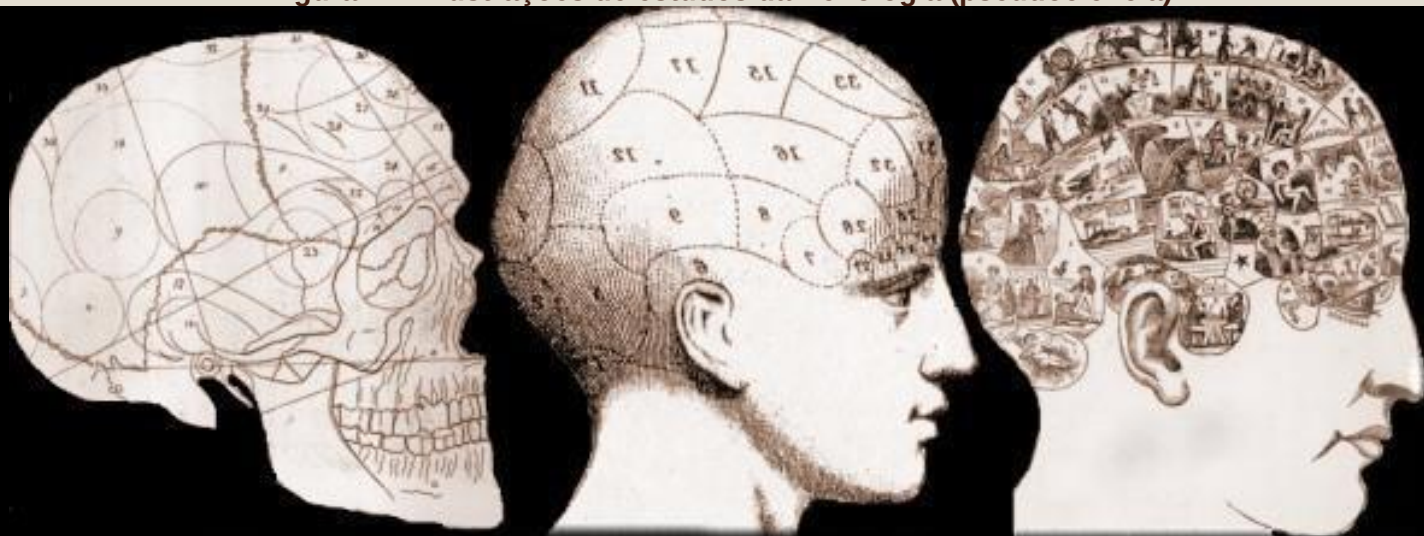
Para a conceituação do marcador “raça”<sup>53</sup>, igualmente complexo, é pertinente uma contextualização sobre o seu atual *status quo* e um brevíssimo panorama resgatando a evolução dos entendimentos sobre o termo, e os significados e discursos sobre raça construídos em nossa sociedade.

<sup>52</sup> No original: “While ‘race’ is not biology, racism does affect our biology, especially our health and well-being” (AAPA, 1996).

<sup>53</sup> Assim como na tese de Lia Vainer Schucman, ressalva-se: “No Brasil, de maneira geral, a questão da negritude tem sido mais investigada do que a do indígena e dos orientais, e estes estudos mostram que o contraponto do branco no imaginário coletivo tem sido o negro. Desta forma utilizo muitos destes trabalhos para a compreensão da branquitude, e por isto muitas vezes utilizo a categoria negra e não de outras minorias[...]” (Schucman, 2012, p. 18).

Houve momentos a partir do século XIX nos quais defendia-se a existência de raças de seres humanos, recorrendo-se a um paralelo com a taxonomia (classificação biológica), em um discurso de enquadramento eurocêntrico, determinista e hierárquico. A frenologia (atualmente classificada como pseudociência) buscava nas medidas dos crânios humanos explicativas para determinar a raça e origem dos indivíduos (Bove, 2020), como ilustrado na **Figura 22**.

**Figura 22 – Ilustrações de estudos da frenologia (pseudociência)**



Fonte: (Wyhe, 2011)

Essa narrativa disfarçada de cientificismo respaldou durante muito tempo estruturas colonialistas e escravistas<sup>54</sup>, assim como a ordem social e a dominação de certos grupos por outros. É importante registrar a pertinência também econômica dessas opressões, uma vez que “um escravizado

<sup>54</sup>[...] “raça” era um modo de classificação ligado especificamente aos povos em situação colonial. Ele subsumia uma crescente ideologia de desigualdade concebida para racionalizar as atitudes e o tratamento europeus aos povos conquistados e escravizados. Os defensores da escravidão, em particular durante o século 19, usaram “raça” para justificar a manutenção da escravidão. A ideologia ampliou as diferenças entre europeus, africanos e povos indígenas, estabelecendo uma hierarquia rígida de categorias socialmente exclusivas, destacou e reforçou diferenças desiguais de posição e status, e embasou a racionalização de que a desigualdade era natural ou dada por Deus. Os diferentes traços físicos de afro-americanos e índios tornaram-se marcadores ou símbolos de suas diferenças de status (AAA, 1998).

No original: [...] “race” was a mode of classification linked specifically to peoples in the colonial situation. It subsumed a growing ideology of inequality devised to rationalize European attitudes and treatment of the conquered and enslaved peoples. Proponents of slavery in particular during the 19th century used “race” to justify the retention of slavery. The ideology magnified the differences among Europeans, Africans, and Indians, established a rigid hierarchy of socially exclusive categories underscored and bolstered unequal rank and status differences, and provided the rationalization that the inequality was natural or God-given. The different physical traits of African-Americans and Indians became markers or symbols of their status differences).

trabalhando na plantação, na colônia, chegava a ser até 130 vezes mais lucrativo para a Inglaterra do que um inglês trabalhando no próprio país<sup>55</sup> (Williams, 1994, p. 40). Assim, o olhar europeu transformou os não europeus em um diferente e, muitas vezes ameaçador, outro (Said; Bueno, 2001, p. 19). Segundo Maria Aparecida da Silva Bento, pesquisadora do impacto do racismo nas relações sociais e de trabalho:



O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de "bárbaros", "pagãos", "selvagens" e "primitivos" evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa (Bento, 2022, p. 18).

Com a evolução da ciência, comprovou-se que não há fatores genéticos ou diferenças biológicas que determinem a existência de raças entre os seres humanos, existindo apenas uma única espécie: o *Homo sapiens*. Estudos do DNA humano demonstraram que há mais variações nas sequências base entre indivíduos de um mesmo suposto "grupo racial" do que entre indivíduos de grupos distintos (AAA, 1998). Assim, a ideia de "raça" carrega muito mais significados socialmente projetados do que meras diferenças físicas.

Por outro lado, apesar de comprovado que raças humanas não existem, o racismo<sup>56</sup> é um fenômeno muito real e estruturalmente impregnado em nossa sociedade. Igualmente ao sexismo (e outras formas de opressão), ele coloca o sujeito privilegiado/hegemônico – que, nesse caso, se entende como "branco" – como a regra e marca todos os sujeitos dissonantes. O sociólogo Guerreiro Ramos diz:



Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência. E, de fato, a cultura brasileira tem conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos, de "problema do negro" (Ramos, 1995, p. 192).

<sup>55</sup> No original: "every person employed on the sugar plantations was 130 times more valuable to England than one at home".

<sup>56</sup> [...] O racismo se desdobra em duas grandes vertentes. A discriminação e o preconceito racial. A **discriminação** é o racismo em ato. [...] O **preconceito** é um fenômeno menos explícito que, ao contrário da discriminação, não consubstancia ato manifesto. [...] O **racismo institucional** pode ser identificado a forma mais sofisticada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico-institucional. Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil (Theodoro, 2013, p. 4–5).

Cida Bento (como ela própria se autodenomina) sugere, em seu livro *O pacto da branquitude*, uma operação inversa a fim de demonstrar como opera a discriminação racial: a racialização das pessoas brancas. Segundo a autora, há um pacto narcísico velado entre os brancos (às vezes consciente, mas muitas vezes inconsciente) em prol da manutenção de seus privilégios históricos, da autopreservação e da predileção por seus semelhantes, como se o diferente os intimidasse e colocasse em perigo: “esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele” (Bento, 2022, p. 12). A proposta de classificar esse comportamento sob a mesma ótica universalizante aplicada pelos brancos aos demais, generalizando-os no guarda-chuva denominado “branquitude”, é um exercício didático para ilustrar o racismo:



Ou seja, trata-se de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os "outros" racializados, os considerados "grupos étnicos" ou os "movimentos identitários" para o centro, onde foi colocado o branco, o "universal", e a partir de onde se construiu a noção de "raça" (Bento, 2022, p. 9).

Cida Bento exemplifica a naturalização da branquitude, utilizando como exemplo as capas de revista de uma banca de jornal e a larga predominância de pessoas brancas nelas retratadas. Essa “cota 100% branca”, construída silenciosamente ao longo de séculos de opressão contra negros e indígenas é raramente questionada pelos brancos, mas assim que eles visualizam um periódico com imagens exclusivamente de negros em suas páginas, reagem contrariamente: “racismo às avessas! Uma revista só para negros?” (Bento, 2005).

Ironicamente, os homens brancos são a maior parcela dos fervorosos defensores da meritocracia e os que mais se incomodam com propostas de ações afirmativas, alegando que todos os seres humanos devem ser tratados de forma isonômica. No entanto, quando as estruturas dominantes e tão entranhadas os favorecem, esse posicionamento crítico parece ser seletivamente deixado de lado.

Paradoxalmente, a existência da “raça” se faz necessária – única e exclusivamente – no contexto da pauta antirracista. Como defendido pelo sociólogo Antonio Guimarães: “Na dialética da dominação e da resistência, a

raça é construída para oprimir, mas não pode ser combatida a não ser pela raça construída para resistir” (Guimarães, 2012, p. 15). Tanto a branquitude<sup>57</sup> como a negritude, entre outros, são ferramentas discursivas para exemplificar em caráter provisório e para fins emancipatórios as opressões e os privilégios socialmente estabelecidos a partir de critérios físicos ou culturais.

Assim, uma aplicação abstrata do conceito de raça se torna imprescindível, por exemplo, em pesquisas demográficas e levantamentos estatísticos como subsídio para políticas públicas de reparação. Para a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Lívia Santana Vaz:



Se os dados estatísticos seguem demonstrando que a raça figura como fator que condiciona o acesso das pessoas aos direitos fundamentais, o Direito deve continuar pautando a questão racial como mecanismos de reconhecimento das desigualdades e de proteção e promoção dos direitos dos grupos racialmente vulnerabilizados (Vaz, 2018, p. 16).

É importante registrar, que diferentemente de outros contextos em que o racismo se manifesta a partir da descendência e da origem racial das pessoas, no Brasil o racismo é de marca, ou seja, é postulado a partir de características físicas – ou fenotípicas (Gomes, 2021, p. 98). Isso significa que o nosso contexto histórico-social não foi travado por um apartheid – ou seja, um regime autoritário de separação racial, o que não minimiza as violências sofridas pela população negra, mas é reflexo de processos de miscigenação decorrentes seja do estupro de escravizadas negras e indígenas pelos senhores de engenho como das teorias do embranquecimento<sup>58</sup> e, é óbvio por legítimos relacionamentos interraciais.

<sup>57</sup> Recomenda-se enfaticamente a leitura do capítulo “*The souls of white folk*” (Du Bois, 1999).

<sup>58</sup> Projeto defendido pela elite brasileira, em especial pelo antropólogo João Baptista de Lacerda no primeiro Congresso Universal das Raças em 1911, de uma política imigratória com o objetivo de provocar o desaparecimento do negro através da “salvação” do sangue europeu. Em sua tese *Sur le métis au Brésil*, ele sugeria que, dentro do período de três décadas, o Brasil seria um país totalmente branco e ilustrava esse processo a partir da obra “A redenção de Cã”, ilustrada na **Figura 23**, que retrata uma avó de pele retinta grata pelo nascimento do neto de pele clara (Lacerda, 1911).

Figura 23 - A redenção de Cã



Fonte: (Brocos, 1895)

Assim, a racialização das pessoas no Brasil se dá pela sua aparência, em uma escala repleta de nuances. Entre o preto retinto e o branco pálido existe uma hierarquização sofisticada e socialmente construída que nos classifica pela nossa distância ou proximidade a esses dois polos, que vão além de uma mera graduação de melanina e são: de um lado a amefricanidade<sup>59</sup> e do outro o colonizador europeu ariano. “Dito de outro modo, tudo o que esteja expresso no corpo humano que possa ser remetido à africanidade é, invariavelmente, um componente do escrutínio colorista” (Devulsky, 2021, p. 39). Em seu livro *Colorismo*, a advogada e pesquisadora Alessandra Devulsky explica o conceito:

No Brasil, cada sujeito é atravessado pelos valores raciais, os quais criaram no decorrer dos séculos a aversão ao cabelo crespo, ao nariz largo, aos lábios grossos, e todas as outras características atinentes às origens africanas.

Entretanto, o colorismo vai além da rejeição aos traços, e toca a constituição da psiquê brasileira, do arquétipo do sujeito médio no Brasil. Da religiosidade africana, passando pelo emprego de termos linguísticos, da estética africana, dos maneirismos ligados ao samba,

<sup>59</sup> Categoria política construída por Lélia Gonzalez que confronta a hegemonia eurocêntrica e resgata a experiência de negros e indígenas nas colônias (Gonzalez, 1988).



até a capoeira, cada uma dessas dimensões da cultura negra são mais bem admitidas quando exercidas por brancos em vez de negros. Funda-se, assim, uma composição de associações culturais, uma rede de pertencimentos raciais que são admitidos desde que não exclusivamente negros. Por isso, portar um turbante pode ser considerado um acessório estético, uma moda, para uma pessoa branca, enquanto o mesmo turbante pode ser motivo de insulto ou de apedrejamento quando usado por um negro. No Brasil, o colorismo estipula o quanto é possível ser negro gozando de alguma segurança. A mestiçagem serve, assim, como *laisser-passer*. Contudo, um negro de pele clara lido como sujeito autorizado a circular na esfera branca de poder, ao portar um turbante, ao usar um *dread* no cabelo, pode perder com muita facilidade seu *laisser-passer* (Devulsky, 2021, p. 32).

Último país a abolir o regime escravocrata escravidão, o Brasil passou “do paraíso da democracia racial para o desvelamento do racismo em apenas algumas décadas” (Schucman, 2012, p. 28) e ainda manifesta profundas sequelas dessa estrutura de dominação no dia a dia da população não branca. Em 2003, uma pesquisa das Fundações Perseu Abramo e Rosa Luxemburgo constatou que 89% das pessoas entrevistadas reconheciam que existia racismo no Brasil (FPA; FRL, 2003, p. 33), porém 96% negaram ser preconceituosos em relação aos negros (FPA; FRL, 2003, p. 41).

Essa distorção de percepção é reflexo do caráter estrutural do racismo. Mais amplo do que o institucional, ele denuncia que as instituições são a materialização de uma estrutura de propagação do racismo como um de seus componentes intrínsecos. Como explica Silvio Almeida, atual ministro dos Direitos Humanos: “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2018, p. 36). Esse entendimento não afasta a necessidade de responsabilizações individuais, mas viabiliza a compreensão de que esses comportamentos só se manifestam por vivermos em um contexto favorável a esse tipo de conduta.

Entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutural social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias vazias ou o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (Almeida, 2018, p. 40).



### 1.1.3. Deficiência



Assim como os termos utilizados para denotar a cor da pele – pretos, afro-americanos, negros, mestiços – são frequentemente produzidos por uma sociedade incapaz de compreender o “branco” como uma tonalidade e não como um ideal, igualmente as denominações “deficientes”, “incapazes”, “debilitados”, são produtos de uma sociedade investida em negar a variabilidade dos corpos (Davis, 1995, p. XV)<sup>60</sup>.

A partir da citação acima de Lennard J. Davis, autor do livro *Impondo a normalidade: deficiência, surdez e o corpo*<sup>61</sup>, neste tópico será conceituado o marcador “deficiência” sob uma ótica livre de determinismos, incluindo apontamentos sobre a evolução dos debates a respeito do assunto nas políticas públicas.

Nas últimas décadas, a teorização da deficiência tem migrado para além do campo da medicina, da assistência e da fisioterapia e alcançado espaço em estudos sociais, políticos e identitários. Diversos pilares das teorias feministas também se aplicam na compreensão do que se entende por um corpo com deficiência. Rosemarie Garland-Thomson, pesquisadora da área, elenca os principais pontos de convergência entre ambos (que também se aplicam para as demais opressões), observando:



- 1) que a representação estrutura a realidade;
- 2) que as margens definem o centro;
- 3) que o gênero (ou a deficiência) é um meio de significar relações de poder;
- 4) que as identidades humanas são múltiplas e instáveis;
- 5) que toda análise e interpretação tem implicações políticas (Garland-Thomson, 2002, p. 6)<sup>62</sup>.

Assim, a mesma lógica de opressão que coloca mulheres em desvantagem em oposição aos homens se aplica às pessoas com deficiência (PcD's) pelas suas diferenças em relação ao sujeito normativo. Trata-se de uma

<sup>60</sup> No original: “As coded terms to signify skin color – clack, African-american, negro, colored – are largely produced by a society that fails to characterize ‘white’ as a hue rather than an ideal, so too the categories ‘disabled’, ‘handicapped’, ‘impaired’, are products of a society invested in denying the variability of the body.”

<sup>61</sup> No original: *Enforcing normalcy: disability, deafness, and the body.*

<sup>62</sup> No original: “1) that representation structures reality; 2) that the margins define the center; 3) that gender (or disability) is a way of signifying relationships of power; 4) that human identity is multiple and unstable; 5) that all analysis and evaluation have political implications.”

operação de significação que situa ambos os corpos (feminino e desabilitado<sup>63</sup>) como desviantes, logo inferiores. O ativista em direitos da pessoa com deficiência e autor do livro *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*, Romeu Kazumi Sassaki, ilustrando um lento processo de desmarginalização das pessoas com deficiência, traça um panorama dos termos utilizados para se referir a esses grupos ao longo do tempo, resumido a seguir:

**Tabela 2 – Evolução dos termos utilizados para se referir às PCDs**

<b>época</b>	<b>termos</b>
no começo da história eurocêntrica, durante séculos	os inválidos
século 20 até ± 1960	os incapacitados, indivíduos com capacidade residual, os incapazes
de ± 1960 até ± 1980.	os defeituosos, os deficientes, os excepcionais
de 1981 até ± 1987	pessoas deficientes
de ± 1988 até ± 1993	pessoas portadoras de deficiência, portadores de deficiência
de ± 1990 até hoje	pessoas com necessidades especiais <sup>64</sup> , portadores de necessidades especiais, pessoas especiais
de ± 1990 até hoje e além	pessoas com deficiência

Fonte: elaboração própria, a partir de (Sassaki, 2013, p. 2)

Garland-Thomson defende que o que se entende por deficiência é, assim como as demais categorias, fruto de uma construção humana e de um processo de marginalização da vida pública e econômica de algumas corporalidades; e não reflexo de uma enfermidade ou problema físico ou psíquico pessoal. Ela sugere enxergar pessoas com deficiência como corpos extraordinários no lugar

<sup>63</sup> A terminologia mais adequada para se referir às pessoas com deficiências não é consenso na sociedade e nem na academia, além de ser objeto de variações e apropriações linguísticas entre idiomas e contextos culturais diversos. O termo “desabilitado/a” é adotado neste trabalho como sinônimo de “pessoa com deficiência”, em convergência ao seguinte entendimento: “Uma possível tradução do termo *disabled people* [...] aqui no Brasil seria “pessoa desabilitada”, a pessoa que não se encontra hábil para algo. Essa tradução implicaria que o indivíduo foi desabilitado por outros, pela sociedade. Ser desabilitado, nesse caso, significa a ausência de treinamentos e condições que pudessem possibilitar estar hábil ou a retirada de condições capazes de permitir o uso de habilidades. Para exemplificar melhor, se alguém está habilitado a dirigir, mas sofre um acidente e tem as pernas amputadas, torna-se desabilitado para dirigir um carro sem adaptação. Entretanto, se a pessoa possuir um carro cujo controle de freios e embreagens passa a ser feito pelas mãos, ela volta a ser habilitada a dirigir. Essa reflexão expressa o pressuposto do modelo social, pois, segundo os precursores do modelo social inglês, é a deficiência na sociedade que desabilita o indivíduo ou um grupo. Ao passo que, se a sociedade for adaptada, o indivíduo continua com o impairment, ou seja, com a lesão, mas deixa de ser desabilitado” (Nepomuceno; Assis; Carvalho-Freitas, 2020, p. 9).

<sup>64</sup> “[...] com a vigência da Resolução nº 2 [Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica], o termo “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas” (Sassaki, 2013, p. 2).

de anormais e substituir a noção de patologia pela de identidade. Defende o abandono do modelo simplesmente médico ou biomédico por um outro também e principalmente relacional, denominado “modelo social” (proposta advinda dos movimentos de PcD’s na Inglaterra na década de 1960). No primeiro, pressupõe-se que o impedimento<sup>65</sup> leva à deficiência, enquanto no segundo, que fatores estruturais levam pessoas com impedimentos a experimentarem a deficiência. Trata-se, portanto, de uma situação coletiva de discriminação institucionalizada a pessoas com expressões e condições corpóreas diversas, e não de um problema ou infortúnio individual.

A diferenciação entre impedimento/lesão e deficiência foi conceituada objetiva e politicamente em 1975 em uma reunião entre a *União dos Lesionados Físicos Contra a Segregação* (UPIAS)<sup>66</sup> e a *Aliança da Deficiência*<sup>67</sup> em Londres:

Pessoas com deficiência são, portanto, um grupo oprimido na sociedade. Para compreendê-lo, é necessário delimitar a distinção entre o impedimento físico e a sua implicação social, chamada “deficiência”, nas pessoas com tais impedimentos. Assim, definimos **impedimento** como a falta completa ou parcial de um membro, ou a posse de um membro, órgão ou mecanismo corporal com defeito; e **deficiência** como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que leva pouco ou nada em conta pessoas com impedimentos, excluindo-as da participação nas atividades sociais convencionais. Assim, deficiência física é uma forma específica de opressão social <sup>68</sup> (UPIAS, 1975, p. 14, grifo nosso, tradução nossa).

Em entrevista à professora Débora Diniz (2013, p. 238), o sociólogo Colin Barnes, um dos conceituadores do modelo social da deficiência, esclarece que a diferenciação entre o conceito de “impedimento” e o de “deficiência” não significa que PcD’s não possam precisar de cuidados ou que intervenções médicas não sejam muitas vezes necessárias. Ocorre que o próprio entendimento de interdependência é relativo. Nós, seres humanos, vivemos em

---

<sup>65</sup> Tradução do termo *impairment* na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009).

<sup>66</sup> No original: *Union of the Physically Impaired Against Segregation*

<sup>67</sup> No original: *Disability Alliance*

<sup>68</sup> No original: “Disabled people are therefore an oppressed group in society”. To understand this, it is necessary to grasp the distinction between the physical impairment and the social situation, called ‘disability’, of people with such impairment. Thus, we define impairment as lacking part of or all of a limb, or having a defective limb, organ or mechanism of the body; and disability as the disadvantage or restriction of activity caused by a contemporary social organization which takes no or little account of people who have physical impairments and thus excludes them from participation in the mainstream of social activities. Physical disability is therefore a particular form of social oppression.”

sociedade e somos todos em algum grau dependentes uns dos outros, quaisquer que sejam as nossas características físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. As deficiências não precisam ser permanentes para constituírem impedimentos. Todos teremos alguma doença ou limitação funcional em algum ponto da vida, à medida que envelhecemos. "Todas as pessoas são, potencialmente, pessoas com deficiências, porque o impedimento é uma constante humana, não é peculiar a um segmento da comunidade", aponta Barnes (Ibid., 2013, p. 238).

Essa aproximação do que até então se compreendia como deficiência ao envelhecimento e à degeneração; e a argumentação de que em grande parte dos casos ela é causada pela estruturação do sistema econômico vigente foram primeiramente abordados por Paul Abberley (1987) no artigo *O conceito de Opressão e o Desenvolvimento de uma Teoria Social da Deficiência*<sup>69</sup>. O autor apresenta dados quantitativos e qualitativos sobre a manifestação de diversas categorias de deficiências no Reino Unido para sustentar que:

1. As pessoas com deficiência são diferentes e heterogêneas, sendo necessário desmistificar o estereótipo desse grupo como formado prioritariamente por jovens cadeirantes, internalizado no imaginário popular a partir do pictograma internacional de acessibilidade<sup>70</sup>. Essa imagem é bem distante da realidade da larga maioria das PcD's;
2. A deficiência é uma consequência das desigualdades do capitalismo, no qual a normatividade é diretamente relacionada à aptidão para a força de trabalho. Nessa perspectiva, o grande "problema" da deficiência é que ela torna pessoas improdutivas e, por consequência, onerosas<sup>71</sup>;

---

<sup>69</sup> No original: *The Concept of Oppression and the Development of a Social Theory os Disability*.

<sup>70</sup> Atualizado em 2015 pela ONU para uma versão estilizada do homem vitruviano de Leonardo da Vinci que, com os braços abertos, simboliza a inclusão de pessoas com todas as habilidades, em todos os lugares. O Projeto de Lei nº 7750 (Brasil, 2017) e atualmente em tramitação no Congresso Federal, propõe a atualização do símbolo na legislação brasileira de acessibilidade.

<sup>71</sup> Um caso que ilustra essa condição é descrito no Relatório Mundial sobre a Deficiência: "Uma análise do financiamento dos serviços públicos de saúde na Austrália, por exemplo, revelou que o reembolso aos provedores de serviços médicos não levava em consideração o tempo adicional que costuma ser necessário para prover serviços às pessoas com deficiência; assim, os hospitais que tratavam pacientes com deficiência ficavam em desvantagem num sistema de financiamento que lhes reembolsava uma quantia fixa por paciente" (OMS, 2012, p. 6).

3. Assim como qualquer outro tipo de opressão, a deficiência se manifesta de formas diferentes em contextos diferentes, principalmente em termos de acesso a recursos materiais e participação na vida pública, sendo um problema de maior escala nos países em desenvolvimento e nas populações mais vulnerabilizadas;
4. Aproximadamente metade das deficiências são evitáveis ou significativamente reabilitáveis com baixos investimentos, como, por exemplo, a cegueira causada por deficiência de Vitamina A ou a artrite adquirida após anos de trabalhos mecânicos. Lidar com elas ou não é uma decisão fundamentalmente política;
5. É preciso desassociar a deficiência a uma situação excepcional. Ela é uma realidade para um número relevante de pessoas, é parte intrínseca do processo de envelhecimento e tende a se expandir<sup>72</sup>;
6. A deficiência é inevitavelmente uma questão moral e deve ser objeto, em termos ideológicos e materiais, de programas de bem-estar social e saúde pública como uma condição de transformação das vidas das pessoas vítimas dessa forma de opressão.

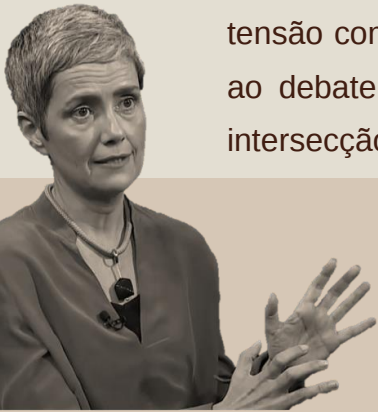
Abberly faz paralelos dos estudos sobre deficiências com os fundamentos sobre inequidades de gênero e raça, mas admite a defasagem teórica do campo em relação aos demais, à época. A partir da adoção do modelo social, segundo ele, seria possível compreender a deficiência de uma forma mais assertiva:



Embora as implicações políticas de tal análise sejam evidentes, as suas consequências conceituais são igualmente profundas, considerando que a noção da deficiência como uma opressão nos permite não mais subestimá-la e passar a enquadrá-la como uma área de estudos sociais conceitualmente coerente e completa; além de nos possibilitar a correção dos resultados de tal miopia teórica<sup>73</sup> (Abberley, 1987, p. 5).

<sup>72</sup> “Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, dentre os quais cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Nos próximos anos, a deficiência será uma preocupação ainda maior porque sua incidência tem aumentado. Isto se deve ao envelhecimento das populações e ao risco maior de deficiência na população de mais idade, bem como ao aumento global de doenças crônicas tais como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e distúrbios mentais” (OMS, 2012, p. XI).

<sup>73</sup> No original: “*While the political implications of such an analysis are apparent, the conceptual consequences are also profound, since such a notion of disability as oppression allows us to*



Quase duas décadas após a difusão do modelo social da deficiência, uma tensão com o movimento feminista trouxe uma nova camada de complexidade ao debate. Débora Diniz ressalta o papel do feminismo nesse processo de intersecção de projetos de libertação:

Com o argumento de que todas as pessoas são dependentes em diferentes momentos da vida, seja na infância, na velhice ou na experiência de doenças [ou barreiras], um grupo de feministas introduziu a ideia da igualdade pela interdependência como um princípio mais adequado à reflexão sobre questões de justiça para a deficiência (Diniz, 2007, p. 57).

Mesmo associando o capitalismo à origem da opressão das pessoas com deficiência, o modelo social acabou por disseminar uma proposta emancipatória de caráter liberal: a da igualdade pela independência, autonomia e produtividade. Nessa lógica, ao eliminarem-se as barreiras à participação das pessoas com deficiência na sociedade, elas seriam alçadas à categoria de cidadãos e cidadãs funcionais. Como consequência, haveria uma reinserção dessas pessoas também na força de trabalho (remunerado), deixando de lado um debate necessário sobre a divisão e a naturalização dos cuidados.

Por serem em sua maioria homens e portadores de lesão medular, os primeiros teóricos do modelo social desconsideraram que alguns tipos de deficiência requerem cuidados permanentes; que a responsabilidade por esses cuidados acontece na vida privada; e é socialmente atribuída às mulheres.

A partir das contribuições teóricas antissexistas, foi possível então compreender que a busca pela inclusão não deveria significar somente o atingimento da autonomia dessas pessoas, mas também a incorporação do cuidado, devidamente compartilhado, como uma parte da vida em sociedade e uma responsabilidade estatal. “A deficiência por si só demanda que a interdependência humana e a necessidade universal por assistência sejam desmistificadas nos debates sobre direitos e subjetividades”<sup>74</sup> (Garland-

---

*organise together into a coherent conceptual whole heretofor isolated and disparate area of social research, and potentially to correct the results of such theoretical myopia”.*

<sup>74</sup> No original: “Disability itself demands that human interdependence and the universal need for assistance be figured into our dialogues about rights and subjectivity”.

Thomson, 2002, p. 17). Larissa Xavier dos Santos, pesquisadora em Educação, resume essa intersecção:



Refletir acerca da responsabilização solo feminina do cuidado das pessoas com deficiência evidencia a importância da intersecção dos estudos de gênero e deficiência, pois essa problemática nos permite pensar em políticas que combatam a desigualdade de gênero e visam um caminho de inclusão das pessoas com deficiência. Desta forma, é possível pensar no cuidado eticamente, transpondo a questão da deficiência para a nossa condição humana, que é de permanente interdependência (Santos, 2020, p. 10).

A partir dos desdobramentos teóricos do modelo social da deficiência, os debates sobre deficiência têm redirecionado o seu foco para as questões reais relacionadas à deficiência: a ausência de soluções voltadas aos PCDs no mercado e na sociedade, as baixas expectativas que as pessoas depositam neles, as atitudes condescendentes que precisam enfrentar e as barreiras com as quais se deparam (Priestley, 2003, p. 24).

Assim como o sexismo e o racismo, o preconceito contra pessoas com deficiência, denominado “capacitismo” se manifesta não somente de forma interpessoal, mas tem também raízes estruturais. O conceito de “barreira” está intrinsicamente conectado à deficiência, sendo definido pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015, art. 3) como:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras **urbanísticas**: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras **arquitetônicas**: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos **transportes**: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas **comunicações e na informação**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras **atitudinais**: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras **tecnológicas**: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;



Como estratégias de eliminação dessas barreiras, o conceito de “inclusão” está para o de “acessibilidade” assim como o de “desenho universal” está para o de “desenho acessível”, conforme ilustrado na **Figura 24**. Tornar espaços acessíveis é adaptá-los para admitir a presença de pessoas com deficiência, mas efetivamente incluí-las significa fazer com que todas se sintam bem-vindas, valorizadas e parte ativa daquele contexto.

**Figura 24 – Ilustração sobre os conceitos de “acessível” e “universal”**



Fonte: (Alvarez; Camisão, 2007, p. 8)

## 1.2. Interseccionalidade

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela (Davis, 2017).

Após o detalhamento dos marcadores que serão abordados nesta pesquisa – gênero, raça e deficiência – é necessário compreender como interrelacioná-los para comprovar qualitativa e quantitativamente as inequidades entre o sujeito normativo e os corpos desviantes.

Historicamente construída em contextos que interrelacionam gênero e raça ou gênero e classe, a interseccionalidade não exclui outros sistemas de subordinação, pelo contrário, defende que as dimensões que conformam a identidade são diversas e interdependentes, estruturando-se umas às outras de forma não hierárquica.

Assim, a superação das desigualdades geradas pela histórica hegemonia heterocisnormativa e masculina exige igualmente a superação de ideologias

complementares desse sistema de opressão, como o racismo (Carneiro, 2011) e o capacitismo. Para os professores Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel:



[...] uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos (Biroli; Miguel, 2015, p. 27).

Apesar de trabalhado por diversas autoras, principalmente no bojo do feminismo negro, a sistematização do conceito de interseccionalidade é atribuída à jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw que, a partir de seu estudo *Desmarginalizando a Interseção de Raça e Sexo*<sup>75</sup> (Crenshaw, 1989) tem se dedicado a compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação.

A construção do termo pela autora se dá no campo jurídico, inicialmente a partir da observação de três estudos de caso: DeGraffenreid *versus* General Motors, Moore *versus* Hughes Helicopter e Payne *versus* Travenol. No caso da General Motors (GM), um grupo de mulheres afro-americanas moveu uma ação contra a empresa, em razão da não oferta de oportunidades de emprego para elas. De fato, havia vagas para homens negros nas linhas de montagem e para mulheres brancas como secretárias, mas não para mulheres negras, que não se enquadravam nos requisitos de nenhuma das lotações.

**Figura 25 – Homens negros na linha de montagem e mulheres brancas nos escritórios**



Fonte: (Crenshaw, 2016, adaptação nossa)

<sup>75</sup> No original: *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex.*

No processo, ficou clara a incapacidade do tribunal de compreender a opressão mista que as mulheres haviam sofrido, de caráter simultaneamente sexista e racista. A orientação da corte foi de que se desmembrasse o processo em duas vertentes: uma que comprovasse que a GM tivesse praticado discriminação racial e outra discriminação de gênero. Em ambos os casos a fábrica se saiu impune, pois foi capaz de provar que em seu corpo funcional havia funcionários negros e mulheres. Ademais, ao alegar que analisando-se os dois vieses simultaneamente conferir-se-ia privilégios às mulheres negras, a corte desconsiderou que na verdade a própria necessidade dessa combinação era, pelo contrário, reflexo de uma intersecção de vulnerabilidades à qual os homens negros e as mulheres brancas não estavam sujeitos. Crenshaw, a partir dessas análises, conclui:

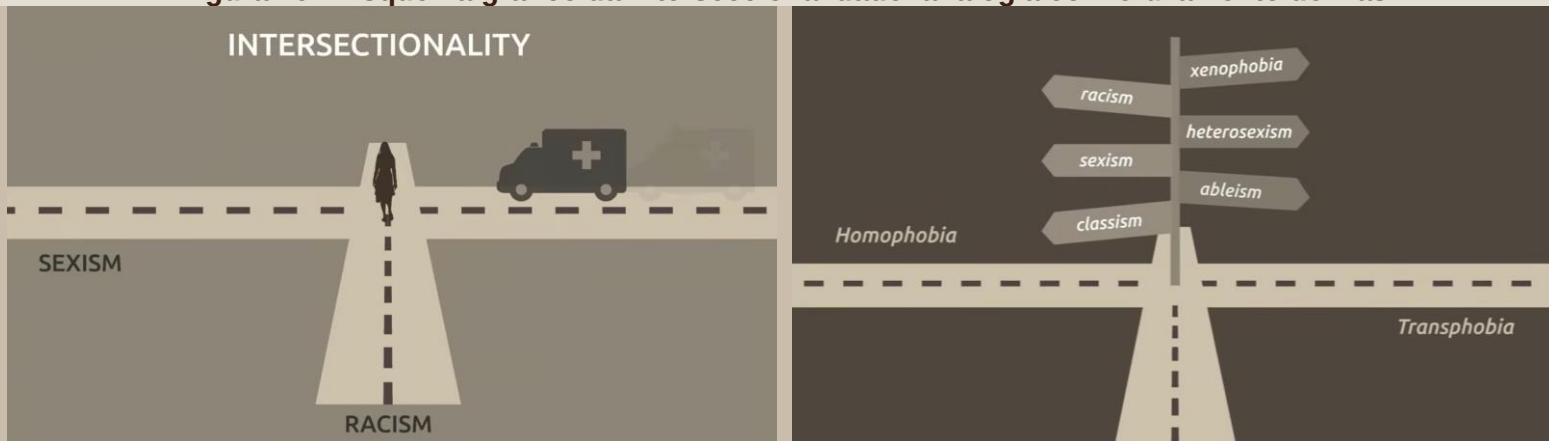


Como a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode abordar suficientemente a maneira particular pela qual as mulheres negras são sujeitas à subordinação. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político antirracista abracem as experiências e preocupações das mulheres negras, todo o arcabouço que tem sido usado como base para traduzir a "experiência das mulheres" ou "a experiência negra" em demandas políticas concretas deve ser repensado e reformulado<sup>76</sup> (CRENSHAW, 1989, p. 140, tradução nossa).

A definição mais clara do conceito de interseccionalidade é formulada por Crenshaw após a sua participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban em 2001, quando ela o descreve metaforicamente por meio da analogia a uma intersecção de avenidas, ou "eixos de poder". Segundo ela, quanto maior o número de eixos sobrepostos, mais vulnerabilizados são os sujeitos que figuram nos seus cruzamentos (2002, p. 177). O arcabouço legal até então existente seria como uma ambulância que aparece para tratar esses sujeitos apenas se eles comprovarem que foram atropelados em uma rua ou na outra, e não na intersecção de mais de uma delas, conforme ilustrado na **Figura 26**.

<sup>76</sup> No original: "Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated. Thus, for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating "women's experience" or "the Black experience" into concrete policy demands must be rethought and recast".

Figura 26 – Esquema gráfico da interseccionalidade: analogia com cruzamento de vias



Fonte: (Crenshaw, 2016, adaptação nossa)

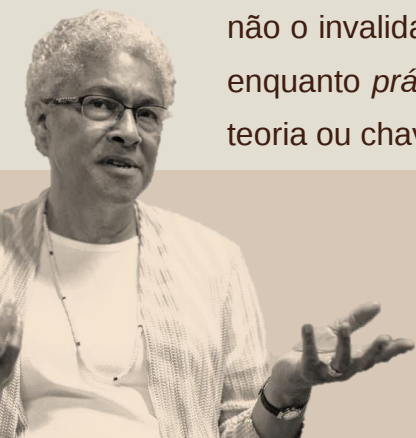
Outros conceitos importantes formatados pela autora são os da subinclusão e a superinclusão. No primeiro, a experiência de um grupo de mulheres não é considerada como um problema de gênero por não ser uma questão comum a todas as mulheres, ou a experiência das mulheres racializadas não é considerada um problema racial por não afetar os homens do mesmo grupo.

Na superinclusão, por outro lado, ocorre um mecanismo oposto: um problema de um subgrupo é tratado como uma pauta do conjunto e as especificidades de sujeitos que os tornam mais suscetíveis a essas opressões são desconsideradas. “Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (Crenshaw, 2002, p. 176). A teoria interseccional é, portanto, uma chave analítica que se contrapõe ao pensamento fragmentado e à hierarquização dos sistemas de opressão, estabelecendo pontes com perspectivas pós-estruturalistas e desconstrucionistas (Rodrigues, 2013, p. 10).

Diversas críticas ao conceito tangenciam o seu caráter liberal, enquanto abordagem que desconsidera as influências de estruturas coloniais e imperialistas da sociedade na própria conceituação da subordinação. Para pensadoras como a socióloga dominicana Ochy Curiel, “quando entendemos o sistema mundo colonial, todas essas opressões são produzidas pelos sistemas de opressão (...) Quem produziu a negra? Teríamos que nos perguntar, em uma

proposta política de transformação.” (Teixeira; Da Silva; Figueiredo, 2017, p. 116). Sob esse viés, o próprio conceito de gênero seria racializado e fruto de uma ótica eurocêntrica. De acordo com Carla Akotirene, “é por estar afastada da complexidade analítica do projeto decolonial que a interseccionalidade serve às tentativas salvacionistas do feminismo ocidental” (Akotirene, 2019, p. 63).

Para a própria Akotirene, no entanto, as contradições do próprio conceito não o invalidam, desde que ele seja estruturado e operacionalizado muito mais enquanto *práxis* crítica e projeto político de resistência, do que somente como teoria ou chave analítica.



A violência não é apenas a cola conceitual que une múltiplos sistemas de poder, mas, como uma constelação de ideias e práticas dinâmicas, é essencial para organizar e administrar a dominação política. (...) No entanto, as análises interseccionais, por si só, pouco provavelmente produzirão soluções políticas mais eficazes para a violência. A análise é importante, mas a ação também importa<sup>77</sup> (Collins, 2017, p. 1466–1467).

Para Ângela Davis (2018, p. 33) se, por um lado, a interseccionalidade denuncia a tripla discriminação imposta às mulheres negras, ela também legitima o direito moderno, que encarcera em massa homens negros, como garantia de justiça para essas mulheres. Segundo a autora, mais importante e urgente do que pensar na interseccionalidade das identidades seria pensar na interseccionalidade das lutas por justiça social para além das fronteiras do Estado-nação, estabelecendo conexões estruturais para um projeto emancipatório de mundo.

Para Hill Collins (2017, p. 1469), tanto a "solidariedade flexível" do feminismo negro, pela qual ativistas escolhem momentos estratégicos para se relacionar com outras pautas e trazer lutas de raça e gênero de dentro para fora, como o conceito de transversalidade nas políticas públicas, constituem iniciativas antiviolença de aplicação da interseccionalidade mais reais e efetivas no bojo da contemporaneidade.

---

<sup>77</sup> No original: “Violence is not only the conceptual glue that joins multiple systems of power, but, as a constellation of dynamic ideas and practices, violence is essential to organizing and managing political domination. (...) Yet intersectional analyses, on their own, are unlikely to yield more effective political solutions to violence. Analysis is important, yet action also matters.”

Para a própria Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade não pretende ser exaustiva e pode vir a ser reformulada ou até mesmo invalidada. Mais uma vez, assim como com os conceitos de gênero, raça e deficiência, a noção do termo não se esgota no vocabulário científico dominante, e é intrinsecamente composta de contradições.



A interseccionalidade enfrenta um dilema específico de conceituação – ela participa das próprias relações de poder que examina e, como resultado, deve prestar atenção especial às condições que tornam compreensíveis as suas reivindicações de conhecimento. Como a análise das relações entre conhecimento e poder é o bastião tradicional da sociologia do saber, esse campo fornece um vocabulário teórico importante para conceituar a interseccionalidade como simultaneamente reflexo e estruturadora das relações de poder que a abrigam. Uma estrutura de sociologia do pensamento sugere que o conhecimento – incluindo aquele destinado a uma melhor compreensão da interseccionalidade – é socialmente construído e transmitido, legitimado e reproduzido<sup>78</sup> (Collins, 2015, p. 3, tradução nossa).

Para além das limitações epistemológicas e da instabilidade do conceito, é também necessário contextualizá-lo e verificar a sua aplicabilidade, tal qual cunhado por autoras de outras localidades, às especificidades históricas e sócio-culturais brasileiras. Não obstante a sua fluidez e o seu caráter exógeno, ele parece ainda ser um importante aliado no abandono da ideia de um sujeito supostamente neutro dentro de uma modernidade epistêmica e eurocêntrica (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 18–19).

Finalmente, para a aplicação da proposta interseccional de forma coerente com os seus princípios, é necessária uma abordagem de baixo para cima (Crenshaw, 1989, p. 167), ou seja, priorizando a inclusão de grupos com as maiores intersecções de marcadores de diferença.

Dessa forma, é importante apropriar-se da interseccionalidade enquanto recurso para trazer ao centro o entrelaçamento de opressões dos grupos deixados às margens e, a partir de suas perspectivas, produzir leituras de mundo

<sup>78</sup> No original: “Intersectionality faces a particular definitional dilemma – it participates in the very power relations that it examines and, as a result, must pay special attention to the conditions that make its knowledge claims comprehensible. Because analyzing the relations between knowledge and power is the traditional bailiwick of the sociology of knowledge, this field provides important theoretical vocabulary for conceptualizing intersectionality as both reflecting and shaping the power relations that house it. A sociology of knowledge framework suggests that knowledge – including knowledge aimed at better understanding intersectionality – is socially constructed and transmitted, legitimated, and reproduced.”

mais assertivas e democráticas. É preciso registrar que uma leitura interseccional não subentende a existência de um grupo único invariável mais sujeito a opressões do que os demais, mas presume que em cada dimensão há visões mais ou menos distorcidas a serem referenciadas na produção do conhecimento e na promoção da justiça social.

Em diferentes contextos discursivos, mas complementares (o primeiro interseccional, o segundo cunhado na epistemologia *standpoint* feminista), Kimberlé Crenshaw e Sandra Harding convergem no entendimento de que tanto a ciência como as políticas públicas serão menos parciais e mais inclusivas ao considerarem a perspectiva dos grupos mais vulnerabilizados, em contraponto à do grupo dominante. Segundo Harding (1993, p. 50, tradução nossa), é necessário “começar pelas vidas marginalizadas”<sup>79</sup>. “Quando elas entrarem, todos nós entraremos”<sup>80</sup>, defende Crenshaw (1989, p. 167, tradução nossa).

---

<sup>79</sup> No original: “*Start thought from marginalized lives*”.

<sup>80</sup> No original: “*When they enter, we all enter.*”



# 3 inflexões





### 3. INFLEXÕES

Fazer associações é enveredar por um caminho tortuoso. Pode levar a descaminhos, surpreender, nos aprisionar no labirinto das imagens verbais. Pode propor mais indagações do que respostas; incitar a prosseguir na senda das surpresas e descobertas, nos alertar sobre nada fixar ou cristalizar sob um rótulo (Bresciani, 2021, p. 18).

Sabe-se que as inequidades se manifestam por diversos marcadores, além daqueles já desenvolvidos, como: classe, sexualidade, idade, crença, entre outros. Gostaríamos muito de poder abarcar todos nesta pesquisa, mas para fins metodológicos foi necessário um recorte. Assim, a primeira decisão tomada para a mensuração dos dados foi a de restringir a análise às três categorias inseridas no 2º Censo que não constavam no 1º Censo: gênero, raça e deficiência.

Nesse momento, não se colocou em questão as opções de resposta e, apesar de sabermos que há incorreções, elas foram mantidas em sua versão original, por espelharem o texto apresentado aos respondentes. Os termos “mestiça”, “oriental” e “negra” nas opções de raça, por exemplo, diferem das classificações atualmente adotadas pelo IBGE. As opções de resposta da questão sobre deficiência, apesar de terem sido extraídas da LBI (Brasil, 2015), não correspondem às melhores práticas de coleta. Por último, a pergunta sobre gênero pode ser objeto de complexas problematizações. Dessa forma, consideramos os termos originais da pesquisa, mas indicaremos possibilidades de aprimoramento para coletas futuras.

A decisão seguinte foi sobre como interseccionar os dados para sustentar o argumento de que os marcadores incidem sobre os corpos de forma consubstancial e não devem ser hierarquizados ou analisados separadamente.

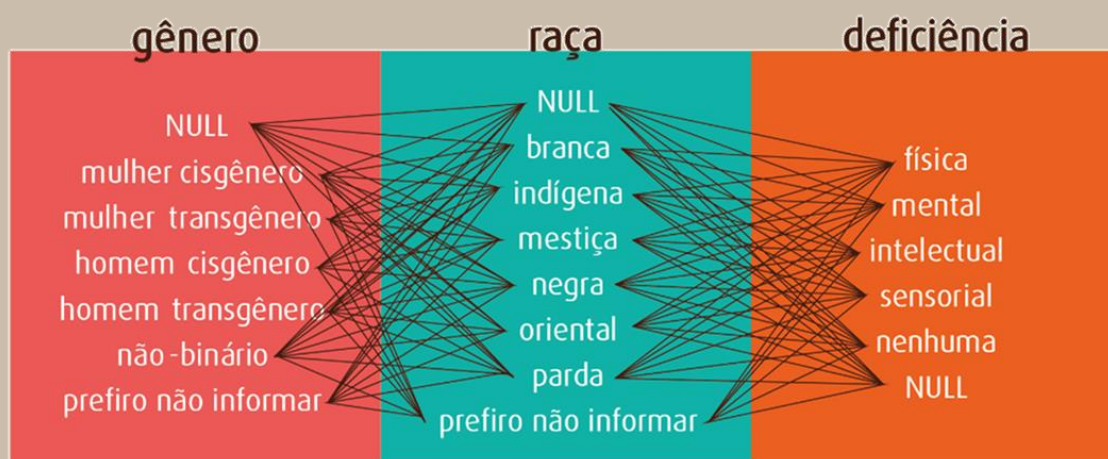


Meu gênero e minha raça constituem a minha identidade simultaneamente e têm o mesmo efeito na minha subjetividade. A discriminação racial é tão ofensiva quanto o sexismo e eu gostaria de ser igualmente protegida de ambos. [...] Sustentar que uma identidade é “melhor” [ou menos pior] que a outra é contrariar o princípio da equidade<sup>81</sup> (Onwubiko, 2016, tradução nossa).

<sup>81</sup> No original: “My sex and my race both constitute my identity and have the same effect on my person. Racial discrimination is just as offensive as sexual discrimination, and I would like to be equally protected from both. [...] That one identity is “better” than another is contrary to the principle of equality.”

Como comparar então a experiência da mulher trans branca com a de uma pessoa não-binária indígena a de um homem cis preto com deficiência? Como fazer jus às opressões vivenciadas por todas essas corporalidades em uma análise de dados? Para além de uma questão de justiça, houve também de um obstáculo matemático: o número de variáveis envolvidas nas três perguntas correspondia a um conjunto de 336 possíveis combinações (ilustradas na **Figura 27**), o que inviabilizaria uma análise completa e suficientemente detalhada de todas elas no escopo e na escala desta pesquisa.

**Figura 27 – Variáveis das três categorias de análise e combinações possíveis**



Fonte: elaboração própria

Resolvemos então aplicar uma lente oposta (inspirada na branquitude de Cida Bento): olhar para os corpos normativos e destacá-los dos demais, lembrando que na vivência em sociedade nos modelos vigentes, os homens “não têm” gênero, as pessoas brancas “não têm” raça e as pessoas sem deficiência são consideradas “normais”. Os únicos corpos não marcados por essas categorias são aqueles percebidos como norma.

Esse resgate teórico nos revelou uma possibilidade de tratar os dados: comparar as respostas dos sujeitos normativos àquelas dos respondentes que se desviam da norma em uma, duas ou três categorias, sem distinção.

Passamos então a definir quem seria esse sujeito em cada uma delas para compará-lo com todos os que se diferenciavam desse padrão.

Nos deparamos imediatamente com mais um desafio: na categoria “gênero”, qual experiência denota maiores privilégios? A cisgenereidade ou a masculinidade? Nos lembramos de um relato do diagnóstico de gênero do CAU que ilustra bem essa complexidade:

"Ainda existe muito preconceito e estereótipos ligados à atuação de arquitetos e arquitetas. Antes da transição de gênero eu senti na pele o tratamento que as mulheres recebem no ambiente de trabalho e agora após a transição a mudança de tratamento é gritante."  
(homem transgênero, 20 a 29 anos, branco, do Tocantins)  
(CAU/BR, 2020a, p. 18)

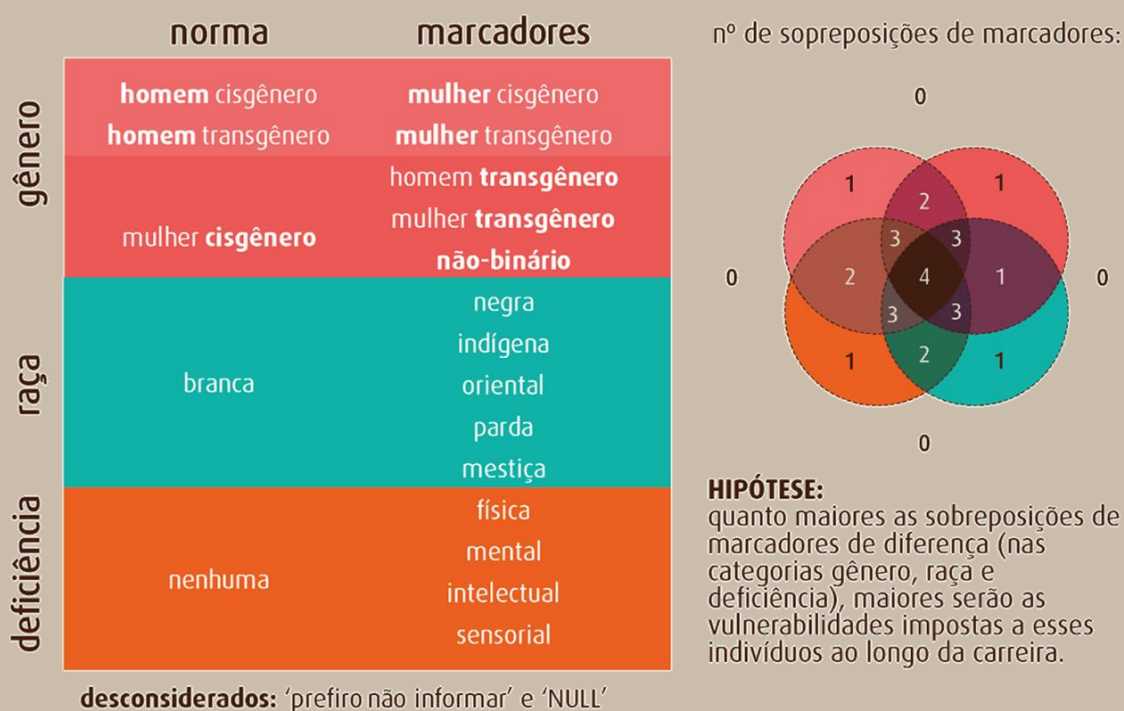
Sob a mesma ótica de não hierarquização de opressões, decidiu-se por desdobrar a categoria “gênero” em duas subcategorias, contrapondo homens e mulheres (cis e trans) em uma delas; e pessoas cisgênero e não-cisgênero (trans ou não-binárias) na outra. Assim, enquanto nessa categoria as mulheres cis, os homens trans e as pessoas não-binárias<sup>82</sup> desviassem em um ponto da norma, as mulheres trans foram pontuadas duplamente nesse quesito.

Nas demais categorias, destacou-se as pessoas “brancas” em contraposição às não-brancas e as pessoas “sem deficiência” em contraposição às PCDs, conforme ilustrado na **Figura 28**. Dessa forma, seria possível comparar as percepções do sujeito normativo em todas elas (homem, cisgênero, branco e sem deficiência) às pessoas que se desviassem desse modelo em uma, duas, três ou - agora - quatro categorias.

---

<sup>82</sup> Ponto a ser desenvolvido, considerando que a não-binaridade muitas vezes é lida como uma corporeidade feminina. Não obstante, como será demonstrado no decorrer da análise dos dados, essa opção de resposta foi objeto de importantes desvios de amostragem provocados por respondentes de má fé. Por outro lado, os homens trans também enfrentam opressões por seus, digamos assim, resquícios de feminilidade. Cabe também um aprofundamento dessa questão, mas nessa pesquisa, com base no relato apresentado, seguimos nessa linha de raciocínio.

**Figura 28 – Esquema analítico**



Fonte: elaboração própria

Essa abordagem acabou também por se mostrar pertinente para minimizar o efeito das incorreções das opções de resposta de cada marcador, considerando que, diferentemente das demais, as opções de resposta que representam a norma (homem cisgênero, branco e sem deficiência) estão em conformidade com as melhores práticas de coleta, que serão desenvolvidas no próximo capítulo. Assim, ao agruparmos respondentes que não se identificam com a norma, mesmo que as categorias escolhidas fossem imprecisas ou desatualizadas, tivemos o objetivo da pesquisa cumprido: contrapor a experiência do sujeito hegemônico com as demais.

Na base de dados do censo, com os filtros e marcadores então definidos, identificamos o seguinte cenário:

**Tabela 3 – Número de respondentes do 2º Censo do CAU por categoria**

enquadramento	nº de respondentes	% do total
norma	7.517	20,63%
1 desvio	22.672	62,21%
2 desvios	6.208	17,03%
3 desvios	47	0,13%
4 desvios	0	0%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do 2º Censo do CAU

Observa-se que não houve respondentes que se desviassem da norma nas 4 categorias, que seriam mulheres, transexuais, não-brancas e com deficiências. Não nos adentraremos nas motivações para essa ausência de representatividade, apesar de sabermos que o trinômio mulheres-trans-pardas é majoritário na comunidade travesti e que a deficiência, como já dito, é uma condição intrínseca a todas as pessoas em algum momento da vida. Essas ponderações podem ser – e espera-se que sejam – objetos de pesquisas futuras.

Isso posto, passou-se à contraposição dos 7.517 sujeitos normativos aos 47 respondentes com um, dois e três desvios, esses últimos representados a seguir na **Tabela 4**. Para a proteção dos dados das pessoas que participaram da pesquisa, foram omitidos desta dissertação todos os respectivos elementos de identificação, e os CPFs de cada uma das 45.288 respostas foram substituídos por IDs numéricos aleatórios.

**Tabela 4 – Respondentes do 2º Censo do CAU com 3 desvios em relação à norma**

nº.	cód.	gênero		raça		deficiência		total
		resposta	desvios	resposta	desvios	resposta	desvios	
1	ID00442	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
2	ID02621	Mulher Transgênero	1 1	Parda	1	Nenhuma	0	3
3*	ID02792*	Não-Binário*	-* 1*	Negra*	1*	Sim, mental*	1*	3*
4	ID02919	Mulher Transgênero	1 1	Parda	1	Nenhuma	0	3
5	ID03745	Mulher Cisgênero	1 0	Negra	1	Sim, sensorial	1	3
6	ID04654	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
7	ID06082	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, mental	1	3
8	ID06335	Mulher Transgênero	1 1	Parda	1	Nenhuma	0	3
9	ID06958	Mulher Cisgênero	1 0	Negra	1	Sim, sensorial	1	3
10	ID07515	Mulher Transgênero	1 1	Negra	1	Nenhuma	0	3
11	ID07984	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
12	ID09066	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
13	ID09195	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, intelectual	1	3
14	ID10718	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
15	ID11541	Mulher Transgênero	1 1	Negra	1	Nenhuma	0	3
16	ID11555	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
17	ID11645	Mulher Transgênero	1 1	Parda	1	Nenhuma	0	3
18	ID11805	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, mental	1	3
19	ID13142	Mulher Cisgênero	1 0	Negra	1	Sim, intelectual	1	3
20	ID13995	Mulher Cisgênero	1 0	Parda	1	Sim, mental	1	3
21	ID15897	Mulher Transgênero	1 1	Parda	1	Nenhuma	0	3

nº.	cód.	gênero		raça		deficiência		total	
		resposta	desvios	resposta	desvios	resposta	desvios		
22*	ID16909*	Não-Binário*	-	1	Oriental*	1	Sim, mental*	1	3
23	ID18931	Mulher Transgênero	1	1	Parda	1	Nenhuma	0	3
24	ID19531	Mulher Cisgênero	1	0	Mestiça	1	Sim, sensorial	1	3
25	ID20140	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
26	ID20284	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
27	ID21624	Mulher Transgênero	1	1	Oriental	1	Nenhuma	0	3
28	ID22086	Mulher Cisgênero	1	0	Negra	1	Sim, sensorial	1	3
29*	ID26452*	Mulher Cisgênero*	1*	0*	Mestiça*	1*	Sim, sensorial*	1*	3*
30	ID28796	Mulher Cisgênero	1	0	Mestiça	1	Sim, sensorial	1	3
31	ID30716	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, intelectual	1	3
32	ID31518	Mulher Cisgênero	1	0	Negra	1	Sim, sensorial	1	3
33	ID31777	Mulher Transgênero	1	1	Parda	1	Nenhuma	0	3
34	ID32948	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
35	ID36779	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, intelectual	1	3
36	ID37697	Mulher Transgênero	1	1	Negra	1	Nenhuma	0	3
37	ID37985	Mulher Transgênero	1	1	Parda	1	Nenhuma	0	3
38	ID38285	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
39	ID40696	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
40	ID40934	Mulher Transgênero	1	1	Parda	1	Nenhuma	0	3
41	ID41340	Mulher Transgênero	1	1	Parda	1	Nenhuma	0	3
42*	ID41778*	Não-Binário*	.*	1*	Parda*	1*	Sim, intelectual*	1*	3*
43	ID42363	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
44	ID42681	Mulher Homem Cisgênero**	1	0	Parda	1	Sim, sensorial	1	3
45	ID42871	Mulher Cisgênero	1	0	Parda	1	Sim, intelectual	1	3
46*	ID45204*	Não-Binário*	.*	1*	Mestiça*	1*	Sim, sensorial*	1*	3*
47	ID45286	Mulher Transgênero	1	1	Parda	1	NULL		3

\* respondentes de má-fé identificados após rotina de heteroidentificação simplificada; \*\* erro de preenchimento corrigido

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do 2º Censo do CAU

A partir dessa listagem, duas importantes decisões foram tomadas: a primeira de se flexionar para o feminino, ao longo das análises, toda referência ao conjunto de pessoas desviantes, considerando a absoluta predominância de mulheres (cis e trans) nesse grupo. A segunda, um pouco mais complexa, foi a de se proceder a uma rotina simplificada de heteroidentificação<sup>83</sup>, para verificar eventuais respondentes de má-fé.

<sup>83</sup> Heteroidentificação é um método de identificação étnico-racial de um indivíduo a partir da percepção social de outra pessoa.

Essa operação foi necessária para garantir a idoneidade dos dados, considerando que as pautas de diversidade são frequentemente objeto de polarizações políticas e, em decorrência, até mesmo de sabotagem. Diante desse risco, foi necessário verificar a procedência das respostas das 47 pessoas autodeclaradas desviantes em três categorias.

Essa verificação foi feita a partir do CPF de cada profissional e com base nos dados do próprio SICCAU, como as informações referentes à coleta biométrica<sup>84</sup> e nas sucessivas atualizações cadastrais, bem como pelas redes sociais e informações públicas existentes. A partir dessa investigação, foram identificados cinco respondentes cujas opções nas perguntas sobre “gênero”, “raça” e “deficiência” demonstraram claros sinais de uma proposital distorção dos dados declarados (ID02792; ID16909; ID26452; ID41778; e ID45204); e um respondente com evidente erro de preenchimento no campo “gênero” (ID42681).

Na categoria “gênero”, curiosamente quatro dos respondentes se declararam “não-binários”, e um “mulher cisgênero”.

Na categoria “raça”, esse processo foi bastante elucidativo com relação à provável ausência de letramento racial de muitas respondentes autodeclaradas pardas. Pelas respectivas fotografias, em diversos momentos sentimos inquietações sobre a precisão da classificação, o que motivou uma extensa reflexão e um aprofundamento teórico sobre o tema da branquitude auto-invisibilizante e o mito da democracia racial e da miscigenação, e dos possíveis mecanismos de correção desses desvios, que serão detalhados ao longo das análises e conclusões.

Na categoria “deficiência”, não houve dados para nenhum tipo de inferência a não ser a confirmação de alguns impedimentos físicos (principalmente de locomoção e audição) por meio do campo “necessidades especiais” do SICCAU (por sinal, passível de revisão ou pelo menos de uma atualização de nomenclatura). As demais deficiências (mental, intelectual e sensorial), além de serem conceitos abstratos para uma pesquisa com a

---

<sup>84</sup> Art. 7º Confirmado o pagamento da taxa, o arquiteto e urbanista será informado, via SICCAU, que deverá agendar a coleta de dados biométricos e biográficos, por meio de protocolo cadastrado no SICCAU, ou diretamente no CAU/UF correspondente (CAU/BR, 2017b, art. 7).

extensão do Censo e, por consequência, muito provavelmente terem sido declaradas sem muito compromisso, são também socialmente invisíveis e, por consequência, de difícil aferição a não ser por laudos médicos ou por profissionais da área de saúde.

Dentre os respondentes de má-fé, constatou-se que um deles sofreu advertência pública pelo respectivo CAU/UF em 2016 por infringir o Código de Ética e Disciplina do CAU, que prevê: "o arquiteto e urbanista deve abster-se de emitir referências depreciativas, maliciosas, desrespeitosas, ou de tentar subtrair o crédito do serviço profissional de colegas" (CAU/BR, 2013b, art. 5.2.6). O único autodeclarado "mulher cisgênero" foi candidato a vereador em seu município e claramente se identifica como homem. Um outro declarou seu grau de instrução como "pós-PHD", disse que sua área de atuação nos últimos dois anos foi "ensino", mas respondeu que não atua como docente na área, além de ter se declarado "não binário" e "com deficiência intelectual", porém em suas redes sociais não há nenhum indício da veracidade das informações prestadas. O último respondente é sócio de uma pessoa conhecida e foi possível confirmar diretamente com ela – sob termo de sigilo – que ele muito provavelmente distorceu as respostas por ressalvas pessoais.

É importante registrar que não interferimos em nenhuma dessas respostas sem antes combiná-las com as das demais categorias, bem como com todas as demais respostas do questionário e com as informações públicas e a base de dados do Conselho. Somente foram excluídas as respostas que transpareciam uma intencionalidade de sabotagem das três categorias e da pesquisa como um todo.

Diante desses fatos, sugere-se ações institucionais por parte do Conselho; seja de cunho educativo para os profissionais de arquitetura e urbanismo de um modo geral, como um monitoramento do comportamento desses respondentes específicos em edições futuras do Censo, avaliando-se eventuais responsabilizações em caso de comprovadas reincidências<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> passível de responsabilização por crime contra a fé pública por falsidade ideológica, conforme Código Penal que dispõe: "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com



Após essas correções pontuais, chegamos ao seguinte cenário, sendo o grupo com 3 desvios formado por **26 mulheres cis, não brancas e com deficiências**; e **15 mulheres trans, não brancas e sem deficiências**:

**Tabela 5 – Número de respondentes do 2º Censo do CAU por categoria após rotina simplificada de heteroidentificação**

enquadramento	nº de respondentes	% do total
norma	7.517	20,63%
1 desvio	22.672	62,22%
2 desvios	6.209	17,04%
3 desvios	41	0,11%
4 desvios	0	0%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do 2º Censo do CAU

### 3.1. Achados (e perdidos)

A partir dessas escolhas, partimos para o ponto alto do trabalho: buscar a confirmação da nossa hipótese através dos dados e apresentar os nossos achados (e perdidos<sup>86</sup>). Seguimos o agrupamento das perguntas nos seis eixos previamente identificados: 1) identidade 2) renda, 3) formação, 4) hábitos e insumos, 5) trabalho e 6) política. Todas as análises foram feitas com o apoio técnico da consultoria estatística ESTAT, a empresa júnior de estatística da Universidade de Brasília, conforme detalhado no **Anexo 2**.

Antes de passarmos às análises, por mais enfadonhas que essas reiteradas ressalvas possam parecer, gostaríamos de lembrá-los de nossa

---

o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular” (Brasil, 1940, art. 299).

<sup>86</sup> “[...] as narrativas benevolentes da aliança branca – fórmulas como ‘dar espaço’, ‘dar visibilidade’, ‘dar voz’, todas elas predicadas no desejo normativo de ajustar o mundo social – tem como limite mais evidente a incapacidade dessas mesmas narrativas em incorporar a dimensão negativa desse trabalho, ou seja: ‘perder espaço’, ‘perder visibilidade’, ‘perder voz’. A hipótese de ‘perder o mundo’ é indutora de uma ansiedade profundamente enraizada nas subjetividades brancas, na medida em que o mundo como nos foi dado conhecer é, precisamente, a infraestrutura da vida branca. Lidar com essa ansiedade é, portanto, parte fundamental do trabalho das alianças brancas, sendo que isso frequentemente resulta em exploração do trabalho afetivo, político e intelectual de pessoas negras. Assim quando uma pessoa branca diz ‘usar seu privilégio’ para ‘dar voz’ a uma pessoa negra, ela o diz na condição de que essa ‘voz dada’ possa ser posteriormente metabolizada como valor sem, com isso, desmantelar a lógica de valorização do regime branco de distribuição das vozes. Isso se deve ao fato de que, segundo a economia política das alianças brancas, ‘dividir privilégio’ é sempre, contraditoriamente, uma fórmula que visa a ‘multiplicação dos privilégios’ e não a sua abolição como estrutura fundamental da reprodução de desigualdades” (Mombaça, 2017a).

posição relativista diante de números enquanto representação de pessoas. Ratificamos o entendimento de que subjetividades são complexas e não podem – e nem devem – ser reduzidas a algarismos, a não ser com um propósito: o emancipatório. Assim como a raça, mesmo geneticamente inexistente, persiste no Brasil para reafirmar a legitimidade das reivindicações do movimento negro, as leituras que faremos não são dotadas de pretensões deterministas.

A principal justificativa para essa escolha metodológica é simplesmente a de trazer ao leitor positivista a comprovação de experiências que, nos parece, só podem ser minimamente percebidas por ele na sua própria linguagem: a das categorias quantificáveis. Como Lorraine Code já dizia:

"As feministas sabem, se sabem alguma coisa, que precisam desenvolver as melhores explicações possíveis, as explicações 'mais verdadeiras', sobre como as coisas são, se desejam intervir eficazmente nas estruturas sociais e instituições"<sup>87</sup> (Code, 1993, p. 50).

### 3.1.1. Discursos

Antes de adentrar nas análises sobre cada eixo, faremos reflexões sobre as duas perguntas abertas do questionário. A primeira: "21 - Quais são seus sites prediletos especializados em arquitetura e urbanismo e afins?"; e a segunda: "40 - Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize?". Optamos por desconsiderar a primeira, seja pela irrelevância do seu conteúdo para os objetivos desta pesquisa, como pela dificuldade de limpeza das respostas. Pesquisando somente a palavra "ArchDaily", por exemplo, obtivemos 1.251 variações de resposta (nome junto a outras fontes, digitação do link completo ou parcial, com ou sem comentários de contextualização, entre outros), sem contar com os erros de grafia (ex.: acrh Daly, achidaily, aechdayle, archdailly, archdaily, achidally, acrh Daly, arcdaily etc.). Entendemos que a limpeza e análise desse campo exigiria um trabalho desproporcional para um retorno irrelevante.

Já a pergunta 40 (Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize?) apresentou um potencial de

<sup>87</sup> No original: "*Feminists know, if they know anything at all, that they have to develop the best possible explanations—the 'truest' explanations—of how things are if they are to intervene effectively in social structures and institutions*".



Figura 30 – Nuvens de palavras Pergunta 40 (separadas por grupos)



Fonte: elaboração própria, a partir do relatório da ESTAT (**Anexo 2**)

É visível, na **Figura 30**, que a diferença mais relevante se dá entre o grupo denominado “norma” e o grupo “3 desvios”. No grupo normativo, por exemplo, no segundo nível de relevância nota-se a palavra “mercado”; enquanto no grupo com três desvios a temos a palavra “trabalho”. É também perceptível que o único grupo em que as palavras “fiscalização” e “arquiteto” não aparecem é o grupo mais interseccional, que, por outro lado, é o único em que a sigla “CAU” tem maior relevância.

Reescrevemos integralmente a seguir as respostas do grupo com os maiores desvios (dos 41, somente 17 participaram dessa pergunta), que ilustram as expectativas dessas pessoas, apontando na coluna ao lado os temas abordados:

**Tabela 6 – Respostas à pergunta 40 (respondentes com 3 desvios)**

resposta	temas	desvios
<i>Acredito que o CAU já tem feito um ótimo trabalho em relação a profissão. Hoje o necessário é a sociedade entender que a profissão é tão importante quanto qualquer outra e de extrema necessidade. Uma coisa que posso dizer em relação a ações é incentivar mais o trabalho do arquiteto para pessoas de renda mais baixa, utilizando valores mais baixos para que essas pessoas possam ter acesso ao profissional e possam ter uma edificação bem planejada.</i>	valorização da profissão ATHIS	mulher transgênero parda sem deficiência
<i>Primeiramente, CAU/XX atender o telefone. - Retirar a palavra parda na questão 17. (Quais os meios de comunicação os funcionários do CAU são estão vendo, está na mídia) - Criar uma comissão para assuntos referentes a minorias, negros, gays, trans etc. - Introduzir melhor a assistência técnica em arquitetura e urbanismo nos seminários e palestras.</i>	melhoria de serviços diversidade ATHIS	mulher cis negra com deficiência sensorial

<i>Ter uma consciência sobre momento que o país passa e ajudar de alguma forma seus profissionais que não estão atuando na área.</i>	inserção no mercado	mulher trans negra sem deficiência
<i>Mais ações para ajudar na inserção no mercado.</i>	inserção no mercado	mulher trans negra sem deficiência
<i>Mais informações e ajudar as pessoas que estão tentando entrar no mercado de trabalho.</i>	inserção no mercado	mulher trans parda sem deficiência
<i>Fiscalização efetiva de obras, serviços e empregadores (públicos e privados) e cursos, resguardando as atividades que são próprias da profissão e recebimento de salário conforme a lei; Criação de um centro de apoio e recolocação no mercado de trabalho para os profissionais que estão desempregados e/ou fora da área de formação.</i>	fiscalização apoio a profissionais inserção no mercado	mulher cis mestiça com deficiência sensorial
<i>Fiscalização e apoio.</i>	fiscalização apoio a profissionais	mulher trans negra sem deficiência
<i>O CAU poderia defender também o profissional de arquitetura além de defender apenas a população e dar mais qualidade de trabalho ao profissional além de somente punição.</i>	apoio a profissionais	mulher cis parda com deficiência intelectual
<i>Proporcionar cursos ministrados por profissionais da área da arquitetura. Os softwares (revit, autocad etc.), são muito caros, espero que o CAU um dia consiga baixar os custos desses programas.</i>	apoio a profissionais	mulher trans parda sem deficiência
<i>Divulgação das variantes do ofício do profissional. Atualmente existe a estigmatização como decorador de ambientes.</i>	valorização da profissão	mulher trans parda sem deficiência
<i>Exista algum sentido real ou benefício em escritório ter o CAU de cada profissional, CNPJ, inscrição nacional e ainda assim CAU empresa.</i>	apoio a profissionais	mulher cis parda com deficiência sensorial
<i>Principalmente a cobrança do cumprimento da NBR por parte dos principais órgãos públicos, e financiadores de obras, cobrança de projeto arquitetônico assinado por arquiteto.</i>	fiscalização	mulher cis parda com deficiência sensorial
<i>Eventos e palestras sobre o cotidiano da profissão Suporte educacional (cursos, manuais etc.) Ações de aproximação do arquiteto com a população.</i>	apoio a profissionais inserção no mercado	mulher cis parda com deficiência sensorial
<i>Fiscalização.</i>	fiscalização	mulher cis parda com deficiência sensorial
<i>Ajudar a sanar dúvidas relativas ao exercício da profissão ou encaminhar a quem o possa fazê-lo. Promover cursos de softwares a preços acessíveis. Intermediar oportunidades de serviço, seja com empresas ou particulares. Divulgar a profissão e se colocar disponível ao público para orientar e direcionar à profissionais que tenha condição de atendê-los.</i>	apoio a profissionais inserção no mercado valorização da profissão	mulher cis parda com deficiência sensorial
<i>Fiscalização para que realmente os projetos sejam feitos por arquitetos e não por curiosos.</i>	fiscalização	mulher cis parda com deficiência sensorial
<i>Impor a obrigatoriedade da contratação dos arquitetos em órgãos públicos, privados. Exigir a contratação de arquitetos em planejamento urbanístico (ruas, praças, conjuntos habitacionais), obras, perícias, avaliações, inspeção dos imóveis tombados, para avaliação do desempenho estético, físico e funcional do equipamento. Atualização dos planos diretores dos municípios. Incentivar e fiscalizar a grade curricular das faculdades, já que é jogado o assunto de qualquer maneira para o aluno.</i>	inserção no mercado valorização da profissão fiscalização melhoria da formação	mulher cis parda com deficiência intelectual

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

Percebe-se que os assuntos mais frequentes apontados por essas profissionais como principais ações que elas esperam que o CAU realize foram:

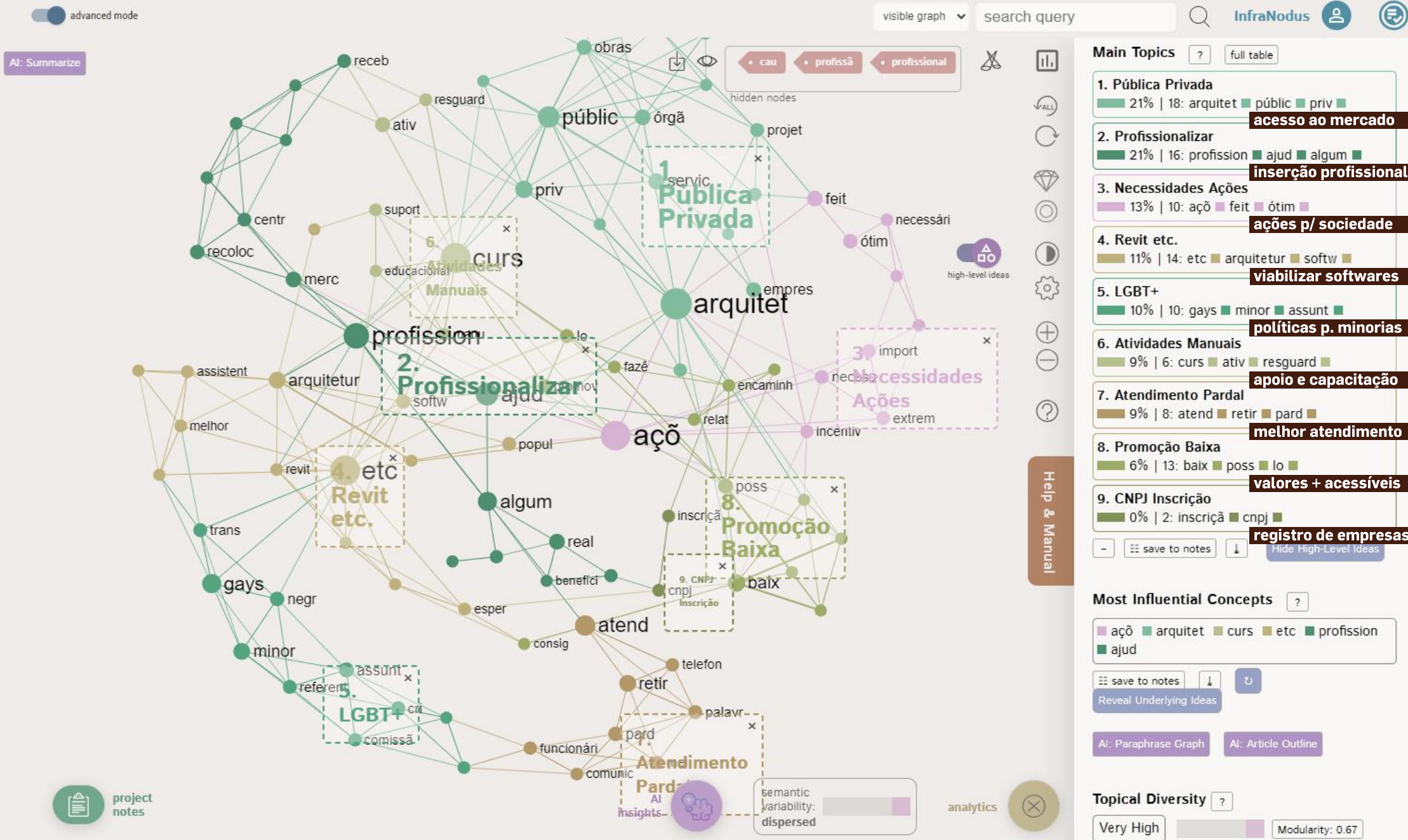
- maior inserção no mercado (com 7 menções);
- mais apoio a profissionais por parte do CAU (com 7 menções);
- fiscalização (com 6 menções);
- valorização da profissão (com 4 menções);
- Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) (com 2 menções);
- diversidade (com 1 menção)
- melhoria da formação (com 1 menção); e
- melhoria de serviços (com 1 menção).

Obtivemos novas percepções utilizando o software INFRANODUS, que analisa não somente a frequência das palavras, mas também as considera em seus contextos e relações imediatas, convertendo essa rede de conexões em grafos.

A ferramenta também possui a funcionalidade de agrupar palavras com os mesmos radicais, desconsiderando sufixos e flexões (processo denominado “lematização”). A grandeza de cada nó é proporcional à frequência de cada palavra no conjunto das respostas e as arestas indicam as suas ligações a outros termos.

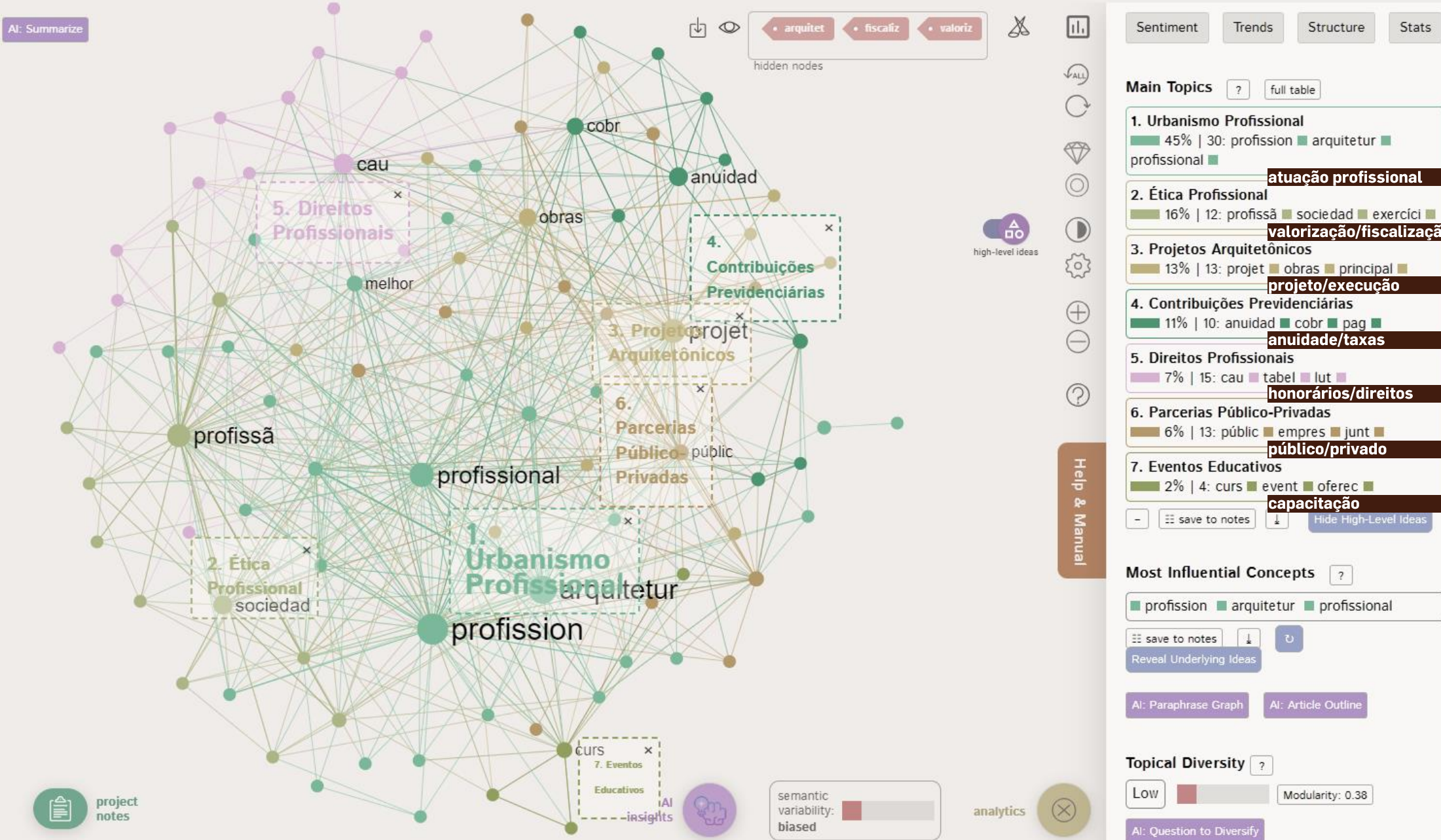
Para simplificar a leitura dos dados, nesse exercício, comparamos apenas as respostas das pessoas com 3 desvios (**Figura 31**) àquelas dos sujeitos normativos (**Figura 32**), resgatando a proposta de Kimberlee Crenshaw (1989, p. 167) de uma abordagem “de baixo para cima”, ou seja, priorizando a inclusão de grupos com as maiores intersecções de marcadores de diferença.

Figura 31 – Clusters (agrupamentos) mais frequentes do grupo com 3 desvios



Fonte: Elaboração própria com o software Infranodus

Figura 32 - Clusters (agrupamentos) mais frequentes do grupo normativo



Fonte: elaboração software com o software Infranodus



Nota-se algumas diferenças entre os dois grafos a partir dos *clusters* (agrupamentos temáticos) sugeridos pelo programa<sup>88</sup>, nomeados por inteligência artificial (IA). Enquanto o sujeito normativo aparenta esperar ações do CAU a partir de uma perspectiva de quem já está plenamente inserido no mercado, as pessoas com 3 desvios levantaram tópicos que demonstram uma visão marginal a esse mercado e dificuldades materiais de inserção.

Os *clusters*<sup>89</sup> mais frequentes dentre os **sujeitos normativos** (ilustrados na **Tabela 7**) foram, por ordem de relevância: 1) Atuação Profissional; 2) Valorização e Fiscalização; 3) Projeto e Execução; 4) Anuidades e Taxas; 5) Honorários e Direitos; 6) Setor Público e Privado; 7) Capacitação Profissional.

**Tabela 7 – Clusters mais frequentes dentre os sujeitos normativos na Pergunta 40**

nº	título por ia	título ajustado	nº de nós	% de menções	palavras-chave (lemas)
1	Urbanismo Profissional	<b>Atuação Profissional</b>	30	40%	profession; arquitetura; profissional; melhor; merc; urban; exist; atuação; profissios; desenvolv; inform; muit; remuner; atribuiçõ; formaçã; contrat; qualidad; so; ativ; escritóri; servic; busc; profissiosal; form; trabalh; urban; acess; contrat; atu; áre
2	Ética Profissional	<b>Valorização e Fiscalização</b>	12	17%	profissã; sociedad; exercíci; import; ilegal; desvaloriz; popul; promov; sa; papel; divulg; açõ
3	Projetos Arquitetônicos	<b>Projeto e Execução</b>	13	17%	projet; obras; principal; engenheir; interior; realiz; arquitetôn; elabor; execuçã; técnic; cidad; aprov; irregul
4	Contribuições Previdenciárias	<b>Anuidades e Taxas</b>	10	7%	anuidad; cobr; pag; pis; valores; salarial; tax; cust; rrt; prec
5	Reivindicações Salariais	<b>Honorários e Direitos</b>	15	4%	cau; tabel; lut; direit; honorári; precis; ajud; cre; poss; pratic; dev; cri; class; pod; esper
6	Parcerias Público-Privadas	<b>Setor Público e Privado</b>	13	9%	públic; empres; junt; priv; órgã; concurs; softw; parc; public; salári; just; polít; prefeitur
7	Eventos Educativos	<b>Capacitação Profissional</b>	4	2%	curs; event; oferec; palestr

Fonte: elaboração própria, com dados do INFRANODUS

<sup>88</sup> Nota metodológica do software (tradução e adaptação nossa):

Os agrupamentos de tópicos são formados pelos nós (palavras) que tendem a ocorrer de forma concomitante no mesmo contexto (uma ao lado da outra). [...] O GPT-4 gera automaticamente [...] nomes para eles. Os percentuais mostram a influência relativa de um tópico em um discurso base na soma da centralidade de intermediação dos nós contidos nele. O número ao lado é o total do número de nós em cada agrupamento. Usamos uma combinação de agrupamento e algoritmo de detecção de comunidade de grafos para identificar os grupos de nós que estão mais densamente conectados entre si do que com o resto da rede. Eles são alinhados mais próximos uns dos outros no gráfico usando o algoritmo Force Atlas e recebem uma cor distinta.

<sup>89</sup> Os títulos foram ajustados a partir do conjunto de palavras-chave (lemas) apresentadas para melhor corresponder aos agrupamentos temáticos.

Os *clusters* mais frequentes dentre as **pessoas com 3 desvios** (ilustrados na **Tabela 8**) foram, por ordem de relevância: 1) Acesso ao Mercado; 2) Inserção Profissional; 3) Ações para a sociedade; 4) Viabilização de Softwares; 5) Políticas para Minorias; 6) Apoio e Capacitação; 7) Melhoria no Atendimento; 8) Valores Acessíveis; 9) Registro de Empresas.

**Tabela 8 – Clusters mais frequentes dentre as pessoas com 3 desvios na Pergunta 40**

nº	título por ia	título ajustado	nº de nós	% de menções	palavras-chave (lemas)
1	Pública Privada	<b>Acesso ao Mercado</b>	18	29%	arquitet; públic; priv; servic; órgã; empres; obras; projet; planej; fiscaliz; cobranc; nbr; avali; contrat; financ; princip; divulg; empreg
2	Profissionalizar	<b>Inserção Profissional</b>	16	35%	profission; ajud; algum; real; merc; recoloc; receb; centr; exist; escritóri; criaçã; lei; conform; salári; benefíci; atual
3	Necessidades Ações	<b>Ações para a Sociedade</b>	10	6%	açõ; feit; ótim; import; extrem; necess; incentiv; necessári; entend; sociedad
4	Revit etc.	<b>Viabilização de Softwares</b>	14	12%	etc; arquitetura; softw; popul; revit; esper; melhor; assistent; introduz; técnic; autocad; car; defend; palestr
5	LGBT+	<b>Políticas para Minorias</b>	10	6%	gays; minor; assunt; negr; trans; referent; cri; comissã; vend; míd
6	Atividades Manuais	<b>Apoio e Capacitação</b>	6	6%	curs; ativ; resguard; manu; suport; educacional
7	Atendimento Pardal	<b>Melhoria no Atendimento</b>	8	indef.%	atend; retir; pard; palavr; telefon; mei; funcionári; comunic
8	Promoção Baixa	<b>Valores mais Acessíveis</b>	13	6%	baix; poss; lo; promov; encaminh; relat; fazê; consig; exercíci; rend; acess; valores; utiliz
9	CNPJ Inscrição	<b>Registro de Empresas</b>	2	indef.%	inscriçã; cnpj

Fonte: elaboração própria, com dados do INFRANODUS

É notável que quanto mais desvios, mais os profissionais tendem a clamar por um maior apoio do Conselho para acessar e permanecer na profissão. Os grupos normativos parecem ter preocupações mais inerentes a uma prática profissional consolidada, mas ainda com bastante espaço para qualificação, especialmente no quesito da valorização da profissão pela sociedade.

É preciso considerar que os grupos mais interseccionais são numericamente inferiores justamente por uma defasagem histórica e social que os excluiu por muito tempo da profissão, principalmente das suas esferas mais prestigiadas. Retomando a praia da hegemonia de Khensani, é visível que esses grupos estão constantemente exercendo esforços para nadar através da água sem ar. “Aqueles que nadam estão lutando, mas não podem reivindicar uma luta semelhante àqueles que se afogam nas profundezas da água verde.”.

### 3.1.2. Representatividades

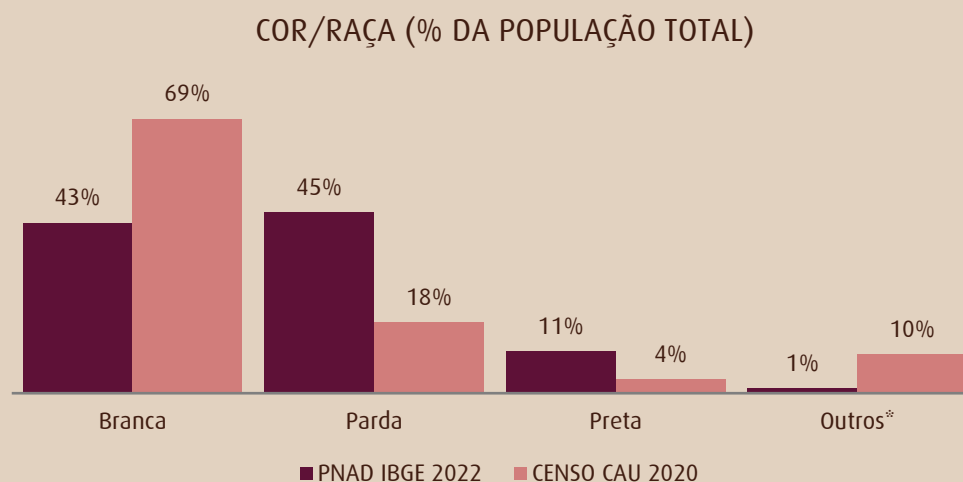
No eixo “identidade”, não há como desagregar as perguntas de forma interseccional, por serem elas próprias aquelas que contêm informações sobre os marcadores de diferença. Também não faria sentido, dentro dos objetivos da pesquisa, por exemplo, averiguar quantas das pessoas com deficiência são brancas, pardas, negras, amarelas ou indígenas, sob o princípio de não hierarquização das opressões.

Assim, para as reflexões nessa parte, adotamos um outro critério: o de representatividade. Para cada uma das perguntas, buscamos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE de 2022 o percentual correspondente a cada grupo na população brasileira. Algumas adaptações foram necessárias, devido às variações e imprecisões de nomenclatura, já mencionadas anteriormente.

Na pergunta “**1. cor/raça**”, por exemplo, há um erro de classificação na pergunta do *2º Censo do CAU*, que apresentou as opções de resposta: “branca”, “parda”, “negra”, “oriental”, “indígena”, “mestiça”, e “prefiro não informar”. No entanto, o correto é considerar “negros” o conjunto de “pretos” e “pardos”. A categoria “mestiça” também não existe no IBGE, podendo o indígena miscigenado se autodeclarar como pardo ou indígena.

Assim, para efeitos de comparação, inferimos que quem se declarou negro no *2º Censo*, por exclusão (não sendo pardo) pode ser classificado como preto. No *2º Censo do CAU*, em “outros” foram agrupados os respondentes que se declararam indígenas (0,3%), orientais (1,7%), mestiços (3,6%) e os que preferiram não informar (4,2%). No PNAD, a categoria “outros” corresponde às opções “amarela”, “indígena” ou “sem declaração”, e os percentuais individuais não são informados. A correlação entre os dados de ambas as pesquisas está ilustrada a seguir na **Figura 33**.

**Figura 33 – Análise de representatividade na pergunta “1. cor/raça”**



Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU e da PNAD (IBGE, 2022d)

Nota-se que a população branca é super-representada na profissão, com um percentual 26% superior ao da PNAD. Por outro lado, a população negra é sub-representada, sendo que os pardos representam 28% a menos e os pretos 7% a menos que os percentuais da população brasileira. No livro *E se a cidade fosse nossa?* a arquiteta e urbanista Joice Berth relata fracassos de gestores públicos na condução das cidades, causados pela incompreensão dos reais problemas urbanos, que são fruto da nossa herança escravista. “Falar em racismo urbano como uma modalidade subjacente da opressão racial brasileira é nomear um problema histórico” (Berth, 2023, p. 45).

A Lei de Cotas (Brasil, 2012) garantiu o acesso das pessoas negras à educação superior, mas não veio acompanhada de uma política de inserção no mercado de trabalho (justamente um dos principais pontos levantados pelo grupo com 3 desvios na pergunta 40). Esse tipo de política afirmativa constitui um desafio ainda maior, considerando que o racismo está impregnado na sociedade de uma forma profunda e com tecnologias sofisticadas de opressão; e quando se trata de relações comerciais pautadas pelo capital, ele se manifesta de forma mais exacerbada. Para ilustrar esse cenário, é possível recorrer a uma imagem que atingiu bastante alcance nas redes sociais em 2021, representada na **Figura 34**.

Figura 34 – Equipe de funcionários de empresa de investimentos e garis



Fonte: (Pyl, 2021)

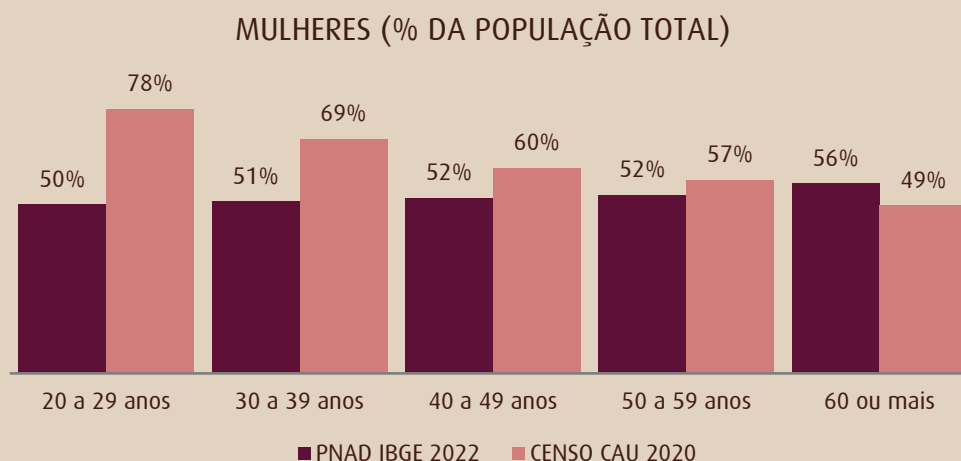
Assim, para garantir um exercício profissional que efetivamente alcance e compreenda a totalidade da população brasileira – e não só das elites – e, ainda mais importante, assegurar a eficácia das políticas urbanas, é preciso reparar essa lacuna racial e delinear estratégias de inclusão dessas profissionais em todas as esferas da de atuação. Berth é clara ao explicar:



Qual arquiteto ou urbanista teria condições de lutar por uma guinada no planejamento urbano, migrando da atenção exclusiva sobre a classe social para, em troca, propor um planejamento urbano antirracista? Qual arquiteta e urbanista conseguiria se dedicar a políticas públicas mais completas e capazes de abranger essas nuances que alteram substancialmente a vida de quem mora na periferia? Quem seria melhor senão aqueles que já nasceram e cresceram envolvidos com esses problemas, ou seja, negros e negras ou não brancos conscientes desse desafio? (Berth, 2023, p. 101).

Na pergunta “**2. gênero**”, nos deparamos com a ausência de informações correlatas na PNAD, que possui somente informações sobre sexo, com as opções “masculino” ou “feminino”. Como a forma de coleta é baseada na autodeclaração, imaginamos que uma mulher transexual se identificaria como “mulher”, assim como um homem transexual se identificaria como “homem”. Sob essa ótica, agrupamos no *Censo do CAU* as opções “mulher transgênero” e “mulher cisgênero” no grupo “mulher”. As opções “não binário” e “prefiro não informar”, nessa análise, foram desconsideradas. Optamos por associar gênero e faixa etária, para melhor ilustrar as estratificações do marcador ao longo de um processo de transformação social de inclusão da mulher no mercado de trabalho.

**Figura 35 – Análise de representatividade na pergunta “2. Gênero”**



Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU e da PNAD (IBGE, 2022e)

Nessa comparação (**Figura 35**), é perceptível a super-representação feminina no Conselho, em especial nas faixas etárias mais jovens. As mulheres chegam a representar um percentual 28% superior ao da PNAD, na faixa entre 20 e 29 anos. Enquanto na sociedade brasileira os índices se mantêm relativamente constantes, no CAU essa proporção é cada vez mais relevante. Assim, entende-se que equacionar a participação masculina na profissão é também uma política afirmativa pertinente para a democratização do exercício da arquitetura e do urbanismo.

Não obstante a predominância de mulheres, é importante registrar que qualitativamente ainda existem lacunas relevantes em termos de remuneração, reconhecimento, aceitação da autoridade e da capacidade técnica dessas arquitetas e urbanistas e de representatividade nas mais altas posições hierárquicas da profissão. Além disso, elas são as maiores vítimas de assédio e outras formas de violência, e as mais impactadas pela parentalidade e pela precarização da profissão, principalmente sob uma perspectiva interseccional (CAU/BR, 2020a).

Em termos substantivos, a profissão ainda é masculina em sua essência (hierárquica, competitiva, individualista, megalomaniaca, impositiva, entre outros), pois não aprendemos a desconstruir os valores do patriarcado, tão incorporados em nossas visões de mundo.



Notem que as grandes estrelas da arquitetura são majoritariamente homens brancos que realizam projetos para o poder econômico e seus delírios de grandeza. O povo ou o usuário das cidades não é levado em conta, tampouco os efeitos psicológicos que conviver com grandes construções causam individual e coletivamente. (Berth, 2023, p. 239).

No texto *Cidades Femininas Antifrágeis*, a arquiteta e urbanista Ana Gabriela Godinho Lima discorre sobre o quanto os valores construídos como masculinos ainda reverberam na sociedade e propõe a partir da ideia de antifragilidade<sup>90</sup>, um resgate aos ensinamentos das nossas avós como estratégia de resiliência, em especial à experiência de cuidar e de se importar com os outros.

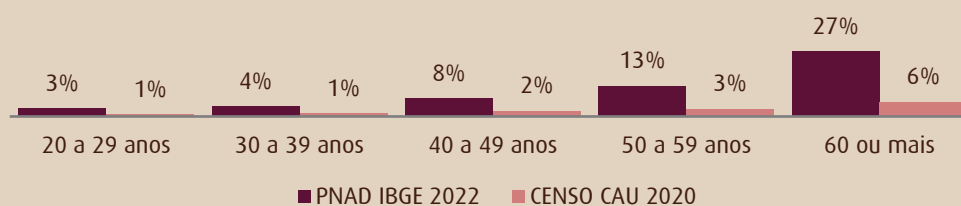


Esse comportamento que chamam de "feminino", mas talvez fosse mais apropriado chamar de "civilizado". [...] [seria] a antítese da admiração pelos empreendimentos estrondosos, heroicos e gananciosos, do tipo dos que resultam em cataclismos financeiros, climáticos e sanitários (Lima, 2020, p. 266–267).

Para a análise da pergunta “**3. Deficiência**”, ilustrada na **Figura 36**, mantivemos a opção por organizar as informações coletadas por faixa etária, dessa vez com o intuito de ilustrar a relação entre a deficiência e o processo natural de envelhecimento. Para minimizar desvios devidos às imprecisões da coleta, restringimo-nos a identificar o percentual de pessoas com deficiência, quaisquer que elas fossem, em relação ao total da população daquele intervalo de idade, seja no *2º Censo do CAU* como na PNAD Contínua.

**Figura 36 – Análise de representatividade na pergunta “3. Deficiência”**

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (% DA POPULAÇÃO TOTAL)



Fonte: elaboração própria, com dados do *2º Censo do CAU* e da PNAD (IBGE, 2022f) e (IBGE, 2022c)

<sup>90</sup> Termo definido pelo analista de risco Nassim Taleb: “Algumas coisas se beneficiam dos impactos; elas prosperam e crescem quando são expostas à volatilidade, ao acaso, à desordem e aos agentes estressores, e apreciam a aventura, o risco e a incerteza. No entanto, apesar da onipresença do fenômeno, não existe uma palavra para designar exatamente o oposto de frágil. Vamos chamá-lo de antifrágil. A antifragilidade não se resume à resiliência ou à robustez. O resiliente resiste a impactos e permanece o mesmo; o antifrágil fica melhor” (Taleb, 2015, p. 20).

Nota-se que há um aumento relevante do percentual de PCDs na população brasileira à medida que avançamos de faixa etária. No CAU, esse crescimento é mais tímido e linear. Também é evidente, mais uma vez, a sub-representação desse grupo na profissão, chegando a representar uma diferença de 21% em relação à PNAD, na faixa de 60 anos ou mais. Para ilustrar esse cenário, nos pareceu bastante oportuno resgatar um relato de uma pessoa com deficiência, o arquiteto e urbanista e pesquisador Rogério Rezende, recebido na Ouvidoria-Geral do CAU:



Prezados, o censo do CAU informa que apenas 1% dos profissionais de arquitetura possuem algum tipo de deficiência. Devido às limitações inerentes à condição de Pessoa com Deficiência, a prática profissional e as oportunidades de emprego/ trabalho também são reduzidas e, conseqüentemente, a renda deste grupo. Sendo um arquiteto com deficiência visual, reconheço a importância de estudos como estes, e mais, que eles sejam mais aprofundados, mais específicos. Sabe-se que o problema da inclusão é bem mais amplo, e apenas um estudo para verificar a existência de pessoas é esvaziado de sentido se ele não está amparado em ações afirmativas de inclusão. Sabemos que os cursos de arquitetura não estão bem-preparados para o ensino da arquitetura para pessoas com deficiência - o que pode ser verificado nas salas de aula das diversas faculdades. O que, por sua vez, tem um reflexo direto nos indicativos do censo. Para estes que insistiram em fazer um curso que claramente não foi desenhado para eles, o esforço para continuar atuando profissionalmente é enorme. Além disso, o exercício da profissão por PcDs envolve investimentos extras se comparado a profissionais sem-deficiência - tecnologias assistivas, mobilidade, locomoção etc. Eu mesmo, como arquiteto e deficiente visual, ao perder parte da visão tive minhas possibilidades de trabalho bastante reduzidas, conseqüentemente, isso teve um grande impacto na minha renda, ao mesmo tempo em que houve um aumento de gastos em dispositivos eletrônicos para compensar a limitação visual. Posto isto, gostaria de interrogar sobre a possibilidade de isenção parcial ou total da taxa de anuidade para esse grupo de profissionais. (Rezende, 2023)<sup>91</sup>.

Apesar de nós, arquitetas(os) e urbanistas, sermos responsáveis técnicas(os) por projetos de acessibilidade e adequação dos espaços físicos para PCDs, o que exige uma familiarização com a legislação vigente que determina os requisitos para o desenho universal, como a LBI (Brasil, 2015) e a NBR 9050 (ABNT, 2015), o Conselho está muito aquém dos debates sobre a inserção de profissionais com deficiência no mercado de trabalho. É preciso promover e fomentar estudos sobre as deficiências compatíveis com o exercício profissional – nas suas múltiplas áreas de atuação – e aquelas efetivamente

<sup>91</sup> Depoimento autorizado pelo autor, conforme termo do Anexo III.



incapacitantes, bem como de mecanismos para a eliminação das barreiras para a plena inclusão dessas pessoas no Conselho.

### 3.1.3. Comportamentos

Para interpretar as informações coletadas dos demais agrupamentos temáticos (renda, formação, hábitos e insumos, trabalho e política), optamos pela realização de análises de correspondência<sup>92</sup>. Isso permitiu avaliar a proximidade de cada alternativa de resposta (de cada pergunta de cada recorte) em relação os quatro grupos de respondentes: os sujeitos normativos e as pessoas com 1, 2 ou 3 desvios em relação a eles. Ressalta-se que quanto mais próxima de 100% for a porcentagem de variação das dimensões ilustradas, mais confiáveis e precisas elas serão para explicar a relação entre os dados<sup>93</sup>.

Nesse tipo de análise, é importante registrar que os quadrantes não possuem um significado específico, como em gráficos cartesianos, mas são regiões do espaço bidimensional que auxiliam na interpretação das relações entre as categorias das variáveis, tornando mais fácil a identificação de associações e padrões nos dados.

Os números dos eixos em si não são valores expressos em unidades de medidas, tampouco possuem um significado direto ou interpretação própria. As distâncias dos pontos em relação aos eixos e quadrantes, no entanto, podem oferecer *insights* sobre as relações entre as categorias.

Analizamos também os coeficientes de inequidade adotados no 1º *Diagnóstico de Gênero do CAU* e tabelamos (nas **Tabelas 9 a 18**) aqueles que consideramos mais relevantes para os fins desta pesquisa. Para essa análise, colocamos lado a lado as respostas do grupo normativo e do grupo com 3 desvios para a mesma pergunta. Comparamos então cada opção de resposta

---

<sup>92</sup> Técnica estatística multivariada frequentemente usada para explorar e visualizar associações entre variáveis categóricas em um conjunto de dados. Método investigativo que não requer suposições específicas sobre a distribuição dos dados e é útil para resumir as informações e identificar padrões; frequentemente usado em pesquisas de mercado, nas ciências sociais e em estudos linguísticos.

<sup>93</sup> Apesar de os índices de variância retidos nas análises multivariadas da pesquisa (percentual de cada dimensão) não serem significativamente relevantes para inferências, eles ainda são valiosos e eficazes para uma visão geral do comportamento dos dados e das tendências de correspondência entre as categorias.

entre os dois grupos, dividindo o maior pelo menor para dimensionar a grandeza dessa diferença. Consideramos “%n” o percentual de respondentes do grupo normativo para aquela opção de resposta e “%3d” o percentual de respondentes do grupo com 3 desvios para aquela opção de resposta; e o coeficiente de inequidade é o quociente entre os dois indicadores.

No eixo “**2. Renda**”, ilustrado pela **Figura 37**, nota-se que as variáveis que representam as faixas de rendimento individual mais extremas (de até 1 salário-mínimo e com mais de 15 salários-mínimos) estão em posições isoladas no gráfico, o que significa uma baixa correlação com os grupos de respondentes identificados.

Por outro lado, é interessante observar que os sujeitos normativos estão mais próximos a variáveis que indicam condições substantivas mais vantajadas: a posse de imóvel e carro próprio e renda familiar de 12 a 15 salários-mínimos. Isso significa que a maioria dos respondentes desse grupo marcaram essas alternativas de resposta no questionário.

Nos demais grupos, é perceptível que quanto maior o número de intersecções, mais distantes eles estão do ponto que representa a norma. As pessoas com 3 desvios estão mais próximas das variáveis que exprimem maiores vulnerabilidades econômicas, como: não possuir carro próprio, não contribuir com a previdência e ter renda mensal individual de 1 a 3 salários-mínimos.

Esses dados ilustram a esfera na qual as inequidades primariamente se manifestam em um sistema orientado pelo capital: a material. Joice Berth descreve esse fator:



O dinheiro ainda é o maior instrumento de materialização do poder social. E sem os deslumbres e apelos do feminismo liberal, precisamos pensar em meios para que a justa distribuição de recursos nos alcance. Inclusive, se olharmos de modo interseccional, a questão da moradia e do acesso à terra constitui um dos instrumentos que mais fragilizam mulheres negras, indígenas e não brancas (Berth, 2023, p. 243).

Ao aplicarmos os coeficientes de inequidade do diagnóstico de gênero do CAU às perguntas do 2º censo, confirmamos ainda mais essas lacunas, conforme ilustrado em algumas delas representadas na **Tabela 9** na **Tabela 10**.

Nota-se que o sujeito normativo tem condições melhores de previdência (pública e privada), predomina na faixa de renda acima de 15 salários-mínimos e tem maior índice de autossuficiência pelo trabalho autônomo na área e pelo aluguel de imóveis próprios.

**Tabela 9 – Perguntas do eixo “2. renda” com maior predominância do sujeito normativo**

n.	pergunta	opção	%n/%3d
08	Contribui para a previdência?	Sim, ambas	4,0
05	Qual a sua renda mensal individual, aproximadamente?	Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.970,01).	2,8
04	Acerca de sua(s) fonte(s) de renda?	Autônomo (empreendedor em áreas ligadas a arquitetura e urbanismo)	2,6
04	Acerca de sua(s) fonte(s) de renda?	Renda Proveniente de Aluguel	2,1

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

Já as pessoas com três interseccionalidades possuem mais dependentes financeiros (inclusive idosos), são mais do que o dobro na faixa de rendimento inferior a 1 salário-mínimo e maioria com seguro-desemprego. Esse grupo também acaba se desviando mais da profissão e atuando em outras áreas no setor público; e representa índices maiores de aposentados e pensionistas.

Diante de condições de vida visivelmente mais precárias, é compreensível a maior dificuldade encontrada por essas pessoas para se manter em dia com o Conselho, e mais latente a pertinência de políticas afirmativas para que a profissão seja efetivamente representativa.

**Tabela 10 – Perguntas do eixo “2. renda” com maior predominância das pessoas com 3 desvios**

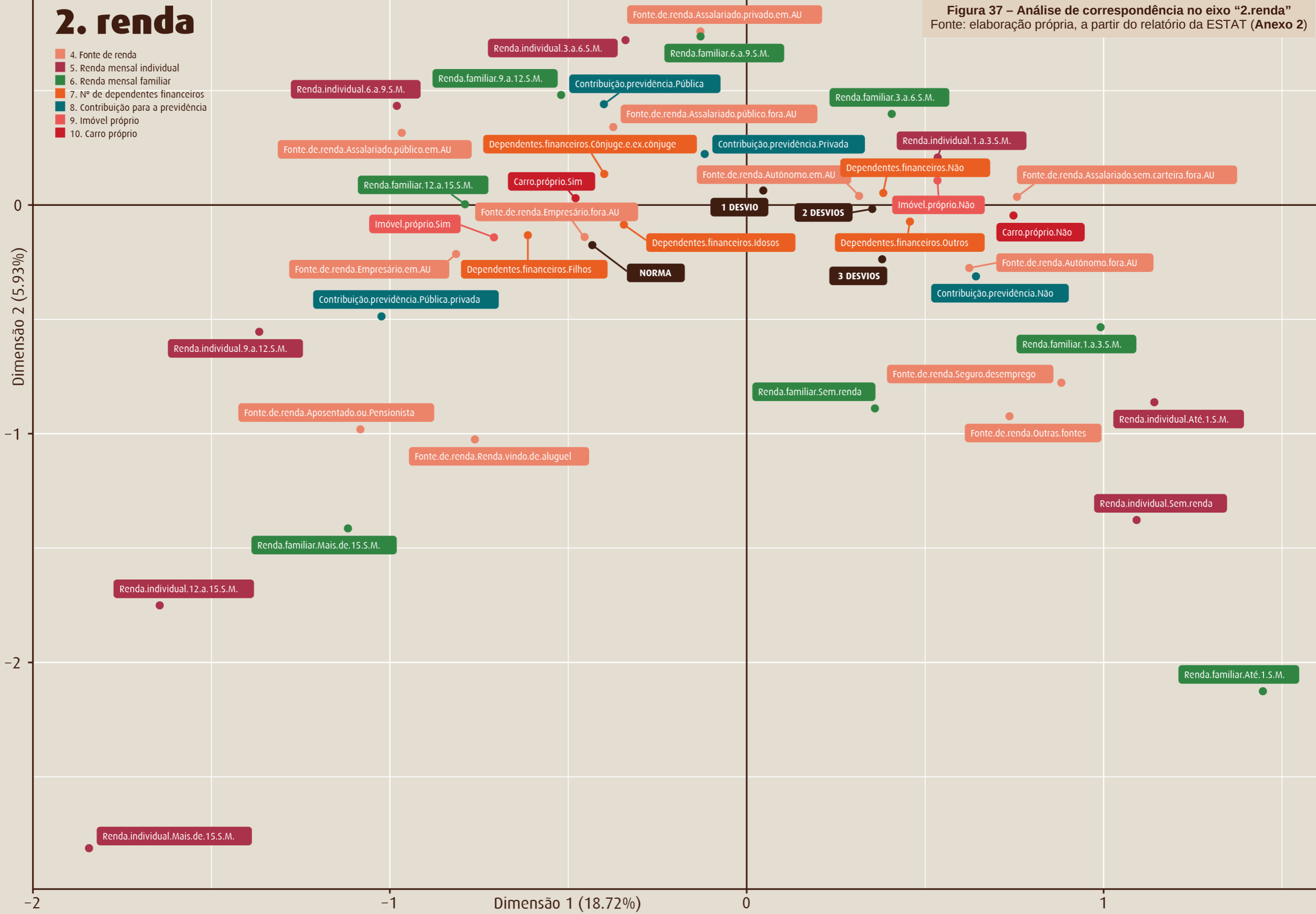
n.	pergunta	opção	%3d/%n
07	Possui dependentes financeiros (Selecionar quantos necessários)?	Outros	3,4
05	Qual a sua renda mensal individual, aproximadamente?	Até 1 salário mínimo (até R\$ 998,00).	2,3
04	Acerca de sua(s) fonte(s) de renda?	Assalariado (setor público em áreas não ligadas a arquitetura e urbanismo)	2,2
04	Acerca de sua(s) fonte(s) de renda?	Aposentado ou Pensionistas	1,8
07	Possui dependentes financeiros (Selecionar quantos necessários)?	Idosos	1,7
04	Acerca de sua(s) fonte(s) de renda?	Seguro Desemprego	1,5

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

# 2. renda

- 4. Fonte de renda
- 5. Renda mensal individual
- 6. Renda mensal familiar
- 7. N° de dependentes financeiros
- 8. Contribuição para a previdência
- 9. Imóvel próprio
- 10. Carro próprio

Figura 37 – Análise de correspondência no eixo “2.renda”  
Fonte: elaboração própria, a partir do relatório da ESTAT (Anexo 2)



No eixo “**3. Formação**”, ilustrado pela **Figura 39**, nota-se que tanto a norma quanto as pessoas com 1 e 2 desvios estão ao centro do gráfico e perto da maior parte dos pontos. O sujeito normativo apresenta maior probabilidade de possuir ou pretender cursar um segundo curso superior ou pós-graduação, de fluência em idiomas estrangeiros, mais presença em eventos de arquitetura e urbanismo e maior domínio de softwares.

Já as pessoas mais interseccionais estão afastadas das demais e próximas a variáveis que indicam uma insatisfação com as instituições de ensino de formação ou a opção por não informar o grau de escolaridade, menor frequência em eventos de arquitetura e urbanismo e baixa familiaridade com informática e softwares. Essa propensão confirma o 4º *cluster* mais relevante para esse grupo no grafo produzido pelo INFRANODUS (vide Erro! Fonte de referência não encontrada.): viabilização de softwares.

De uma forma geral, as variáveis deste eixo foram recorrentemente citadas nas respostas abertas das pessoas mais interseccionais, como ilustrado na **Figura 38**. Como iniciativa de superação dessa lacuna, destaca-se o projeto Softwares Livres para Arquitetura e Engenharia (SOLARE), iniciativa da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA, 2021), com o apoio do CAU/RS e CAU/RJ.

**Figura 38 – Temas do eixo “3. Formação” recorrentes nas respostas das pessoas com 3 desvios à pergunta 40**

“[...]  **cursos**, resguardando as atividades que são próprias da profissão e recebimento de salário conforme a lei [...]”

“**Eventos e palestras** sobre o cotidiano da profissão. **Suporte educacional (cursos, manuais etc.)** Ações de aproximação do arquiteto com a população.”

“[...] Promover  **cursos de** softwares a preços acessíveis. [...]”

“Proporcionar  **cursos** ministrados por profissionais da área da arquitetura. Os  **softwares (revit, autocad etc.)**, são muito caros, espero que o CAU um dia consiga **baixar os custos** desses programas.”

“[...] Incentivar e fiscalizar a  **grade curricular das faculdades**, já que é jogado o assunto de qualquer maneira para o aluno.”

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do 2º Censo

Mais uma vez, os coeficientes de inequidade confirmam as lacunas encontradas, conforme ilustrado nos exemplos representados na **Tabela 11** e na Erro! Fonte de referência não encontrada.. Com relação ao sujeito normativo, nota-se novamente maiores percentuais de fluência em outros idiomas e participação em eventos da área, mas percebe-se também que o seu nível de

satisfação com a instituição de formação é duas vezes maior e que quase o dobro atua na docência em regime de dedicação exclusiva.

**Tabela 11 – Perguntas do eixo “3. formação” com maior predominância do sujeito normativo**

n.	pergunta	opção	%n/%3d
20	Com relação ao domínio de idiomas estrangeiros, como você considera os seus conhecimentos em: Francês	Avançado	5,7
20	Com relação ao domínio de idiomas estrangeiros, como você considera os seus conhecimentos em: Espanhol	Fluente	5,4
17	Como é a sua participação em feiras, seminários, congressos e afins na área da arquitetura e urbanismo?	Frequenta a maioria	4,9
11	Qual o seu nível de satisfação com a Instituição de Ensino onde concluiu sua formação como arquiteto e urbanista?	Totalmente satisfeito	2,1
16	Você atua como docente na área de arquitetura e urbanismo?	Sim com dedicação exclusiva	1,8

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

Por outro lado, as pessoas mais atravessadas por interseccionalidades constituem um número quase sete vezes maior de profissionais sem nenhum tipo de pós-graduação; são as mais insatisfeitas com a instituição de formação e as com conhecimentos mais precários em softwares; além de serem aquelas com menos acesso a um segundo curso superior.

**Tabela 12 – Perguntas do eixo “3. formação” com maior predominância das pessoas com 3 desvios**

n.	pergunta	opção	%3d/%n
12	Marque abaixo a opção de acordo com seu grau de escolaridade.	Graduação	6,8
11	Qual o seu nível de satisfação com a Instituição de Ensino onde concluiu sua formação como arquiteto e urbanista?	Parcialmente Insatisfeito	2,7
19	Quanto aos softwares profissionais da área de arquitetura e urbanismo, como classifica seus conhecimentos em: Geoprocessamento?	Muito Ruim	1,9
19	Quanto aos softwares profissionais da área de arquitetura e urbanismo, como classifica seus conhecimentos em: Outros softwares profissionais?	Ruim	1,8
14	Está cursando algum outro curso superior?	Não	1,6

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

# 3. formação

- 11. Satisfação com IES de formação
- 12. Grau de escolaridade
- 13. Outro curso superior completo
- 14. Cursando outro curso superior
- 15. Pretende cursar outro curso superior
- 16. Atua como docente?
- 17. Participa de eventos de A&U
- 18. Conhecimento de informática
- 19. Conhecimento de softwares
- 20. Domínio de idiomas estrangeiros

1

0

-1

-2

-3

Dimensão 2 (6.19%)

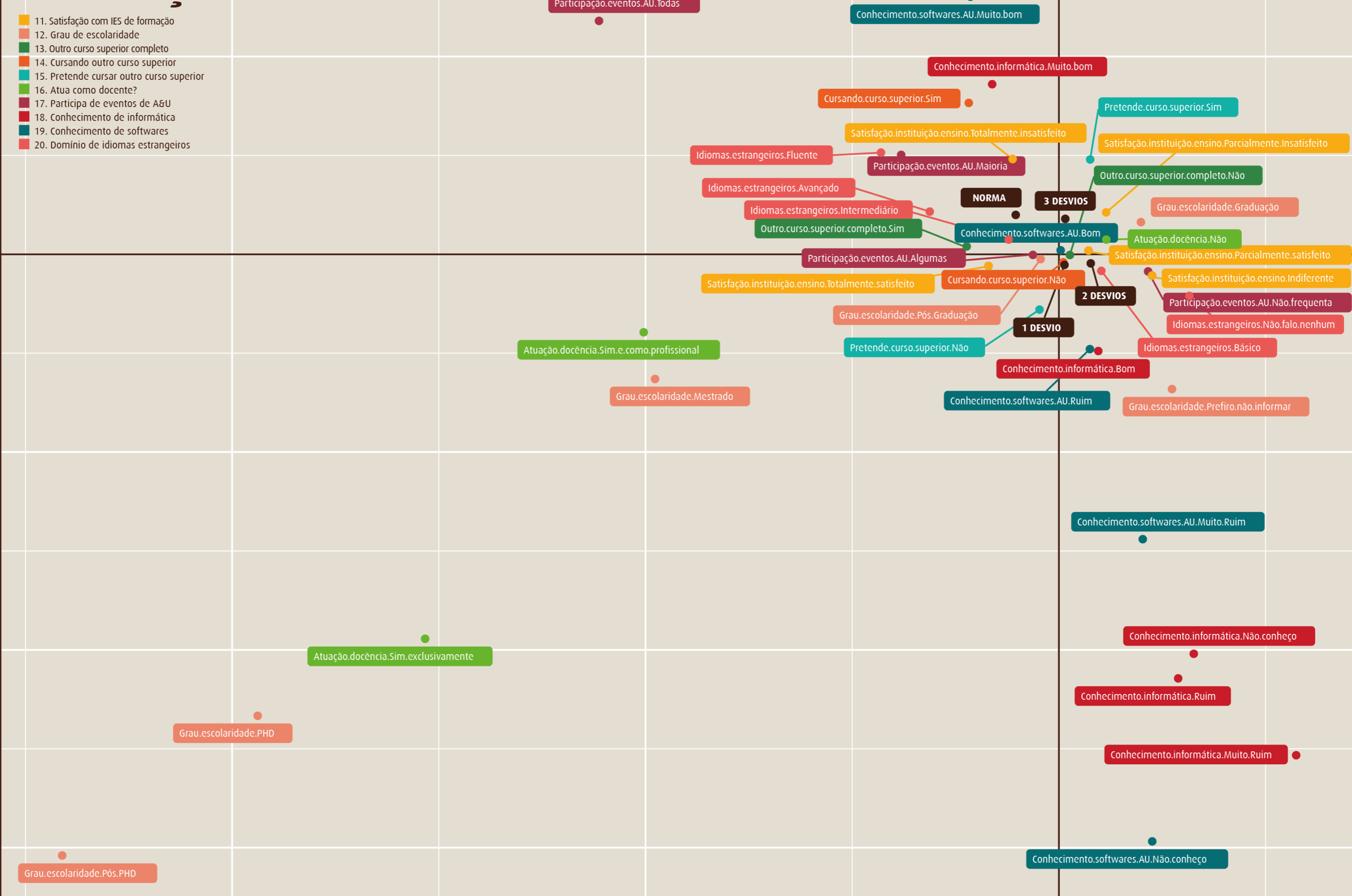
Dimensão 1 (7.7%)

-4

-2

0

**Figura 39 – Análise de correspondência no eixo “3.formação”**  
 Fonte: elaboração própria, a partir do relatório da ESTAT (Anexo 2)



Participação.eventos.AU.Todas

Conhecimento.softwares.AU.Muito.bom

Conhecimento.informática.Muito.bom

Cursando.curso.superior.Sim

Pretende.curso.superior.Sim

Satisfação.instituição.ensino.Totalmente.insatisfeito

Satisfação.instituição.ensino.Parcialmente.insatisfeito

Idiomas.estrangeiros.Fluente

Participação.eventos.AU.Maioria

Outro.curso.superior.completo.Não

Idiomas.estrangeiros.Avançado

NORMA

3 DESVIOS

Grau.escolaridade.Graduação

Idiomas.estrangeiros.Intermediário

Outro.curso.superior.completo.Sim

Conhecimento.softwares.AU.Bom

Atuação.docência.Não

Participação.eventos.AU.Algumas

Satisfação.instituição.ensino.Parcialmente.satisfeito

Satisfação.instituição.ensino.Totalmente.satisfeito

Cursando.curso.superior.Não

2 DESVIOS

Satisfação.instituição.ensino.Indiferente

Grau.escolaridade.Pós.Graduação

Pretende.curso.superior.Não

1 DESVIO

Participação.eventos.AU.Não.frequenta

Atuação.docência.Sim.e.come.profissional

Conhecimento.informática.Bom

Idiomas.estrangeiros.Básico

Grau.escolaridade.Mestrado

Conhecimento.softwares.AU.Ruim

Grau.escolaridade.Prefiro.não.informar

Conhecimento.softwares.AU.Muito.Ruim

Conhecimento.informática.Não.conheço

Conhecimento.informática.Ruim

Conhecimento.informática.Muito.Ruim

Conhecimento.softwares.AU.Não.conheço

Grau.escolaridade.Pós.PHD

Grau.escolaridade.PHD

Atuação.docência.Sim.exclusivamente

No eixo “**4. hábitos/insumos**”, ilustrado pela **Figura 40**, nota-se que o sujeito normativo e o sujeito com 1 desvio estão próximos entre si, enquanto o de 3 desvios está mais isolado e o com 2 desvios se apresenta no lado oposto. Embora o sujeito com 3 desvios esteja mais próximo ao ponto “Leitura.Nenhum”, o percentual de pessoas desse grupo que declararam ler mais de 30 livros por ano é 70% superior ao do grupo de sujeitos normativos, conforme ilustrado na **Tabela 14**. Essa discrepância pode ser explicada pelo baixo percentual da dimensão 1 (8,52%), que reduz a possibilidade de inferências acerca dos dados retratados. Ademais, não há diferenças relevantes, na **Figura 40**, com relação às áreas de interesse dos conjuntos de respondentes.

Um ponto a ser observado é que todos os grupos demonstraram uma importante tendência de inclusão digital, considerando que as variáveis que indicam menores índices de acesso a meios de comunicação e uso de rede sociais estão bastante afastadas das demais.

Nas **Tabelas 13 e 14**, é possível observar que há uma preponderância de sujeitos normativos com acesso a *tablets*, *notebooks*, *smartphones* e TV a cabo e com interesse em assuntos internacionais. Por outro lado, as pessoas mais interseccionais demonstraram maiores percentuais de acesso a publicações acadêmicas e maiores índices de leitura, no geral.

É curioso observar que indivíduos que representam a norma estão 6 vezes mais alienados do *Instagram*. Supomos que, por possuírem condições de trabalho e renda menos estáveis, as pessoas com 3 desvios dependam mais das redes sociais para alcançar clientes, em especial em tempos de “instagramização” da profissão. Considerando a relação intrínseca que a plataforma possui com a imagem e a representação visual dos espaços<sup>94</sup>, há um crescente número de profissionais ativamente presentes nela. No livro *Cidades Inteligentes em Perspectivas*, a pesquisadora Anna Bentes discorre sobre o tema:

---

<sup>94</sup> Reflexão pertinente, que se espera que seja objeto de aprofundamentos futuros, podendo-se remeter a Scott-Brown e Venturi e as suas distinções entre o “pato” e o “galpão decorado”, Walter Benjamin e a reprodutibilidade da arte, a vigilância de Foucault e o espetáculo de Debord, entre outros.





Ao distribuir vigilâncias e integrar espetáculos, o Instagram confere à visibilidade o parâmetro valorativo de reconhecimento social e profissional. [...] Em um espaço majoritariamente dedicado ao aspecto visual, [...] o Instagram assume, hoje, um papel central nas vidas contemporâneas e suas formas de organizar o espaço, o tempo e as relações sociais. [...] Trata-se de buscar uma visibilidade que é cuidadosamente selecionada, produzida, enquadrada e editada a partir de critérios de uma cultura empreendedora que tomam a otimização como horizonte. [...] produzir a si mesmo no ato de se fazer visível ao olhar do outro de modos mais ou menos ensaiados, posados ou coreografados. E essa curadoria do visível não aparece apenas nas imagens presentes na rede social, mas transborda aos modos de organizar os espaços por onde circulamos e habitamos, que passam a estar pautados pela iminência de serem registrados e compartilhados no aplicativo. Como efeito disso, a instagramização dos espaços físicos, públicos e privados, dos objetos, das formas de circulação na cidade e de experiências envolve reordená-los e editá-los para que sejam visíveis, registráveis e publicáveis (Bentes, 2022, p. 175–176).

**Tabela 13 – Perguntas do eixo “4. hábitos/insumos” com maior predominância do sujeito normativo**

n.	pergunta	opção	%n/%3d
26	Quanto ao uso de computadores e comunicação móvel, com que frequência você tem acesso a: Tablets	Quase diariamente	8,9
23	Sobre redes sociais, você frequenta: Instagram	Não	6,0
26	Quanto ao uso de computadores e comunicação móvel, com que frequência você tem acesso a: Notebooks	Às vezes	3,5
22	Quantos livros em média você costuma ler por ano?	Nenhum	3,2
24	Assinale as áreas de informações que lhe despertam maior interesse.	Notícias Internacionais	1,6

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

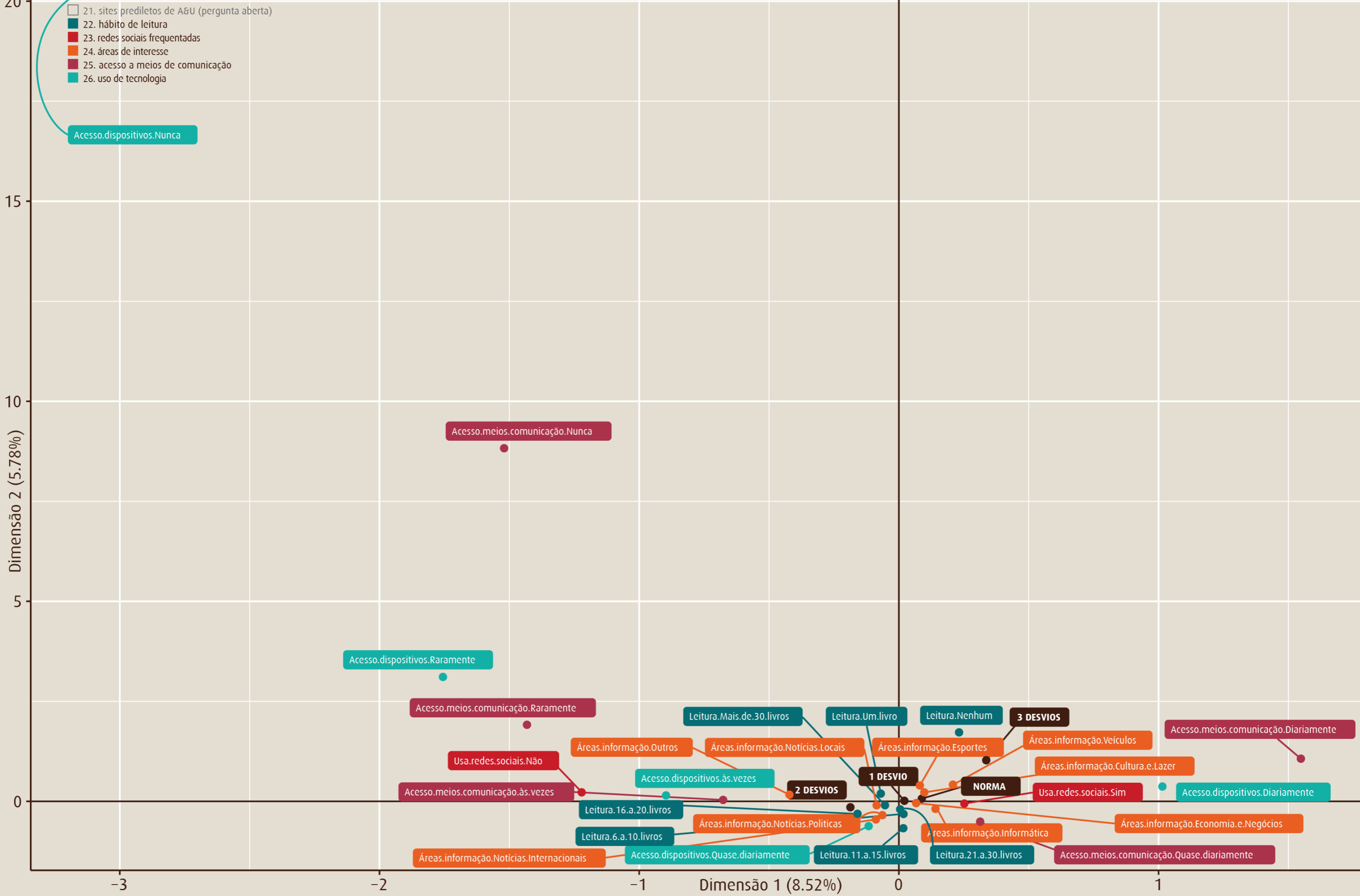
**Tabela 14 – Perguntas do eixo “4. hábitos/insumos” com maior predominância pessoas com 3 desvios**

n.	pergunta	opção	%3d/%n
26	Quanto ao uso de computadores e comunicação móvel, com que frequência você tem acesso a: Smartphones	Nunca	5,4
25	Com que frequência você tem acesso a: Publicações acadêmicas de Arquitetura	Diariamente	3,2
26	Quanto ao uso de computadores e comunicação móvel, com que frequência você tem acesso a: Notebooks	Nunca	2,0
22	Quantos livros em média você costuma ler por ano?	Mais de 30 livros	1,7
25	Com que frequência você tem acesso a: TV a Cabo	Nunca	1,5

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

# 4. hábitos/ insumos

Figura 40 – Análise de correspondência no eixo “4.hábitos/insumos”  
Fonte: elaboração própria, a partir do relatório da ESTAT (Anexo 2)



No eixo “5. trabalho”, ilustrado pela **Figura 41**, nota-se que os indivíduos da norma apresentam maiores tendências a trabalharem exclusivamente na área (com concepção, construção e estrutura), a achar que não há esferas inexploradas na profissão, a ter mais contratantes estrangeiros ou pessoas jurídicas, e a considerar que o mercado de arquitetura permaneceu inalterado. Na **Tabela 15** essas tendências se confirmam, ficando evidente que esse grupo ocupa com maior frequência posições de coordenação, principalmente no canteiro de obra; e atua bem mais na formalidade.

As pessoas com 3 desvios trabalham mais em outras áreas, com jornada de trabalho preenchida majoritariamente por ocupações paralelas, a maioria dos contratantes são pessoa física, e os tipos de atividades mais executadas são projeto básico, legal ou complementares. A **Tabela 16** demonstra um direcionamento para áreas de atuação menos prestigiadas da profissão, além de confirmar um maior distanciamento da área de formação.

**Tabela 15 – Perguntas do eixo “5. trabalho” com maior predominância do sujeito normativo**

n.	pergunta	opção	%n/%3d
31	Nos projetos arquitetônicos que realiza, você executa predominantemente:	Execução de obras	8,8
31	Nos projetos arquitetônicos que realiza, você executa predominantemente:	Fiscalização direção de obras	5,0
36	Você considera que há outras áreas do mercado que ainda são inexploradas pelos arquitetos e urbanistas?	Não	2,4
28	Possui pessoa(s) jurídica(s) na área da arquitetura e urbanismo?	Sim, Uniprofissionais apenas com Arquitetos e Urbanistas	2,0
28	Possui pessoa(s) jurídica(s) na área da arquitetura e urbanismo?	Sim, Mista com Arquitetos e Urbanistas e outras profissões	1,5

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

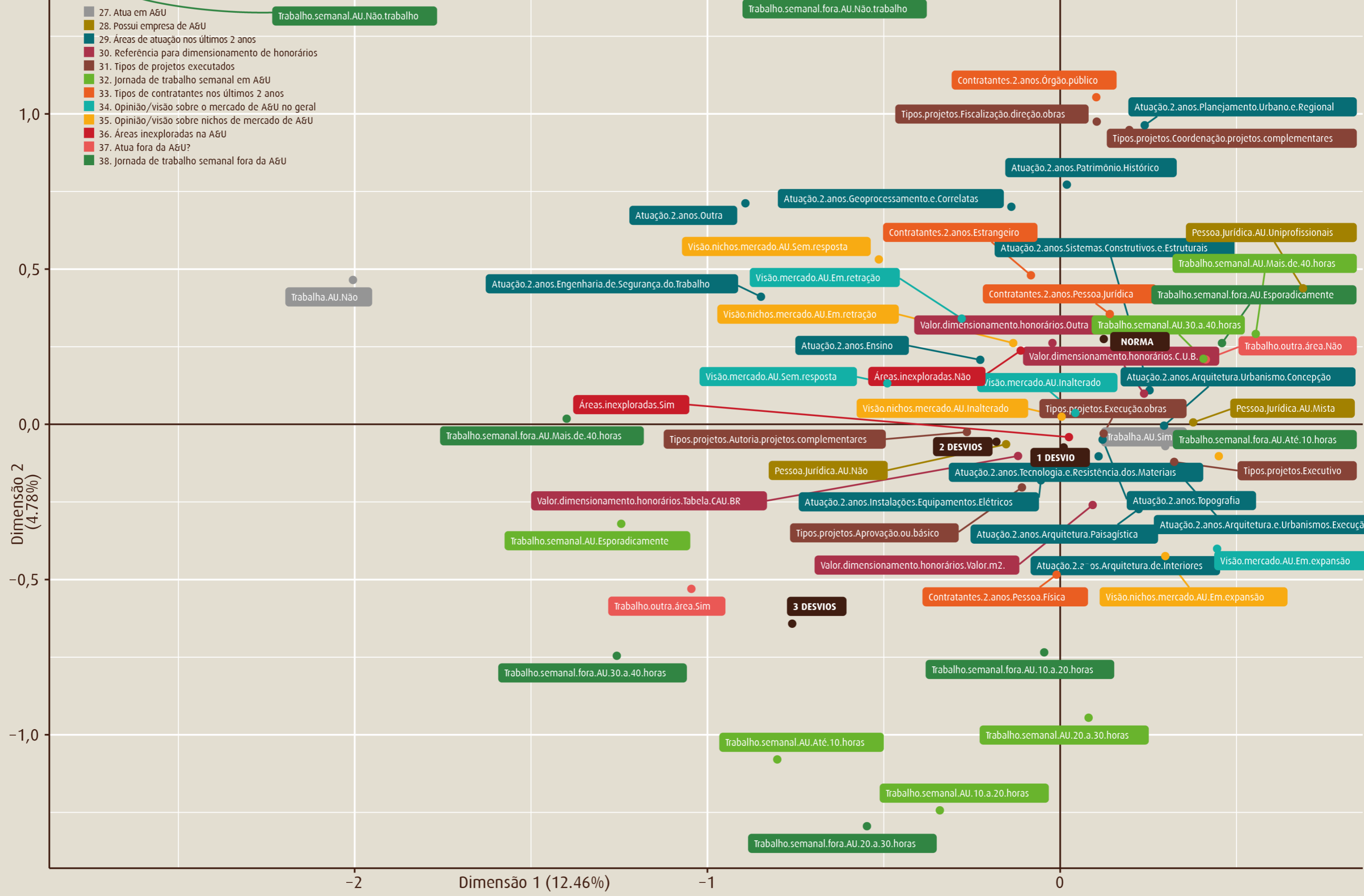
**Tabela 16 – Perguntas do eixo “5. trabalho” com maior predominância das pessoas com 3 desvios**

n.	pergunta	opção	%3d/%n
29	Quais as suas áreas de atuação nos últimos 2 anos?	tecnologia e resistência dos materiais	6,3
29	Quais as suas áreas de atuação nos últimos 2 anos?	patrimônio histórico	3,3
29	Quais as suas áreas de atuação nos últimos 2 anos?	topografia	2,9
32	Quantas horas por semana você trabalha com arquitetura e urbanismo?	Trabalho esporadicamente	2,2
27	Trabalha na área de Arquitetura e Urbanismo?	Não	2,1
37	Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?	Sim	1,5

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

# 5. trabalho

Figura 41 – Análise de correspondência no eixo “5.trabalho”  
Fonte: elaboração própria, a partir do relatório da ESTAT (Anexo 2)



No eixo “6. Política”, ilustrado pela **Figura 43**, nota-se que o ponto “3 desvios” é o mais afastado de todas as variáveis, o que pode significar uma baixa adesão a essas perguntas. O ponto “2 desvios” está mais próximo às variáveis que refletem percepções de que os maiores obstáculos para o exercício são a má remuneração e a falta de acesso ao mercado. Também aparece junto a indicadores de insatisfação com a profissão e com a política; e de não filiação a entidades profissionais.

Já o ponto referente ao sujeito normativo está mais próximo às variáveis que indicam satisfação plena com a profissão, filiação a outras entidades, crença de que a política desempenha um papel muito importante na sociedade e filiação à *Associação Brasileira do Escritórios de Arquitetura (ASBEA)*, o que implica gerir escritórios bem estruturados de arquitetura e urbanismo<sup>95</sup>.

As **Tabelas 17 e 18**, que ilustram os coeficientes de inequidade mais relevantes para cada grupo, demonstram maiores índices de satisfação com relação ao status social da profissão dentre os sujeitos normativos (quase 9 vezes maior do que o de pessoas com 3 interseccionalidades), com o exercício profissional em geral e com os softwares disponíveis, e maior preponderância numérica no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e, como já mencionado, na ASBEA.

**Tabela 17 – Perguntas do eixo “6. política” com maior predominância do sujeito normativo**

n.	pergunta	opção	%n/%3d
44	Qual é seu nível de satisfação em relação a: Status Social da profissão de arquiteto e urbanista	Totalmente Satisfeito	8,6
42	Você é filiado a alguma entidade profissional?	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)	4,4
44	Qual é seu nível de satisfação em relação a: Exercício da Profissão de Arquitetura e Urbanismo	Totalmente Satisfeito	3,2
41	Você frequenta sites das entidades de Arquitetos e Urbanistas?	Associação Brasileira do Escritórios de Arquitetura (ASBEA)	2,9

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

<sup>95</sup> Para a associação é preciso ter no mínimo 50% do capital social controlado por arquitetos e urbanistas devidamente inscritos e em situação regular perante o CAU. (Fonte: <<https://www.asbea.org.br/associe-se/>>, acesso em 27/10/2023.

Já as pessoas com 3 desvios apresentam um número 6 vezes maior de filiação sindical e curiosamente 24 vezes maior de membros da *Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP)*. Dentre as pessoas mais interseccionais, os níveis de insatisfação com as tecnologias disponíveis, com o exercício e com o status social da profissão são, em média, pelo menos duas vezes mais altos que o dos sujeitos normativos.

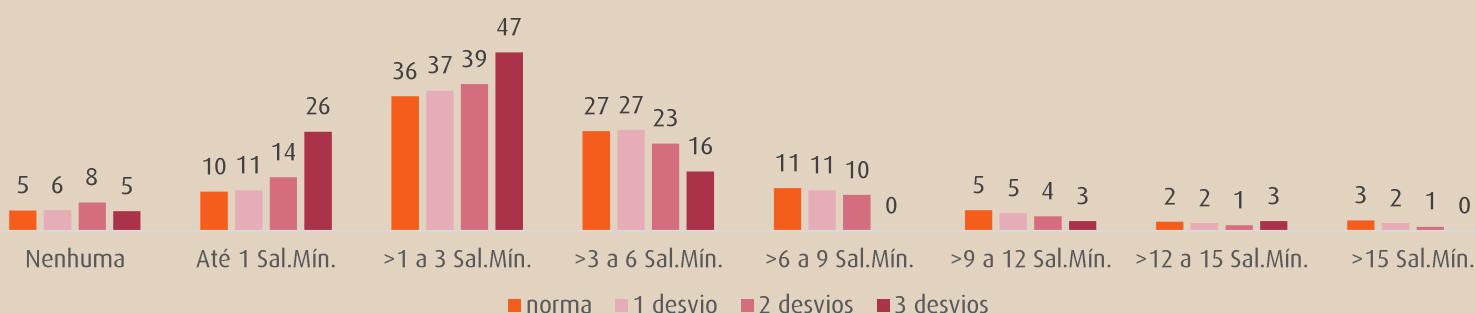
**Tabela 18 – Perguntas do eixo “6. política” com maior predominância das pessoas com 3 desvios**

n.	pergunta	opção	%3d/%n
42	Você é filiado a alguma entidade profissional?	Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP)	24,3
42	Você é filiado a alguma entidade profissional?	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA)/Sindicato	6,0
44	Qual é seu nível de satisfação em relação a: Exercício de Profissão de Arquitetura e Urbanismo	Totalmente Insatisfeito	2,4
44	Qual é seu nível de satisfação em relação a: Status Social da profissão de arquiteto e urbanista	Totalmente Insatisfeito	2,1
44	Qual é seu nível de satisfação em relação a: Tecnologias de software disponíveis a profissão de Arquitetura e Urbanismo	Totalmente Insatisfeito	2,0

Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

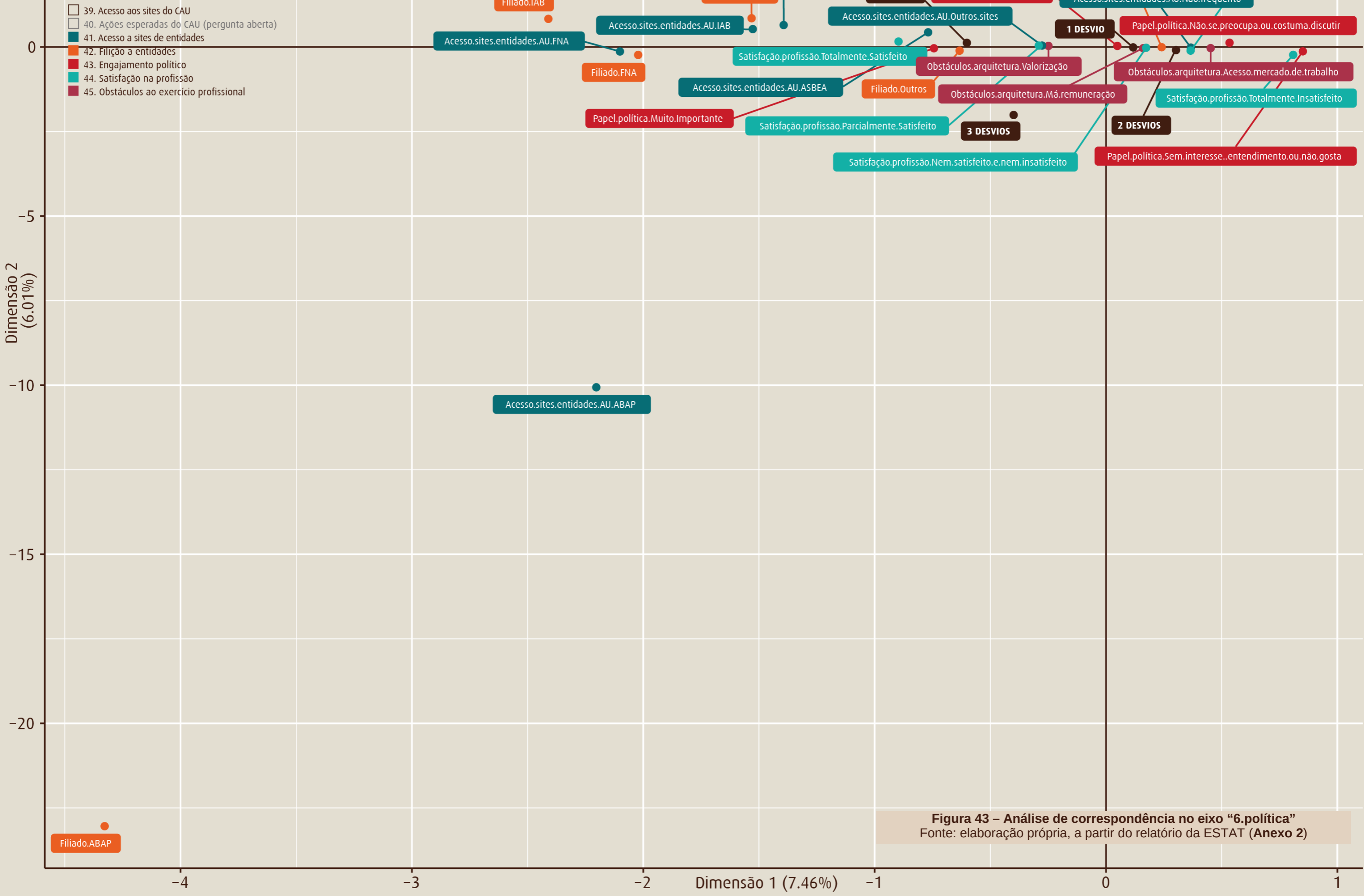
Apesar de as análises de correspondência não serem suficientes, por si só, para inferências, elas retrataram tendências claras de privilégios do grupo de sujeitos normativos em relação aos demais. Combinadas com as análises de representatividade e discurso, elas ganham ainda mais força nesse exercício de retratar lacunas. Se ainda não forem suficientes para sensibilizar o leitor incrédulo, esperamos que o gráfico da **Figura 42**, que mostra a diferença de rendimento entre os grupos, o faça. Quanto maior a faixa de remuneração em salários-mínimos, tende a ser maior a predominância do sujeito normativo.

**Figura 42 – Distribuição por faixa de renda individual mensal aproximada em %**



Fonte: elaboração própria, com dados do 2º Censo do CAU

# 6. política



**Figura 43 – Análise de correspondência no eixo “6.política”**  
 Fonte: elaboração própria, a partir do relatório da ESTAT (Anexo 2)

### 3.2. Projeções

A partir das percepções apresentadas e das imprecisões da primeira edição das perguntas sobre gênero, raça e deficiência, compreendemos ser pertinente uma reflexão sobre a forma mais assertiva de se coletar informações sobre esses marcadores a partir das melhores práticas.

Com relação à nomenclatura do Censo, por mais que ela não seja estatisticamente precisa, sugere-se a sua manutenção, tanto para fins de continuidade quanto pela percepção leiga sobre o que se trata, que pressupõe uma pesquisa direcionada a todo o universo de profissionais e com o objetivo de se traçar um perfil – ou melhor, diversos perfis – dos/das profissionais em atividade para direcionar políticas institucionais.

Após as reflexões, inicialmente, um caminho lógico nos pareceu a exclusão das questões sobre gênero, raça e deficiência, propondo como alternativa uma rotina de recadastramento para a inserção permanente dessas informações na base de dados do CAU, conferindo-lhes o devido grau de relevância. É preciso considerar, no entanto, que a própria conceituação desses marcadores tem evoluído constantemente ao longo dos anos e, conseqüentemente, o próprio entendimento – coletivo e individual – sobre como eles incidem sobre cada um de nós. Assim, decidiu-se por propor a manutenção dessas questões sobre a identidade dos respondentes, compreendendo que as subjetividades são construídas e ressignificadas de forma ininterrupta pelos seres humanos.

Uma pessoa que se autodeclarou parda a vida inteira pode, a partir de informações sobre a branquitude, entender os seus privilégios e passar a se declarar branca; uma pessoa pode após anos de inquietações e opressões enxergar e dar vazão a uma transexualidade reprimida; e uma pessoa pode adquirir uma deficiência a partir de um acidente ou do próprio processo de envelhecimento.

As contradições entre a adoção de conceitos pós-estruturalistas em um questionário limitado com campos restritos de autodeclaração podem ser



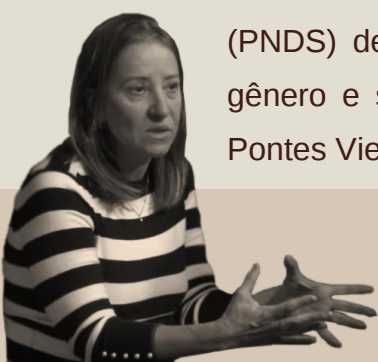
parcialmente superadas por uma abordagem temporal e contínua aliada a ações educativas e políticas afirmativas.

Para garantir que essa coleta de informações seja feita de uma forma atualizada, respeitosa e inclusiva, apresentaremos a seguir o caminho percorrido na formulação de uma proposta de revisão das três perguntas.

### 3.2.1. Gênero

Não há consenso na academia nem no setor público com relação à melhor forma de se coletar informações sobre gênero em questionários. No próprio IBGE, como demonstrado, ainda persiste um viés binário e restrito a características biológicas. Na ficha de avaliação do Censo Demográfico de 2022, tanto na sua versão reduzida (IBGE, 2022b) quanto na estendida por amostragem (IBGE, 2022a) o único dado levantado foi “sexo”, com as opções “masculino” e “feminino”. O Instituto chegou a ser intimado pela Justiça Federal (MPF, 2023) a incluir no questionário perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero, mas recorreu da decisão alegando não dispor ainda de técnica e metodologia responsáveis e adequadas para essa coleta.

No mesmo ano, foi instituído um Grupo de Trabalho com especialistas e representantes da sociedade civil para a consolidação de entendimentos sobre a melhor forma de se levantar e quantificar essas informações. No último dia 9 de outubro, o Instituto divulgou que a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2023 incluiria, pela primeira vez, a coleta de informações sobre gênero e sexualidade simultaneamente. A pesquisadora Maria Lucia França Pontes Vieira reconhece a complexidade do desafio:



Temos limitações técnicas na coleta. Existem termos que não conseguimos levar a campo, como a palavra cisgênero. Temos de achar formas de representar essa população para que a gente consiga perguntar no domicílio<sup>96</sup>

No PNDS, as opções de resposta foram expressas como: "mulher", "mulher trans", "homem", "homem trans", "travesti", "não binário", "não quero responder" ou "não sabe" e "outro" (campo aberto). O questionário também

<sup>96</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/ibge-inclui-pergunta-sobre-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-em-nova-pesquisa.shtml>, acesso em 27/10/2023.

contou com a correção do campo “sexo”, que passou a ser denominado “sexo de nascimento”.

O documento *Gênero e Orientação Sexual no DF – um olhar inclusivo: Inserção de perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual na PDAD 2021 e em questionário suplementar on-line* (GDF, 2022) apresenta um amplo levantamento de pesquisas censitárias ou amostrais que captassem dados sobre identidade de gênero e orientação sexual, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Foram sistematizadas e avaliadas 10 pesquisas ou cadastros de órgãos governamentais brasileiros, 10 levantamentos da sociedade civil e 37 referências internacionais, sendo 13 da América Latina e Central (Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai); e 24 de outros países (Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Tailândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Noruega, Suécia e África do Sul).

A partir das experiências avaliadas e de uma revisão sistemática das metodologias de coleta disponíveis, o relatório conclui pela inclusão de três perguntas na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), ilustradas a seguir na **Figura 44**.

Apesar de pressupor uma operação mais trabalhosa para a apuração e interpretação das respostas, a opção pela pergunta aberta sobre gênero respeita o caráter subjetivo do marcador e possibilita, a partir do cruzamento com a questão sobre o sexo de nascimento, a identificação de respondentes não pertencentes à cisgeneridade. Dentre as motivações para essa escolha, está o seu caráter mais inclusivo e aberto à autoexpressão das pessoas entrevistadas, bem como da dificuldade de dar conta de todas as terminologias disponíveis para as múltiplas possibilidades identitárias. É importante registrar que essa pergunta deve ser de caráter optativo e ter a sua confidencialidade garantida, para a garantia de sua eficácia.

## Figura 44 – Perguntas sobre gênero e orientação sexual na PDAD/DF

### Passo 1

fazer a pergunta: “Qual é o sexo que foi atribuído a você ao nascer?”

### Passo 2

perguntar “Qual é a sua identidade de gênero/ com qual gênero você se identifica?”

Assim, na Pdad 2021, foi feito da seguinte forma:

Figura 8 – Perguntas sobre sexo de nascimento, identidade de gênero na Pdad 2021

Qual o seu sexo de nascimento do(a) morador(a)? 1. Feminino 2. Masculino
Qual o seu gênero o(a) morador(a) se identifica atualmente? _____ (a resposta será aberta, ou seja, o entrevistado responderá a sua identidade de gênero e a dos outros moradores conforme preferir)

Na sequência da pergunta sobre identidade de gênero, o entrevistador da Pdad perguntará a orientação sexual dos moradores conforme a Figura 9.

Figura 9 – Pergunta sobre orientação sexual na Pdad 2021

Qual é a orientação sexual do(a) morador(a)? _____ (a resposta será aberta, ou seja, o entrevistado responderá a sua orientação sexual e a dos outros moradores conforme preferir)
---

Fonte: (GDF, 2022, p. 42)

Assim, sugere-se que a pergunta sobre gênero do Censo do CAU seja, assim como a PDAD GDF 2021, opcional e aberta. Para um esclarecimento sobre as possibilidades de resposta, é possível incluir um subtítulo com as opções levantadas na PNDS IBGE 2023, estruturando-a da seguinte forma: “Com qual gênero você se identifica? (ex.: mulher, mulher trans, homem, homem trans, travesti, não binário etc.)”.

### 3.2.2. Raça

Conforme ilustrado na **Figura 45**, os Censos do IBGE realizados desde 1872 (ou seja, 16 anos antes do fim da escravidão no Brasil), as opções de resposta para as perguntas sobre cor/raça (designação oficial do Instituto para a categoria) evoluíram – e às vezes involuíram – com o passar dos tempos, mas

atualmente se dividem em: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Essa divisão foi objeto de estudo da *Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População (PCERP)*<sup>97</sup>, para o aprimoramento do sistema de classificação étnico-racial utilizado nos diversos levantamentos populacionais do Instituto.

Somente em 1991, com a inclusão da categoria “indígena”, a delimitação do IBGE passou a ser denominada “raça/cor”, sendo até então designada apenas como “cor”. Sobre as intersecções entre o conceito de cor e raça, o jurista Fabiano Augusto Martins Silveira esclarece:



A partícula cor exerce, do ponto de vista legal, como elemento normativo dos crimes de racismo, a mesma função da raça, isto é, particularizar aqueles agrupamentos humanos corados pelo preconceito e discriminação (as pessoas de cor), ligando-se aos referidos conectores. Há, entre raça e cor, uma relação de especialidade, um plus, revelando que o legislador preferiu a abundância à escassez. O máximo que se pode afirmar é que a expressão “preconceito de cor” é utilizada, no senso comum, mais especificamente, para designar o preconceito dirigido à população afrodescendente, ou seja, como elemento caracterizador de uma manifestação particular do racismo, ainda que a expressão “preconceito de raça” seja potencialmente mais abrangente (Silveira, 2007, p. 88).

O levantamento racial do IBGE é de caráter auto declaratório e não há opções de respostas abertas ou possibilidade de não responder. Como toda discussão sobre subjetividades e coletividades, há dissonâncias sobre a interpretação de cada categoria (confirmando as suas instabilidades) e desvios na própria coleta dos dados, como a chamada “afroconveniência”<sup>98</sup> ou a “branquitude auto-invisibilizante”<sup>99</sup>.

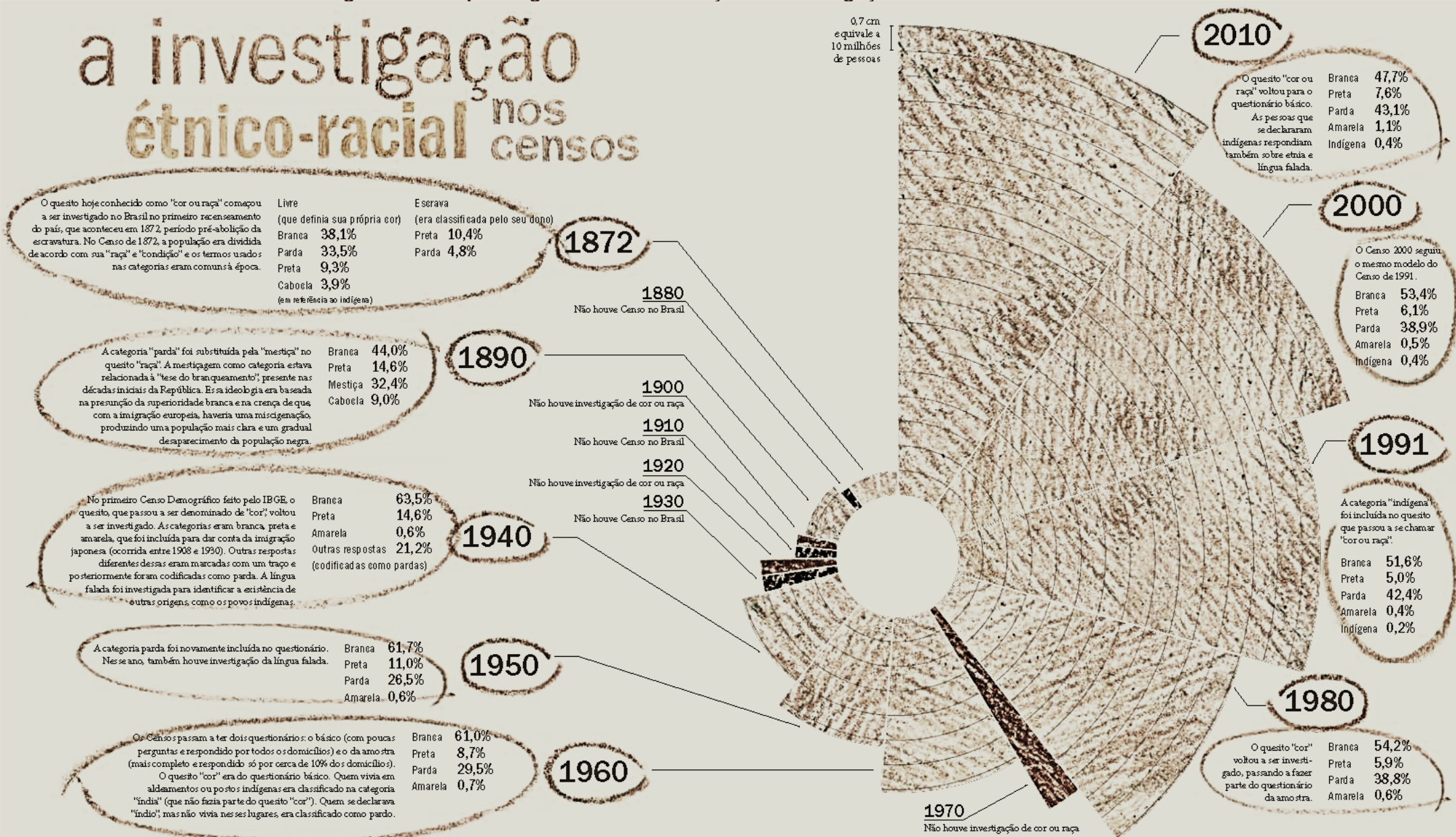
<sup>97</sup> Estudo realizado com a contribuição de organizações do movimento negro, instituições de pesquisa, organizações não governamentais que trabalham com questões relativas às nações indígenas e secretarias estaduais, além de pesquisadores e técnicos do próprio IBGE (IBGE, 2008, p. 17).

<sup>98</sup> Para a promotora Livia Vaz “a autodeclaração é um instrumento de fundamental importância para o sentimento de pertencimento do indivíduo, mas não deve ser considerada um critério absoluto no âmbito das ações afirmativas raciais. Para evitar a chamada “afroconveniência”, ou seja, quando uma pessoa se declara preta ou parda somente para conseguir algum benefício social, a promotora defende que as comissões de verificação são uma etapa necessária na consolidação da política de cotas raciais”(Gomes; Marli, 2018, p. 17).

<sup>99</sup> Segundo a autora do livro *Interseccionalidade*, Carla Akotirene, “O branco LGBT, a mulher dita ocidental, a classe trabalhadora e o brasileiro mestiço, jamais declaram que são brancos no Brasil, e deixam de analisar a branquitude auto-invisibilizante para se travestirem ora de não-binários, ora somente de humanos, tendo em vista, biologicamente, raça inexistir” (Akotirene, 2019, p. 25).

Figura 45 – Esquema gráfico sobre evolução da investigação racial no Censo do IBGE

# a investigação étnico-racial nos censos



Fonte: (Gomes; Marli, 2018, p. 18–19)

Para a autora do livro *Quem é negra/o no Brasil?*, Najara Costa (Costa, 2020, p. 39), dentre as maiores ambiguidades da classificação racial brasileira, certamente está a questão do pardo. Objeto de disputa, a categoria representa uma área cinzenta por vezes assimilada pelos brancos: a “elite intelectual dominante ao eleger o mulato como símbolo de brasilidade e sustentáculo da democracia racial<sup>100</sup>, estabelece o primeiro degrau na escala daquilo que chama de branquificação sistemática do povo brasileiro” (GOMES, 2021, p. 95).

Por outro lado, a construção da categoria “negro” como somatório de pretos e pardos foi uma importante conquista da militância negra do Brasil, como adotado por Sueli Carneiro e Thereza Santos no livro “Mulher Negra”: “embora seja mantida a desagregação dos dados recolhidos, tal como eles aparecem nas tabulações elaboradas pelo IBGE, por mulheres negras estará aqui designada a agregação de pretas e pardas” (Carneiro; Santos; Costa, 1985, p. 5).

A permeabilidade do pardo engloba os mais diversos tipos de não brancos, “por supostamente incluir também os grupos indígenas e todas as misturas possíveis no caldo das raças” (Gomes, 2021, p. 101), podendo então ser compreendida enquanto representação dos miscigenados de toda e qualquer ordem.

Resumidamente, como defendido por Sueli Carneiro em diversas ocasiões, o que determina quem é pardo ou não é o próprio racismo, estando a sua experiência social muito mais próxima dos pretos do que dos brancos. Os corpos no IML (Instituto Médico Legal) não deixam dúvida sobre a categoria. “O que esses jovens sabem pela experiência cotidiana é que **o policial nunca se engana**, sejam eles mais claros ou escuros.” (CARNEIRO, SUELI, 2004, grifo nosso).

O sociólogo Ronaldo Sales esclarece com uma metáfora:

---

<sup>100</sup> “O conceito de democracia racial erigiu-se no Brasil a partir de especulações, com o apoio das chamadas ciências históricas, e refletia determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que negros e brancos têm uma convivência harmônica, e que desfrutam de oportunidades iguais de existência, sem interferência de origens raciais ou étnicas. Ideologia esta formulada por Gilberto Freyre [...] como se pudesse haver um luso-tropicalismo, onde a ideia de um Brasil sem raças e problemas raciais pudesse florescer, sem a necessidade de ações compensatórias para com as populações um dia escravizadas e seus descendentes” (Gomes, 2021, p. 93).



Eu costumo perguntar aos meus alunos: qual das cores é menos escura, o azul-marinho ou o azul-celeste? O azul-celeste, eles respondem. Então, eu pergunto: qual dos dois é mais azul? E aí você não diz qual é mais azul, porque na verdade ambos são (Sales, 2017).

Em diversos formulários, principalmente naqueles destinados ao acesso a política afirmativas, tem-se adotado os termos “negro – preto” e “negro – pardo” em substituição a “preto” e “pardo”, conforme ilustrado na **Figura 46**. Essa escolha reflete uma preocupação em minimizar os desvios da categoria “pardo”, esclarecendo ao respondente que, ao optar por essa opção, ele será considerado parte do grupo de pessoas negras.

Na Universidade Federal do Ceará, esses termos foram adotados a partir de 2022 nos documentos para o ingresso de estudantes de graduação via cotas raciais na Universidade a partir do edital do Sistema de Seleção Unificada (SISU). De acordo com a pró-reitora de Graduação, Prof<sup>a</sup> Ana Paula de Medeiros, “a expectativa é que, com a adição do material audiovisual e a maior especificação da negritude dos candidatos na autodeclaração, ocorra uma **inibição natural das tentativas de uso indevido** das vagas de cotas” (UFC, 2022).

O *Recadastramento de Dados Étnico-Raciais no Poder Judiciário*, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no primeiro semestre de 2023, teve como objetivo levantar dados a respeito de cor e raça de toda a força de trabalho da Justiça brasileira: magistradas e magistrados, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários e terceirizadas e terceirizados.

Na iniciativa, enviada a todo o corpo funcional do Conselho mas de caráter não obrigatório, seguiu-se a mesma linha de raciocínio:

[...] as opções para o recadastramento estavam de acordo com a classificação de raça/cor preconizada pelo IBGE, com uma ressalva: tanto o preto quanto o pardo foram acrescidos do termo “negro” para indicar que o(a) respondente deveria estar consciente de que a autoidentificação de “preto” ou “pardo” implicaria a autoidentificação da raça/cor “negra”, tal como segue: Amarelo; Branco; Indígena; Preto-Negro; Pardo-Negro (CNJ, 2023, p. 30).

Figura 46 – Adjacência do termo “negro” às opções “preto” e “pardo” em pesquisas étnico-raciais



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Processo Seletivo Sisu 1º/2023  
Lista de Espera

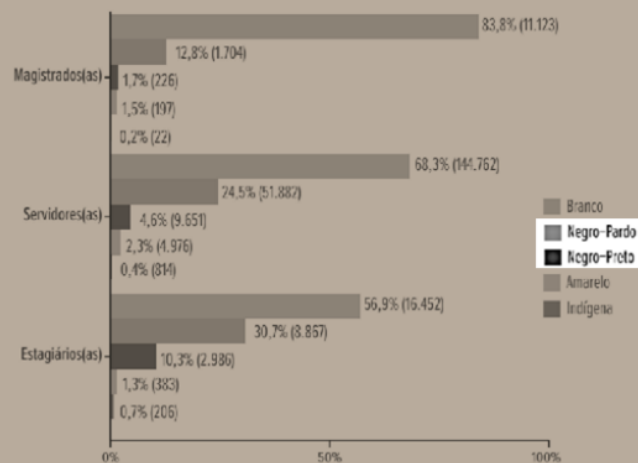
Edital nº 07/Prograd/Reitoria/UFC, de 1º de março de 2023.

A Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), fazendo uso das atribuições definidas no Regimento Geral e no Estatuto da UFC, e considerando o disposto na Portaria Normativa nº 38/MEC, de 11 de outubro de 2012 e na Portaria Normativa nº 21/MEC, de 5 de novembro de 2012, alteradas pela Portaria Normativa nº 1.117/MEC, de 18 de novembro de 2018, no Edital nº 7/MEC, de 26 de janeiro de 2023, na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e suas regulamentações, e demais normas pertinentes, torna pública a chamada de candidatas da lista de espera e a convocação de suplentes, previstas no art. 30 do Edital nº 6/Prograd/Reitoria/UFC, de 16 de fevereiro de 2023, para ingresso no primeiro e no segundo semestres letivos de 2023, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), observado o disposto neste Edital.

Comprovação de enquadramento nas vagas reservadas a negros pretos, negros pardos e indígenas  
Para os candidatos inscritos nas cotas L2, L6, L10 e L14, conforme o grupo declarado.

- 1) Termo de autodeclaração preenchido e assinado, para os autodeclarados **negros pretos, negros pardos e indígenas**;
- 2) Apenas para os autodeclarados negros pretos e negros pardos, o vídeo de que trata o art. 21 deste Edital, conforme as orientações que constam no Anexo III; e
- 3) Apenas para os autodeclarados indígenas, um documento que comprove sua etnia, tais como:
  - a. Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI); ou
  - b. Declaração de pertencimento étnico, expedida por associação local e subscrita por duas lideranças locais; ou

Figura 5: Perfil racial no Poder Judiciário (excluídos os não informados)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
AUTODECLARAÇÃO DE ETNIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, emitido por \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARO para o fim específico de atender aos itens dos Editais do Processo Seletivo Sisu/UNIPAMPA 2020, que sou

- negro (preto)  
 negro (pardo)  
 indígena

comprometendo-me a comprovar tal condição perante a Universidade, quando solicitado(a), sob pena de perder o direito à vaga.

Estou ciente de que, se for detectada falsidade desta declaração estarei sujeito a penalidades legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS  
CAMPUS MARHUAÇU



ANEXO V - AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM, VOZ E DADOS

Eu \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, candidato ao Processo Seletivo: \_\_\_\_\_ no curso de \_\_\_\_\_, venho por meio desse confirmar minha autodeclaração de que sou:  
 NEGRO/PRETO  NEGRO/PARDO  
 INDÍGENA (Informar etnia/nação indígena): \_\_\_\_\_

- Declaro que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, bem como estar ciente que:
- I. A constatação de inverdade ou de fraude nesta declaração, apurada em qualquer momento, por meio de procedimento administrativo que me assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento da minha matrícula, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.
  - II. É de minha inteira responsabilidade acompanhar a(s) publicação(ões) relativa(s) à validação da minha autodeclaração étnico-racial, no site do IF Sudeste MG.

Enquanto candidato negro (preto ou pardo), declaro, ainda, estar ciente que, de acordo com Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

I. O processo de heteroidentificação (validação) da minha autodeclaração étnico-racial tomará por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ  
CENTRO DE GESTÃO ACADÊMICA



AUTODECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, candidato(a) convocado(a) no Sisu 2023, para o Curso de \_\_\_\_\_, Grau \_\_\_\_\_ (Bacharelado ou Licenciatura), da Universidade Federal de Jataí (UFJ), optante do Sistema de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012), me autodeclaro:

- Negro Preto  Negro Pardo

Declaro estar ciente de que esta autodeclaração será verificada, no ato de matrícula online, pela Comissão de Heteroidentificação, conforme critério fenotípico, estabelecido no Art. 9º da Portaria Normativa nº 04/2018 da SRH/MPOG e Portaria nº 1049/2019 UFG:

"Art. 9º A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no concurso público, ou seja, características físicas do candidato".

Declaro também estar ciente de que apresentação de informação falsa ensejará a anulação de minha matrícula na UFJ, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis, conforme estabelecido nos seguintes artigos:

Art.9 da Portaria Normativa nº18, de 11 de outubro de 2012, que "Disõe sobre implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que trata a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012", que estabelece em seu artigo 9º: "A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais".

Art. 299 do Decreto Lei nº2.548, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, que dispõe: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PRSTM/SECTM/DIPES/COPIF/NUPERJ

EDITAL Nº 01/2023

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
EDITAL Nº 01 - PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL PARA ABERTURA DE INSCRIÇÕES E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA ESTÁGIO REMUNERADO DE NÍVEL SUPERIOR NAS UNIDADES DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR E AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, NOS TERMOS DA LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDGG/SGP/ME Nº 213, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, A SER REALIZADO PELA EMPRESA SUPER ESTÁGIOS LTDA.

### 6. DOS CANDIDATOS NEGROS

- 6.1. Conforme disposto no Decreto Federal nº 9.427/2018, poderão concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros aqueles que se autodeclararem **Negro - Pardo ou Negro - Preto** no ato da inscrição na seleção de estágio, de acordo com o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Fonte: elaboração própria, com base em (UFC, 2023); (UNIPAMPA, 2021); (UFJ, 2023); (CNJ, 2023); (IF Sudeste MG, 2022); e (STM, 2023).



Assim, pelas motivações e referências expostas, recomenda-se na revisão das alternativas de resposta para a pergunta sobre cor/raça do *Censo do CAU*, a adoção das seguintes diretrizes:

1. A correspondência com as opções do IBGE (branca, parda, preta, amarela e indígena);
2. A compreensão de “negros” como o somatório de pretos e pardos, em conformidade com o próprio IBGE, o movimento negro e organizações de direitos humanos;
3. Para minimizar os efeitos da afro conveniência ou da defasagem de letramento racial de respondentes, a grafia das opções “preta” e “parda” precedidas pelo termo “negra”, conforme adotado por diversas declarações étnico-raciais (vide **Figura 46**), e com flexão feminina para corresponder ao enunciado da categoria (cor/raça);
4. O aprofundamento em estudos sobre as subjetividades dos povos originários em relação às categorias adotadas, principalmente em relação à inclusão de pessoas miscigenadas desses grupos na categoria “parda”;
5. A inclusão de pergunta complementar para a coleta de informações sobre eventuais declarações de pertencimento a povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras, ciganos, seringueiros, ribeirinhos etc.)<sup>101</sup>.

### **3.2.3. Deficiência**

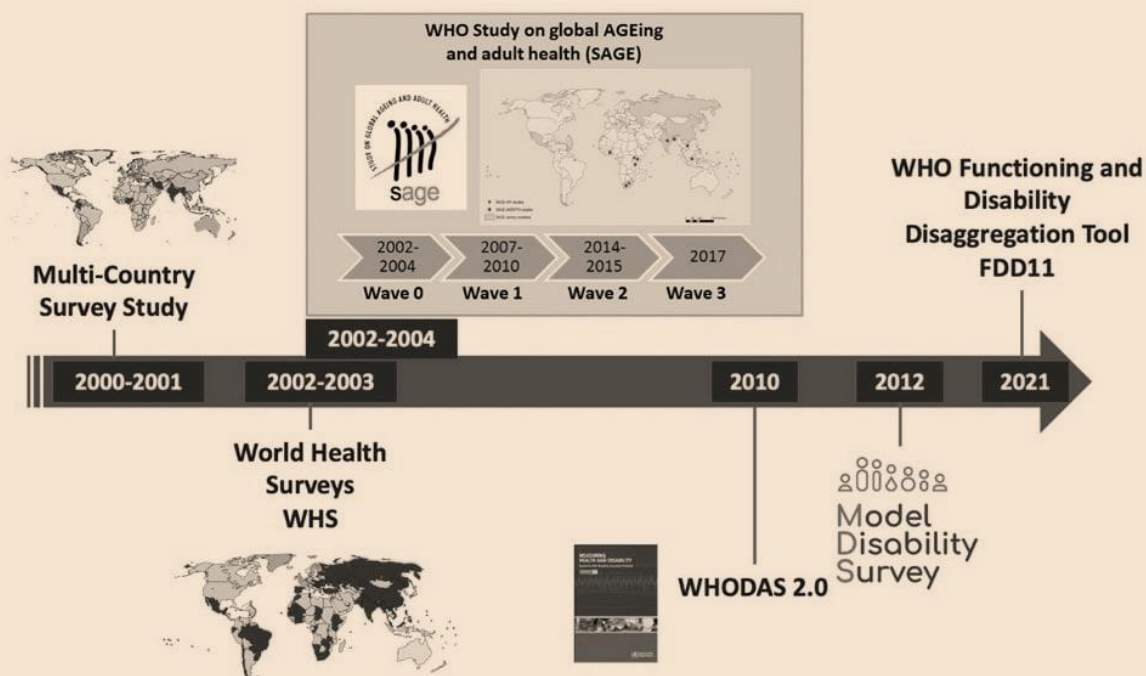
Em 2010, a Organização Mundial da Saúde (OMS) admitiu as limitações das classificações oficiais até então vigentes<sup>102</sup> para análise e medida da deficiência na prática diária. Assim, a partir da revisão dos instrumentos de pesquisa existentes e de um estudo de aplicabilidade transcultural, desenvolveu em 2010 a *Escala de Avaliação de Incapacidades da Organização Mundial de Saúde (WHO-DAS 2.0)*, em 2012 o *Modelo de Pesquisa de Deficiência (MDS)* e

<sup>101</sup> Opções extraídas de (Brasil, 2016, art. 4).

<sup>102</sup> Como a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e até mesmo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), mesmo essa última sendo baseada em um modelo biopsicossocial.

em 2021 a *Ferramenta de Desagregação de Funcionalidade e Deficiência* (FDD11), conforme ilustrado na **Figura 47**. Todos eles são subsídios para a uniformização em âmbito internacional da coleta de dados em inquéritos específicos e detalhados da área de saúde e políticas públicas para PCDs. No âmbito nacional há o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr), concebido em 2011, adaptado em 2013 (IFBr-A), e modificado em 2018 (IFBr-M), conforme ilustrado na **Figura 48** e estuda-se uma proposta de uma Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência (Brasil, 2023); para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

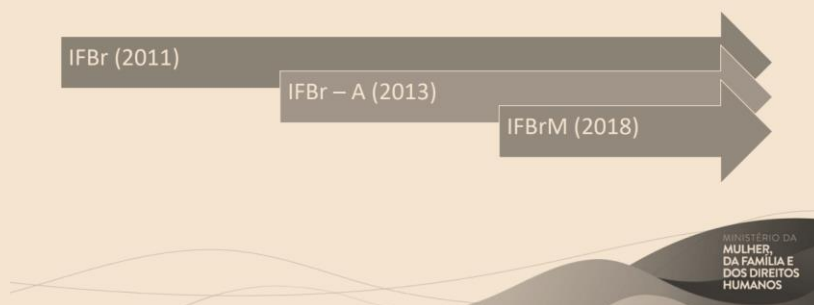
**Figura 47 – Evolução dos modelos internacionais para a avaliação da deficiência**



Fonte: (OMS, 2021, adaptação nossa)

**Figura 48 – Evolução dos modelos nacionais para a avaliação da deficiência**

ÍNDICE DE FUNCIONALIDADE BRASILEIRO MODIFICADO - IFBRM



Fonte: (MDH, 2019, adaptação nossa)

Com o objetivo de se criar um referencial para levantamentos censitários ou demográficos (com abrangência mais ampla – logo menos especializada – do que a de pesquisas específicas sobre deficiência), em 2001 foi instituído o *Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência* (WG)<sup>103</sup>.

A entidade congrega representantes de instituições públicas de estatística de diversos países, agências das Nações Unidas e organizações não governamentais. Nos últimos 20 anos, mais de 135 países participaram do grupo (WG, 2020a, p. 1), que desenvolveu documentos de referência e suas respectivas versões em 8 idiomas (árabe, chinês, inglês, francês, português, russo, espanhol e vietnamita), com variações oficiais para o português do Brasil e de Portugal. São eles:

- **[WG-SS]**  
**Lista curta de perguntas sobre deficiências:**  
Questões sobre dificuldades de VISÃO, AUDIÇÃO, MOBILIDADE, COGNIÇÃO (MEMÓRIA), CUIDADOS PESSOAIS e COMUNICAÇÃO;
- **[WG-SS Enhanced]**  
**Conjunto de perguntas sobre funcionalidade:**  
Além das perguntas do [WG-SS], novas categorias de questões sobre FUNCIONALIDADES DA PARTE SUPERIOR DO CORPO, ANSIEDADE e DEPRESSÃO;
- **[WG-ES]**  
**Conjunto ampliado de perguntas sobre funcionalidade:**  
Perguntas mais detalhadas sobre todas as categorias do [WG-SS Enhanced], além de novas categorias de questões sobre DOR e FADIGA;
- **[LFS-DM]**  
**Módulo da OIT para pesquisas sobre a força de trabalho:**  
Mesmas categorias do [WG-SS Enhanced], com seções extras sobre BARREIRAS (para a empregabilidade), ADAPTAÇÕES (da

---

<sup>103</sup> No original: *The Washington Group on Disability Statistics*, escritório local da Comissão de Estatística das Nações Unidas.

jornada e do ambiente de trabalho), ATITUDES (aceitação por empregadores e colegas) e PROTEÇÃO SOCIAL (apoio estatal);

- **[CFM e IEM]**

- Módulos específicos para crianças da UNICEF<sup>104</sup>:**

- O primeiro com uma abordagem relativa à funcionalidade e o segundo à educação inclusiva (esses ainda sem tradução para o Português).

O censo do IBGE adota perguntas nos padrões do WG desde 2000<sup>105</sup>, conforme ilustrado na **Figura 49**, que ilustra os questionários amostrais de 1991, 2000, 2010 e 2022. Nota-se que o Instituto limita a coleta a três dimensões: VISÃO, AUDIÇÃO e MOBILIDADE. No questionário de 2022, foi inserida uma única pergunta sobre CUIDADOS PESSOAIS e COMUNICAÇÃO (o que não garante uma futura análise desagregada), mas não há coleta de informações sobre dificuldades de COGNIÇÃO (MEMÓRIA), prevista na lista curta de perguntas sobre deficiências do *Washington Group*.

Por outro lado, foi incluído um ponto sobre FUNCIONALIDADES DA PARTE SUPERIOR DO CORPO, que vai além do set mínimo de perguntas do WG, sendo parte de outro documento, o WG-SS Enhanced (estendido).

Essa estrutura não atende algumas recomendações da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL, 2021, p. 74) para os recenseamentos dos países da região, como a de adotar as seis perguntas da lista curta de perguntas sobre deficiências ou, na impossibilidade de incluir todas as dimensões, garantir pelo menos estas quatro: VISÃO, AUDIÇÃO, MOBILIDADE e COGNIÇÃO (MEMÓRIA).

Essas diferenças estão ilustradas na **Tabela 19**, que compara a estrutura do Censo do IBGE à lista curta de perguntas sobre deficiências do *Washington Group*.

---

<sup>104</sup> Fundo das Nações Unidas para a Infância

<sup>105</sup> Com algumas divergências metodológicas com relação à análise dos dados, ajustadas pela Nota Técnica 01/2018 (IBGE, 2018).

Figura 49 – Questões sobre deficiência nos censos do IBGE desde 1991

1991	<p><b>11 Deficiência física ou mental</b></p> <p>1 <input type="checkbox"/> Cegueira      2 <input type="checkbox"/> Surdez      3 <input type="checkbox"/> Paralisia de um dos lados      4 <input type="checkbox"/> Paralisia das pernas</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Paralisia total      6 <input type="checkbox"/> Falta de membro(s) ou parte dele(s)      7 <input type="checkbox"/> Deficiência mental      8 <input type="checkbox"/> Mais de uma      0 <input type="checkbox"/> Nenhuma das enumeradas</p>
2000	<p>4.10 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS? (Como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>4.11 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE ENXERGAR? (Se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando)      <input type="checkbox"/> 1 - INCAPAZ      <input type="checkbox"/> 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE      <input type="checkbox"/> 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE      <input type="checkbox"/> 4 - NENHUMA DIFICULDADE</p> <p>4.12 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE OUVIR? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)      <input type="checkbox"/> 1 - INCAPAZ      <input type="checkbox"/> 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE      <input type="checkbox"/> 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE      <input type="checkbox"/> 4 - NENHUMA DIFICULDADE</p> <p>4.13 - COMO AVALIA A SUA CAPACIDADE DE CAMINHAR/SUBIR ESCADAS? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)      <input type="checkbox"/> 1 - INCAPAZ      <input type="checkbox"/> 2 - GRANDE DIFICULDADE PERMANENTE      <input type="checkbox"/> 3 - ALGUMA DIFICULDADE PERMANENTE      <input type="checkbox"/> 4 - NENHUMA DIFICULDADE</p> <p>4.14 - TEM ALGUMA DAS SEGUINTE DEFICIÊNCIAS: (Assinale somente uma alternativa, priorizando a ordem apresentada)      <input type="checkbox"/> 1 - PARALISIA PERMANENTE TOTAL      <input type="checkbox"/> 2 - PARALISIA PERMANENTE DAS PERNAS      <input type="checkbox"/> 3 - PARALISIA PERMANENTE DE UM DOS LADOS DO CORPO      <input type="checkbox"/> 4 - FALTA DE PERNA, BRAÇO, MÃO, PÉ OU DEDO POLEGAR      <input type="checkbox"/> 5 - NENHUMA DAS ENUMERADAS</p>
2010	<p style="text-align: center;"><b>DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS</b></p> <p>6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? (SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)      <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE      <b>Siga 6.15</b></p> <p>6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)      <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE      <b>Siga 6.16</b></p> <p>6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? (SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)      <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE      <b>Siga 6.17</b></p> <p>6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM,      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO      <b>Siga 6.18</b></p>
2022	<p><b>10 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PARA PESSOAS DE 2 ANOS OU MAIS DE IDADE)</b></p> <p>10.01 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA ENXERGAR, MESMO USANDO ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO?      <input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE      <b>Siga para 10.02</b></p> <p>10.02 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA OUVIR, MESMO USANDO APARELHOS AUDITIVOS?      <input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE      <b>Siga para 10.03</b></p> <p>10.03 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA ANDAR OU SUBIR DEGRAUS, MESMO USANDO PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO DE AUXÍLIO?      <input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE      <b>Siga para 10.04</b></p> <p>10.04 TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA PEGAR PEQUENOS OBJETOS, COMO BOTÃO OU LÁPIS, OU ABRIR E FECHAR TAMPAS DE GARRAFAS, MESMO USANDO APARELHO DE AUXÍLIO?      <input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE      <b>Siga para 10.05</b></p> <p>10.05 POR CAUSA DE ALGUMA LIMITAÇÃO NAS FUNÇÕES MENTAIS, TEM DIFICULDADE PERMANENTE PARA SE COMUNICAR, REALIZAR CUIDADOS PESSOAIS, TRABALHAR, ESTUDAR E ETC.?      <input type="checkbox"/> 1 - TEM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM      <input type="checkbox"/> 2 - TEM MUITA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 3 - TEM ALGUMA DIFICULDADE      <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM DIFICULDADE      <b>Encerre o bloco e siga para 11.01</b></p>

Fonte: elaboração própria, com base em (Souza, 2022)

**Tabela 19 – Comparação entre o questionário do WG e do Censo IBGE 2022**

<b>dimensões</b>	<b>lista curta de perguntas sobre deficiências [WG-SS]</b>	<b>perguntas sobre deficiências no questionário amostral [CENSO IBGE 2022]</b>
visão*	Você tem dificuldade para enxergar [mesmo quando usa óculos]?	Tem dificuldade permanente para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato?
audição*	Você tem dificuldade para ouvir [mesmo quando usa aparelho(s) auditivo(s)]?	Tem dificuldade permanente para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos?
mobilidade*	Você tem dificuldade para andar ou subir escadas?	Tem dificuldade permanente para andar ou subir degraus, mesmo usando prótese, bengala ou aparelho de auxílio?
cognição (memória)*	Você tem dificuldade de memorização ou concentração?	
comunicação**	Usando sua linguagem habitual, você tem dificuldade para se <u>comunicar</u> , como, por exemplo, para compreender ou ser compreendido(a)?	Por causa de alguma limitação nas funções mentais, tem dificuldade permanente para se <u>comunicar</u> , realizar <u>cuidados pessoais</u> , trabalhar, estudar etc.?
cuidados pessoais**	Você tem dificuldade para realizar <u>cuidados pessoais</u> , como lavar o corpo ou se vestir?	
funcionalidades da parte superior do corpo		Tem dificuldade permanente para pegar pequenos objetos, como botão ou lápis, ou abrir e fechar tampas de garrafas, mesmo usando aparelho de auxílio?

\*mínimo recomendado pela CEPAL

\*\*perguntas opcionais pela CEPAL

Fontes: elaboração própria, com base em (Souza, 2022) e (WG, 2020b).

Uma outra divergência com relação às recomendações da CEPAL é o fato de a pergunta sobre deficiência não constar no questionário básico do Censo, somente no amostral. Íris Nascimento de Souza, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, apresenta algumas ponderações sobre esse ponto:

É importante levar em consideração que, uma das explicações para essa escolha é o contingente populacional do Brasil. [...] As perguntas presentes no questionário da amostra dos censos têm limitações semelhante a dos Inquéritos, como a PNS, ligadas aos tamanhos amostrais: impedem a visibilidade de grupos populacionais que, geralmente, estão em desvantagem de recursos e têm piores condições de saúde, tais como pessoas em área rural, ribeirinhas e quilombolas [...]. Segundo o IBGE [...] serão investigados cerca de 75 milhões de domicílios particulares permanentes, no entanto, o questionário da amostra será aplicado em aproximadamente 11% desse contingente, ou seja, cerca de 8,5 milhões de domicílios. Dessa forma, esses grupos populacionais que já possuem desvantagens podem ficar ainda mais prejudicados (Souza, 2022, p. 73).



Assim, sugere-se adotar na íntegra as recomendações da CEPAL para a formatação das perguntas do *Censo do CAU* sobre deficiência, incorporando as seis dimensões abordadas na lista curta de perguntas sobre deficiências do Washington Group: 1) visão, 2) audição, 3) mobilidade, 4) cognição (memória), 5) comunicação e 6) cuidados pessoais. Para reduzir a jornada da pessoa respondente, é possível agrupar as seis dimensões (além da opção “nenhuma”) em uma única pergunta; e disponibilizar apenas para as opções assinaladas a pergunta seguinte sobre o grau de dificuldade para realizar aquela operação.

Cabe registrar que este estudo se concentra apenas nas questões sobre deficiências em seu sentido mais amplo, mas recomenda-se um aprofundamento, para futuras edições do Censo, em matérias de saúde mental e sofrimento psíquico, principalmente visando consolidar uma estrutura que viabilize leituras desagregadas e interseccionais. É possível adotar como ponto de partida as dimensões adicionais (ansiedade e depressão) do Formulário WG-SS Enhanced - conjunto de perguntas sobre funcionalidade. No estudo *Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira*, Vera Maria Sérgio de Abreu Vieira e Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté discorrem sobre essa relação direta:

[...] a perspectiva da interseccionalidade pode contribuir mais positivamente para captar e expor a realidade dos fatos do que uma análise que considera separadamente as múltiplas variáveis produtoras e/ou amplificadoras de sofrimento oriundas do viver social. Assim, observar como as várias características que compõem a identidade do sujeito – algumas autodeclaradas e outras impostas – interagem entre si (ser negro, pobre, gordo, gay, etc.) produz um olhar mais acurado para a delicada esfera da saúde mental. Reconhecer as nuances do atravessamento de elementos interseccionados sobre a condição emocional e seus desdobramentos sobre o adoecimento psíquico não é tarefa fácil, mas é um exercício que se faz necessário, dada a relevância de qualificar o estudo e a intervenção sobre a saúde mental (Vieira; Torrenté, 2022, p. 5).





# 4 instigações



## 4. INSTIGAÇÕES

Conforme já mencionamos, as reflexões e inflexões conduzidas ao longo desta pesquisa não constituíram exatamente uma tentativa de construção de um entendimento unívoco, mas sim de um questionamento de paradigmas que apagam diferenças sob o pretexto do tratamento igualitário, desconsiderando que a conjuntura vigente é desigual e excludente. Entende-se que, a partir da incorporação desses tensionamentos ao universo tão formal como o de um Conselho Profissional, seja possível impulsionar redemoinhos que talvez alcancem, mesmo que indiretamente, as formas pelas quais experimentamos e vivenciamos as cidades e os territórios. Afinal, mesmo não sendo estrelas ou divindades, nós, profissionais de arquitetura e urbanismo somos agentes de transformação dos espaços e corresponsáveis pela manutenção ou pela reparação das suas estruturas de apagamento e dominação.

Um dos desafios que encaramos nesse processo foi o de como delimitar os conceitos abordados (raça, gênero e deficiência), de caráter tão abstrato e sem contornos nítidos. Para tal, tecemos no Capítulo 2 uma rede de referenciais teóricos dissidentes, considerando que o saber é sempre localizado e dotado de vieses políticos. Adotamos o entendimento de que as identidades são socialmente construídas e moldadas a partir de relações de poder e de disputa. Significados e experiências não são absolutos, são projetados a partir de similaridades e diferenças entre categorias que, por sua vez, são instáveis. Por fim, sustentamos que na sociedade e – consequentemente na profissão – há grupos hegemônicos que se sobressaem e que quanto mais distantes deles, mais marcados e vulnerabilizados são os corpos dissonantes.

Além de retratar as lacunas do exercício da arquitetura e urbanismo, sendo um estudo inédito de amplo alcance com esse enfoque no âmbito dos órgãos de regulação da profissão, a pesquisa traz contribuições para análises interseccionais quantitativas e qualitativas. A operação de se desagregar e em seguida reagregar os dados seguiu uma inversão metodológica em relação às correntes epistemológicas tradicionais: ao invés de evidenciar as pessoas atravessadas por interseccionalidades, colocou-se sob os holofotes os sujeitos que geralmente não são marcados por nenhuma categoria. Essa manobra desloca o olhar que geralmente é direcionado aos outros, às margens,

considerados “grupos identitários”; e o redireciona para o centro, ou seja: para o conjunto socialmente percebido como “universal”.

Assim, ao longo das análises, a proposta de sobreposição dos marcadores de diferença e de contabilização do número de desvios em relação à norma se demonstrou pertinente para retratar as inequidades inerentes à profissão. A opção pela não hierarquização das opressões, além de simplificar a leitura dos dados, reforça o entendimento de que é possível e bem-vinda uma convergência das mais diversas pautas e movimentos de resistência.



Hoje, a interseccionalidade é aplicada para confrontar não somente as desigualdades e as opressões, mas também a formação de identidades coletivas, ligações de solidariedade entre grupos e aos ativismos políticos motivados em se opor aos sistemas de subordinação [...] o termo revelou ser copiosamente aplicado por militantes de políticas públicas; representantes dos direitos humanos; lideranças dos movimentos de base a fim de orientar seu trabalho de justiça; atenções políticas, como o feminismo, antirracismo, multiculturalismo, estudos queer e estudos sobre deficiência; e graus de análise de perspectivas micro e macro (Detomi; Colosso, 2023, p. 8).

Nas análises de discurso e comportamento do Capítulo 3 ficou claro que as assimetrias tendem a se manifestar de forma mais latente nas esferas materiais, por serem elas as ferramentas de manutenção de poder em uma sociedade capitalista, patriarcal e heterocisnormativa. Não coincidentemente, é no gráfico de correspondência do eixo “renda” (**Figura 37**) que encontramos a dimensão com o maior percentual entre todos os demais: a dimensão 1, com 18,72%. Isso significa que as proximidades e distâncias entre os pontos desse gráfico, nessa direção, são as mais relevantes para explicar a correspondência entre as variáveis.

Espera-se que esse exercício tenha reflexo em futuras iniciativas do CAU, a fim de minimizar as limitações encontradas ao longo da análise dos dados, como: os desvios na coleta provocados pela má formulação das perguntas ou falta de letramento dos respondentes; as declarações de má-fé por descrédito da pesquisa; e o não alcance da totalidade – ou pelo menos da maioria – dos/das profissionais em atividade. Entendemos que cabe também uma reflexão sobre a possibilidade de se atribuir um caráter efetivamente obrigatório ao Censo, aplicando-o em um intervalo temporal mais amplo; e conjugando-o a pesquisas amostrais – possivelmente temáticas – de menor prazo.

Para tal, ilustramos na **Tabela 20** um resumo das propostas de revisão das três perguntas objeto de análise – gênero, raça e deficiência – para próximas edições do levantamento, ainda sem data definida. Entende-se que a partir dessa estrutura seja possível coletar informações mais precisas sobre as múltiplas identidades do conjunto de respondentes, como subsídio para novas mensurações e inferências. Sugere-se também a inclusão de perguntas sobre o impacto da pandemia na vida dos/as respondentes, considerando que os dados do 2º Censo foram coletados antes dela e que as pessoas marginalizadas foram as mais atingidas.

Indicamos ao longo do texto algumas possibilidades de aprofundamento sobre as experiências de outras subjetividades e coletividades vulnerabilizadas, que não puderam ser abarcadas nesta dissertação, tais como: pessoas não binárias, homens trans, a multiplicidade da categoria “parda” dentre não-brancos, a não-heterossexualidade, e as pessoas com problemas de saúde mental e/ou sofrimento psíquico, entre outras. Sabemos que há espaço para uma amplificação do recorte adotado e seguiremos buscando chaves que incluam mais do que excluam, por mais complexa ou utópica que essa tarefa possa parecer.



Além de propor, experimentar e jogar, os errantes buscam também transmitir essas experiências através de suas narrativas errantes. São relatos daqueles que erraram sem objetivo preciso, mas com uma intenção clara de errar e de compartilhar essas experiências. (Jacques, 2012, p. 23).

Por fim, gostaríamos de honrar as autoras e autores que nos inspiraram e acompanharam nessa jornada. Por mais difusa que a escolha dessas fontes possa ter parecido, ela se mostrou suficientemente generosa para contemplar as complexidades dos temas que pretendíamos desenvolver e foram importantes para que não caminhássemos sós.

Tabela 20 – Proposta de revisão das perguntas do eixo “1.identidade” do 2º Censo

marcador	referências	pergunta revisada	parâmetros
<b>gênero</b>	PDAD GDF 2021 PNDS IBGE 2023	Com qual gênero se identifica? ( <i>ex.: mulher, mulher trans, homem, homem trans, travesti, não binário etc.</i> ) -----	Aberta Opcional
<b>raça</b>	CENSO IBGE 2022  CNJ - Recadastramento de dados étnico-raciais no Poder Judiciário	Com qual raça/cor se identifica? <input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> negra - parda <input type="checkbox"/> negra - preta <input type="checkbox"/> amarela <input type="checkbox"/> indígena	Múltipla escolha Somente uma resposta permitida Obrigatória
		Você pertence a algum povo ou comunidade tradicional? ( <i>ex.: indígenas, quilombolas, caiçaras, ciganos, seringueiros, ribeirinhos etc.</i> ) <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Múltipla escolha Somente uma resposta permitida Obrigatória
		Qual? -----	[se “sim” na anterior] Aberta Opcional
<b>deficiência</b>	[WG-SS] lista curta de perguntas sobre deficiências  CENSO IBGE 2022	Você tem dificuldade permanente para realizar alguma das opções abaixo? ( <i>marque todas as opções que se aplicam</i> ) <input type="checkbox"/> <b>enxergar</b> (mesmo com óculos ou lentes corretivas) <input type="checkbox"/> <b>ouvir</b> (mesmo com aparelhos auditivos) <input type="checkbox"/> <b>andar e/ou subir degraus</b> (mesmo com prótese, bengala ou aparelho de auxílio) <input type="checkbox"/> memorizar informações e/ou se concentrar <input type="checkbox"/> <b>se comunicar</b> , usando a sua linguagem habitual ( <i>ex.:</i> para compreender ou se fazer compreender) <input type="checkbox"/> <b>realizar cuidados pessoais</b> ( <i>ex.:</i> lavar o corpo ou se vestir) <input type="checkbox"/> nenhuma	[se marcar alguma das 6 primeiras opções, desativar a opção “nenhuma”] Múltipla escolha Múltiplas respostas permitidas Obrigatória
		Quanta dificuldade você tem para [ <i>opção de resposta selecionada</i> ]? <input type="checkbox"/> Não consigo de modo algum <input type="checkbox"/> Muita dificuldade <input type="checkbox"/> Alguma dificuldade <input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade <input type="checkbox"/> Não sei responder <input type="checkbox"/> Prefiro não responder	[Para cada opção marcada, exceto “nenhuma”] Múltipla escolha Somente uma resposta permitida Obrigatória

Fonte: elaboração própria



# referências bibliográficas

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAA. **Declaração da Associação Antropológica Americana sobre Raça**. [S. l.], 1998. Disponível em: <https://www.americananthro.org/ConnectWithAAA/Content.aspx?ItemNumber=2583>. Acesso em: 11 ago. 2022.

AAPA. Declaração da Associação Americana de Físicos Antropólogos sobre aspectos biológicos da raça. **American Journal of Physical Anthropology**, [s. l.], v. 101, n. 4, p. 569–570, 1996.

ABBERLEY, Paul. The concept of oppression and the development of a social theory of disability. **Disability, handicap & society**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 5–19, 1987.

ABERS, Rebecca Neaera (org.). Brasília, DF, **Ativismo Institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2021.

ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. [S. l.]: Abnt, 2015.

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. CONHECENDO A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA: BREVE PERCURSO DE SUA HISTÓRIA E PROPOSTAS. **Revista Conhecimento Online**, [s. l.], v. 1, p. 36–44, 2017.

AKOTIRENE, Carla. São Paulo, SP, **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ALCOFF, Linda; DALMIYA, Vrinda. Are “Old Wives’ Tales” Justified? *In*: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (org.). **Feminist epistemologies**. New York: Routledge, 1993. (Thinking gender). p. 217–244.

ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (org.). New York, **Feminist epistemologies**. New York: Routledge, 1993. (Thinking gender).

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** [S. l.]: Editora Letramento, 2018.

ALVAREZ, Eduardo; CAMISÃO, Verónica. **Guia operacional de acessibilidade para projetos em desenvolvimento urbano com critérios de desenho universal**. [S. l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2007. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/viewer/Guia-operacional-de-acessibilidade-para-projetos-em-desenvolvimento-urbano-com-crit%C3%A9rios-de-desenho-universal.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. tradução: Heci Regina Candiani. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2019. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=CJ2HDwAAQBAJ>. Acesso em: 9 ago. 2022.

BAUER, Greta R. *et al.* Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods. **SSM - Population Health**, [s. l.], v. 14, p. 100798, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. Rio de Janeiro, **O segundo sexo**. tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. v. 2 Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=EezJAwAAQBAJ>. Acesso em: 9 ago. 2022.

BENTES, Anna. Instagramização da vida: distribuindo vigilancias e integrando espetáculos. *In*: TEFFÉ, Chiara de; BRANCO, Sérgio; VICENTE, Victor (org.). **Cidades inteligentes em perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: Obliq Press, 2022. p. 161–184.

BENTO, Cida. Branquitude e poder - a questão das cotas para negros. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE - BRANQUITUDE E PODER: A QUESTÃO DAS COTAS PARA NEGROS, 2005, São Paulo. **Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente**. São Paulo: [s. n.], 2005. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100005&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 11 ago. 2022.

BENTO, Cida. São Paulo, SP, **O pacto da branquitude**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016.

BERTH, Joice. Rio de Janeiro, **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BIANOR, Maila de Oliveira. **O NÃO-SUJEITO EM DIREITOS HUMANOS: Aproximações entre teoria crítica e Teoria Queer na órbita da heterocisnormatividade**. 2019. Dissertação - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46521/46521.PDF>. Acesso em: 18 set. 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 27, 2015.

BOVE, Lorenza Coppola. **Cómo los huesos acabaron con las razas humanas**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://theconversation.com/como-los-huesos-acabaron-con-las-razas-humanas-141222>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 25 ago. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016**. 9 maio 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm). Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023**. Institui o Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 10 abr. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11487.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11487.htm). Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. 7 dez. 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm). Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. 31 dez. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm). Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 29 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 6 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7750, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências. 31 maio 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2139808>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRESCIANI, Maria Estela. Pensar por associações. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar**. Salvador, BA: Edufba, 2021. p. 18–44. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33258/1/Nebulosas%20do%20Pensamento%20Urbanistico%20-%20Tomo%20I%20-%20Modos%20de%20Pensar.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

BROCOS, Modesto. **Redenção de Cã - Modesto Brocos**. [S. l.], 1895. óleo sobre tela, 199x166cm. Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://artsandculture.google.com/asset/redencao-de-ca-modesto-brocos/\\_gH\\_m-s\\_zK3Wzg](https://artsandculture.google.com/asset/redencao-de-ca-modesto-brocos/_gH_m-s_zK3Wzg). Acesso em: 27 out. 2023.



BUTLER, Judith. PERFORMATIVIDAD, PRECARIEDAD Y POLÍTICAS SEXUALES. **AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 321–336, 2009.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. *In*: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. tradução: Renato Aguiar. 22. ed. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: Acesso em: 9 ago. 2022.

CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A TEORIA DO CONHECIMENTO E A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA. *In*: , 2011. **Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV**. [S. l.: s. n.], 2011. p. 347–353. Disponível em: <http://146.164.248.81/hcte/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: GELEDÉS. 6 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza; COSTA, Albertina Gordo de Oliveira. São Paulo, **Mulher negra - Política governamental e a mulher**. São Paulo: Nobel, 1985. (Década da Mulher, v. 3).

CAU/BR. **1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2020a. Diagnóstico. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero-na-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CAU/BR. **31 de julho: dia nacional da mulher arquiteta e urbanista**. [S. l.], 2022a. Disponível em: <https://caubr.gov.br/dia-nacional-da-mulher-arquiteta-e-urbanista/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Arinda da Cruz Sobral e Camila Belarmino**. [S. l.], 2022b. Disponível em: <https://caubr.gov.br/arinda-da-cruz-sobral-e-camila-belarmino/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 1**. [S. l.: s. n.], 2011a. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/1a-reuniao-plenaria-ordinaria-do-cau-br.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Carta pela Equidade e Diversidade no Cotidiano e no Conselho da Arquitetura e do Urbanismo**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2022c. Carta. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/CARTA-PELA-EQUIDADE-E-DIVERSIDADE.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

CAU/BR. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas**. Brasília: [s. n.], 2013a. Disponível em: <https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/Censo-dos-Arquitetos-2013.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR nº 0011-06A, de 7 de agosto de 2020.** Cria e compõe a Comissão Temporária de Política para a Equidade de Gênero. 7 ago. 2020b. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpebr-0011-06a/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR nº 0076-01, de 22 de março de 2018.** Referenda a Deliberação Plenária ad referendum nº 02, de 9 de março de 2018, que aprova iniciar as tratativas para que o CAU/BR se torne signatário dos Princípios de Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres. 22 mar. 2018. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0076-01/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR nº 0089-11, de 26 de abril de 2019.** Cria a Comissão Temporária para a Equidade de Gênero e aprova sua composição. 26 abr. 2019. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0089-11/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR nº 0115-02, de 27 de agosto de 2021.** Cria a Comissão Temporária de Raça, Equidade e Diversidade. 27 ago. 2021. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpobr-0115-02/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR nº 0126-08, de 21 de julho de 2022.** Homologa a indicação da Arquiteta e Urbanista Ana Laterza para exercer mandato de Ouvidora-Geral do CAU. 21 jul. 2022d. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpobr-0126-08/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR nº 0136-08, de 18 de maio de 2023.** Altera o Regimento Interno do CAU/BR, anexos à Resolução CAU/BR nº 139, de 28 de abril de 2017, instituindo a Comissão de Políticas Afirmativas do CAU/BR, e dá outras providências. 2023. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpobr-0136-08/>. Acesso em: 27 out. 2023.

CAU/BR. **Política do CAU para a Equidade de Gênero.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2020c. Política. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/equidade/wp-content/uploads/2021/03/politica-do-cau-para-a-equidade-de-genero-8-compactado.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CAU/BR. **Resolução nº 5, de 15 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a criação do Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) e dá outras providências. 15 dez. 2011b. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao05/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Resolução nº 52, de 6 de setembro de 2013.** Aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). 6 set. 2013b. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao52/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Resolução nº 139, de 28 de abril de 2017**. Aprova o Regimento Geral do CAU e o Regimento Interno do CAU/BR e dá outras providências. 28 abr. 2017a. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao139/>. Acesso em: 12 set. 2022.

CAU/BR. **Resolução nº 146, de 17 de agosto de 2017**. Dispõe sobre a confecção, a expedição e o recolhimento de carteiras de identificação profissional de arquitetos e urbanistas, revoga as Resoluções CAU/BR nº 14, de 3 de fevereiro de 2012, e nº 37, de 9 de novembro de 2012, revoga os artigos 30 e 32, § 2º da Resolução CAU/BR nº 18, de 2 de março de 2012, e dá outras providência. 17 ago. 2017b. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao146/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CAU/BR. **Resolução nº 194, de 25 de setembro de 2020**. Institui o Dia Nacional da Mulher Arquiteta e Urbanista, a ser comemorado no dia 31 de julho, e dá outras providências. 25 set. 2020d. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao194/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CEPAL. **Recomendaciones para los censos de población y vivienda en América Latina: revisión 2020**. [S. l.]: Nações Unidas, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47562/S2100743\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47562/S2100743_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). .

CFP. Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 22 maio 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 27 out. 2023.

CNJ. Brasília, DF, **Negros e negras do Poder Judiciário: relatório**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/diagnostico-etnico-racial-do-poder-judiciario.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

CODE, Lorraine. Taking subjectivity into account. *In*: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (org.). **Feminist epistemologies**. New York: Routledge, 1993. (Thinking gender). p. 15–48.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 1–20, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. On violence, intersectionality and transversal politics. **Ethnic and Racial Studies**, [s. l.], v. 40, n. 9, p. 1460–1473, 2017.

COLOMINA, Beatriz. WITH, OR WITHOUT YOU: THE GHOSTS OF MODERN ARCHITECTURE. *In*: MODERN WOMEN, WOMEN ARTISTS AT THE MUSEUM OF MODERN ART. [S. l.]: Cornelia Butler e Alexandra Schwartz., 2010.

COSTA, Najara Lima. São Paulo, Brazil, **Quem é negra/o no Brasil? cotas raciais e comissões de heteroidentificação na prefeitura de São Paulo**. São Paulo, Brazil: Editora Dandara, 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Policies. **University of Chicago Legal Forum**, [s. l.], v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **The urgency of intersectionality**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=akOe5-UsQ2o&t=4s>. Acesso em: 18 set. 2022.

DAVIS, Angela. São Paulo, **A Liberdade é uma luta constante**. tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DAVIS, Angela. Curso de Black Feminism. *In*: DECOLONIAL BLACK FEMINISM IN THE AMERICAS, 2017, Cachoeira. **Curso Internacional**. Cachoeira: TV UFRB, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDwbjSvpDZo&t=1151s>. Acesso em: 27 out. 2023.

DAVIS, Lennard J. London ; New York, **Enforcing normalcy: disability, deafness, and the body**. London ; New York: Verso, 1995.

DETOMI, Ísis; COLOSSO, Paolo. Contribuições da perspectiva interseccional aos movimentos sociais urbanos. **Anais do XX ENANPUR**, [s. l.], n. ANPUR, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-19.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

DEVULSKY, Alessandra. São Paulo, SP, **Colorismo**. São Paulo, SP: Editora Jandaíra Ltda, 2021.

DIAS, Eliane Costa. A diferença entre transexual e transgênero: de que se trata para a psicanálise?. **Revista Eletrônica da Escola Brasileira de Psicanálise**, [s. l.], 2021. Disponível em: [https://www.ebp.org.br/correio\\_express/2021/07/29/a-diferenca-entre-transexual-e-transgenero-de-que-se-trata-para-a-psicanalise/](https://www.ebp.org.br/correio_express/2021/07/29/a-diferenca-entre-transexual-e-transgenero-de-que-se-trata-para-a-psicanalise/). Acesso em: 27 out. 2023.

DINIZ, Debora. Brasília, **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres, 2012.

DINIZ, Debora. Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes /Disabilities and Social Policy - Interview with Colin Barnes - Debora Diniz. [s. l.], v. 15, n. 32, 2013. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14984/1/ARTIGO\\_DeficienciaPoliticais.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14984/1/ARTIGO_DeficienciaPoliticais.pdf). Acesso em: 22 mar. 2023.

DINIZ, Débora. São Paulo, SP, **O que é deficiência**. 1. ed. São Paulo, SP: BRASILIENSE, 2007. (Coleção Primeiros Passos). v. 1

DU BOIS, W. E. B. Mineola, N.Y, **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola, N.Y: Dover Publications, 1999. (Dover thrift editions).

DYER, Richard. London, **The matter of images: essays on representations**. 2. eded. London: Routledge, 2002.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. [S. l.]: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 367–383.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte. **Dados**, [s. l.], v. 58, n. 1, p. 257–294, 2015.

FNA. **Sobre o Solare**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://solare.org.br/sobre/>. Acesso em: 27 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. São Paulo, **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. 2. eded. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2010.

FPA; FRL. **Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil**. [S. l.]: Fundação Perseu Abramo e Fundação Rosa Luxemburgo, 2003. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Discriminacao-Racial-Preconceito-Cor-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

GAMRANI, Sarah; TRIBOUILLARD, Clémentine. **Gênero e cidades: Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas**. [S. l.]: Inter-American Development Bank, 2021. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/node/29605>. Acesso em: 22 out. 2023.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. **NWSA Journal**, [s. l.], v. 14, p. 1–32, 2002.

GDF. **Gênero e Orientação Sexual no DF – um olhar inclusivo**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Genero-e-Orientacao-Sexual-no-DF-um-olhar-inclusivo.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GERASSI, Carolina Souza Dias; BRASIL, Patricia Cristina. DIREITO CONSTITUCIONAL À AUTODETERMINAÇÃO DE GÊNERO  
CONSTITUTIONAL RIGHT TO SELF-DETERMINATION OF GENDER. [s. l.], p. 27, 2014.

GLOBAL PARTNERSHIP FOR SUSTAINABLE DATA. **Reimagining Data and Power - A roadmap for putting values at the heart of data**. [S. l.]: Parceria Global para Dados de Desenvolvimento Sustentável, 2022. Disponível em:

<https://www.data4sdgs.org/sites/default/files/2022-07/Final%20White%20Paper%20designed%20%28English%29.pdf> .

GOMES, Gabriel Pinheiro de Siqueira. PRETOS E PARDOS, UNI-VOS.OS DESAFIOS DE(O) SER NEGRO NOBRASIL DO SÉCULO XXI. **REVISTA DESENVOLVIMENTO E CIVILIZAÇÃO**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 80–106, 2021.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. As cores da desigualdade. **Retratos - a revista do IBGE**, [s. l.], v. 11, p. 14–19, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, [s. l.], v. 92, n. 93, p. 69–82, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Algumas palavras sobre o entre o encardido, o branco e o branquíssimo. *In*: SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. p. 13–15. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95–118. Disponível em: Acesso em: 9 ago. 2022.

HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology What Is Strong Objectivity. *In*: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (org.). **Feminist epistemologies**. New York: Routledge, 1993. (Thinking gender). p. 49–82.

HARRISON, Paul. Poststructuralist Theories. *In*: AITKEN, Stuart; VALENTINE, Gill (ed.). **Approaches to Human Geography**. Londres: SAGE Publications, 2006. Disponível em: Acesso em: 9 ago. 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, [s. l.], v. 26, p. 61–73, 2014.

IBGE. Rio de Janeiro, **Características Étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça, 2008**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

IBGE. **Nota técnica 01/2018 - Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington**. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/metodologia/notas\\_tecnicas/nota\\_tecnica\\_2018\\_01\\_censo2010.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf). Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE. **Questionário Amostragem do Censo Demográfico**. [S. l.: s. n.], 2022a. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc5633.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5633.pdf). Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE. **Questionário Básico do Censo Demográfico**. [S. l.: s. n.], 2022b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc5632.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5632.pdf). Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE. **Tabela 6407 - População residente, por sexo e grupos de idade**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6407#resultado>. Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE. **Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>. Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE. **Tabela 6706 - População residente, por sexo e grupos de idade - Pirâmide etária**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6706#resultado>. Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE. **Tabela 9307 - Pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência, por grupo de idade**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9307#resultado>. Acesso em: 27 out. 2023.

IF SUDESTE MG. **Autodeclaração étnico-racial e autorização de uso da imagem, voz e dados**. [S. l.]: Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/editais/manhuacu/ensino/2022/2022-02-edital-de-vagas-ociosas-cursos-tecnicos/2022-02-edital-de-vagas-ociosas-cursos-tecnicos-online/2-edital-02-2022-anexo-v.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

INCLUSIVE DATA CHARTER. **When and how to use multivariable analysis for identifying intersectional inequalities - How intersectionality informs Sightsavers' research on avoidable blindness in Kogi, Nigeria**. [S. l.]: Inclusive Data Charter, 2021. Disponível em: [https://www.data4sdgs.org/sites/default/files/file\\_uploads/JN\\_1286\\_IDC\\_KP\\_Sightsavers\\_CaseStudy.pdf](https://www.data4sdgs.org/sites/default/files/file_uploads/JN_1286_IDC_KP_Sightsavers_CaseStudy.pdf). Acesso em: 12 set. 2022.

IRIGARAY, Luce. Ithaca, N.Y, **This sex which is not one**. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 1985.

JACQUES, Paola Berenstein. Salvador, **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7894/3/Elogio\\_aos\\_Errantes\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7894/3/Elogio_aos_Errantes_RI.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

KATZ, Jonathan. New York, **The invention of heterosexuality**. New York: Dutton, 1995.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *In*: CRITIQUES DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE. [S. l.: s. n.], 1978. v. 5, p. 65–97.

KILOMBA, Grada. **Palestra-performance “Descolonizando o Conhecimento”**. São Paulo: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs>. Acesso em: 18 set. 2022.

KLERK, Khensani de. **O peixe morto na praia: o problema das “mulheres na arquitetura”**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/919254/o-peixe-morto-na-praia-o-problema-das-mulheres-na-arquitetura>. Acesso em: 6 jun. 2021.

LACERDA, João Batista de. Paris, **Sur le métis au Brésil**. Paris: [s. n.], 1911. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>. Acesso em: 27 out. 2023.

LARAIA, Roque de Barros. Rio de Janeiro, **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

LATERZA, Ana. O CAU Brasil na promoção da equidade de gênero. **PROJETO**, [s. l.], n. 453 (Mulheres na Arquitetura), 2021. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/conteudos-de-marca/conteudo-cau-br-o-cau-brasil-na-promocao-da-equidade-de-genero/>. Acesso em: 26 out. 2023.

LEONARDO, Rafaela Cotta; ATHAYDE, Thayz; POCAHY, Fernando Altair. O conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamentos nas políticas feministas contemporâneas. *In*: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2017, Campina Grande. **Anais V ENLAÇANDO**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. p. 10. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30670>.

LIMA, Ana Gabriela Godinho. Cidades Femininas Antifrágeis. *In*: ESTEVES, Caio. **Cidade Anti-frágil**. Santos-SP: Realejo Livros & Edições Ltda, 2020. p. 262–296.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95–118. Disponível em: Acesso em: 9 ago. 2022.

MANDRUP, Dorte. I am not a female architect. I am an architect. *In*: DEZEEN. 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2017/05/25/dorte-mandrup-opinion-column-gender-women-architecture-female-architect/>. Acesso em: 17 set. 2022.

MDH. **Avaliação Biopsicossocial da Deficiência**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/apresentacoes-em-eventos/audiencias-publicas-2019/apresentacao-liliane-cristina-bernardes-mdh>. Acesso em: 27 out. 2023.

MENDES, Cristiano. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 30, n. 88, p. 45, 2015.



MICHAELIS. **Reificar**. In: MICHAELIS - DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. [S. l.]: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/kLVbQ/reificar/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MOISSET, Inés. **Mulheres na Arquitetura e Urbanismo: Mercado de trabalho no contexto atual**. São Paulo: [s. n.], 2020a.

MOISSET, Inés. Vacíos historiográficos. La ausencia de las mujeres en la historia de la arquitectura argentina. **XXXIV Jornadas de Investigación**, [s. l.], 2020b. Disponível em: <https://publicacionescientificas.fadu.uba.ar/index.php/actas/article/view/1686>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MOMBAÇA, Jota. A coisa tá branca! In: BUALA. 7 nov. 2017a. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/a-coisa-ta-branca>. Acesso em: 26 out. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. In: BUALA. 19 jul. 2017b. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 26 out. 2023.

MPF. **Ação Civil Pública Cível nº 1002268-94.2022.4.01.3000**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/noticias-ac/justica-federal-ordena-que-ibge-inclua-campos-sobre-201corientacao-sexual201d-e-identidade-de-genero201d-no-censo-2022>. Acesso em: 27 out. 2023.

NEPOMUCENO, Maristela Ferro; ASSIS, Raquel Martins de; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”. **Revista Educação Especial**, [s. l.], p. e15/ 1-27, 2020.

OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial, 2012.

OMS. **Strengthening the collection of data on disability**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.who.int/activities/collection-of-data-on-disability>. Acesso em: 27 out. 2023.

ONU MULHERES. **Igualdade Significa Negócios | Brochura WEP**. [S. l.]: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2021. Disponível em: [https://www.weps.org/sites/default/files/2021-08/WEPS%20BROCHURE\\_PORTUGUESE.pdf](https://www.weps.org/sites/default/files/2021-08/WEPS%20BROCHURE_PORTUGUESE.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

ONWUBIKO, Judith Ngozichinyere. **Black or Female: Which is worse?**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://blogs.kent.ac.uk/klsllm/2016/03/01/black-or-female-which-is-worse/>. .

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1 [internet]**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. NED-New editioned. [S. l.]: University of Minnesota Press, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.5749/j.ctttt0vh>. Acesso em: 8 ago. 2022.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], p. 339–363, 2011.

PHILLIPS, Martin. **Postmodernism and Poststructuralism**. In: OXFORD BIBLIOGRAPHIES. [S. l.: s. n.], 2016.

PRIESTLEY, Mark. Controversial Issues in a Disabling Society. **Journal of Social Policy**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 639–640, 2003.

PYL, Bianca. Apartheid brasileiro e olhos que teimam em desolhar. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/apartheid-brasileiro-e-olhos-que-teimam-em-desolhar/>. Acesso em: 27 out. 2023.

RAMOS, Guerreiro. Rio de Janeiro, **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

REZENDE, Rogério. **Protocolo OU230117296733**. 17 jan. 2023. Manifestação de ouvidoria.

RIBEIRO, Djamila. São Paulo, **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. (Feminismos plurais).

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 2013. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2013. p. 1–12. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618\\_ARQUIVO\\_cristianorodriguesFG2013.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_ARQUIVO_cristianorodriguesFG2013.pdf). Acesso em: 18 set. 2022.

ROUHANI, Setareh. **Intersectionality-informed Quantitative Research: A Primer**. [S. l.]: The Institute for Intersectionality Research & Policy, SFU, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d56a/9eba2da23ab70bfadd9ca2e076af4a3a62cc.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 20, p. 399–431, 2012.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (org.). Brasília/Rio de Janeiro, **Gênero e Povos Indígenas**. Brasília/Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2012. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/genero\\_povos\\_indigenas.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/genero_povos_indigenas.pdf). Acesso em: 9 ago. 2022.

SAID, Edward W.; BUENO, Tomas Rosa. São Paulo, **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. 3. reimped. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALES, Ronaldo. **O que é colorismo, o conceito que está na boca de youtubers contra o racismo**. [S. l.: s. n.], 20 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42033002>. Acesso em: 27 out. 2023.

SANTOS, Larissa Xavier dos. “Deficiência” para um dicionário marxista:: a política capacitista de uma palavra. **Pensata**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11100>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? (2013). [s. l.], 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Doutorado em Psicologia Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SCOTT BROWN, Denise. Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture. *In*: MAS CONTEXT. 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.mascontext.com/issues/27-debate-fall-15/room-at-the-top-sexism-and-the-star-system-in-architecture/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SERRANO, Cinthia Lobato. **Arquitetura & gênero: O resgate de pioneiras no cenário profissional**. 2013. 207 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23840>. Acesso em: 26 out. 2023.

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. Belo Horizonte, **Da criminalização do racismo: aspectos jurídicos e sociocriminológicos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SOUZA, Íris Nascimento De. **Produção de Informação sobre a deficiência no Brasil**. 2022. 137 f. Dissertação de Mestrado - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), [s. l.], 2022. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/56312/iris\\_souza\\_icict\\_mest\\_2022.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/56312/iris_souza_icict_mest_2022.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 8 ago. 2023.

STM. **Edital nº 01 - Processo seletivo de estagiários**. [S. l.]: Superior Tribunal Militar, 2023. Disponível em: <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de->

noticias/item/download/1086\_eb472c3c81bd0635f90e302bea8c25a2. Acesso em: 27 out. 2023.

TALEB, Nassim Nicholas. Rio de Janeiro, **Antifrágil**. tradução: Eduardo Rieche. 1. ed. Rio de Janeiro: Best Business, 2015.

TEIXEIRA, Analba Brazão; DA SILVA, Ariana Mara; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 106, 2017.

THEODORO, Mário. As relações raciais, o racismo e as políticas públicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpoc, 2013. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/mr-2/mr10/8786-as-relacoes-raciais-o-racismo-e-as-politicas-publicas/file>. Acesso em: 18 set. 2022.

UFC. **Edital nº 07/Prograd/Reitoria/UFC, de 1º de março de 2023**. [S. l.]: Universidade Federal do Ceará, 2023. Disponível em: <https://prograd.ufc.br/wp-content/uploads/2023/03/edital-07-2022-lista-de-espera-sisu-2023.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

UFC. UFC anuncia novos procedimentos de validação de ingresso de cotistas raciais. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ufc.br/noticias/16544-ufc-anuncia-novos-procedimentos-de-validacao-de-ingresso-de-cotistas-raciais-mudanca-ja-vale-para-o-edital-do-sisu-2022>. Acesso em: 27 out. 2023.

UFJ. **Autodeclaração**. [S. l.]: Universidade Federal de Jataí, 2023. Disponível em: [https://sisu.ufg.br/ufj/sistema/arquivos/Anexos/AUTODECLARACAO\\_PP\\_SiSU\\_2023.docx.pdf](https://sisu.ufg.br/ufj/sistema/arquivos/Anexos/AUTODECLARACAO_PP_SiSU_2023.docx.pdf). Acesso em: 27 out. 2023.

UIA. **Policy on Gender Equity in Architecture**. [S. l.]: Union Internationale des Architectes, 2017. Disponível em: [https://www.uia-architectes.org/webApi/uploads/ressourcefile/380/gender\\_equity\\_policy\\_2017\\_12.pdf](https://www.uia-architectes.org/webApi/uploads/ressourcefile/380/gender_equity_policy_2017_12.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

UNIPAMPA. **Autodeclaração de etnia**. [S. l.]: Universidade Federal do Pampa, 2021. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/prograd/files/2021/03/anexo-d-autodeclaracao-de-raca-etnia.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

UPIAS. Fundamental Principles of Disability. *In*: , 1975, Londres. **Anais [...]**. Londres: Union of the Physically Impaired Against Segregation e Disability Alliance, 1975. Disponível em: <https://disabledpeoplesarchive.com/wp-content/uploads/sites/39/2021/01/001-FundamentalPrinciplesOfDisability-UPIAS-DA-22Nov1975.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

VAZ, Lívia Santana. **As cores da desigualdade**. entrevistador: Irene Gomes e Mônica Marli. [S. l.: s. n.], maio 2018. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf). Acesso em: 12 ago. 2022.

VIEIRA, Vera Maria Sérgio De Abreu; TORRENTÉ, Mônica De Oliveira Nunes De. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 26, p. e210674, 2022.

WAISMAN, Marina. São Paulo, **O Interior Da História: Historiografia Arquitetônica Para Uso de Latino-americanos**. tradução: Anita Di Marco. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção Estudos (São Paulo, Brazil): Arquitetura).

WG. **An Introduction to the Washington Group on Disability Statistics Question Sets**. [S. l.: s. n.], 2020a. Disponível em: [https://www.washingtongroup-disability.com/fileadmin/uploads/wg/Documents/WG\\_Resource\\_Document\\_\\_5\\_-\\_The\\_WG\\_Primer\\_-\\_An\\_Introduction\\_to\\_the\\_WG\\_Tools\\_\\_February\\_2023\\_.pdf](https://www.washingtongroup-disability.com/fileadmin/uploads/wg/Documents/WG_Resource_Document__5_-_The_WG_Primer_-_An_Introduction_to_the_WG_Tools__February_2023_.pdf). Acesso em: 7 ago. 2023.

WG. Washington Group Short Set on Functioning (WG-SS) - Brazilian Portuguese translation. [s. l.], 2020b. Disponível em: <https://www.washingtongroup-disability.com/fileadmin/uploads/wg/Documents/WG-Short-Set-Brazilian-Portuguese-translation-v2020-June-23.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

WILLIAMS, Eric. Chapel Hill, **Capitalism and Slavery**. 3. ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/10.5149/9781469619491\\_williams](http://www.jstor.org/stable/10.5149/9781469619491_williams). Acesso em: 11 ago. 2022.

WILLIAMS, Raymond. Rio de Janeiro, **Marxismo e literatura**. tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WITTIG, Monique. The point of view: Universal or particular?. **Feminist Issues**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 63–69, 1983.







WRIGHT, Gwendolyn. On the fringe of the profession. Women in American architecture. In: KOSTOF, Spiro (org.). **The Architect. Chapters in the history of the profession**. New York: Oxford University Press, 1977. p. 280–308.

WYHE, John Van. **The History of Phrenology on the Web**. [S. l.], 2011. Disponível em: <http://www.historyofphrenology.org.uk/>. Acesso em: 27 out. 2023.

# anexos



**Anexo 1 – Questionário completo do 2º Censo do CAU, com reorganização das perguntas e coeficientes de inequidade entre os grupos: norma e 3 desvios**



<b>1. IDENTIDADE</b>												
* n.	pergunta	opção	total		norma (n)		3 desvios (3)		média	N/3 <sup>1</sup>	3/N <sup>2</sup>	
17	01	Dentre as opções abaixo, qual a cor ou a raça que você se identifica?	Branca	27335	69%	26498	69%	0	0%	35%	69,1	0,0
			Parda	7059	18%	6824	18%	30	73%	45%	0,2	4,1
			Negra	1401	4%	1372	4%	8	20%	12%	0,2	5,5
			Mestiça	1410	4%	1351	4%	2	5%	4%	0,7	1,4
			Indígena	100	0%	92	0%	0	0%	0%	0,2	0,0
			Oriental	677	2%	644	2%	1	2%	2%	0,7	1,5
			Prefiro não informar	1664	4%	1576	4%	0	0%	2%	4,1	0,0
18	02	Com qual gênero se identifica?	Homem Cisgênero	11556	30%	11139	30%	0	0%	15%	29,8	0,0
			Mulher Cisgênero	22293	58%	21870	59%	26	63%	61%	0,9	1,1
			Homem Transgênero	46	0%	42	0%	0	0%	0%	0,1	0,0
			Mulher Transgênero	45	0%	42	0%	15	37%	18%	0,0	325,2
			Não-Binário	214	1%	202	1%	0	0%	0%	0,5	0,0
			Prefiro não informar	4193	11%	4034	11%	0	0%	5%	10,8	0,0
19	03	Possui alguma deficiência?	Nenhuma	38484	97%	38481	100%	14	35%	67%	2,9	0,4
			Sim, física	570	1%	3	0%	2	5%	3%	0,0	641,4
			Sim, sensorial	184	0%	0	0%	16	40%	20%	0,0	40,0
			Sim, intelectual	32	0%	0	0%	5	13%	6%	0,0	12,5
			Sim, mental	571	1%	0	0%	3	8%	4%	0,0	7,5
19	03	Se sim, física	Pessoa em cadeira de rodas	9	2%	0	0%	0	0%	0%	0,0	0,0
			Deficiência visual	179	31%	2	67%	0	0%	33%	66,7	0,0
			Deficiência auditiva	72	13%	0	0%	0	0%	0%	0,0	0,0
			Deficiência da fala.	5	1%	0	0%	0	0%	0%	0,0	0,0
			Outra deficiência motora	305	54%	1	33%	2	100%	67%	0,3	3,0
<b>2. RENDA</b>												
* n.	pergunta	opção	total		norma (n)		3 desvios (3)		média	N/3 <sup>1</sup>	3/N <sup>2</sup>	
02	04	Acerca de sua(s) fonte(s) de renda?	Assalariado (setor privado em áreas ligadas a arquitetura e urbanismo)	5231	12%	4828	8%	7	10%	9%	0,8	1,2
			Assalariado (sem carteira em áreas não ligadas a arquitetura e urbanismo)	1343	3%	1234	1%	2	0%	0%	0,7	0,0



	percentuais próximos		percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro		percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro
	percentuais próximos		percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro		percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
<sup>1</sup> - % norma/ % 3 desvios  
<sup>2</sup> - % 3 desvios/ % norma

			Assalariado (setor público em áreas ligadas a arquitetura e urbanismo)	4349	10%	4005	2%	2	2%	2%	0,7	1,5
			Assalariado (setor público em áreas não ligadas a arquitetura e urbanismo)	1116	3%	1036	2%	2	5%	4%	0,4	2,2
			Autônomo (empreendedor em áreas ligadas a arquitetura e urbanismo)	17247	41%	15823	3%	15	0%	1%	2,6	0,0
			Autônomo (empreendedor em áreas não ligadas a arquitetura e urbanismo)	2106	5%	1905	9%	3	7%	8%	1,3	0,8
			Empresário (em áreas ligadas a arquitetura e urbanismo)	3911	9%	3570	5%	3	7%	6%	0,7	1,5
			Empresário (outras áreas)	1089	3%	984	41%	0	37%	39%	1,1	0,9
			Aposentado ou Pensionistas	1010	2%	837	3%	2	5%	4%	0,6	1,8
			Renda Proveniente de Aluguel	714	2%	643	10%	1	5%	8%	2,1	0,5
			Seguro-desemprego	280	1%	258	3%	0	5%	4%	0,7	1,5
			Outras fontes	3496	8%	3121	13%	4	17%	15%	0,7	1,4
05	05	Qual a sua renda mensal individual, aproximadamente?	Mais de 15 salários-mínimos (mais de R\$ 14.970,01).	1172	3%	1053	3%	0	0%	1%	2,8	0,0
			De 12 a 15 salários-mínimos (de R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00).	992	2%	914	2%	1	2%	2%	1,0	1,0
			De 9 a 12 salários-mínimos (de R\$ 8.982,01 até R\$ 11.976,00).	2259	5%	2082	5%	4	10%	8%	0,6	1,8
			De 6 a 9 salários-mínimos (de R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00).	4661	11%	4320	11%	0	0%	6%	11,4	0,0
			De 3 a 6 salários-mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00).	10881	26%	10080	27%	6	15%	21%	1,8	0,6
			De 1 a 3 salários-mínimos (de R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00).	14603	35%	13588	36%	18	44%	40%	0,8	1,2
			Até 1 salário-mínimo (até R\$ 998,00).	4250	10%	3948	10%	10	24%	17%	0,4	2,3
			Nenhuma renda.	2319	6%	2051	5%	2	5%	5%	1,1	0,9
06	06	Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?	Mais de 15 salários-mínimos (mais de R\$ 14.970,01).	5034	13%	4693	13%	3	8%	10%	1,7	0,6
			De 12 a 15 salários-mínimos (de R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00).	3111	8%	2918	8%	1	3%	5%	3,1	0,3
			De 9 a 12 salários-mínimos (de R\$ 8.982,01 até R\$ 11.976,00).	5079	13%	4760	13%	5	13%	13%	1,0	1,0
			De 6 a 9 salários-mínimos (de R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00).	7772	19%	7262	19%	4	10%	15%	1,9	0,5
			De 3 a 6 salários-mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00).	11299	28%	10608	28%	15	38%	33%	0,8	1,3
			De 1 a 3 salários-mínimos (de R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00).	6142	15%	5719	15%	10	25%	20%	0,6	1,6
			Até 1 salário-mínimo (até R\$ 998,00).	750	2%	667	2%	1	3%	2%	0,7	1,4

 percentuais próximos  
 percentuais próximos

 percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro  
 percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro

 percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro  
 percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
1 - % norma/ % 3 desvios  
2 - % 3 desvios/ % norma



			Nenhuma renda.	923	2%	793	2%	1	3%	2%	0,8	1,2
27	07	Possui dependentes financeiros (Selecionar quantos necessários)?	Não possuo dependentes	20586	54%	20148	54%	15	41%	47%	1,3	0,7
			Outros.	1236	3%	1184	3%	4	11%	7%	0,3	3,4
			Cônjuge e ex-cônjuges.	4506	12%	4324	12%	6	16%	14%	0,7	1,4
			Idosos.	1236	3%	1179	3%	2	5%	4%	0,6	1,7
			Filhos.	10535	28%	10230	28%	10	27%	27%	1,0	1,0
30	08	Contribui para a previdência?	Sim, pública	13098	35%	12679	34%	13	35%	35%	1,0	1,0
			Sim, privada	5133	14%	5004	14%	5	14%	14%	1,0	1,0
			Sim, ambas	4093	11%	3963	11%	1	3%	7%	4,0	0,3
			Não	15507	41%	15154	41%	18	49%	45%	0,8	1,2
03	09	Possui imóvel próprio?	Não	23701	56%	21770	57%	27	66%	61%	0,9	1,2
			Sim	18391	44%	16662	43%	14	34%	39%	1,3	0,8
04	10	Possui carro próprio?	Não	16145	38%	14843	39%	21	51%	45%	0,8	1,3
			Sim	25854	62%	23540	61%	20	49%	55%	1,3	0,8

### 3. FORMAÇÃO

*	n.	pergunta	opção	total		norma (n)		3 desvios (3)	média	N/3 <sup>1</sup>	3/N <sup>2</sup>	
08	11	Qual o seu nível de satisfação com a Instituição de Ensino onde concluiu sua formação como arquiteto e urbanista?	Totalmente satisfeito	14473	35%	13466	35%	7	17%	26%	2,1	0,5
			Parcialmente satisfeito	19860	48%	18609	48%	22	54%	51%	0,9	1,1
			Indiferente	3611	9%	3301	9%	5	12%	10%	0,7	1,4
			Parcialmente Insatisfeito	2578	6%	2401	6%	7	17%	12%	0,4	2,7
			Totalmente insatisfeito	711	2%	648	2%	0	0%	1%	1,7	0,0
31	12	Marque abaixo a opção de acordo com seu grau de escolaridade.	Graduação	21689	57%	21125	0%	22	3%	2%	0,1	6,8
			Pós-Graduação	13205	34%	12828	0%	10	0%	0%	0,2	0,0
			Mestrado	2733	7%	2642	1%	4	0%	1%	1,1	0,0
			PHD	436	1%	410	7%	0	11%	9%	0,7	1,5
			Pós-PHD	78	0%	71	34%	0	27%	31%	1,3	0,8
		Prefiro não informar	167	0%	149	57%	1	59%	58%	1,0	1,0	
32	13	Além de arquitetura e urbanismo possui outro curso superior?	Sim	4261	11%	4095	11%	4	11%	11%	1,0	1,0
			Não	33977	89%	33087	89%	33	89%	89%	1,0	1,0
33	14	Está cursando algum outro curso superior?	Sim	36220	95%	35233	95%	34	92%	93%	1,0	1,0
			Não	1958	5%	1892	5%	3	8%	7%	0,6	1,6
34	15	Pretende fazer outro curso superior?	Sim	24050	63%	23392	63%	18	49%	56%	1,3	0,8
			Não	14068	37%	13687	37%	19	51%	44%	0,7	1,4
44	16		Sim e também como profissional	2889	8%	2780	8%	5	14%	11%	0,6	1,8



percentuais próximos



percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro



percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro



percentuais próximos



percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro









percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original

1 - % norma/ % 3 desvios

2 - % 3 desvios/ % norma

		Você atua como docente na área de arquitetura e urbanismo?	Sim com dedicação exclusiva	683	2%	655	2%	0	0%	1%	1,8	0,0	
			Não	33717	90%	32847	91%	31	86%	88%	1,1	1,0	
07	17	Como é a sua participação em feiras, seminários, congressos e afins na área da arquitetura e urbanismo?	Não frequenta	12273	30%	11231	29%	11	27%	28%	1,1	0,9	
			Frequenta algumas	26969	65%	25239	66%	30	73%	69%	0,9	1,1	
			Frequenta a maioria	2008	5%	1894	5%	0	0%	2%	4,9	0,0	
			Frequenta todas	89	0%	80	0%	0	0%	0%	0,2	0,0	
11	18	Como você classifica o seu conhecimento de Informática?	Muito bom	15606	39%	14910	39%	16	39%	39%	1,0	1,0	
			Bom	23941	59%	22655	59%	25	61%	60%	1,0	1,0	
			Não conheço	228	1%	202	1%	0	0%	0%	0,5	0,0	
			Ruim	697	2%	622	2%	0	0%	1%	1,6	0,0	
			Muito Ruim	26	0%	23	0%	0	0%	0%	0,1	0,0	
12	19	Quanto aos softwares profissionais da área de arquitetura e urbanismo, como classifica seus conhecimentos em:	Desenho por computador?	Muito bom	18139	46%	17388	46%	18	45%	45%	1,0	1,0
				Bom	20036	51%	19068	50%	21	53%	51%	1,0	1,0
				Não conheço	198	0%	178	0%	0	0%	0%	0,5	0,0
				Ruim	1068	3%	984	3%	1	3%	3%	1,0	1,0
				Muito Ruim	213	1%	197	1%	0	0%	0%	0,5	0,0
			Geoprocessamento?	Muito bom	1194	4%	1128	4%	1	3%	4%	1,1	0,9
				Bom	10283	33%	9840	33%	11	37%	35%	0,9	1,1
				Não conheço	10636	34%	10210	34%	8	27%	30%	1,3	0,8
				Ruim	6749	22%	6501	22%	6	20%	21%	1,1	0,9
			Outros softwares profissionais?	Muito bom	5004	17%	4779	17%	4	13%	15%	1,3	0,8
				Bom	19063	65%	18338	65%	20	65%	65%	1,0	1,0
				Não conheço	2738	9%	2600	9%	3	10%	9%	1,0	1,0
				Ruim	2101	7%	1976	7%	4	13%	10%	0,5	1,8
			Muito Ruim	393	1%	371	1%	0	0%	1%	1,3	0,0	
16	20	Com relação ao domínio de idiomas estrangeiros, como você considera os seus conhecimentos em:	Inglês	Básico	10621	36%	10236	36%	9	31%	33%	1,1	0,9
				Intermediário	10308	35%	9955	35%	11	38%	36%	0,9	1,1
				Avançado	5879	20%	5719	20%	6	21%	20%	1,0	1,0
				Fluente	2920	10%	2830	10%	3	10%	10%	1,0	1,1
			Francês	Básico	5237	78%	5059	79%	5	83%	81%	0,9	1,1
				Intermediário	874	13%	830	13%	1	17%	15%	0,8	1,3
				Avançado	383	6%	369	6%	0	0%	3%	5,7	0,0
				Fluente	190	3%	184	3%	0	0%	1%	2,9	0,0
			Espanhol	Básico	11393	60%	11035	60%	15	75%	67%	0,8	1,3

	percentuais próximos		percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro		percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro
	percentuais próximos		percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro		percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
1 - % norma/ % 3 desvios  
2 - % 3 desvios/ % norma


			Intermediário	5028	26%	4862	26%	4	20%	23%	1,3	0,8
			Avançado	1608	8%	1550	8%	1	5%	7%	1,7	0,6
			Fluente	1041	5%	998	5%	0	0%	3%	5,4	0,0
			Outras Línguas	4480	32%	4317	34%	3	23%	28%	1,5	0,7
			Não falo nenhum idioma estrangeiro	9493	68%	8562	66%	10	77%	72%	0,9	1,2


#### 4. HÁBITOS/ INSUMOS

*	n.	pergunta	opção	total	norma (n)	3 desvios (3)	média	N/3 <sup>1</sup>	3/N <sup>2</sup>				
36	21	Quais são seus sites prediletos especializados em arquitetura e urbanismo e afins? (pergunta aberta)											
14	22	Quantos livros em média você costuma ler por ano?	Nenhum	3106	8%	2952	8%	1	2%	5%	3,2	0,3	
			Um livro	14168	36%	13578	36%	19	46%	41%	0,8	1,3	
			2 a 5 livros (opção não disponível por erro do formulário original)	0	0%	0	0%	0	0%	0%	0,0	0,0	
			6 a 10 livros	18301	46%	17564	46%	14	34%	40%	1,3	0,7	
			11 a 15 livros	2418	6%	2316	6%	5	12%	9%	0,5	2,0	
			16 a 20 livros	843	2%	802	2%	1	2%	2%	0,9	1,2	
			21 a 30 livros	443	1%	422	1%	0	0%	1%	1,1	0,0	
Mais de 30 livros	585	1%	558	1%	1	2%	2%	0,6	1,7				
13	23	Sobre redes sociais, você frequenta:	Facebook	Sim	29981	86%	28711	86%	29	88%	87%	1,0	1,0
				Não	4839	14%	4652	14%	4	12%	13%	1,2	0,9
			Twitter	Sim	6629	25%	6349	25%	5	23%	24%	1,1	0,9
				Não	19870	75%	19177	75%	17	77%	76%	1,0	1,0
			Linkedin	Sim	18697	63%	18006	63%	19	73%	68%	0,9	1,2
				Não	11015	37%	10591	37%	7	27%	32%	1,4	0,7
			Instagram	Sim	34612	94%	33234	94%	37	100%	97%	0,9	1,1
				Não	2241	6%	2108	6%	0	0%	3%	6,0	0,0
			Outras redes	Sim	10806	54%	10358	54%	18	75%	64%	0,7	1,4
				Não	9189	46%	8857	46%	6	25%	36%	1,8	0,5
15	24	Assinale as áreas de informações que lhe despertam maior interesse.	Notícias Locais	5073	13%	4906	13%	5	12%	13%	1,1	0,9	
			Cultura e Lazer	10416	26%	10065	26%	16	39%	33%	0,7	1,5	
			Esportes	2632	7%	2549	7%	4	10%	8%	0,7	1,5	
			Informática	3307	8%	3183	8%	1	2%	5%	3,4	0,3	
			Economia e Negócios	5916	15%	5707	15%	5	12%	14%	1,2	0,8	
			Notícias Internacionais	4565	12%	4397	12%	3	7%	9%	1,6	0,6	
			Veículos	1201	3%	1143	3%	0	0%	1%	3,0	0,0	
			Notícias Políticas	3185	8%	3047	8%	3	7%	8%	1,1	0,9	

percentuais próximos    
 percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro    
 percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro    
\* - numeração original  
 percentuais próximos    
 percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro    
 percentual 10 vezes ou mais superior ao outro    
<sup>1</sup> - % norma/ % 3 desvios  
<sup>2</sup> - % 3 desvios/ % norma


			Outros	3288	8%	3163	8%	4	10%	9%	0,8	1,2	
09	25	Com que frequência você tem acesso a:	Publicações acadêmicas de Arquitetura	Diariamente	2207	8%	2065	5%	7	17%	11%	0,3	3,2
				Quase diariamente	3877	14%	3665	10%	4	10%	10%	1,0	1,0
				Às vezes	10491	38%	9949	26%	8	20%	23%	1,3	0,8
				Raramente	8192	30%	7800	20%	5	12%	16%	1,7	0,6
				Nunca	2910	11%	2765	7%	3	7%	7%	1,0	1,0
			Revistas de Arquitetura	Diariamente	1551	5%	1465	5%	2	7%	6%	0,7	1,4
				Quase diariamente	4075	14%	3856	14%	3	11%	12%	1,3	0,8
				Às vezes	15699	52%	14858	52%	17	61%	56%	0,9	1,2
				Raramente	7113	24%	6785	24%	4	14%	19%	1,7	0,6
				Nunca	1663	6%	1580	6%	2	7%	6%	0,8	1,3
			Livros Técnicos em Arquitetura e Urbanismo	Diariamente	2034	7%	1898	7%	3	12%	9%	0,6	1,7
				Quase diariamente	4619	16%	4393	16%	2	8%	12%	2,1	0,5
				Às vezes	14430	50%	13697	50%	12	46%	48%	1,1	0,9
				Raramente	6370	22%	6083	22%	8	31%	27%	0,7	1,4
				Nunca	1219	4%	1167	4%	1	4%	4%	1,1	0,9
			Sites de Arquitetura e Urbanismo	Diariamente	11241	32%	10681	32%	10	28%	30%	1,2	0,9
				Quase diariamente	11460	33%	10918	33%	12	33%	33%	1,0	1,0
				Às vezes	10496	30%	9904	30%	13	36%	33%	0,8	1,2
				Raramente	1482	4%	1395	4%	1	3%	3%	1,5	0,7
				Nunca	208	1%	189	1%	0	0%	0%	0,6	0,0
			Jornais	Diariamente	7347	28%	6945	27%	4	17%	22%	1,6	0,6
				Quase diariamente	4332	16%	4147	16%	4	17%	17%	1,0	1,0
				Às vezes	5384	20%	5103	20%	6	25%	23%	0,8	1,2
				Raramente	5790	22%	5487	22%	5	21%	21%	1,0	1,0
				Nunca	3824	14%	3656	14%	5	21%	18%	0,7	1,4
			Revistas	Diariamente	1781	7%	1683	7%	2	9%	8%	0,8	1,3
				Quase diariamente	3201	12%	3044	12%	1	4%	8%	2,8	0,4
				Às vezes	11569	44%	10963	44%	7	30%	37%	1,5	0,7
Raramente	7339	28%		6987	28%	12	52%	40%	0,5	1,8			
Nunca	2190	8%		2097	8%	1	4%	6%	1,9	0,5			
TV aberta	Diariamente	9384	34%	8915	34%	7	28%	31%	1,2	0,8			
	Quase diariamente	3473	13%	3295	13%	5	20%	16%	0,6	1,6			
	Às vezes	4663	17%	4417	17%	4	16%	17%	1,1	0,9			
	Raramente	6196	23%	5906	23%	6	24%	23%	0,9	1,1			


 percentuais próximos


 percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro

 percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro

\* - numeração original

 percentuais próximos







 percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro

 percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

1 - % norma/ % 3 desvios

2 - % 3 desvios/ % norma

10	26	Quanto ao uso de computadores e comunicação móvel, com que frequência você tem acesso a:	TV a Cabo	Nunca	3617	13%	3429	13%	3	12%	13%	1,1	0,9
				Diariamente	11916	40%	11298	40%	12	43%	41%	0,9	1,1
				Quase diariamente	4963	17%	4693	17%	5	18%	17%	0,9	1,1
				Às vezes	6123	21%	5818	21%	4	14%	17%	1,4	0,7
				Raramente	3984	13%	3783	13%	3	11%	12%	1,3	0,8
				Nunca	2770	9%	2628	9%	4	14%	12%	0,7	1,5
			Internet	Diariamente	33110	89%	31402	89%	33	92%	90%	1,0	1,0
				Quase diariamente	2696	7%	2535	7%	2	6%	6%	1,3	0,8
				Às vezes	1216	3%	1124	3%	1	3%	3%	1,2	0,9
				Raramente	105	0%	93	0%	0	0%	0%	0,3	0,0
				Nunca	22	0%	21	0%	0	0%	0%	0,1	0,0
			Livros	Diariamente	7661	26%	7281	26%	8	27%	26%	1,0	1,0
				Quase diariamente	7479	25%	7099	25%	6	20%	22%	1,2	0,8
				Às vezes	11783	39%	11181	39%	12	40%	40%	1,0	1,0
				Raramente	2729	9%	2588	9%	4	13%	11%	0,7	1,5
				Nunca	268	1%	249	1%	0	0%	0%	0,9	0,0
			Rádio AM/FM	Diariamente	9517	34%	9006	34%	5	20%	27%	1,7	0,6
				Quase diariamente	4688	17%	4467	17%	5	20%	18%	0,8	1,2
				Às vezes	5241	19%	4993	19%	3	12%	15%	1,6	0,6
				Raramente	4769	17%	4544	17%	7	28%	23%	0,6	1,6
				Nunca	3529	13%	3341	13%	5	20%	16%	0,6	1,6
			Outros meios de comunicação?	Diariamente	6583	37%	6256	37%	7	35%	36%	1,1	0,9
				Quase diariamente	3224	18%	3050	18%	3	15%	16%	1,2	0,8
				Às vezes	5721	32%	5415	32%	8	40%	36%	0,8	1,3
				Raramente	2368	13%	2258	13%	2	10%	12%	1,3	0,8
				Nunca	0	0%	0	0%	0	0%	0%	0,0	0,0
10	26	Quanto ao uso de computadores e comunicação móvel, com que frequência você tem acesso a:	Computadores PC (Desktops)	Diariamente	22680	67%	21523	67%	20	65%	66%	1,0	1,0
				Quase diariamente	2546	8%	2396	7%	1	3%	5%	2,3	0,4
				Às vezes	2773	8%	2669	8%	4	13%	11%	0,6	1,6
				Raramente	3056	9%	2951	9%	2	6%	8%	1,4	0,7
				Nunca	2629	8%	2525	8%	4	13%	10%	0,6	1,6
			Notebooks	Diariamente	26487	72%	25250	73%	29	81%	77%	0,9	1,1
				Quase diariamente	5020	14%	4781	14%	4	11%	12%	1,2	0,8
				Às vezes	3604	10%	3384	10%	1	3%	6%	3,5	0,3
			Raramente	927	3%	870	3%	1	3%	3%	0,9	1,1	







	percentuais próximos		percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro		percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro
	percentuais próximos		percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro		percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
1 - % norma/ % 3 desvios  
2 - % 3 desvios/ % norma

			Nunca	507	1%	474	1%	1	3%	2%	0,5	2,0
		Tablets	Diariamente	4338	16%	4154	16%	5	20%	18%	0,8	1,2
			Quase diariamente	2394	9%	2302	9%	0	0%	4%	8,9	0,0
			Às vezes	5416	20%	5181	20%	4	16%	18%	1,3	0,8
			Raramente	5429	20%	5206	20%	8	32%	26%	0,6	1,6
			Nunca	9383	35%	8956	35%	8	32%	33%	1,1	0,9
		Smartphones	Diariamente	36749	98%	35029	98%	33	97%	98%	1,0	1,0
			Quase diariamente	321	1%	292	1%	0	0%	0%	0,8	0,0
			Às vezes	137	0%	128	0%	0	0%	0%	0,4	0,0
			Raramente	77	0%	71	0%	0	0%	0%	0,2	0,0
			Nunca	213	1%	194	1%	1	3%	2%	0,2	5,4
		Celular simples	Diariamente	2778	12%	2600	11%	4	17%	14%	0,7	1,5
			Quase diariamente	313	1%	285	1%	0	0%	1%	1,3	0,0
			Às vezes	1119	5%	1069	5%	2	8%	7%	0,6	1,8
			Raramente	3508	15%	3366	15%	5	21%	18%	0,7	1,4
			Nunca	16091	68%	15443	68%	13	54%	61%	1,3	0,8
		Outros dispositivos?	Diariamente	2326	23%	2229	23%	3	27%	25%	0,8	1,2
			Quase diariamente	1202	12%	1147	12%	1	9%	10%	1,3	0,8
			Às vezes	4226	41%	4057	41%	3	27%	34%	1,5	0,7
			Raramente	2468	24%	2357	24%	4	36%	30%	0,7	1,5
			Nunca	0	0%	0	0%	0	0%	0%	0,0	0,0

## 5. TRABALHO

*	n.	pergunta	opção	total	norma (n)	3 desvios (3)	média	N/3 <sup>1</sup>	3/N <sup>2</sup>			
28	27	Trabalha na área de Arquitetura e Urbanismo?	Sim	33423	87%	32527	87%	27	73%	80%	1,2	0,8
			Não	4948	13%	4778	13%	10	27%	20%	0,5	2,1
29	28	Possui pessoa(s) jurídica(s) na área da arquitetura e urbanismo?	Sim, Uniprofissionais apenas com Arquitetos e Urbanistas	4071	11%	3974	11%	2	5%	8%	2,0	0,5
			Sim, Mista com Arquitetos e Urbanistas e outras profissões	4662	12%	4525	12%	3	8%	10%	1,5	0,7
			Não	29206	77%	28416	77%	32	86%	82%	0,9	1,1
23	29	Quais as suas áreas de atuação nos últimos 2 anos?	outra	5337	14%	5158	14%	8	22%	18%	0,6	1,6
			topografia	361	1%	347	1%	1	3%	2%	0,3	2,9
			tecnologia e resistência dos materiais	165	0%	160	0%	1	3%	2%	0,2	6,3
			sistemas construtivos e estruturais	1169	3%	1116	3%	1	3%	3%	1,1	0,9
			planejamento urbano e regional	1405	4%	1344	4%	0	0%	2%	3,6	0,0

	percentuais próximos		percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro		percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro
	percentuais próximos		percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro		percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
<sup>1</sup> - % norma/ % 3 desvios  
<sup>2</sup> - % 3 desvios/ % norma

			patrimônio histórico	633	2%	616	2%	2	5%	4%	0,3	3,3
			instalações equipamentos elétricos	604	2%	577	2%	0	0%	1%	1,5	0,0
			geoprocessamento e correlatas	357	1%	344	1%	0	0%	0%	0,9	0,0
			ensino	1490	4%	1434	4%	0	0%	2%	3,8	0,0
			engenharia de segurança do trabalho	538	1%	529	1%	0	0%	1%	1,4	0,0
			arquitetura urbanismo concepção	7051	18%	6880	18%	6	16%	17%	1,1	0,9
			arquitetura paisagística	1872	5%	1823	5%	2	5%	5%	0,9	1,1
			arquitetura e urbanismos execução	6233	16%	6053	16%	4	11%	14%	1,5	0,7
			arquitetura de interiores	11222	29%	11004	29%	12	32%	31%	0,9	1,1
38	30	Qual o valor de referência que você usa para dimensionar os honorários para elaboração de projeto arquitetônico?	Outra	10514	29%	10231	29%	7	20%	25%	1,5	0,7
			Valor por m2	16752	47%	16312	47%	16	46%	46%	1,0	1,0
			C.U.B	3260	9%	3153	9%	4	11%	10%	0,8	1,3
			Tabela do IAB	786	2%	760	2%	1	3%	3%	0,8	1,3
			Tabela do CAU	4701	13%	4599	13%	7	20%	17%	0,7	1,5
42	31	Nos projetos arquitetônicos que realiza, você executa predominantemente:	Projeto Executivo	13020	37%	12735	37%	12	35%	36%	1,1	0,9
			Projeto de aprovação ou básico	15364	44%	14947	44%	21	62%	53%	0,7	1,4
			Fiscalização direção de obras	1778	5%	1716	5%	0	0%	3%	5,0	0,0
			Execução de obras	3099	9%	3006	9%	0	0%	4%	8,8	0,0
			Coordenação dos projetos complementares	954	3%	917	3%	0	0%	1%	2,7	0,0
		Autoria dos projetos complementares	856	2%	825	2%	1	3%	3%	0,8	1,2	
39	32	Quantas horas por semana você trabalha com arquitetura e urbanismo?	Não trabalho com arquitetura e urbanismo	1861	5%	1796	5%	2	6%	5%	0,9	1,1
			Mais de 40 horas	14863	40%	14471	40%	11	31%	35%	1,3	0,8
			De 30 a 40 horas	9225	25%	9009	25%	6	17%	21%	1,5	0,7
			De 20 a 30 horas	3836	10%	3741	10%	5	14%	12%	0,7	1,4
			De 10 a 20 horas	2221	6%	2147	6%	1	3%	4%	2,1	0,5
			Até 10 horas	1288	3%	1253	3%	2	6%	4%	0,6	1,6
		Trabalho esporadicamente	4269	11%	4117	11%	9	25%	18%	0,5	2,2	
37	33	Quais tipos de contratantes você trabalhou nos últimos 2 anos?	Estrangeiro	279	1%	272	1%	1	3%	2%	0,3	3,5
			Órgão público	4652	13%	4480	13%	4	11%	12%	1,2	0,9
			Pessoa Jurídica	11126	31%	10843	31%	9	24%	27%	1,3	0,8
			Pessoa Física	20377	56%	19857	56%	23	62%	59%	0,9	1,1
24	34	Na sua opinião o mercado de trabalho para arquitetura e urbanismo está:	Em expansão	12267	32%	12012	32%	11	30%	31%	1,1	0,9
			Em retração	11127	29%	10747	29%	8	22%	25%	1,3	0,8
			Inalterado	9673	25%	9408	25%	9	24%	25%	1,0	1,0
			Sem resposta	5569	14%	5406	14%	9	24%	19%	0,6	1,7



percentuais próximos



percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro



percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro



percentuais próximos



percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro



percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original







1 - % norma/ % 3 desvios

2 - % 3 desvios/ % norma

25	35	Em relação aos seguintes nichos de mercado de atuação do arquiteto e urbanista, você diria que o nicho:	Imobiliário está	Em expansão	15985	44%	15617	44%	17	47%	46%	0,9	1,1
				Em retração	8470	23%	8196	23%	9	25%	24%	0,9	1,1
				Inalterado	9366	26%	9110	26%	7	19%	23%	1,3	0,8
				Sem resposta	2459	7%	2396	7%	3	8%	8%	0,8	1,2
			Hotelaria e Turismo está	Em expansão	9927	30%	9688	30%	7	23%	26%	1,3	0,7
				Em retração	5783	18%	5616	18%	6	19%	18%	0,9	1,1
				Inalterado	10574	32%	10313	32%	9	29%	31%	1,1	0,9
				Sem resposta	6432	20%	6255	20%	9	29%	24%	0,7	1,5
			Hospitalar e Saúde está	Em expansão	11505	35%	11231	35%	10	32%	34%	1,1	0,9
				Em retração	3870	12%	3750	12%	2	6%	9%	1,8	0,5
				Inalterado	10655	32%	10368	32%	10	32%	32%	1,0	1,0
				Sem resposta	6756	21%	6584	21%	9	29%	25%	0,7	1,4
26	36	Você considera que há outras áreas do mercado que ainda são inexploradas pelos arquitetos e urbanistas?	Sim	32923	87%	32024	87%	35	95%	91%	0,9	1,1	
			Não	4928	13%	4796	13%	2	5%	9%	2,4	0,4	
01	37	Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?	Não	31169	72%	27545	72%	23	56%	64%	1,3	0,8	
			Sim	12336	28%	10886	28%	18	44%	36%	0,6	1,5	
40	38	Quantas horas por semana você trabalha com outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?	Não trabalho com arquitetura e urbanismo	1942	6%	1891	6%	1	3%	4%	1,9	0,5	
			Mais de 40 horas	3341	10%	3223	10%	4	12%	11%	0,8	1,2	
			De 30 a 40 horas	2678	8%	2600	8%	3	9%	8%	0,9	1,1	
			De 20 a 30 horas	2238	7%	2168	7%	1	3%	5%	2,2	0,5	
			De 10 a 20 horas	3210	9%	3104	9%	8	24%	16%	0,4	2,5	
			Até 10 horas	5195	15%	5064	15%	6	18%	16%	0,9	1,2	
			Trabalho esporadicamente	15483	45%	15135	46%	11	32%	39%	1,4	0,7	

## 6. POLÍTICA







*	n.	pergunta	opção	total	norma (n)	3 desvios (3)	média	N/3 <sup>1</sup>	3/N <sup>2</sup>			
35	39	Você frequenta os sites do Conselho de Arquitetura e Urbanismo?	Não frequento	9655	25%	9403	25%	8	22%	24%	1,1	0,9
			CAU/UF	8324	22%	8043	22%	9	25%	23%	0,9	1,2
			CAU/BR	20110	53%	19594	53%	19	53%	53%	1,0	1,0
45	40	Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize? (pergunta aberta)										
41	41	Você frequenta sites das entidades de Arquitetos e Urbanistas?	Não frequento	25570	71%	24935	71%	19	61%	66%	1,2	0,9
			Outros sites profissionais	4724	13%	4588	13%	6	19%	16%	0,7	1,5
			IAB	3672	10%	3559	10%	4	13%	12%	0,8	1,3
			FNA	457	1%	433	1%	1	3%	2%	0,4	2,6

	percentuais próximos		percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro		percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro
	percentuais próximos		percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro		percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
<sup>1</sup> - % norma/ % 3 desvios  
<sup>2</sup> - % 3 desvios/ % norma



			ASBEA	1044	3%	1010	3%	0	0%	1%	2,9	0,0			
			ABEA	273	1%	259	1%	1	3%	2%	0,2	4,4			
			ABAP	226	1%	219	1%	0	0%	0%	0,6	0,0			
20	42	Você é filiado a alguma entidade profissional?	ABAP	44	0%	41	0%	1	3%	1%	0,0	24,3			
			ABEA	42	0%	39	0%	0	0%	0%	0,1	0,0			
			ASBEA	159	0%	157	0%	0	0%	0%	0,4	0,0			
			FNA/Sindicato	532	1%	500	1%	3	8%	5%	0,2	6,0			
			IAB	1699	4%	1631	4%	0	0%	2%	4,4	0,0			
			Outros	3271	9%	3153	9%	4	11%	10%	0,8	1,3			
			Nenhuma	32134	85%	31384	85%	29	78%	82%	1,1	0,9			
43	43	Que papel tem a política na sua vida?	Muito Importante. Procuo discutir sobre política com meus colegas.	8742	24%	8432	23%	9	25%	24%	0,9	1,1			
			Importante. Eventualmente discuto sobre política com meus colegas.	19538	53%	19070	53%	18	50%	51%	1,1	0,9			
			Não me preocupo com política ou não costumo discutir sobre política	2894	8%	2812	8%	3	8%	8%	0,9	1,1			
			Não me interessa, Não entende ou não gosto de política.	4226	11%	4137	11%	4	11%	11%	1,0	1,0			
			Outros	1672	5%	1619	4%	2	6%	5%	0,8	1,2			
22	44	Qual é seu nível de satisfação em relação a:	Status Social da profissão de arquiteto e urbanista	Totalmente Insatisfeito	3796	11%	3662	10%	7	22%	16%	0,5	2,1		
				Parcialmente Insatisfeito	6316	18%	6143	17%	2	6%	12%	2,8	0,4		
				Nem satisfeito e nem insatisfeito	5834	16%	5675	16%	6	19%	17%	0,9	1,2		
				Parcialmente Satisfeito	17001	47%	16619	47%	17	53%	50%	0,9	1,1		
				Totalmente Satisfeito	3108	9%	3025	9%	0	0%	4%	8,6	0,0		
			Exercício da Profissão de Arquitetura e Urbanismo	Totalmente Insatisfeito	4316	12%	4168	12%	9	28%	20%	0,4	2,4		
				Parcialmente Insatisfeito	8650	23%	8434	23%	8	25%	24%	0,9	1,1		
				Nem satisfeito e nem insatisfeito	2263	6%	2191	6%	1	3%	5%	1,9	0,5		
				Parcialmente Satisfeito	18010	49%	17576	49%	13	41%	45%	1,2	0,8		
			Rendimentos mensais da profissão de Arquitetura e Urbanismo	Totalmente Satisfeito	3726	10%	3613	10%	1	3%	7%	3,2	0,3		
				Totalmente Insatisfeito	11507	32%	11166	32%	13	41%	36%	0,8	1,3		
				Parcialmente Insatisfeito	10942	30%	10680	30%	9	28%	29%	1,1	0,9		
				Nem satisfeito e nem insatisfeito	2352	6%	2305	7%	2	6%	6%	1,0	1,0		
			Tecnologias de software disponíveis a profissão de Arquitetura e Urbanismo	Parcialmente Satisfeito	10591	29%	10328	29%	7	22%	26%	1,3	0,7		
				Totalmente Satisfeito	911	3%	876	2%	1	3%	3%	0,8	1,3		
				Totalmente Insatisfeito	2590	7%	2508	7%	5	14%	11%	0,5	2,0		
				Parcialmente Insatisfeito	4162	12%	4049	12%	4	11%	12%	1,0	1,0		
						Nem satisfeito e nem insatisfeito	3505	10%	3392	10%	1	3%	6%	3,5	0,3

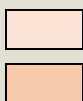
	percentuais próximos		percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro		percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro
	percentuais próximos		percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro		percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
1 - % norma/ % 3 desvios  
2 - % 3 desvios/ % norma

			Parcialmente Satisfeito	16641	47%	16232	47%	20	57%	52%	0,8	1,2
			Totalmente Satisfeito	8353	24%	8161	24%	5	14%	19%	1,7	0,6
21	45	Na sua opinião, quais são os principais obstáculos que dificultam o exercício da profissão de arquiteto?	Valorização do Arquiteto e Urbanista pela Sociedade	19652	50%	19122	50%	19	51%	51%	1,0	1,0
			Má remuneração	12889	33%	12514	33%	13	35%	34%	0,9	1,1
			Sem acesso ao mercado de trabalho	6465	17%	6280	17%	5	14%	15%	1,2	0,8



percentuais próximos



percentual de 1,5 a 1,9 vezes superior ao outro



percentual de 5,0 a 9,9 vezes superior ao outro



percentuais próximos



percentual de 2,0 a 4,9 vezes superior ao outro



percentual 10 vezes ou mais superior ao outro

\* - numeração original  
 1 - % norma/ % 3 desvios  
 2 - % 3 desvios/ % norma

**Anexo 2 – Relatório da ESTAT (Empresa Júnior de Estatística da UnB)**

Anexo 2 – Relatório da ESTAT (Empresa Júnior de Estatística da UnB)

# Estudo sobre o censo realizado entre Arquitetos & Urbanistas

Consultores Responsáveis:

Ana Beatriz Martinez

Ana Luisa Oliveira

Bruno Gondim

Hugo Saigg

Júlia Garcia

Leticia Lino

Mateus Silva

Nathália Lobo

Priscila Marques

Requerente:

Ana Laterza

Brasília, 11 de outubro de 2023

## Conteúdo

1	Introdução	4
2	Referencial teórico	6
2.1	Frequência Relativa	6
2.2	Tipos de Variáveis	6
2.2.1	Qualitativas	6
2.2.2	Quantitativas	6
3	Análises	8
3.1	Dados Pessoais	8
3.1.1	Cor/raça	8
3.1.2	Gênero	9
3.1.3	Deficiência	9
3.2	Renda	11
3.2.1	Fonte(s) de renda	11
3.2.2	Renda individual mensal	13
3.2.3	Renda familiar mensal	14
3.2.4	Número de dependentes financeiros	15
3.2.5	Contribuição para a previdência	16
3.2.6	Imóvel próprio	18
3.2.7	Carro próprio	19
3.3	Formação	19
3.3.1	Satisfação com IES de formação	19
3.3.2	Grau de escolaridade	21
3.3.3	Outro curso superior concluído	22
3.3.4	Outro curso superior em andamento	23
3.3.5	Outro curso superior planejado	24
3.3.6	Atuação como docente	25
3.3.7	Participação em eventos de A&U	26
3.3.8	Conhecimento de informática	27
3.3.9	Domínio de softwares profissionais	28

3.3.10	Domínio de idiomas estrangeiros . . . . .	30
3.4	Hábitos/insumos . . . . .	33
3.4.1	Sites prediletos de A&U . . . . .	33
3.4.2	Hábitos de leitura . . . . .	33
3.4.3	Redes sociais frequentadas . . . . .	34
3.4.4	Áreas de interesse . . . . .	35
3.4.5	Acesso a meios de informação . . . . .	36
3.4.6	Uso de tecnologia . . . . .	38
3.5	Trabalho . . . . .	40
3.5.1	Atuação em A&U . . . . .	40
3.5.2	Empresas de A&U . . . . .	40
3.5.3	Áreas de atuação . . . . .	41
3.5.4	Referência de honorários . . . . .	42
3.5.5	Tipos de projetos executados . . . . .	43
3.5.6	Jornada semanal- A&U . . . . .	44
3.5.7	Tipos de contratantes . . . . .	45
3.5.8	Opinião sobre o mercado . . . . .	46
3.5.9	Opinião sobre tendências . . . . .	47
3.5.10	Áreas inexploradas na A&U . . . . .	49
3.5.11	Outra atividade fora da A&U . . . . .	49
3.5.12	Jornada semanal- outras áreas . . . . .	50
3.6	Política . . . . .	51
3.6.1	Acesso aos sites do CAU . . . . .	51
3.6.2	Ações esperadas do CAU . . . . .	52
3.6.3	Acesso a sites de entidades . . . . .	52
3.6.4	Filiação a entidades . . . . .	53
3.6.5	Engajamento político . . . . .	54
3.6.6	Satisfação na profissão . . . . .	55
3.6.7	Obstáculos ao exercício da A&U . . . . .	57
3.7	Análise de frequência de respostas . . . . .	58
3.7.1	Geral . . . . .	58
3.7.2	0 desvios . . . . .	59

3.8	1 desvio . . . . .	60
3.9	2 desvios . . . . .	61
3.10	3 desvios . . . . .	62
3.11	Análise multivariada - Análise de correspondência . . . . .	63
3.11.1	Renda . . . . .	64
3.11.2	Formação . . . . .	65
3.11.3	Hábitos/Insumos . . . . .	66
3.11.4	Trabalho . . . . .	67
3.11.5	Política . . . . .	68
4	Conclusão	69

# 1 Introdução

Foi realizado o 2º “censo” dos Arquitetos e das Arquitetas e Urbanistas no ano de 2020, promovido pelo CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) e respondido por 45.383 (25%) de 180.000 arquitetos e urbanistas, com o objetivo de entender “quem são os profissionais de arquitetura e urbanismo do Brasil”. Utilizamos o termo censo entre aspas, visto que só pode ser chamado de censo uma pesquisa onde toda a população de estudo tenha respondido às questões requeridas, como não foi o caso, o termo correto a ser utilizado seria “amostra”.

“O presente estudo busca mapear as iniquidades inerentes ao exercício profissional a partir das informações do 2º Censo do CAU/BR, realizado em 2020. Pretende-se, a partir de uma análise interseccional dos dados, confrontar as experiências do homem cisgênero, branco e sem deficiência à dos grupos desviantes da norma, para se confirmar que quanto maiores as sobreposições de marcadores de diferença (nas categorias gênero, raça e deficiência), maiores serão as vulnerabilidades impostas a esses indivíduos ao longo da carreira.” Portanto, de maneira geral, deseja-se estudar e entender o comportamento das respostas obtidas por meio desse “censo” e indicar por meios estatísticos se é possível validar a hipótese de que quanto maiores as sobreposições de marcadores de diferença (nas categorias gênero, raça e deficiência), maiores serão as vulnerabilidades impostas a esses indivíduos ao longo da carreira.

O banco de dados utilizado foi obtido a partir da coleta de respostas de um questionário com 1 pergunta aberta e outras 45 perguntas fechadas sobre os seguintes campos (idealizadas para traçar perfil dos profissionais e cumprir com os objetivos do projeto):

- Dados pessoais;
- Renda;
- Formação;
- Habitos Insumos;
- Trabalho;
- Política.



Para realizar a pesquisa da melhor forma possível, foi necessária a manipulação de dados obtidos, o que possibilitou trabalhar com estes de forma mais clara e limpa. A partir do do software de programação RStudio, na sua versão mais recente (4.2.2), foi possível fazer o manuseio necessário para obter as análises presentes nesta pesquisa. Sobre a limpeza do banco, foi necessário para cada análise retirar o número de pessoas que não respondeu àquela pergunta (número faltante esse que foi citado em texto). Além disso, foi tomada a decisão de se proceder a uma rotina simplificada de heteroidentificação, para verificar eventuais respondentes de má-fé.

Essa operação foi necessária para garantir a idoneidade dos dados, considerando que as pautas afirmativas são frequentemente objeto de polarizações políticas e, em decorrência, até mesmo de sabotagem. Diante desse risco, foi necessário verificar a procedência das respostas das 47 pessoas autodeclaradas desviantes.

Essa verificação foi feita a partir do CPF de cada profissional e com base nos dados do próprio SICCAU, como as informações referentes à coleta biométrica e nas sucessivas atualizações cadastrais, bem como pelas redes sociais e informações públicas existentes. A partir dessa investigação, foram identificados cinco respondentes cujas opções nas perguntas sobre 'gênero', 'raça' e 'deficiência' demonstraram claros sinais de uma proposital distorção dos dados declarados (ID02792; ID16909; ID26452; ID41778; e ID45204); e um respondente com evidente erro de preenchimento no campo 'gênero' (ID42681).

## 2 Referencial teórico

### 2.1 Frequência Relativa

A frequência relativa é utilizada para a comparação entre classes de uma variável categórica com  $c$  categorias, ou para comparar uma mesma categoria em diferentes estudos.

A frequência relativa da categoria  $j$  é dada por:

$$f_j = \frac{n_j}{n}$$

Com:

- $j = 1, \dots, c$
- $n_j =$  número de observações da categoria  $j$
- $n =$  número total de observações

Geralmente, a frequência relativa é utilizada em porcentagem, dada por:

$$100 \times f_j$$

### 2.2 Tipos de Variáveis

#### 2.2.1 Qualitativas

As variáveis qualitativas são as variáveis não numéricas, que representam categorias ou características da população. Estas subdividem-se em:

- Nominais: quando não existe uma ordem entre as categorias da variável (exemplos: sexo, cor dos olhos, fumante ou não, etc)
- Ordinais: quando existe uma ordem entre as categorias da variável (exemplos: nível de escolaridade, mês, estágio de doença, etc)

#### 2.2.2 Quantitativas

As variáveis quantitativas são as variáveis numéricas, que representam características numéricas da população, ou seja, quantidades. Estas subdividem-se em:

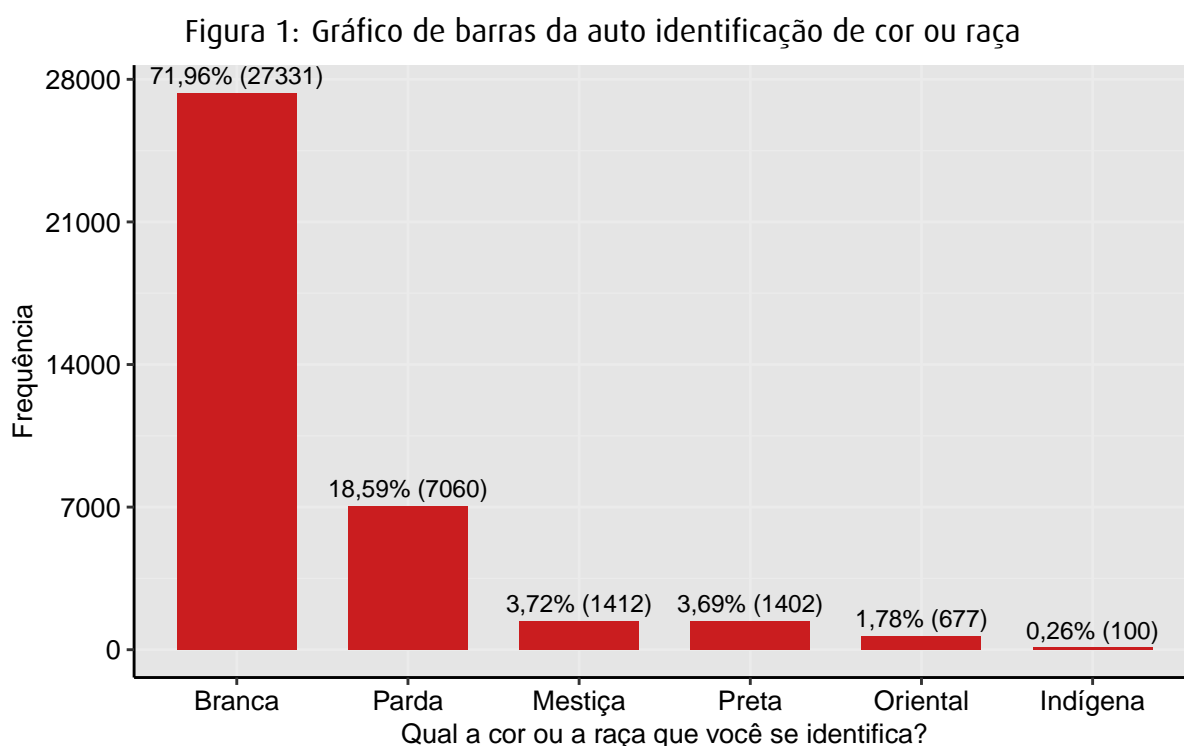
- Discretas: quando os possíveis valores são enumeráveis (exemplos: número de filhos, número de cigarros fumados, etc)
- Contínuas: quando os possíveis valores são resultado de medições (exemplos: massa, altura, tempo, etc)

## 3 Análises

### 3.1 Dados Pessoais

#### 3.1.1 Cor/raça

A seguinte análise apresenta a distribuição de respostas para a pergunta "Dentre as opções abaixo, qual a cor ou a raça que você se identifica?". Nesse contexto, as opções apresentadas ao respondente eram cor branca, parda, mestiça, preta, oriental e indígena ou a opção prefiro não responder. As respostas são uma variável qualitativa ordinal. É importante ressaltar que 7398 entrevistados optaram pela opção "Prefiro não informar" ou apenas não responderam a pergunta em questão. Dessa forma, 7398 não auto declararam cor/raça.

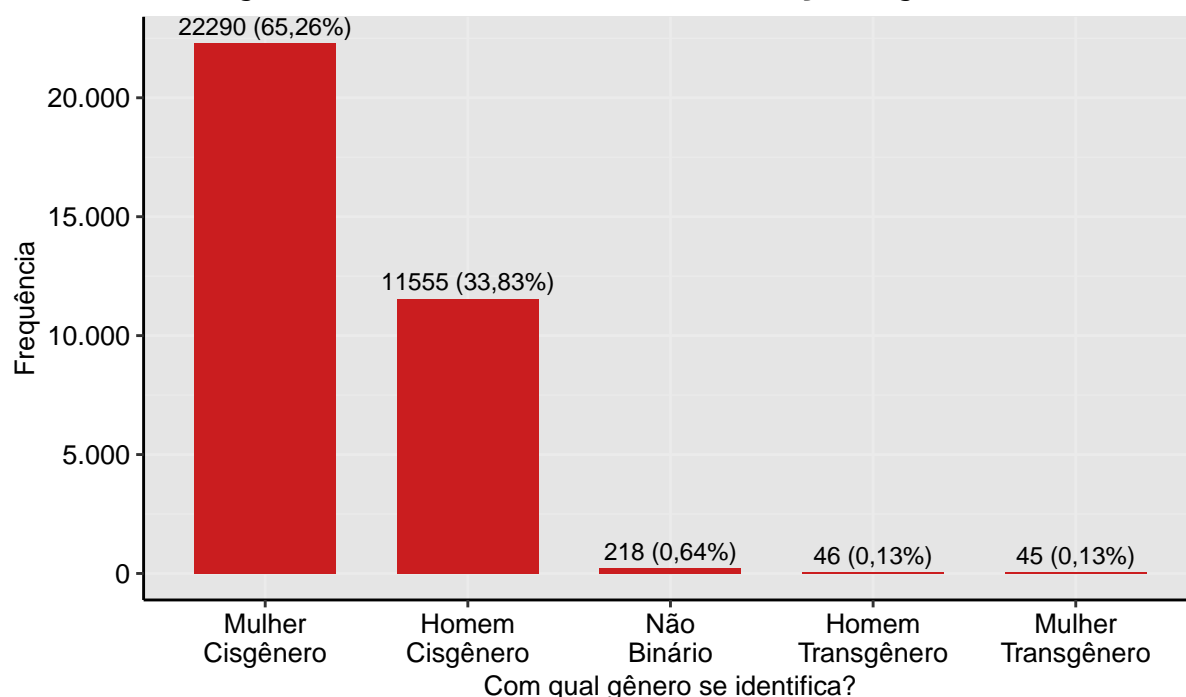


Através da figura 1 é possível observar que aproximadamente 72% dos respondentes declararam que se identificam com a cor/raça branca, sendo essa a cor/raça de maior identificação. A cor/raça parda foi a segunda mais escolhida, representando cerca de 18,6% das respostas. A cor/raça indígena foi a de menor representatividade (apenas 0,26% da amostra).

### 3.1.2 Gênero

Essa análise apresenta a distribuição de respostas para a pergunta "Com qual gênero de identifica?". As opções de resposta são novamente uma variável de caráter qualitativo ordinal. Dos entrevistados, 11227 não autodeclaram seu gênero.

Figura 2: Gráfico de barras da autoidentificação de gênero



A figura 2 expõe que mais da metade dos respondentes se identificam como mulheres cisgênero, com 65,26% de porcentagem. Em seguida, aproximadamente 34% dos entrevistados se identificam como homens cisgênero. Os indivíduos não binários, homens transgêneros e mulheres transgêneros representam apenas 0,64% dos respondentes.

O gráfico também permite notar que participaram da pesquisa 46 homens transgênero e 45 mulheres transgênero. Dessa forma, questionário obteve quase que a mesma participação de homens transgênero e mulheres transgênero, mesmo que baixa.

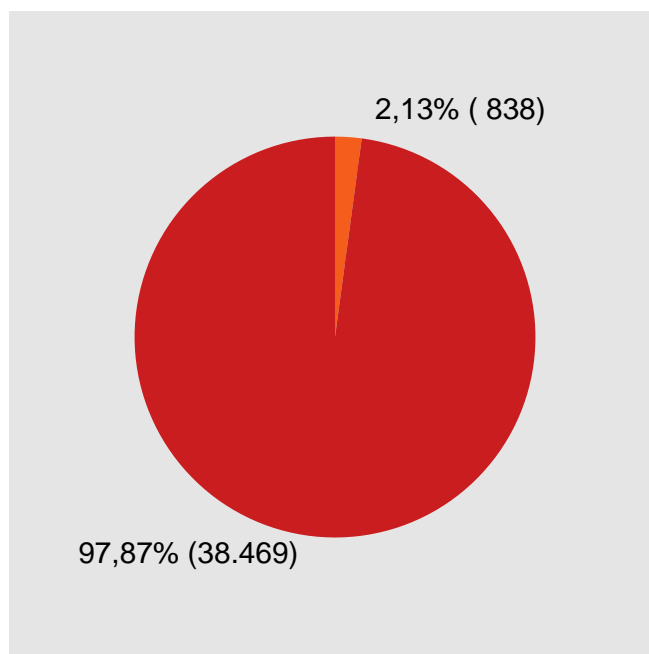
### 3.1.3 Deficiência

A análise a seguir tem como objetivo observar se os respondentes possuem alguma deficiência. A variável resposta se qualifica como uma qualitativa nominal.

Para essa análise utilizou-se dois gráficos. Desse modo, o gráfico de setores presente

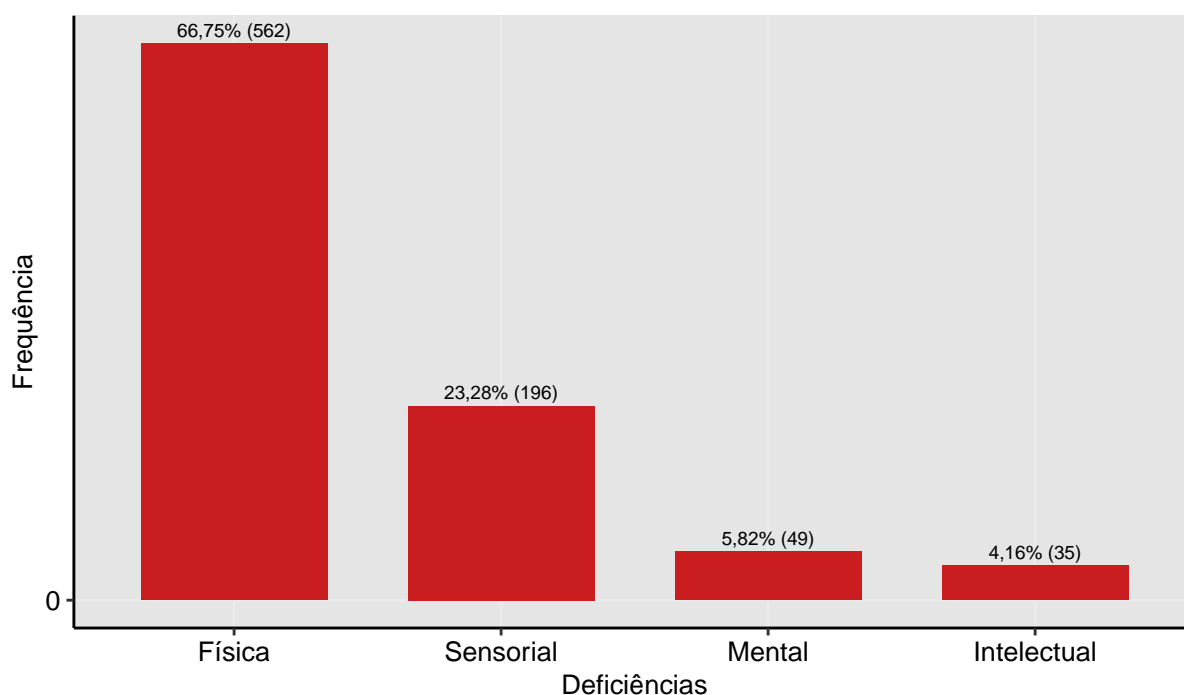
abaixo apresenta as respostas para a pergunta "Possui alguma deficiência?". Em seguida, o gráfico de barras especifica quais as deficiências indicadas por aqueles que responderam sim para a pergunta em questão. É importante mencionar que 6073 participantes optaram por não responder à pergunta.

Figura 3: Gráfico de setores sobre possuir ou não deficiência  
Possui alguma deficiência? ■ Não ■ Sim



O gráfico 3 expõe que apenas 828 pessoas indicaram possuir alguma deficiência, esses representam apenas 2,13% da amostra.

Figura 4: Gráfico de barras das deficiências indicadas pelos participantes



O gráfico 4 revela as diferentes deficiências entre os participantes que afirmaram possuir alguma forma de deficiência. A deficiência física predominou, com 562 respostas, representando uma proporção significativa de 66,75%. Em segundo lugar, a deficiência sensorial foi a segunda mais mencionada, representando 23,28% das respostas dadas.

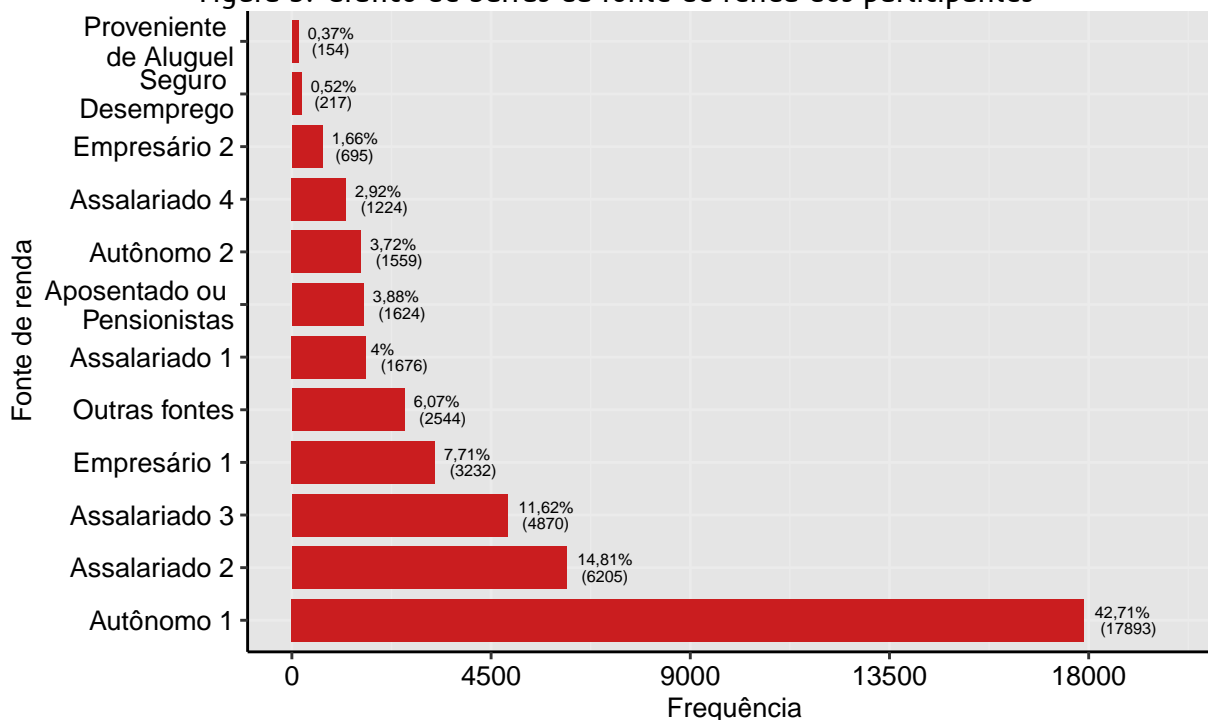
Por outro lado, as deficiências intelectual e mental apresentaram números mais baixos, com 35 e 49 respostas, respectivamente, correspondendo a 4,16% e 5,84% da amostra.

## 3.2 Renda

### 3.2.1 Fonte(s) de renda

A presente análise tem como objetivo compreender a distribuição das respostas dos entrevistados à pergunta sobre sua fonte de renda. As respostas para essa pergunta se enquadram em uma variável qualitativa ordinal. Entre os entrevistados, 3.488 não forneceram uma resposta para essa pergunta. O gráfico apresenta as respostas dadas, enquanto o quadro 1 apresenta as definições de cada categoria, permitindo sua diferenciação.

Figura 5: Gráfico de barras da fonte de renda dos participantes



Quadro 1: Definições das categorias de fontes de renda dos entrevistados

Categoria/no gráfico	Definição
Aposentado ou Pensionistas	Aposentado ou Pensionistas
Assalariado 1	Sem carteira em áreas não ligadas à Arquitetura e Urbanismo
Assalariado 2	Setor privado em áreas ligadas à Arquitetura e Urbanismo
Assalariado 3	Setor público em áreas ligadas à Arquitetura e Urbanismo
Assalariado 4	Setor público em áreas não ligadas à Arquitetura e Urbanismo
Autônomo 1	Empreendedor em áreas ligadas à Arquitetura e Urbanismo
Autônomo 2	Empreendedor em áreas não ligadas à Arquitetura e Urbanismo
Empresário 1	Em áreas ligadas à Arquitetura e Urbanismo
Empresário 2	Em outras áreas
Outras fontes	Outras fontes de renda se não as já citadas
Renda Proveniente de Aluguel Seguro	Renda Proveniente de Aluguel Seguro
Desemprego	Desemprego

A leitura conjunta do gráfico 5 e do quadro 1 permite compreender a fonte de renda dos entrevistados. Nesse contexto, é possível notar que a maior parte dos participantes são autônomos que empreendem em áreas relacionadas à Arquitetura e Urbanismo (Autônomos 1), representando 42,7% da amostra. A segunda maior fonte de renda, com 14,8% das respostas, são os participantes que trabalham no setor privado ligado à Arquitetura e Urbanismo. Essas categorias, juntas, equivalem a mais da metade das respostas.

Por outro lado, a fonte de renda menos indicada entre os entrevistados foi a renda

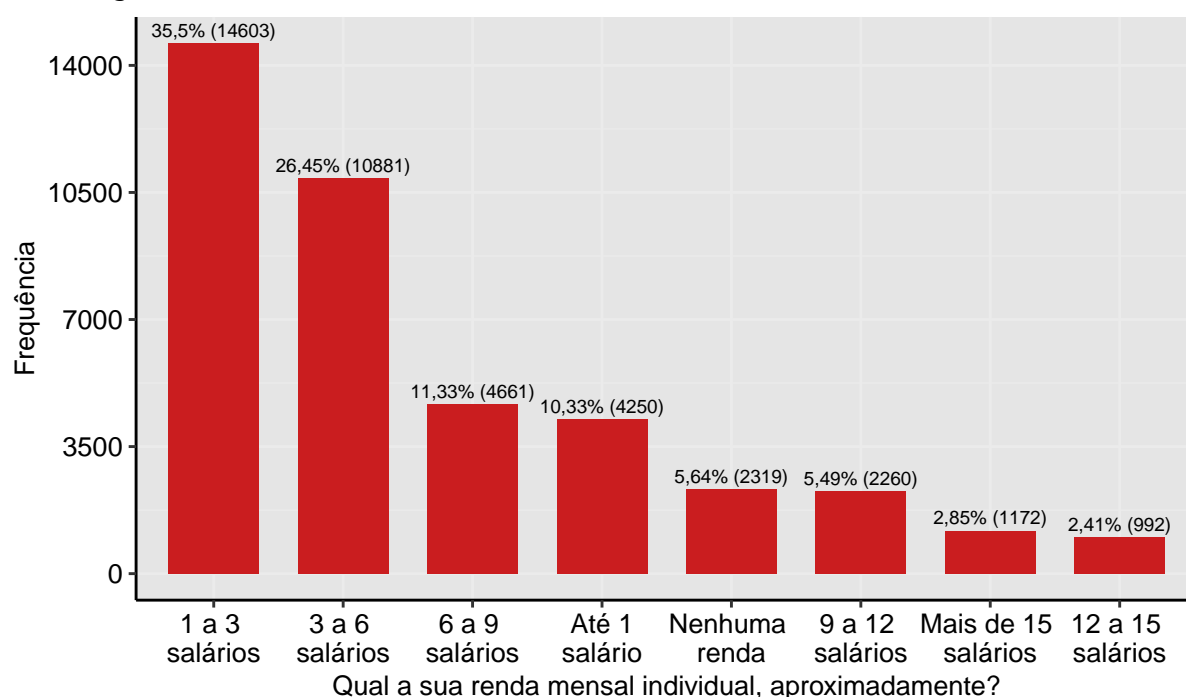


proveniente de aluguel, com uma representatividade de apenas 0,37%. Curiosamente, a categoria de empreendedores em áreas não ligadas à Arquitetura e Urbanismo possui uma representatividade praticamente equivalente à de aposentados e pensionistas, bem como à de trabalhadores sem carteira ligados à Arquitetura e Urbanismo. Esses três grupos têm uma participação bastante similar nos resultados da pesquisa, variando de 1560 a 1676 respostas.

### 3.2.2 Renda individual mensal

A análise a seguir apresenta, aproximadamente, a renda mensal individual dos respondentes, essa variável é classificada como qualitativa ordinal. As respostas estão agrupadas por quantidade de salários mínimos. Dos entrevistados, 4243 não responderam a pergunta em questão.

Figura 6: Gráfico de barras da renda individual mensal - em salários mínimos

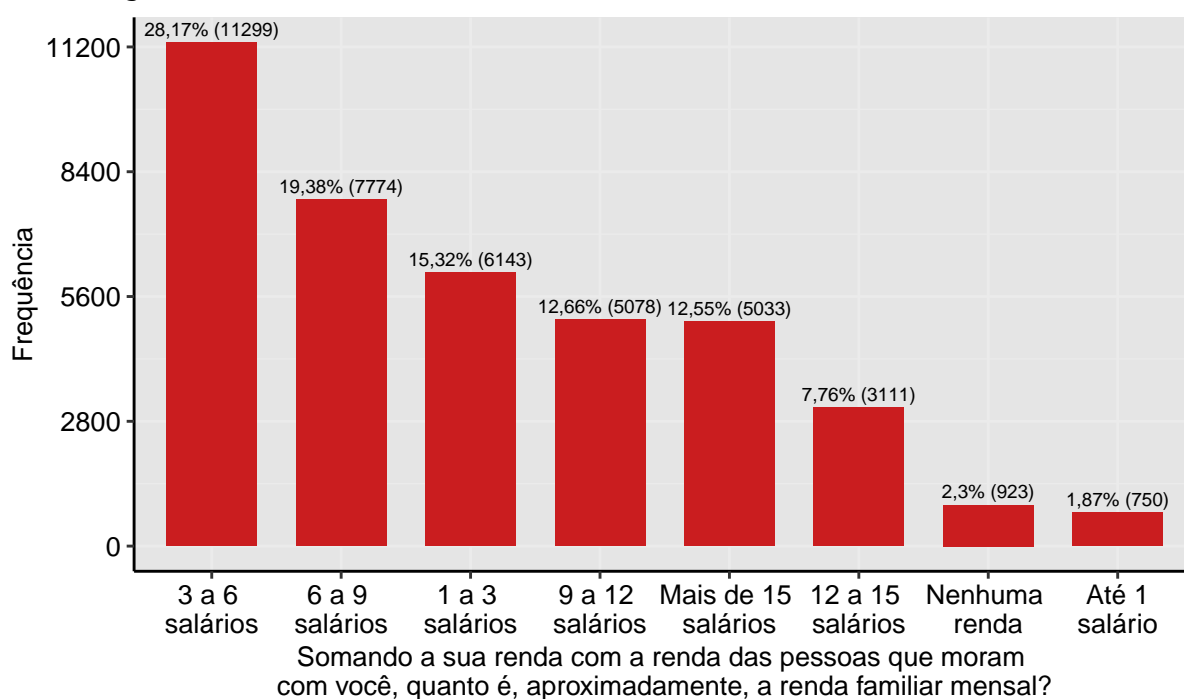


Nota-se pela figura 6 que 35,5% dos respondentes apresentam renda mensal de 1 a 3 salários mínimos, sendo esse intervalo salarial o mais indicado nas respostas. No mesmo contexto, aproximadamente 26,5% dos entrevistados indicaram que possuem renda mensal entre 3 a 6 salários mínimos. Apenas 2,41% indicam renda entre 12 a 15 salários.

### 3.2.3 Renda familiar mensal

A análise aqui apresentada também estuda a renda dos entrevistados. Entretanto, nesse momento, estuda-se a renda familiar mensal aproximada, ou seja, a renda do indivíduo entrevistado somada a renda daquelas que moram com ele. A variável em estudo é novamente qualitativa ordinal e 5270 participantes não responderam à pergunta "Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?".

Figura 7: Gráfico de barras da renda familiar mensal - em salários mínimos



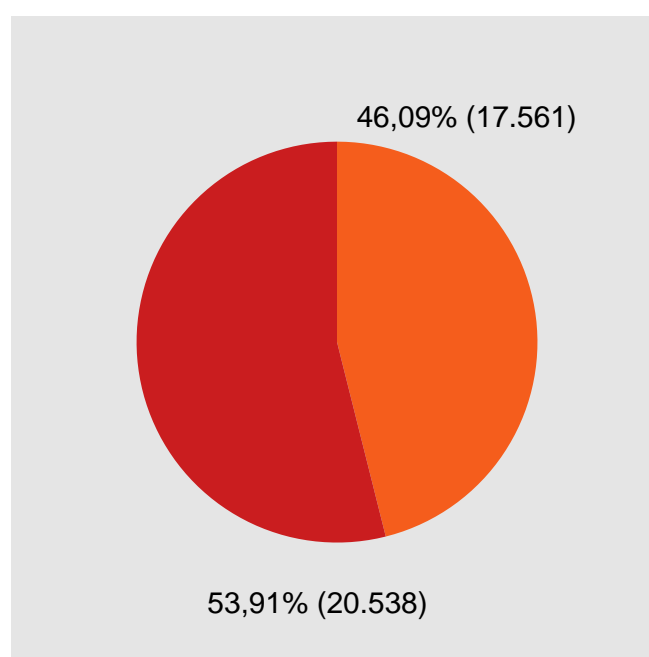
O gráfico 7 apresentado a cima mostra que cerca de 28% dos entrevistados possuem renda familiar de 3 a 6 salários mínimos, esse intervalo salarial foi o mais indicado pelos respondentes. Em seguida, 19,38% indicaram que sua renda familiar está entre 6 a 9 salários mínimos. Apenas 1,87% dos entrevistados indicaram que possuem renda familiar de até um salário mínimo. No mesmo contexto, mais de 2% indicaram que não possuem renda alguma.

### 3.2.4 Número de dependentes financeiros

O primeiro gráfico representado abaixo apresenta as respostas para seguinte pergunta "Possui dependentes financeiros?". Em seguida, o gráfico de barras especifica quais os dependentes financeiros daqueles que responderam sim para a pergunta em questão. Nessa análise, é válido ressaltar que 7281 participantes não responderam a pergunta. A variável estudada se classifica como qualitativa nominal.

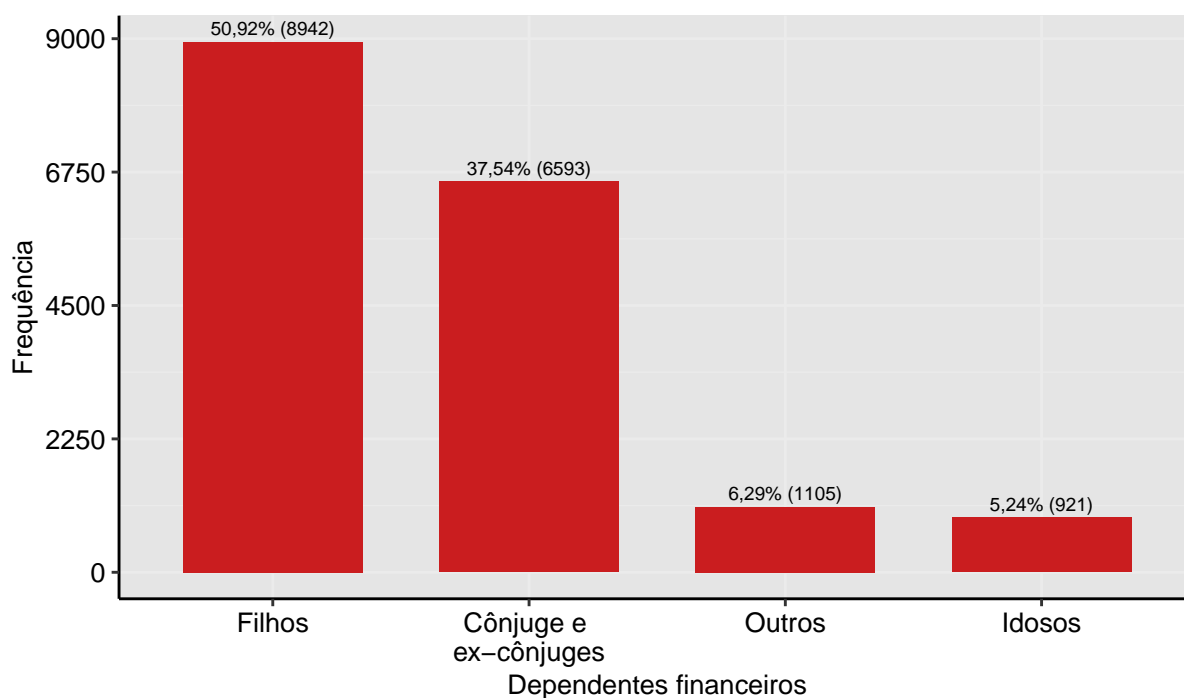
Figura 8: Gráfico de setores sobre possuir ou não dependentes financeiros

Possui dependentes financeiros?  Não  Sim



O gráfico 8 mostra que aproximadamente 54% das respostas foram afirmativas. Dessa forma, mais da metade dos participantes possuem dependentes financeiros.

Figura 9: Gráfico de barras dos dependentes financeiros

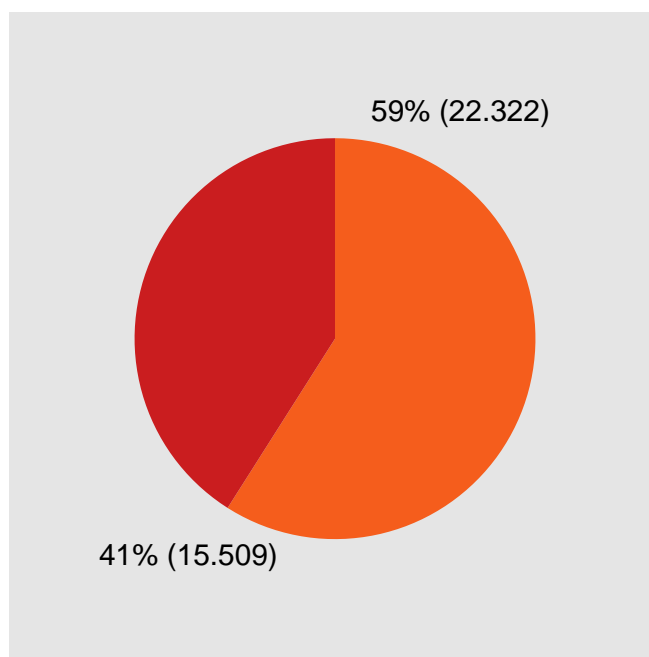


É possível notar através do gráfico 9 que filhos representam a maior quantidade de dependentes financeiros, com aproximadamente 51% das respostas. A menor quantidade de respostas, apenas 5,24% foram para idosos como dependentes financeiros.

### 3.2.5 Contribuição para a previdência

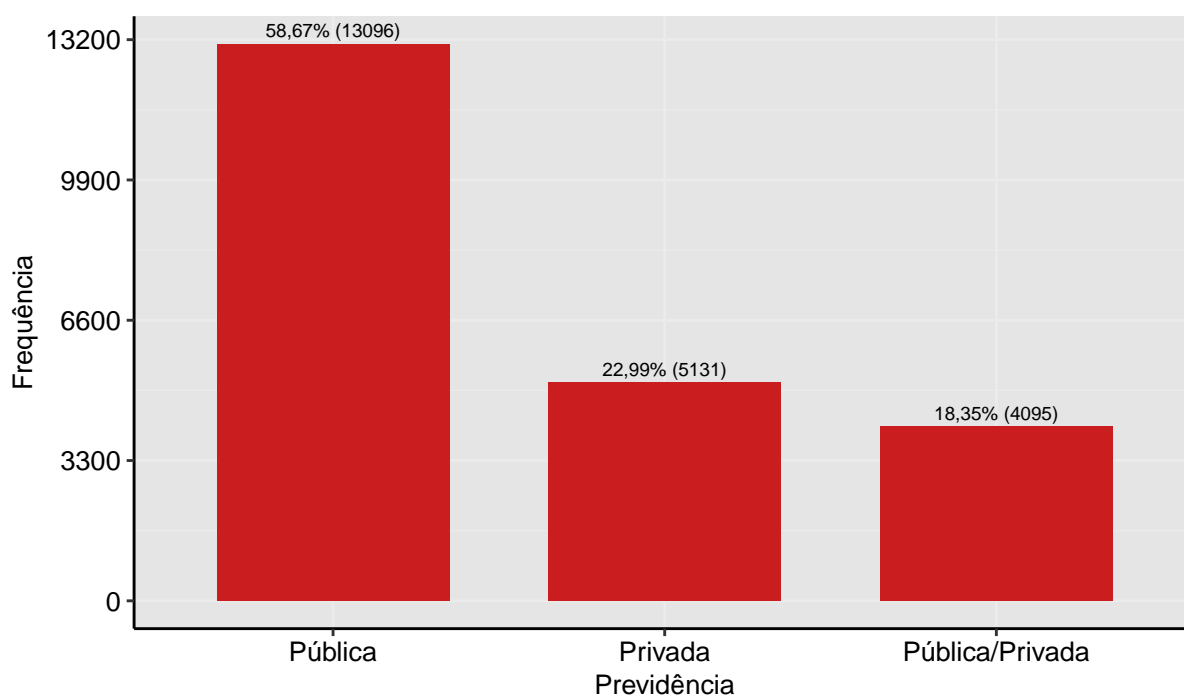
Essa análise tem por finalidade observar quantos dos entrevistados contribuem para previdência. Dos entrevistados, 7549 não responderam à pergunta "Contribui para previdência?", as respostas se qualificam como uma variável qualitativa nominal. O primeiro gráfico indica a contribuição ou não para a previdência. Nesse mesmo sentido, o segundo gráfico indica qual o tipo de previdência o participante contribui, caso contribua.

Figura 10: Gráfico de setores da contribuição para previdência  
 Contribui para a previdência? Não Sim



o gráfico 10 a cima indica que aproximadamente 60% dos participantes contribuem para previdência.

Figura 11: Gráfico de barras da contribuição para previdência

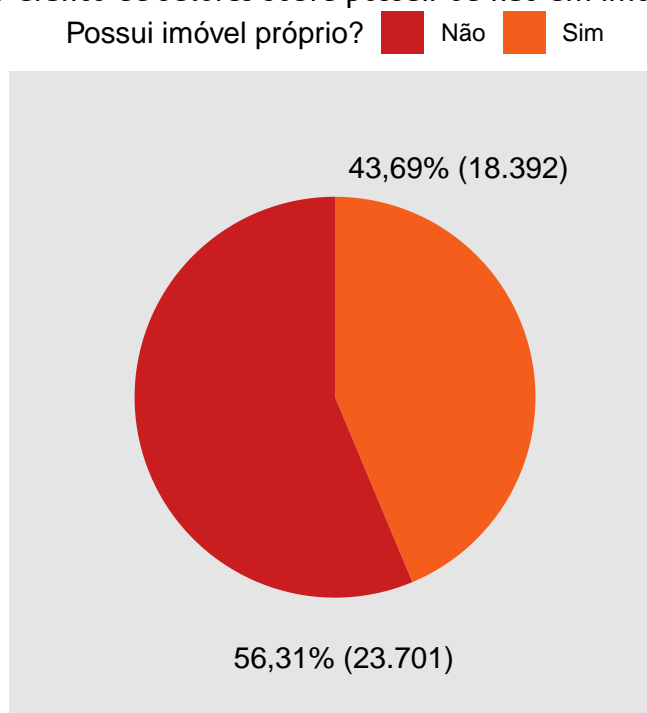


Através do gráfico de barras apresentado a cima é possível notar que dentre os entrevistados que contribuem para previdência, aproximadamente 59% contribuem para previdência pública. A maior quantidade de entrevistados contribuem para previdência pública e privada, representando 18,35% da amostra. O número de participantes que contribuem para previdência privada se diferencia em torno de 4,5% dos que contribuem para previdência pública/privada.

### 3.2.6 Imóvel próprio

Nesta análise, deseja-se observar quantos dos entrevistados possuem imóvel próprio. Dos entrevistados 3288 não responderam à pergunta "Possui imóvel próprio?", essa variável se qualifica como uma qualitativa nominal.

Figura 12: Gráfico de setores sobre possuir ou não um imóvel próprio

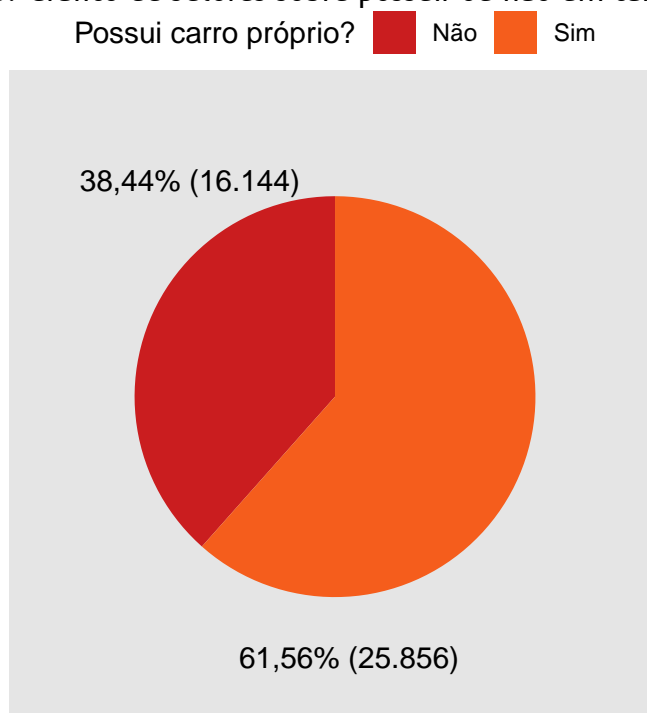


Dada a figura 12 é notório que 56% dos participantes não possuem carro próprio, isto é, mais da metade daqueles que responderam à pergunta.

### 3.2.7 Carro próprio

Nesta análise, deseja-se avaliar quantos dos entrevistados possuem carro próprio. A variável que registra se os entrevistados têm carro próprio é considerada uma variável qualitativa nominal. É importante ressaltar que 3.381 dos entrevistados não forneceram uma resposta à pergunta em questão.

Figura 13: Gráfico de setores sobre possuir ou não um carro próprio



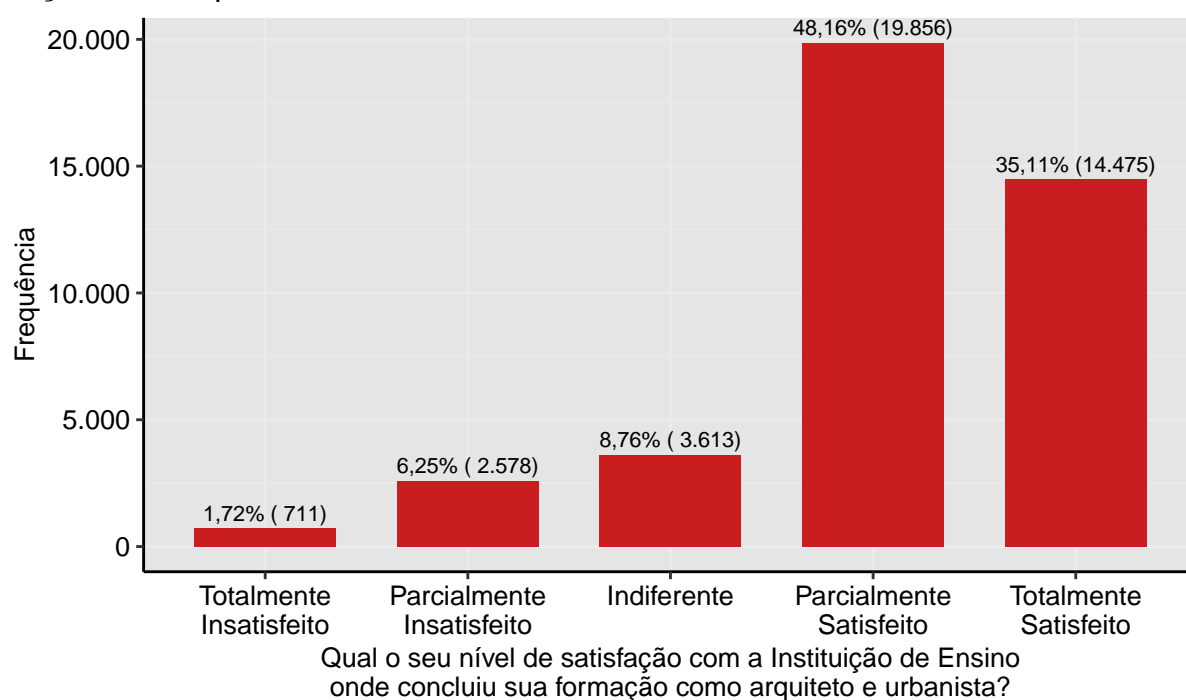
Na análise realizada, constatou-se que 61,56% dos entrevistados deram resposta afirmativa para pergunta "Possui carro próprio?", isso revela que uma parte significativa da amostra detém carro próprio.

## 3.3 Formação

### 3.3.1 Satisfação com IES de formação

A presente análise busca entender a distribuição das respostas dos respondentes à pergunta 'Qual o seu nível de satisfação com a Instituição de Ensino onde concluiu sua formação como arquiteto e urbanista?'. As respostas são uma variável que se configura como qualitativa ordinal. Dos entrevistados, 4.147 não responderam.

Figura 14: Gráfico de barras da satisfação com a Instituição de Ensino onde concluiu a formação como arquiteto e urbanista



Dada a Figura 14, tem-se que quase 50% dos entrevistados apontaram estar parcialmente satisfeitos com as Instituições de Ensino em se formaram como arquitetos. Em seguida, 35,1% indicaram estar totalmente satisfeitos.

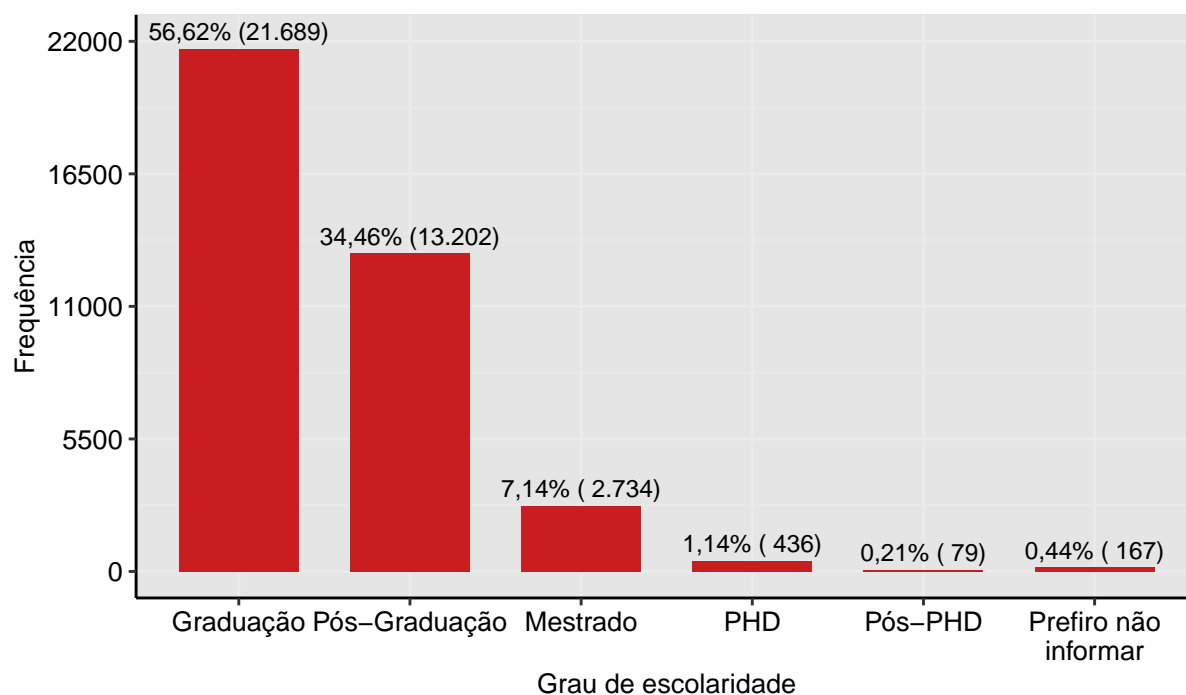
Cerca de 8% dos indivíduos estão insatisfeitos em algum grau com a sua instituição de ensino. Em compensação, mais de 80% dos respondentes têm um grau de satisfação positivo. Quase 9% afirmaram ser indiferentes.



### 3.3.2 Grau de escolaridade

Nesta análise, deseja-se observar a distribuição do grau de escolaridade entre os entrevistados. Tal variável é configurada como qualitativa ordinal. Dos entrevistados, 7.072 não responderam à pergunta.

Figura 15: Gráfico de barras do grau de escolaridade

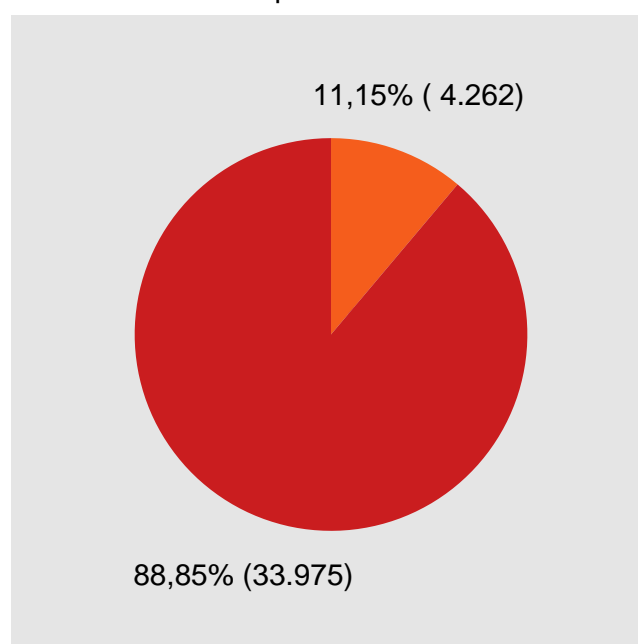


Dada a Figura 15 tem-se que 56,6% dos indivíduos tem apenas a graduação. Em seguida, quase 41,6% têm Pós-Graduação ou Mestrado. Por fim, os entrevistados que possuem PhD ou Pós-PhD somam apenas 1,35% do total.

### 3.3.3 Outro curso superior concluído

Esta análise tem por finalidade compreender as respostas à pergunta 'Além de Arquitetura e Urbanismo possui outro curso superior?'. As respostas são uma variável que se configura como qualitativa nominal. Dos entrevistados, 7.142 não responderam.

Figura 16: Gráfico de setores de se tem outro curso superior concluído Além de arquitetura e urbanismo, possui outro curso superior? ■ Não ■ Sim



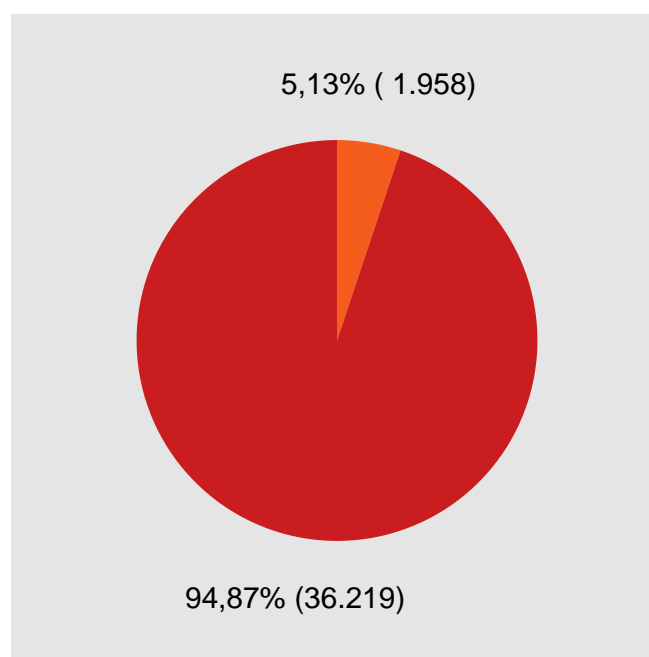
A partir da Figura 16, observa-se que 88,85% dos entrevistados são apenas arquitetos de formação, visto que afirmaram não ter outro curso superior concluído. Assim, 11,15% indicaram que têm outra formação.

### 3.3.4 Outro curso superior em andamento

Deseja-se estudar se os entrevistados estão com algum outro curso superior em andamento. As possíveis respostas (Sim e Não) são uma variável que se configura como qualitativa nominal. Dos entrevistados, 7.202 não responderam.

Figura 17: Gráfico de setores de se tem outro curso superior em andamento

Está cursando algum outro curso superior?  Não  Sim



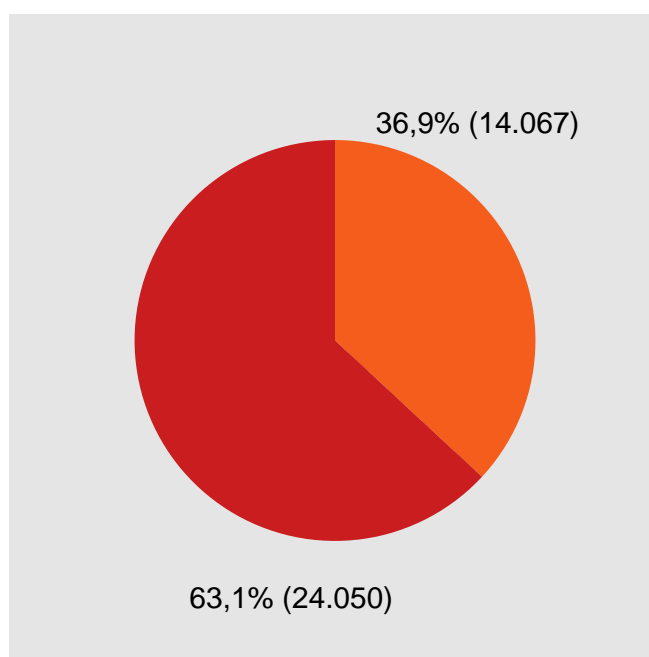
Percebe-se, por meio da Figura 17, que 5,13% dos entrevistados responderam Sim à pergunta. Em compensação, os indivíduos que não estão com algum outro curso superior em andamento somam 94,87%.

### 3.3.5 Outro curso superior planejado

Busca-se entender por meio desta seção se os entrevistados têm a pretensão de fazer outro curso superior. As possíveis respostas (Sim e Não) são uma variável qualitativa nominal. Dos entrevistados, 7.262 não responderam.

Figura 18: Gráfico de setores de se pretende fazer outro curso superior

Pretende fazer outro curso superior? ■ Não ■ Sim



Nota-se que 63,1% dos respondentes indicaram não pretender fazer outro curso superior conforme mostra a Figura 18. Em contrapartida, 36,9% têm esse interesse.

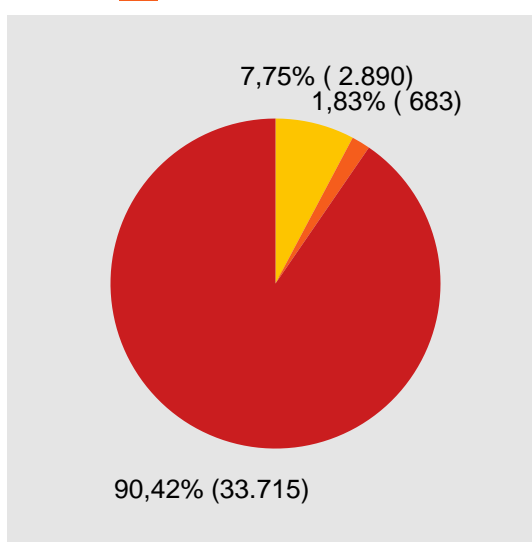
### 3.3.6 Atuação como docente

A presente análise tem por finalidade entender se os entrevistados atuam como docentes na área de Arquitetura e Urbanismo. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 8.091 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 19: Gráfico de setores de se atua como docente na área de arquitetura e urbanismo

Você atua como docente na área de arquitetura e urbanismo?

- Não
- Sim e também como profissional
- Sim com dedicação exclusiva

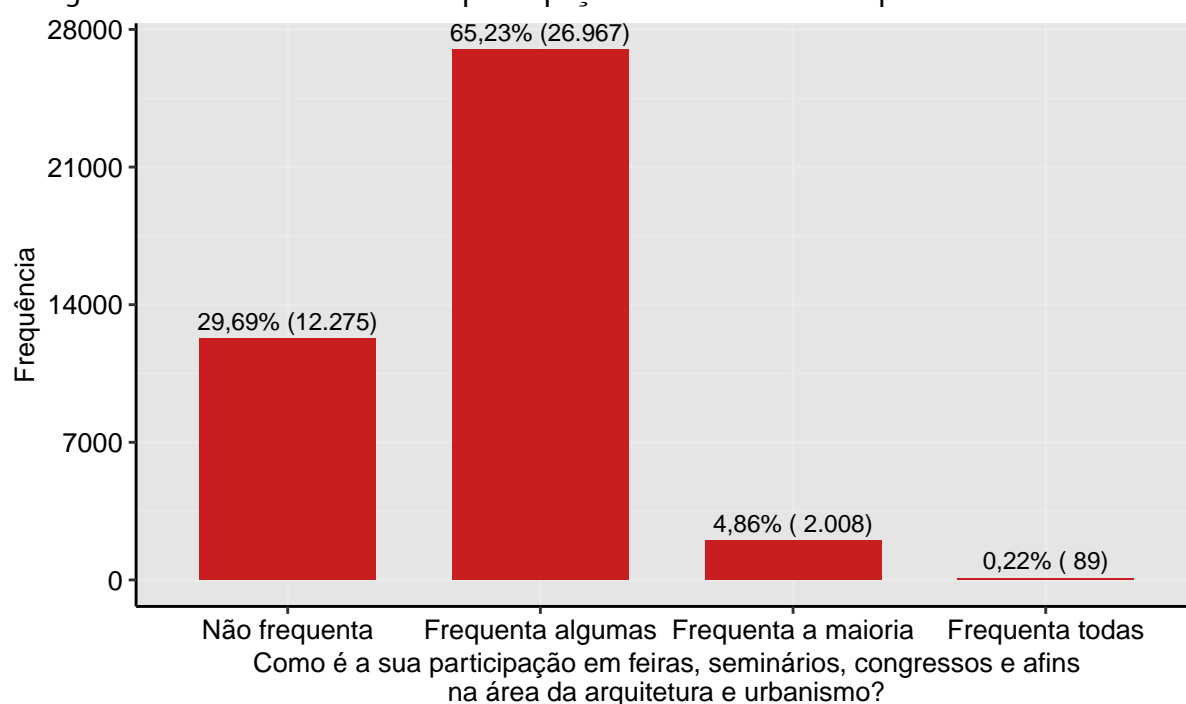


Vê-se pela Figura 19 que 90,42% apontou que não atua como docente. Em seguida, 7,75% disseram que são docentes e que também atuam como profissional. Por último, apenas 1,83% indicaram que são professores com dedicação exclusiva.

### 3.3.7 Participação em eventos de A&U

Busca-se entender nesta seção a distribuição das respostas à pergunta 'Como é a sua participação em feiras, seminários, congressos e afins na área da arquitetura e urbanismo?'. As possíveis respostas são classificadas como qualitativa ordinal, devido à presença de ordem entre elas. Dos entrevistados, 4.041 não responderam.

Figura 20: Gráfico de barras da participação em eventos de Arquitetura e Urbanismo

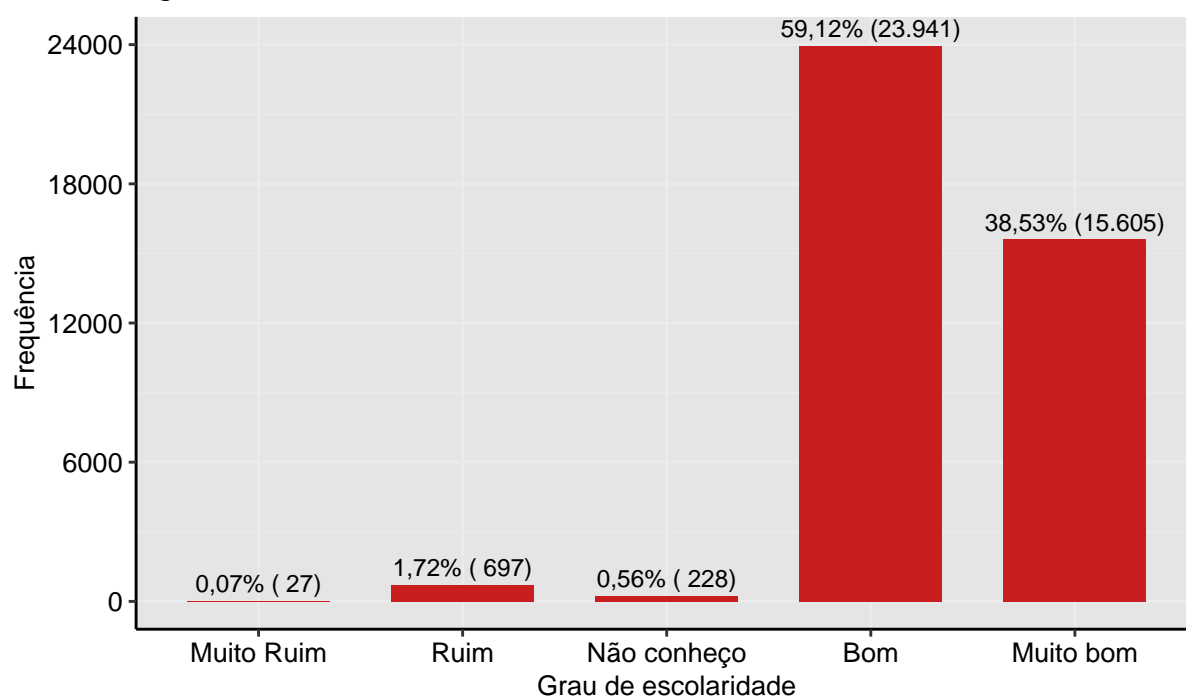


Dada a Figura 20, tem-se que 65,23% dos respondentes frequentam alguns eventos apenas. Em seguida, 29,69% não vão a nenhum evento. Os indivíduos que frequentam a maioria ou todos os eventos representam 5,08%.

### 3.3.8 Conhecimento de informática

Nesta análise, deseja-se estudar o nível de conhecimento em Informática dos entrevistados. Essa variável se caracteriza como qualitativa ordinal com 5 possíveis repostas. Dos indivíduos, 4.882 não responderam à pergunta.

Figura 21: Gráfico de barras do nível de conhecimento em Informática



A partir da Figura 21, verifica-se que os entrevistados que possuem nível de conhecimento de informática Bom (59,12%) ou Muito Bom (38,53%) somam 97,65%, ou seja, representam quase todos os respondentes.

O percentual restante é composto por entrevistados que indicaram Não conheço (0,56%) e um nível Muito Ruim ou Ruim, que juntos resultam em 1,79%.

### 3.3.9 Domínio de softwares profissionais

Almeja-se observar o nível de conhecimento declarado pelos respondentes nos tópicos de software listados - Desenho por computador, Geoprocessamento e Outros softwares profissionais. Tanto os tópicos listados quanto os níveis de conhecimento se constituem como variáveis qualitativas nominais. Dentre os entrevistados, 5.727 não indicaram o nível de conhecimento em Desenho por computador, 14.335 em Geoprocessamento e 16.084 em outros softwares profissionais.

Figura 22: Gráfico de barras dos softwares profissionais pelo nível de conhecimento

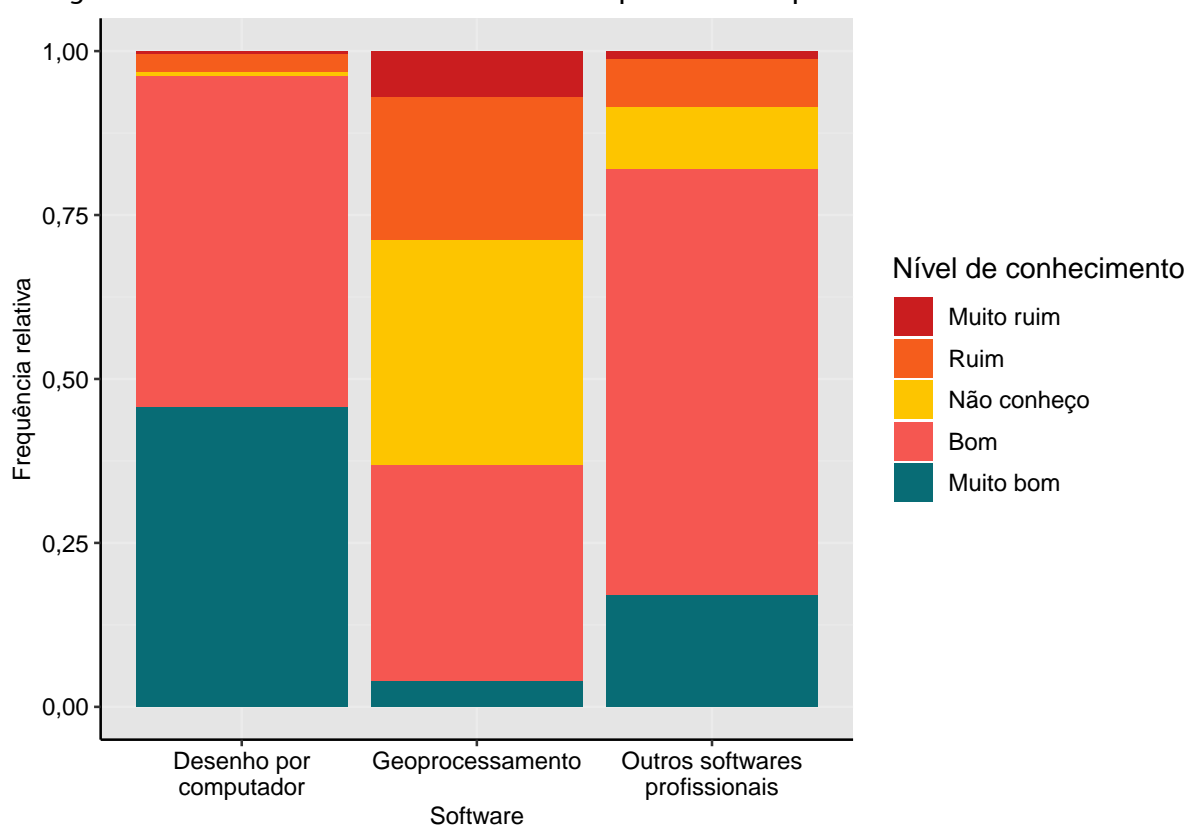


Tabela 1: Tabela de frequência dos softwares profissionais pelo nível de conhecimento

Software profissional	Nível de conhecimento					Total
	Muito ruim	Ruim	Não conheço	Bom	Muito bom	
Desenho por computador	0,54% (213)	2,7% (1.069)	0,5% (198)	50,53% (20.038)	45,74% (18.139)	100% (39.657)
Geoprocessamento	7,04% (2.187)	21,74% (6.750)	34,26% (10.636)	33,12% (10.282)	3,85% (1.194)	100% (31.049)
Outros softwares profissionais	1,34% (393)	7,17% (2.102)	9,34% (2.738)	65,06% (19.064)	17,08% (5.003)	100% (29.300)



Dada a Figura 22, tem-se que os indivíduos que têm um nível de conhecimento Bom ou Muito Bom somam mais de 95% em softwares de desenho por computador. Esse percentual cai para 82,14% na categoria Outros softwares profissionais. Já para Geoprocessamento esse percentual cai mais ainda e é igual a aproximadamente 37%.

Ademais, a categoria de Geoprocessamento é a que percentualmente mais possui indivíduos com nível de conhecimento Muito Ruim (7,04%), Ruim (21,74%) e Não conheço (34,26%).

### 3.3.10 Domínio de idiomas estrangeiros

Nesta seção, deseja-se analisar o domínio declarado pelos entrevistados nos três idiomas estrangeiros listados - Espanhol, Francês e Inglês. Além disso, os indivíduos poderiam apontar que não falam nenhum idioma estrangeiro ou que tem proficiência em outro idioma não mencionado. Os idiomas se caracterizam como variável qualitativa nominal. Já os níveis de proficiência, como qualitativa ordinal. Dentre os entrevistados, 15.653 não apontaram o nível de domínio em Inglês, 38.695 em Francês e 26.309 em Espanhol.

Figura 23: Gráfico de colunas de idiomas estrangeiros pela proficiência

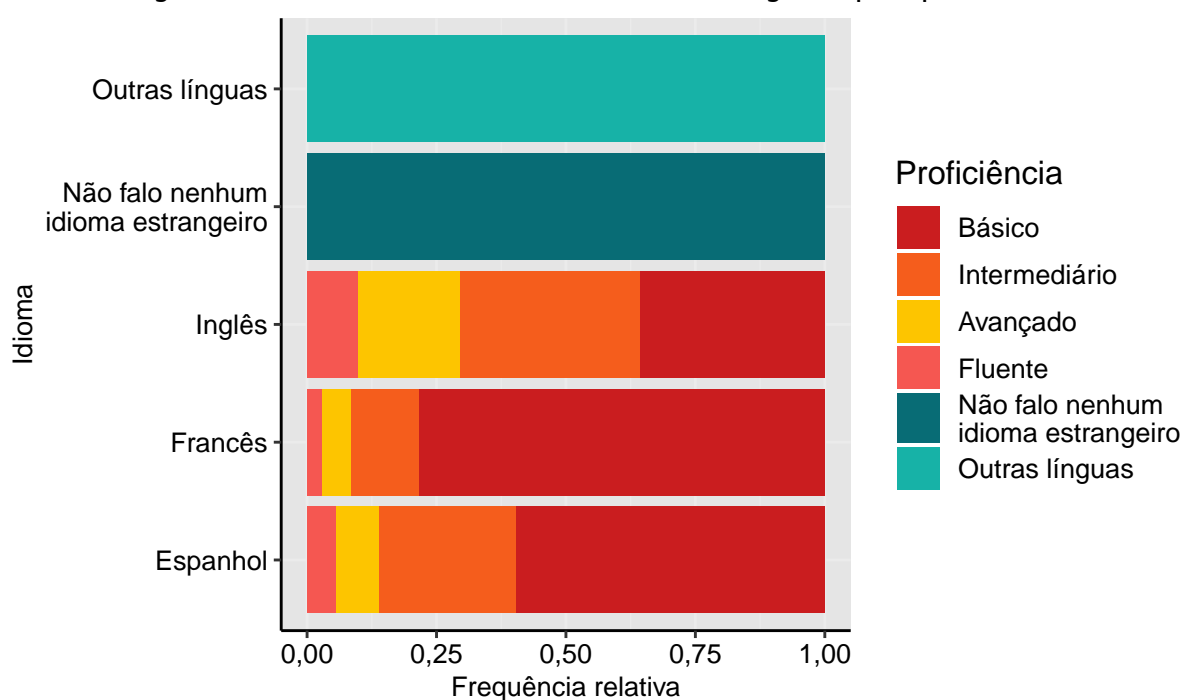


Figura 24: Gráfico de colunas com o total de falantes de cada língua selecionada

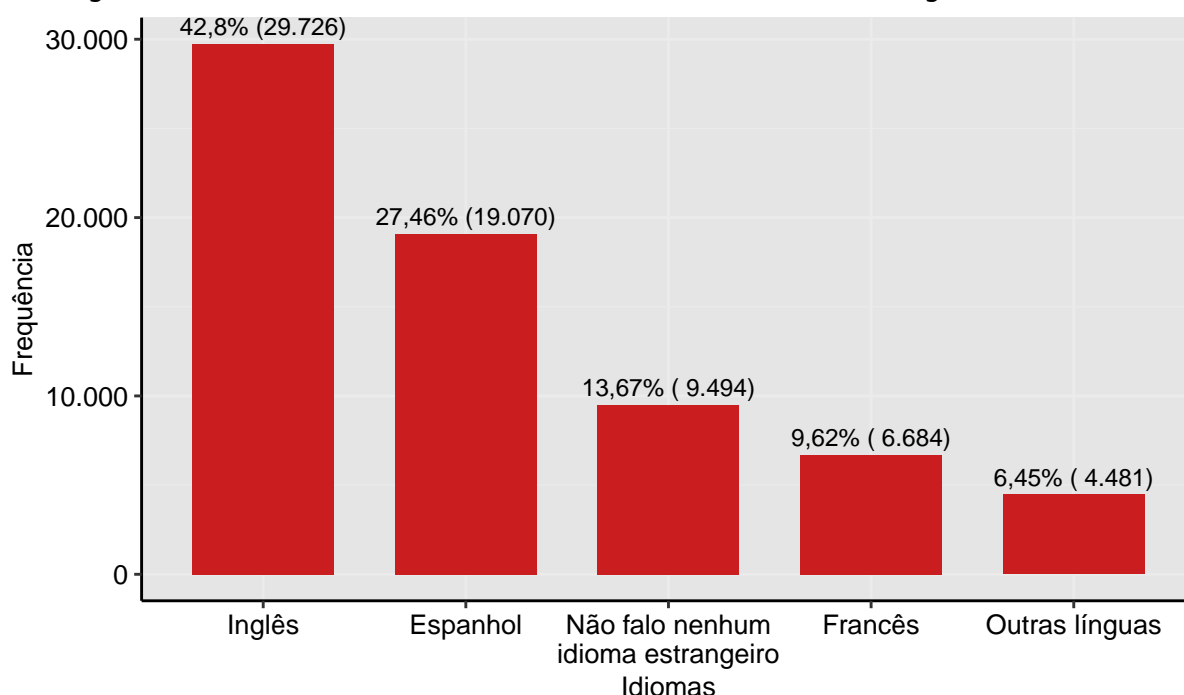


Tabela 2: Tabela de frequência dos idiomas estrangeiros pela proficiência

Idiomas estrangeiros	Proficiência				Total
	Básico	Intermediário	Avançado	Fluente	
Espanhol	59,75% (11.394)	26,36% (5.028)	8,43% (1.607)	5,46% (1.041)	100% (19.070)
Francês	78,35% (5.237)	13,08% (874)	5,73% (383)	2,84% (190)	100% (6.684)
Inglês	35,73% (10.623)	34,67% (10.306)	19,78% (5.878)	9,82% (2.919)	100% (29.726)
Não fala nenhum idioma estrangeiro	-	-	-	-	100% (9.494)
Outras línguas	-	-	-	-	100% (4.481)

Como dito anteriormente, foram listadas três línguas estrangeiras (Espanhol, Francês e Inglês) dentre as diversas que existem. A partir da Figura 23, tem-se que percentualmente o nível de proficiência Básico é o mais presente nos três idiomas, sendo apenas 35,73% no Inglês e chegando a 78,35% no Francês. Percebe-se que conforme o nível de domínio da língua estrangeira aumenta, a frequência relativa do nível diminui. Além disso, os indivíduos que têm domínio avançado ou fluente representam 8,57% no idioma Francês, 13,89% no Espanhol e 29,6% no Inglês. É interessante de observar que a língua estrangeira Inglês é a

que mais possui indivíduos com nível Fluente.

Ademais, 9.496 entrevistados indicaram que não têm proficiência em nenhum idioma estrangeiro e 4.481 apontaram que tem algum domínio de outra língua não especificada.

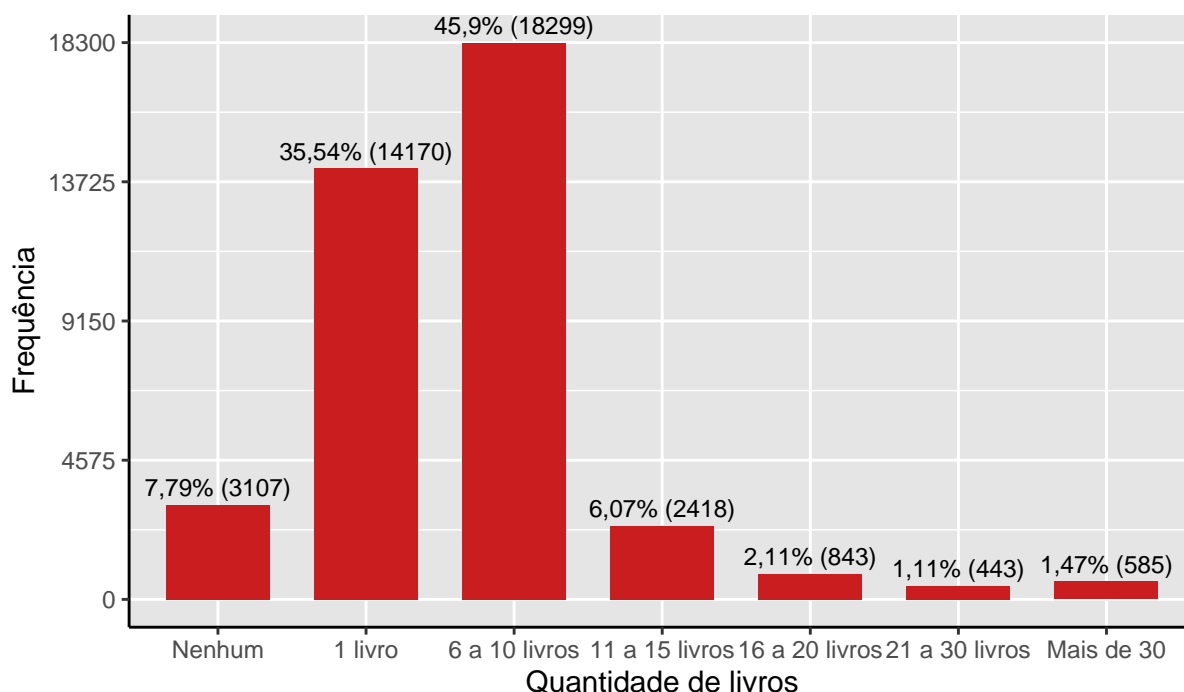
### 3.4 Hábitos/insumos

#### 3.4.1 Sites prediletos de A&U

#### 3.4.2 Hábitos de leitura

Para realizar essa análise, examinamos os dados quantitativos que representam a média de livros lidos pelas pessoas entrevistadas, com o objetivo de identificar padrões. No entanto, é importante observar que 5520 pessoas optaram por não responder a essa pergunta.

Figura 25: Gráfico de quantos livros em média as pessoas lêem por ano



A análise da figura 25 acima, apresenta um dado interessante de que a maioria lê entre 6 a 10 livros por ano, enquanto uma minoria são leitores assíduos que consomem mais de 30 livros anualmente. Porém, também é notável que uma parcela considerável da amostra lê quantidades muito inferiores como um ou nenhum livro, e essa variação nos padrões de leitura pode ser útil para entender os motivos disso acontecer e para saber como criar estratégias que incentivem mais pessoas ao hábito da leitura.

### 3.4.3 Redes sociais frequentadas

Para a realização da análise de maneira apropriada, optamos por agrupar as variáveis qualitativas relacionadas às redes sociais e omitir as 79.050 respostas nulas. Afim de, examinar de forma mais clara as redes sociais que estão sendo utilizadas e quais padrões podem ser identificados nesse contexto.

Figura 26: Gráfico da utilização das redes sociais

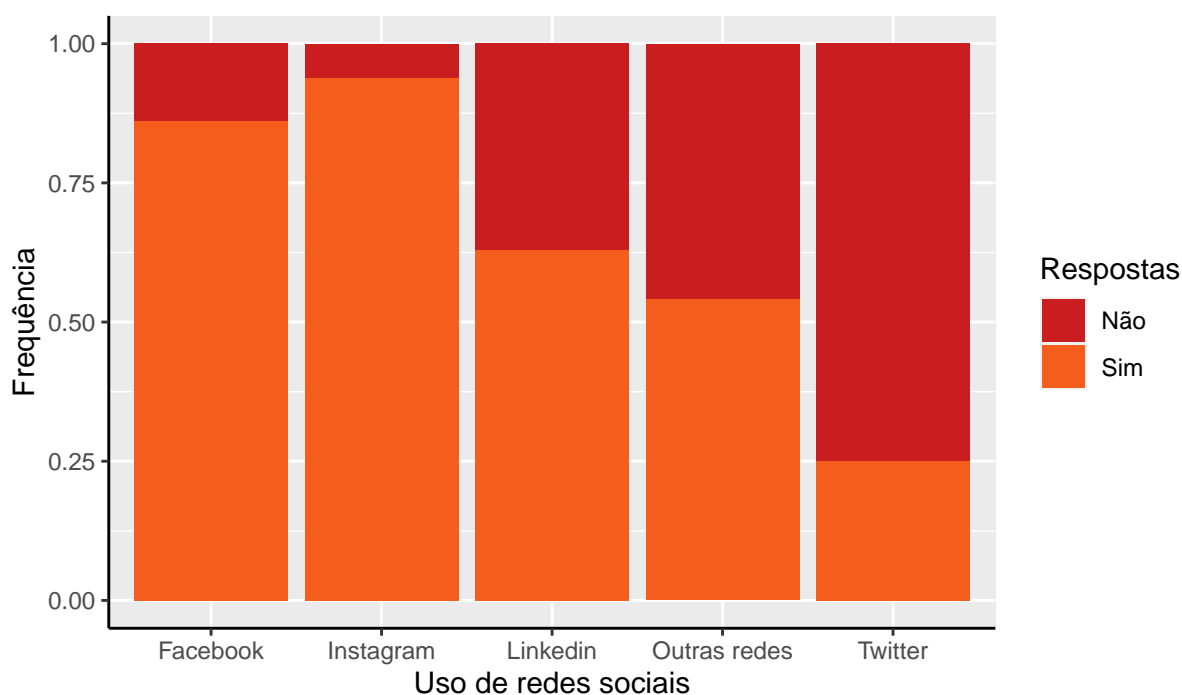


Tabela 3: tabela de frequência da utilização das redes sociais

Redes sociais	Utilização		Total
	Sim	Não	
Facebook	86,10% (29.980)	13,90% (4.840)	100% (34.820)
Instagram	93,92% (34.611)	6,08% (2.242)	100% (36.853)
LinkedIn	62,92% (18.697)	37,07% (11.014)	100% (29.711)
Outras redes	54,05% (10.807)	45,95% (9.187)	100% (19.994)
Twitter	25,00% (6.628)	75,00% (19.869)	100% (26.497)

Essa análise ressalta a importância de compreender as preferências e comportamentos dos usuários em diferentes redes sociais principalmente para entender sua perspectiva e

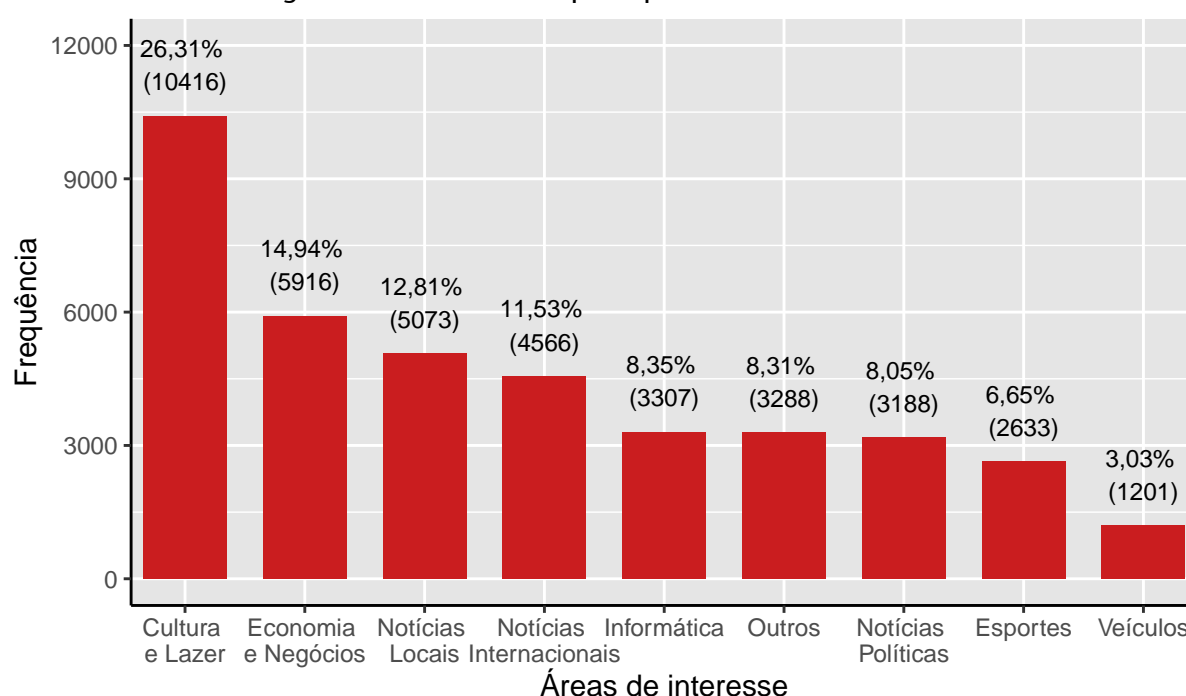
planejar estratégias de comunicação e marketing digital. É fundamental adaptar o conteúdo de acordo com as plataformas mais relevantes para o público-alvo, garantindo uma presença eficaz nas redes sociais.

A análise em questão, aborda as redes sociais frequentadas pelos respondentes da pesquisa e revela que o Instagram e o Facebook são as plataformas mais populares, seguidos pelo LinkedIn. Outras redes não especificadas e o twitter também são utilizadas, mesmo um uma quantidade menor indicam uma diversidade de escolhas.

### 3.4.4 Áreas de interesse

Na presente análise, foram utilizadas as informações contidas nas variáveis qualitativas nominais que representam as áreas de interesse declaradas pelos entrevistados. Com o foco de examinar a frequência de cada uma dessas áreas e extrair insights significativos a partir desses dados. É importante ressaltar a falta de 5801 respostas a essa questão.

Figura 27: Gráfico das principais áreas de interesse



Uma análise como a do gráfico 27 acima enfatiza a necessidade de estratégias de comunicação flexíveis que possam se adaptar a uma ampla gama de tópicos e interesses individuais para melhor atender ao público geral. Visto que, a diversidade é a característica predominante quando se trata das áreas de interesse dos respondentes.

É interessante observar que, no gráfico em questão, a área de "Cultura e Lazer" se destaca com uma significativa proporção de respostas. Isso sugere que muitos indivíduos têm um forte apreço por tópicos relacionados à cultura e ao entretenimento. Por outro lado, as áreas de "Veículos" e "Esportes" registraram uma representatividade menor nessa pesquisa, indicando um menor interesse por esses temas entre os participantes.

### 3.4.5 Acesso a meios de informação

Nesta análise, examinamos as preferências e frequências dos meios de comunicação utilizados por um grupo específico de indivíduos. As variáveis qualitativas nominais representam diferentes meios de comunicação, como Publicações acadêmicas, revistas, Rádio AM/FM, entre outros. E, o objetivo é entender a distribuição e as escolhas de meios de comunicação dentro dessa população. Para tal análise houveram ao todo 198.097 respostas nulas e 2649 do entrevistados relataram que não utilizam de outros meios de comunicação.

Figura 28: Gráfico da utilização dos meios de comunicação

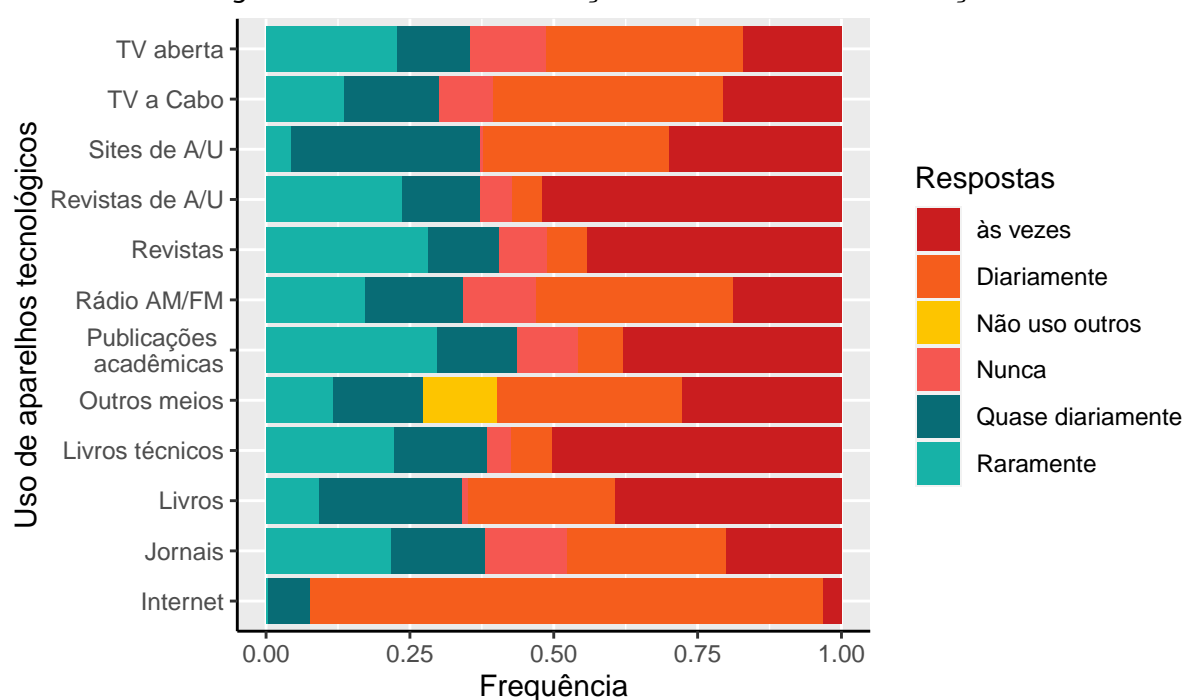




Tabela 4: Tabela de frequência no uso de meios de comunicação

Meios de comunicação	Utilização					Total
	Às vezes	Diariamente	Nunca	Quase diariamente	Raramente	
Publicações acadêmicas	37,90% (10.490)	7,97% (2.207)	10,51% (2.909)	14,01% (3.877)	29,61% (8.192)	100% (27.675)
Rádio AM/FM	18,89% (5.241)	34,30% (9.516)	12,72% (3.529)	16,90% (4.687)	17,19% (4.769)	100% (27.742)
TV a Cabo	20,57% (6122)	40,05% (11.917)	9,31% (2.770)	16,68% (4.961)	13,39% (3.984)	100% (29.754)
Livros	39,38% (11.783)	25,60% (7.660)	0,90% (268)	25,00% (7.479)	9,12% (2.729)	100% (29.919)
Internet	3,27% (1.216)	89,12% (33.108)	0,06% (22)	7,26% (2.696)	0,29% (105)	100% (37.147)
TV aberta	17,06% (4.664)	34,33% (9.384)	13,23% (3.617)	12,70% (3.472)	22,66% (6.195)	100% (27.332)
Revistas	44,36% (11.569)	6,83% (1.781)	8,40% (2.190)	12,27% (3.200)	28,14% (7.339)	100% (26.079)
Sites de A/U	30,08% (10.495)	32,22% (11.240)	0,60% (208)	32,85% (11.459)	4,25% (1.482)	100% (34.884)
Livros técnicos	50,32% (14.427)	7,10% (2.034)	4,25% (1.219)	16,11% (4.619)	22,22% (6.370)	100% (28.669)
Revistas de A/U	52,15% (15.698)	5,15% (1.551)	5,53% (1.663)	13,54% (4.075)	23,63% (7.114)	100% (30.101)
Jornais	20,20% (5.384)	27,54% (7.347)	14,33% (3.825)	16,23% (4.331)	21,70% (5.789)	100% (26.676)

A alta frequência de uso diário da internet na pesquisa reflete seu como principal fonte de informações em nossa sociedade atual, demonstrando uma mudança nas preferências de comunicação.

Os dados também revelam uma ampla variedade de preferências entre os respondentes, abrangendo desde meios tradicionais, como "Publicações acadêmicas" e "Livros técnicos", até opções mais contemporâneas como "Internet" e "TV a cabo". Essa diversidade espelha a complexidade da informação generalizada através de apenas um meio.

É interessante notar que, a categoria "Nunca" para o meio "Rádio AM/FM" apresenta uma proporção baixa, sugere que mesmo aqueles que não fazem uso regular desses meios ainda os acessam ocasionalmente mesmo com outros tipos de comunicação.

Por outro lado, a categoria "Outros meios" é pouco utilizada de forma geral, podendo indicar uma falta de familiaridade ou interesse por meios não especificados na pesquisa. Essas descobertas destacam a diversidade nas escolhas de comunicação e ressaltam a importância de compreender as preferências individuais para uma comunicação geral eficaz.

### 3.4.6 Uso de tecnologia

Nesta análise, exploramos o uso de dispositivos eletrônicos, uma parte fundamental da era digital. É relevante mencionar que tivemos 96.606 respostas nulas às perguntas relacionadas ao uso desses dispositivos e 6992 responderam não utilizar outros aparelhos além dos mencionados. Essa ausência de respostas é relevante, pois pode oferecer mais informações sobre os padrões de utilização. Porém, ao examinar os dados disponíveis poderemos obter uma compreensão do impacto e do uso dos dispositivos eletrônicos em nossas vidas.

Figura 29: Gráfico sobre o uso de aparelhos tecnológicos

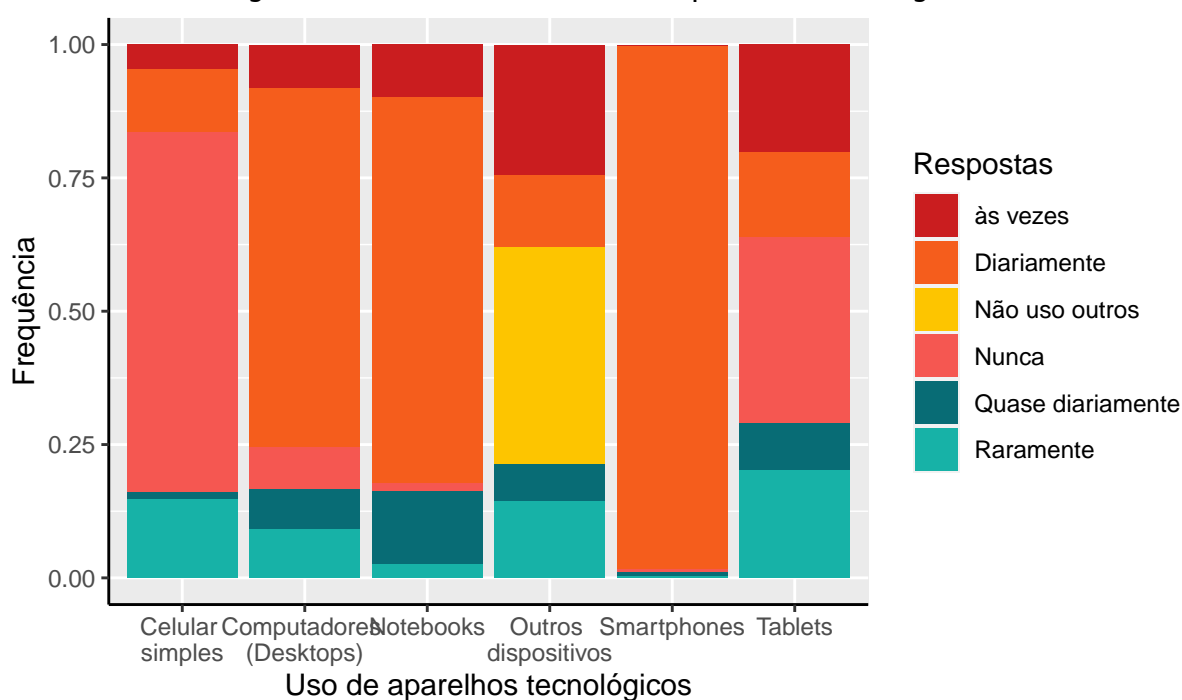


Tabela 5: Tabela de frequência no uso de aparelhos tecnológicos

Aparelhos	Utilização					Total
	Às vezes	Diariamente	Nunca/ Não uso outros	Quase diariamente	Raramente	
Celular simples	4,70% (1.119)	11,66% (2.777)	67,59% (16.090)	1,31% (313)	14,74% (3.508)	100% (23.807)
Computador (Desktop)	8,23% (2.773)	67,33% (22.680)	7,81% (2.629)	7,56% (2.546)	9,07% (3.055)	100% (33.683)
Notebooks	9,86% (3.603)	72,48% (26.488)	1,39% (507)	13,73% (5.019)	2,54% (927)	100% (36.544)
Outros dispositivos	24,55% (4.227)	13,51% (2.326)	40,62% (6992)	6,98% (1.202)	14,34% (2.468)	100% (17.215)
Smartphones	0,37% (137)	98,00% (36.749)	0,57% (213)	0,86% (321)	0,20% (77)	100% (37.497)
Tablets	20,08% (5.415)	16,09% (4.337)	34,81% (9.384)	8,88% (2.394)	20,14% (5.428)	100% (26.958)

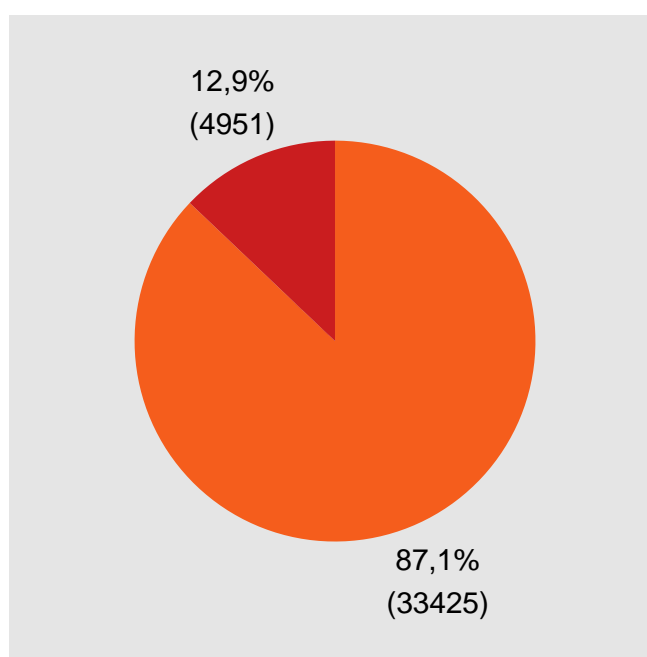
É notável que a grande maioria das pessoas entrevistadas faz uso diário de smartphones, e muitas também incorporam tablets e notebooks em suas rotinas. Isso reflete uma forte dependência e integração desses dispositivos tecnológicos em suas vidas cotidianas. Além disso, uma parcela significativa dos entrevistados indicou que não tem um contato tão frequente com outros tipos de dispositivos, destacando a abrangência e versatilidade dos dispositivos mencionados. É interessante observar que o uso de computadores desktop é raro para muitos, o que evidencia a preferência crescente da população por dispositivos tecnológicos mais práticos e adaptáveis às demandas do estilo de vida atual.

## 3.5 Trabalho

### 3.5.1 Atuação em A&U

Essa análise tem como finalidade visualizar quanto por cento das pessoas que responderam ao formulário trabalham na área de Arquitetura e Urbanismo. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 7.013 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 30: Gráfico de setor de se atua na área de arquitetura e urbanismo  
Você está trabalhando na área da arquitetura e urbanismo? ■ Não ■ Sim



Visualizando a Figura 30, nota-se que a maioria dos respondentes atuam na área de Arquitetura e Urbanismo, representando 87,1% das respostas. Contudo, 4.951 dos respondentes, que representam 12,9% das respostas, não atuam nessa área.

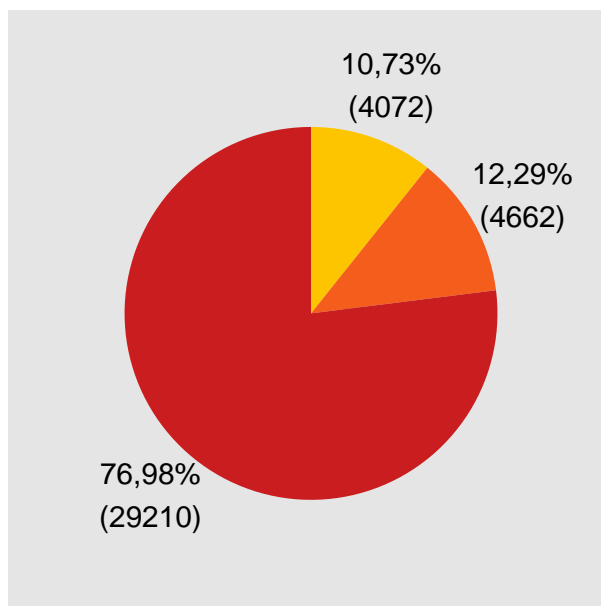
### 3.5.2 Empresas de A&U

Essa análise tem como finalidade observar a distribuição das empresas em posse de pessoas jurídicas na área da arquitetura e urbanismo. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 7.445 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 31: Gráfico de setor sobre empresas de arquitetura e urbanismo

Possui pessoa(s) jurídica(s) na área da arquitetura e urbanismo?

- Não
- Sim, Mista com arquitetos e Urbanistas e outras profissões
- Sim, Uniprofissionais apenas com Arquitetos e Urbanistas

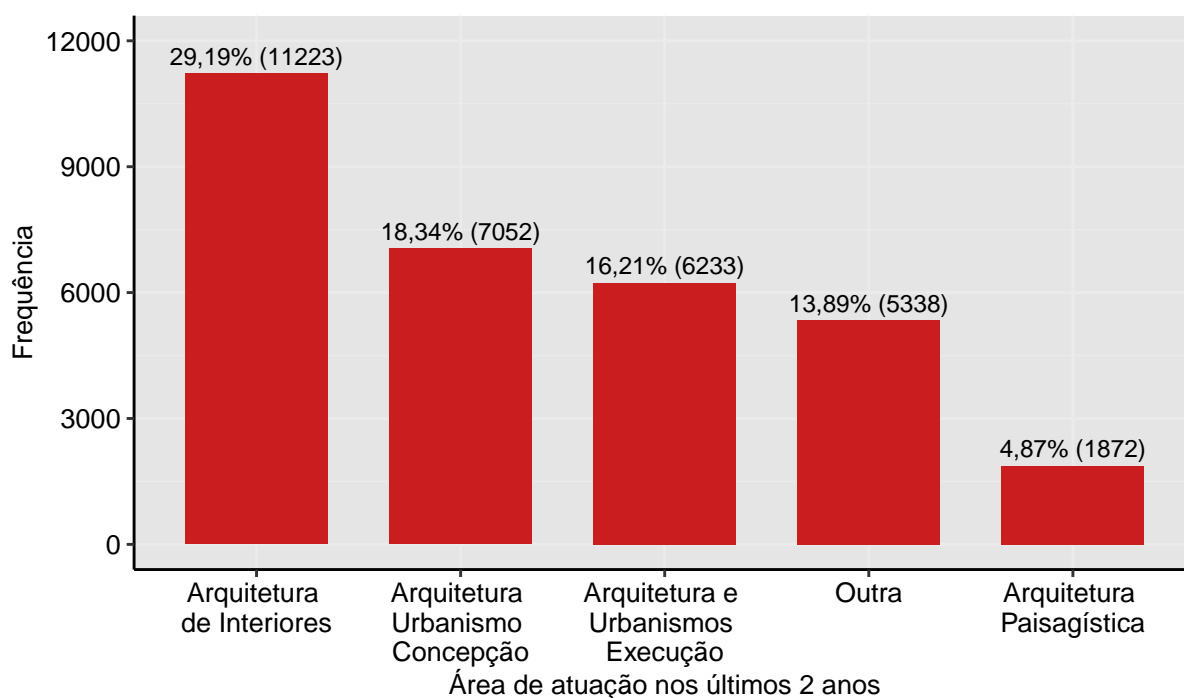


Observando a Figura 31, vê-se que mais de três quartos das empresas não possui pessoa jurídica, equivalente a 29.210 respondentes. Enquanto 23,02% das empresas possuem pessoas jurídicas, sendo apenas 10,73%, do total, formadas apenas por arquitetos e urbanistas.

### 3.5.3 Áreas de atuação

Essa análise tem como objetivo visualizar a distribuição dos respondentes em áreas que atuaram nos últimos 2 anos. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 6.947 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 32: Gráfico de barras de área de atuação dentro da arquitetura e urbanismo

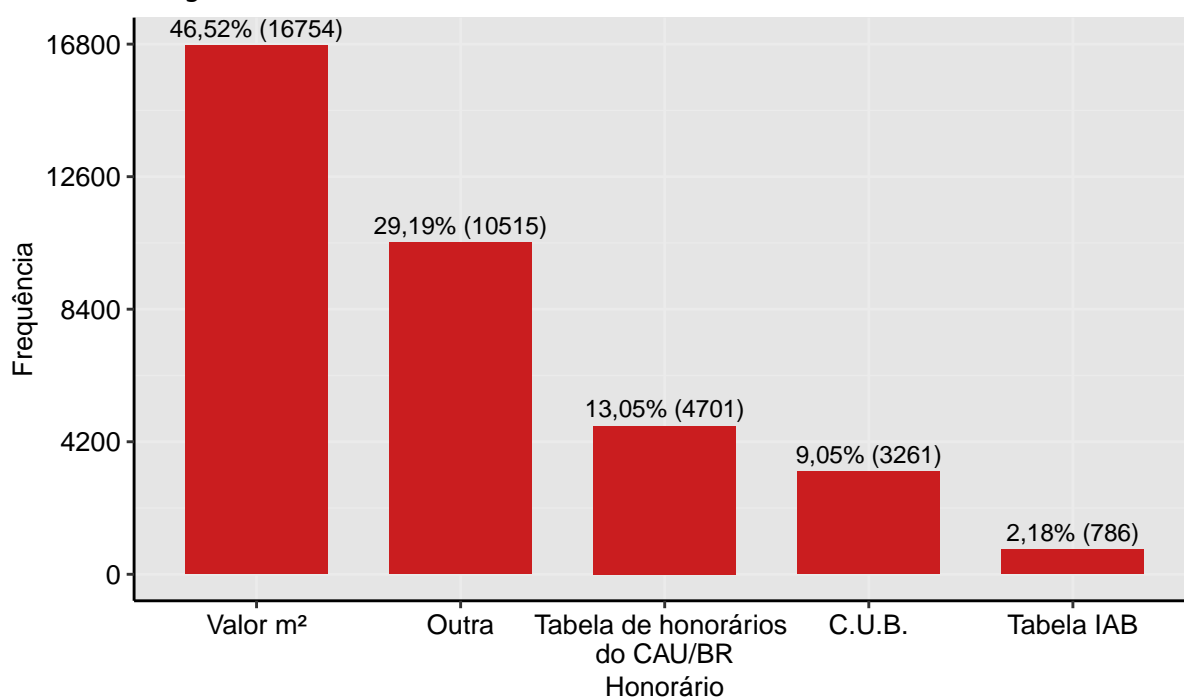


Vê-se pela Figura 32 e pela Tabela ?? que 11.223, grande maioria, trabalha/trabalhou na área de Arquitetura de Interiores, representando 29,19% das respostas. É notável, também, a grande quantidade de arquitetos e urbanistas atuando na área de Arquitetura e Urbanismo de Conceção e de Execução, onde juntas representam 34,55% das respostas. As demais áreas representam individualmente menos de 5% das respostas, sendo que apenas 165 responderam atuam/atuavam na área de Tecnologia e Resistência dos Materiais. Outra observação é que 5.338 arquitetos e urbanistas, quase 14% das respostas, responderam que atuam/atuaram em áreas não mencionadas no formulário.

#### 3.5.4 Referência de honorários

Essa análise tem como objetivo visualizar quais referências de honorário são mais utilizados. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 9.372 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 33: Gráfico de barras de referência de honorários utilizados

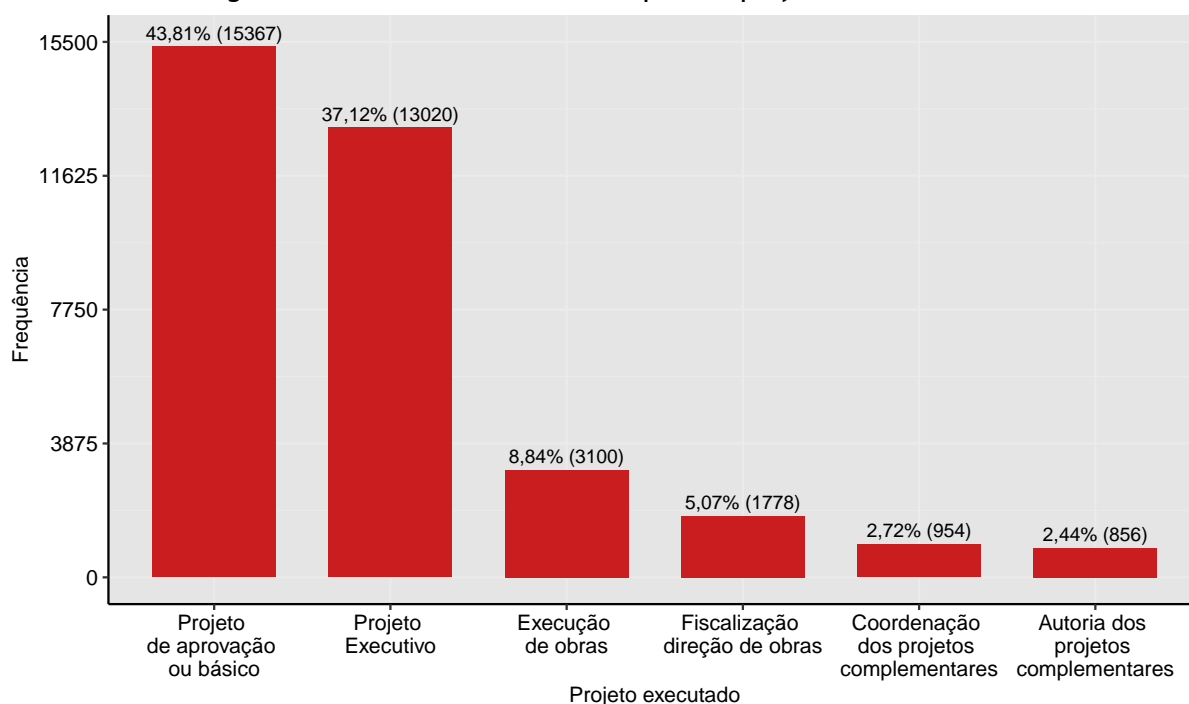


Percebe-se pela Figura 33 que grande maioria dos arquitetos e urbanistas fazem uso do "Valor m<sup>2</sup>", representando 46,52% dos respondentes, enquanto apenas 786 dos 36.017 respondentes faz uso da "Tabela IAB", quantidade relativamente baixa comparada a outros honorários como "C.U.B" e "Tabela de honorários do CAU/BR" e muito inferior a "Valor m<sup>2</sup>". Importante notar que quase 30% dos respondentes faz uso de outros honorários sem ser dos nomeados na pesquisa.

### 3.5.5 Tipos de projetos executados

Essa análise tem como objetivo visualizar quais tipos de projetos foram mais executados. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 10.314 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 34: Gráfico de barras de tipos de projetos executados



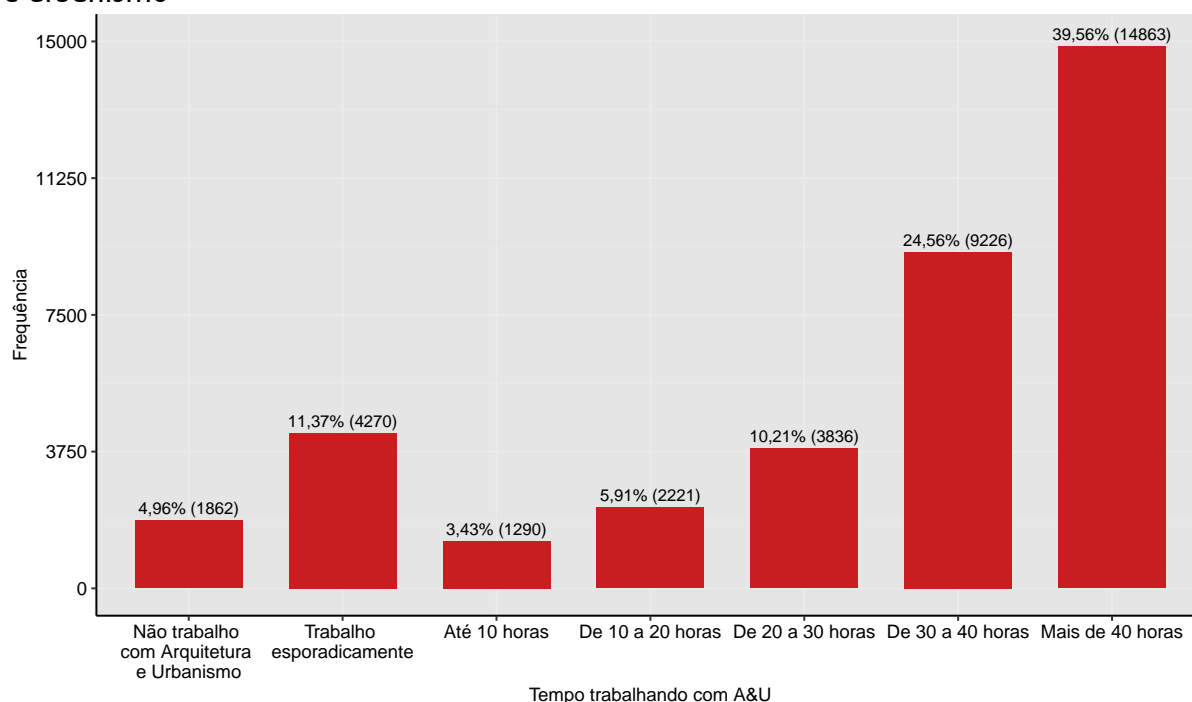
Por meio da visualização da Figura 34, fica notório o grande domínio da execução de projetos de aprovação ou básico, e de projetos executivos, representando respectivamente 43,91% e 37,12% dos respondentes. Já os outros quatro tipos de projetos retratados na pesquisa, representam juntos apenas 19,07% dos respondentes, o que evidencia ainda mais essa dominância dos tipos de projetos falados anteriormente.

### 3.5.6 Jornada semanal- A&U

Essa análise tem como objetivo visualizar o tempo de trabalho semanalmente de arquitetos e urbanistas. As respostas são uma variável qualitativa ordinal. Dos respondentes, 7.821 não apontaram nenhuma resposta.



Figura 35: Gráfico de barras de tempo da jornada semanal de trabalho na área de arquitetura e urbanismo

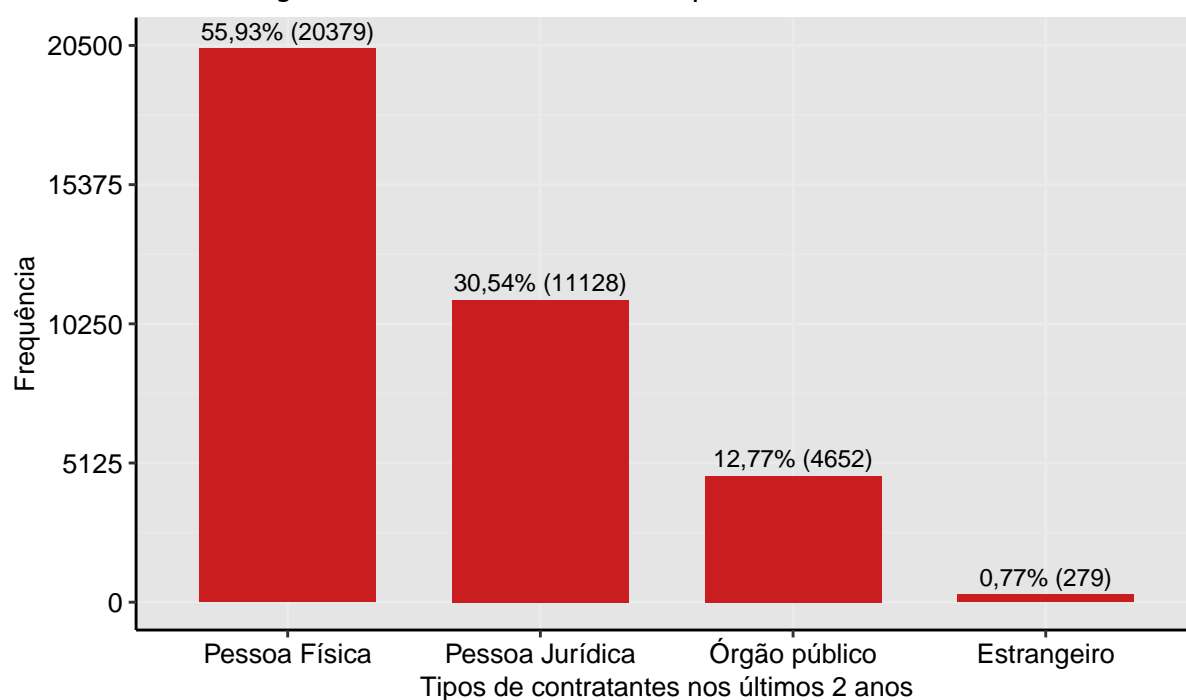


Observando a Figura 35, é perceptível que a maioria dos arquitetos e urbanistas trabalham mais de 30 horas semanais, equivalente a 64,12% das respostas. Quase 5% das respostas, são de arquitetos e urbanistas que não trabalham na área e 11,37% trabalha esporadicamente.

### 3.5.7 Tipos de contratantes

Essa análise tem como objetivo visualizar os tipos de contratantes de arquitetos e urbanistas. As respostas são uma variável qualitativa ordinal. Dos respondentes, 8.951 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 36: Gráfico de barras de tipos de contratantes

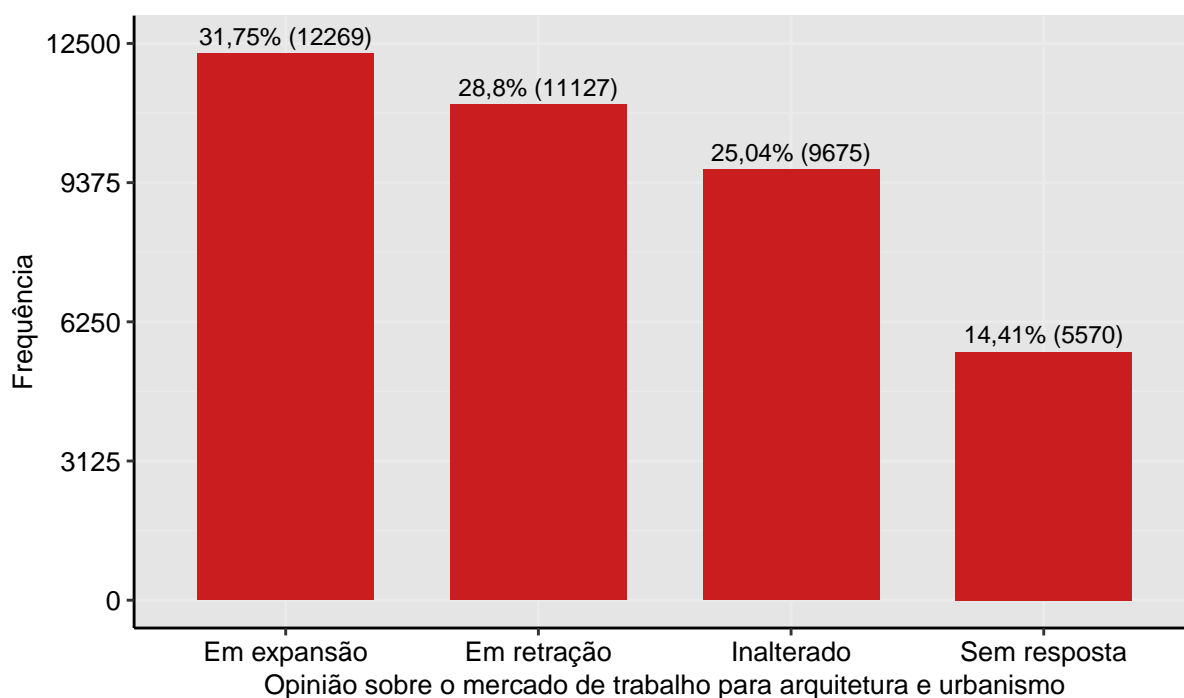


Analisando a Figura 36, observa-se a pouca quantidade de contratantes estrangeiros, apenas 279 respostas, o que equivale a menos de 1% das respostas. Mais da metade dos contratantes foram pessoas físicas e 43,31% dos contratantes eram ou pessoas jurídicas ou órgãos públicos.

### 3.5.8 Opinião sobre o mercado

Essa análise tem como objetivo observar a opinião sobre o mercado dos arquitetos e urbanistas. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 6.748 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 37: Gráfico de barras de opinião sobre o mercado



Por meio da Figura 37, percebe-se que as respostas estão bem distribuídas entre as opções do formulário. Sendo que 31,75% dos arquitetos e urbanistas que responderam, acham que o mercado está em expansão, enquanto 28,8% pensa que está em retração. Contudo, 14,41% não souberam responder.

### 3.5.9 Opinião sobre tendências

Essa análise tem como objetivo observar a opinião sobre os três nichos do mercado listadas - Hospitalar e Saúde, Hotelaria e turismo, e Imobiliário. Os nichos e as opiniões se caracterizam como variáveis qualitativas nominais. Dentre os entrevistados, 12.598 não apontaram opinião sobre o Hospitalar e Saúde, 12.669 sobre Hotelaria e turismo e 9.105 sobre o Imobiliário.

Figura 38: Gráfico de barras sobrepostas de opinião sobre tendências do mercado

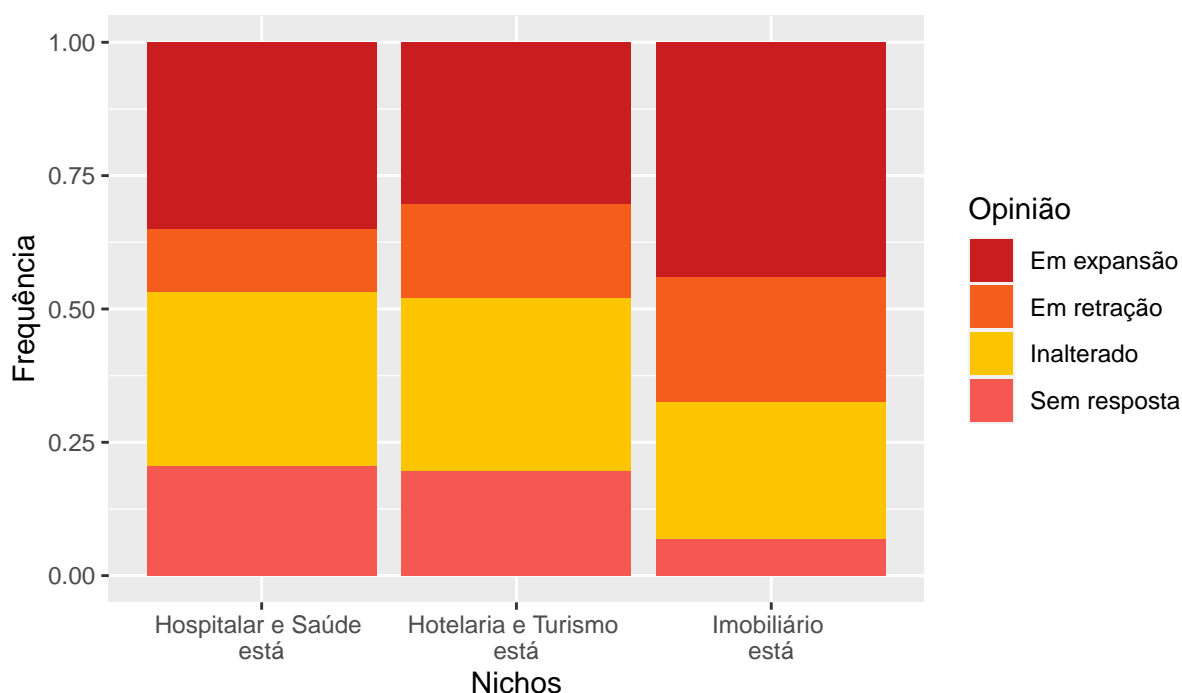


Tabela 6: Frequências de resposta por nicho



Nicho	Opinião				Total
	Em expansão	Em retração	Inalterado	Sem resposta	
Hospitalar e saúde está:	35,09% (11.506)	11,81% (3.871)	32,5% (10.657)	20,61% (6.757)	100% (32.791)
Hoteleiro e turismo está:	30,34% (9.928)	17,68% (5.784)	32,32% (10.575)	19,66% (6.433)	100% (32.720)
Imobiliário está:	44,06% (15.986)	23,34% (8.470)	25,82% (9.368)	6,78% (2.460)	100% (36.284)

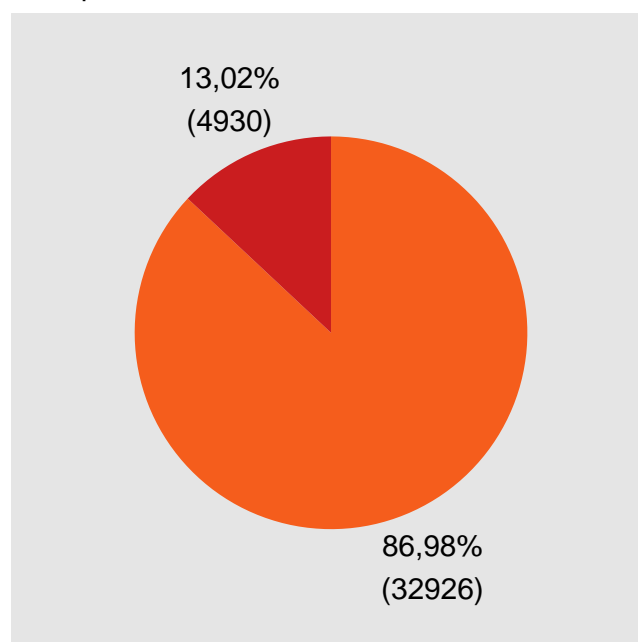
Pela Figura 38 e Tabela 6 é possível visualizar a distribuição das respostas em cada nicho observado. Dos respondentes, grande parte considera que a área hospitalar e saúde está em expansão ou inalterada, contudo, 6.757 pessoas não souberam responder. A área de hotelaria e turismo segue um caminho semelhante ao nicho comentado anteriormente, entretanto, apresentou quase duas mil respostas a mais de pessoas que acham que o nicho está em retração e quase duas mil respostas a menos de pessoas que acham que o nicho está em expansão. Já a área de imobiliário, obteve poucas pessoas que não souberam responder. Dentro das respostas, 44,06% das pessoas acreditam que esse nicho está em

expansão, sendo a maior quantidade de respostas comparado aos outros nichos e opiniões, contudo, também apresentou a maior quantidade de respostas de pessoas que acham que o nicho está em retração, totalizando 8.470 respostas.

### 3.5.10 Áreas inexploradas na A&U

Essa análise tem como objetivo observar a opinião dos arquitetos e urbanistas sobre áreas inexploradas na área de arquitetura e urbanismo. As respostas são uma variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 7.533 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 39: Gráfico de barras de Áreas inexploradas em Arquitetura e Urbanismo  
Você considera que há outras áreas do mercado que ainda são inexploradas pelos arquitetos e urbanistas?  Não  Sim



Por meio da Figura 39, observa-se que grande parte dos arquitetos e urbanistas consideram que há outras áreas do mercado que ainda são inexploradas. Totalizando, 32.926 das 37.856 respostas, marcaram no formulário que consideram a existência de áreas inexploradas, o que equivale a 86,98% das respostas.

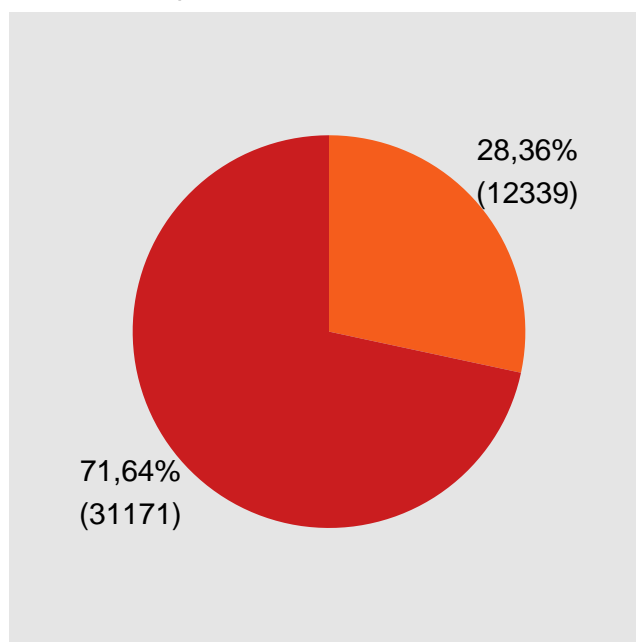
### 3.5.11 Outra atividade fora da A&U

Essa análise tem como objetivo visualizar a proporção de arquitetos e urbanistas que executam outras atividades fora da área de arquitetura e urbanismo. As respostas são uma

variável qualitativa nominal. Dos respondentes, 1.879 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 40: Gráfico de barras sobre execução de outras atividades fora da área de Arquitetura e Urbanismo

Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo? ■ Não ■ Sim

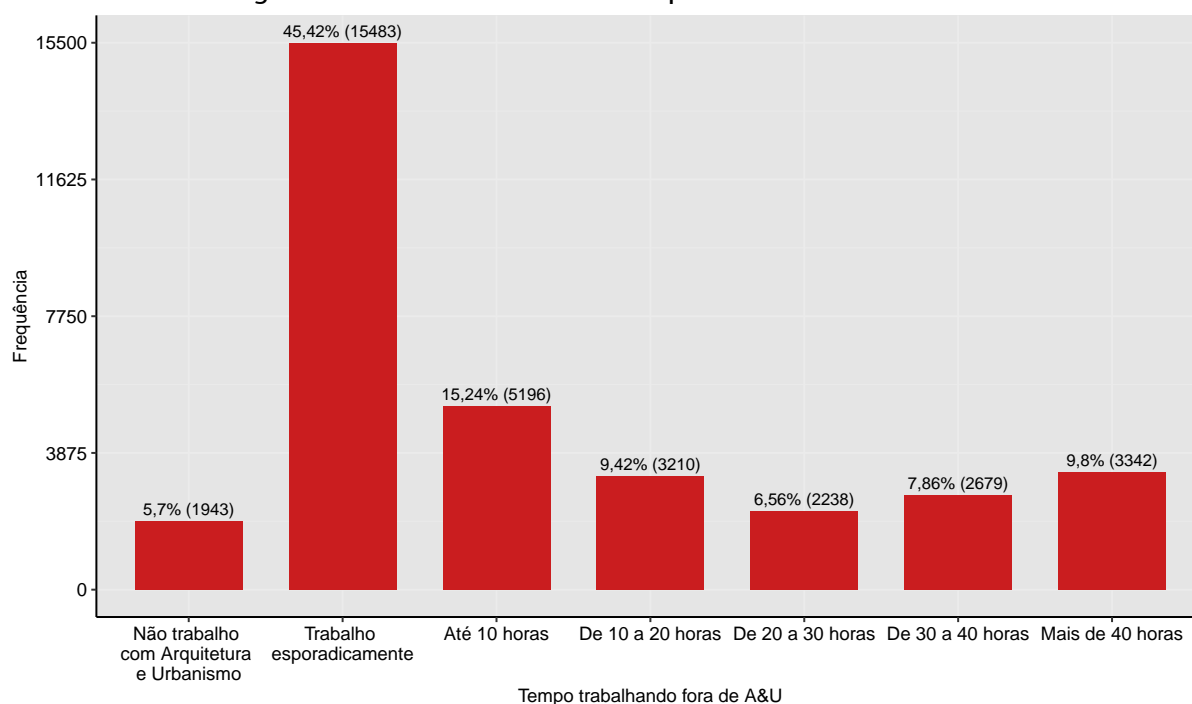


Observando a Figura 40, percebe-se que grande maioria dos respondentes não está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo, equivalente a um pouco mais de 70% das respostas. Contudo, 12.339 pessoas responderam que estão trabalhando em outra atividade, uma quantidade significativa de pessoas e que equivalem a um pouco menos de 30% das respostas.

### 3.5.12 Jornada semanal- outras áreas

Essa análise tem como objetivo observar quantas horas semanalmente, a pessoa gasta em média em atividades fora da área de arquitetura e urbanismo. As respostas são uma variável qualitativa ordinal. Dos respondentes, 11.298 não apontaram nenhuma resposta.

Figura 41: Gráfico de barras de opinião sobre tendências



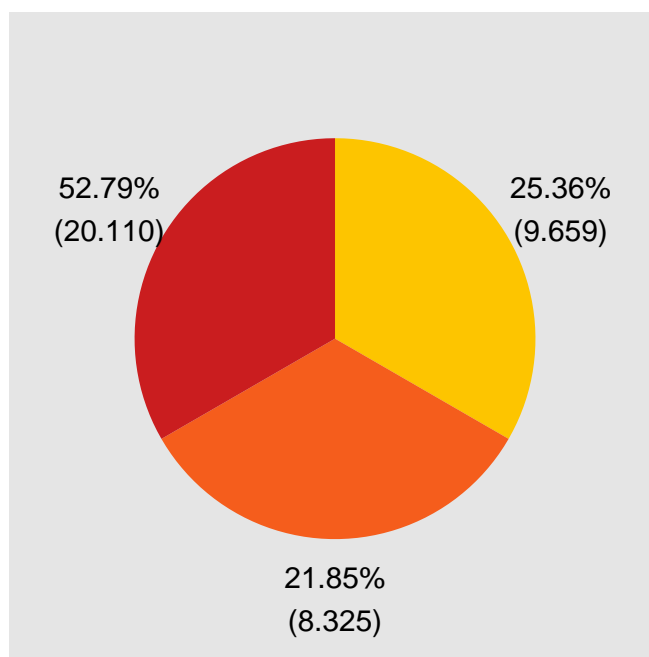
Por meio da Figura 41, é possível concluir que maioria das pessoas trabalham esporadicamente em atividades fora da área de arquitetura e urbanismo, sendo que 1.943 pessoas responderam que não trabalham na área de arquitetura e urbanismo. As demais quantidades de horas semanais estão bem distribuídas entre si, com destaque a "Até 10 Horas", que apresentou mais respostas que as outras opções, representando 15,24% das respostas.

### 3.6 Política

#### 3.6.1 Acesso aos sites do CAU

Nesse estudo, foram analisadas as informações sobre frequência dos participantes nos sites do Conselho para identificarmos padrões de engajamento com essas entidades. Tais dados são categóricos e 7295 não responderam a essa questão.

Figura 42: Gráfico de barras de frequência aos sites do conselho  
 Frequência em sites do Conselho de A/U CAU/BR CAU/UF Não frequento



Com base na figura acima, podemos observar que o site nacional (CAU/BR) exerce influência significativa em uma parcela substancial da população, representando cerca de 53%. Além disso, aproximadamente 21% mencionaram a frequentar sites estaduais(CAU/UF), sugerindo um foco mais direcionado em informações locais. Porém, quase 24% declararam que não frequentam nenhum desses sites, indicando que parte considerável da amostra não está engajada com o governo e sua divulgação de atividades e informações.

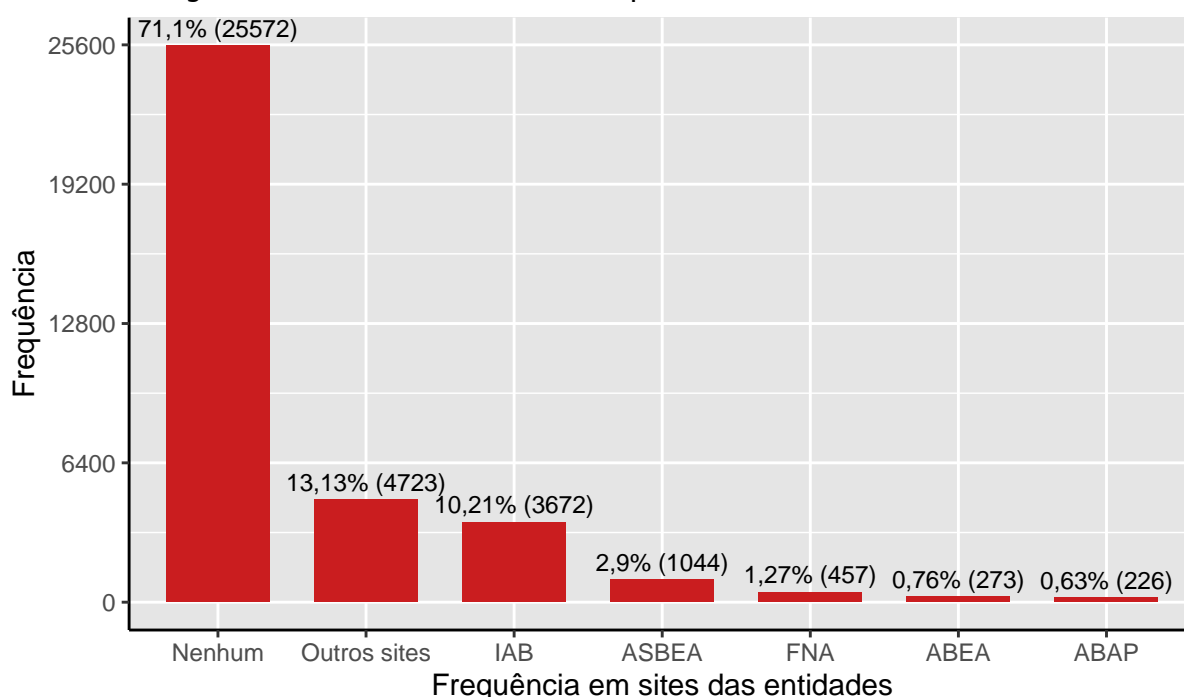
### 3.6.2 Ações esperadas do CAU

### 3.6.3 Acesso a sites de entidades

Para essa análise foi utilizada a frequência das respostas sobre acesse a sites de entidades políticas, caracterizada como variável categórica. Mas é de suma importância a informação de que 9418 dos que participaram da pesquisa não responderam sobre isso



Figura 43: Gráfico de barras de frequência aos sites das entidades

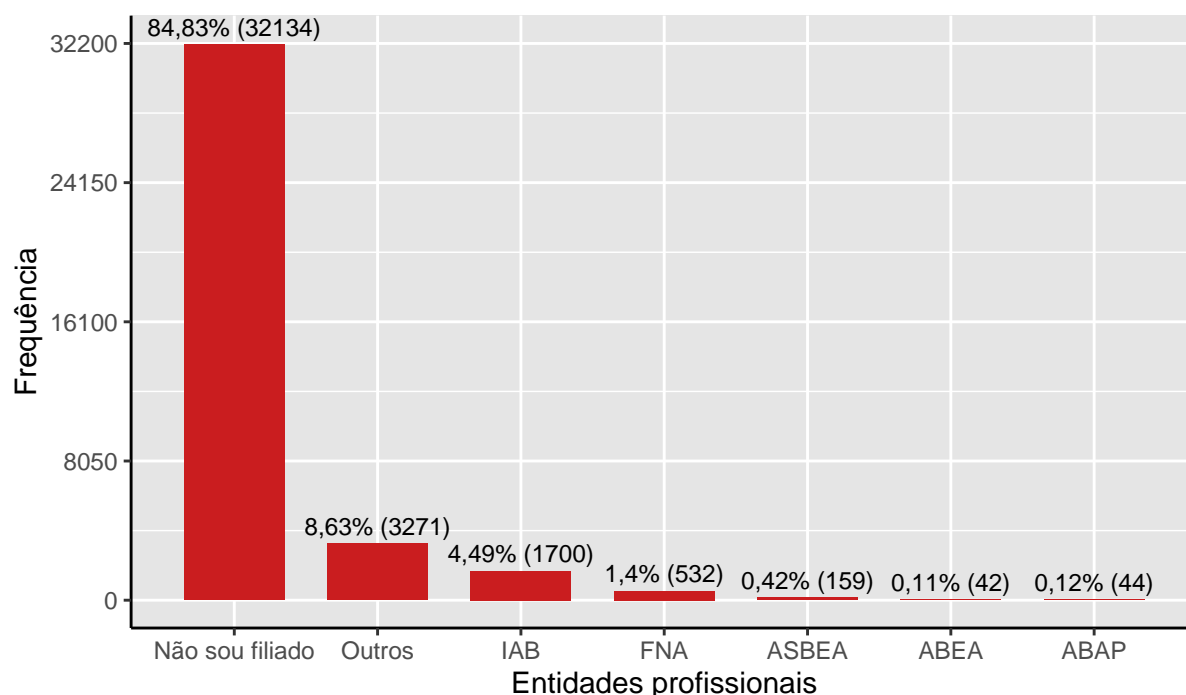


A partir desse gráfico é possível revelar importantes percepções sobre o envolvimento político das pessoas. É evidente que, embora a maioria dos entrevistados demonstrem uma falta interesse ao não acessar sites políticos para se informar, cerca de 13% estão ativamente buscando informações em outros lugares. Os cinco sites menos mencionados indicam que essas fontes têm pouca influência no engajamento político dos participantes dessa pesquisa

#### 3.6.4 Filiação a entidades

Nessa análise foram utilizados os dados sobre filiação a entidade profissional que estão apresentados como uma variável qualitativa nominal. Além disso, é importante destacar que 7503 pessoas que foram entrevistadas não responderam à essa pergunta.

Figura 44: Gráfico de barras de se possui alguma filiação a entidades



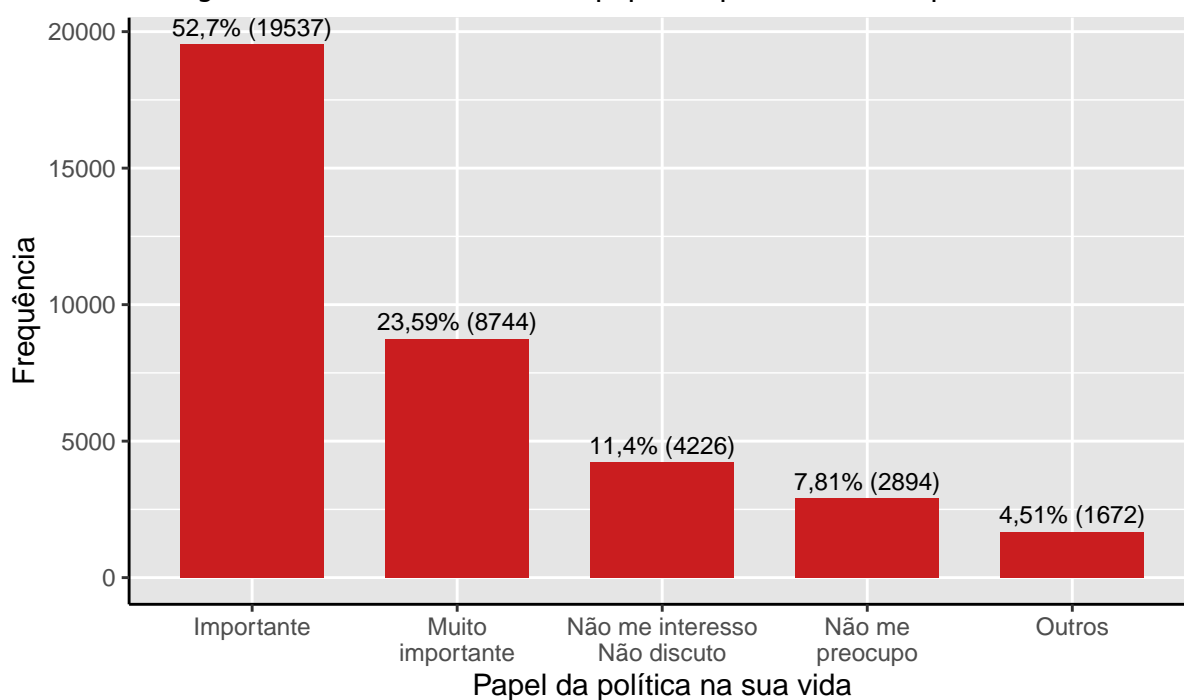
Com base no gráfico apresentado, fica evidente que a maioria dos participantes não possui filiação a organizações profissionais, abrangendo mais de 80% dessa amostra. Também, as outras opções de resposta analisadas demonstram frequências comparativamente baixas e próximas entre si, representando aproximadamente 6,54%.

Dessa forma, a maioria das pessoas parece não estar afiliada a organizações específicas, optando por exercer suas atividades de forma independente, o que mostra que pode haver uma maior diversidade de afiliações profissionais entre os entrevistados. Essa diversidade de afiliações pode indicar uma ampla gama de experiências e perspectivas entre os entrevistados, o que pode influenciar suas opiniões e decisões profissionais de maneira única.

### 3.6.5 Engajamento político

Essa análise diz respeito às respostas relacionadas ao engajamento político na vida pessoal, caracterizada como uma variável qualitativa nominal. Vale notar que 8.312 pessoas não responderam essa pergunta.

Figura 45: Gráfico de barras do papel da política na vida pessoal



Essa análise ressalta a variedade de perspectivas e posturas políticas presentes na amostra, enfatizando a necessidade de considerar essa diversidade ao planejar estratégias de comunicação e ações de engajamento político.

A maioria dos participantes, declaram alto grau de importância da política em suas vidas. Por outro lado, uma parte considerável demonstra diferentes níveis de desinteresse, variando de 11,4% sem interesse a 7,81% que não se preocupam com a política. A categoria "Outros", acrescenta complexidade à compreensão das atitudes políticas dos participantes e destaca novamente a necessidade de considerar os diferentes posicionamentos.

### 3.6.6 Satisfação na profissão

Nesta análise, exploramos dados relacionados à satisfação profissional de Arquitetos e Urbanistas. É importante considerar que ao todo, tivemos 36968 respostas nulas para perguntas que abordam essa satisfação. Essas informações categóricas são fundamentais para compreender a percepção desses profissionais em relação à sua carreira e enxergar pontos a serem melhorados.

Figura 46:

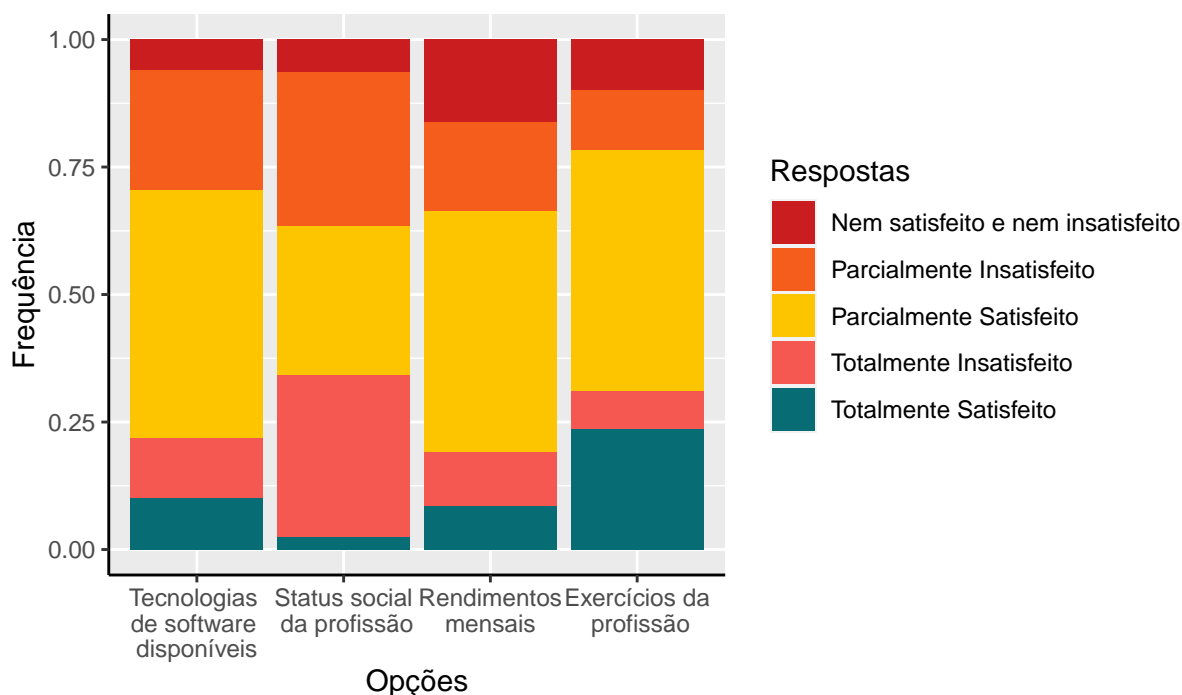


Tabela 7: Tabela de frequência da satisfação na profissão

Categorias	Satisfação					Total
	Nem satisfeito/nem insatisfeito	Parc. insatisfeito	Parc. satisfeito	Totalmente insatisfeito	Totalmente satisfeito	
Exercício profissional	6,12% (2.263)	23,40% (8.649)	48,72% (18.011)	11,67% (4.315)	10,08% (3.727)	100% (36.965)
Rendimento mensal	6,48% (2.352)	30,14% (10.942)	29,17% (10.591)	31,70% (11.506)	2,51% (911)	100% (36.302)
Status Social	16,18% (5.834)	17,52% (6.317)	47,15% (16.999)	10,53% (3.796)	8,62% (3.108)	100% (36.054)
Tecnologias disponíveis	9,95% (3.506)	11,81% (4.163)	47,20% (16.640)	7,35% (2.590)	23,69% (8.352)	100% (35.251)




A observação da figura 46 revela um padrão notável em relação à satisfação profissional. Visto que, a maioria dos participantes da pesquisa escolheu a opção de satisfação parcial, indicando sentimentos mistos sobre suas carreiras. No entanto, é interessante notar que, em determinados gráficos, a satisfação completa e a insatisfação total na profissão apresentam quantidades bastante contrastantes. Sugerindo que, enquanto a maioria dos entrevistados tem sentimentos indecisos em relação ao trabalho, há grupos significativos que vivem extremos de satisfação ou insatisfação em suas atividades profissionais. Essa

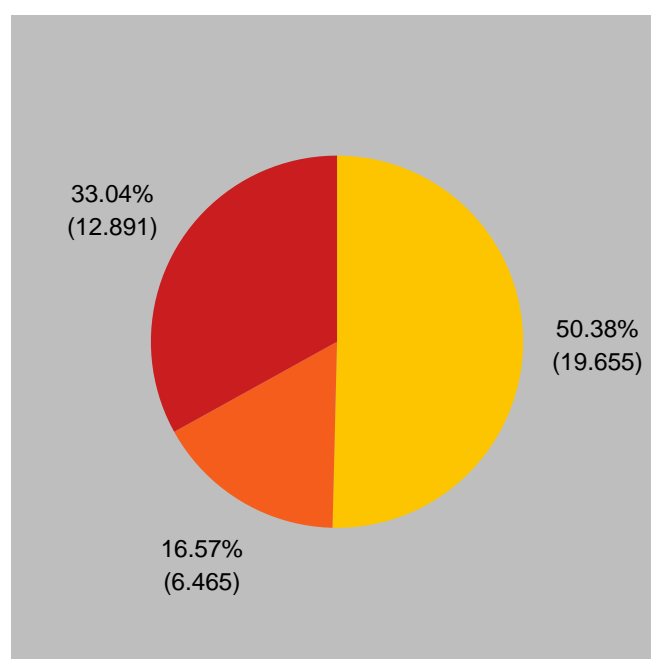
variação nas respostas pode ser influenciada por diversos fatores, como a área de atuação, faixa etária, experiência no trabalho, entre outros. Portanto, a compreensão desses padrões de satisfação é fundamental para o desenvolvimento de abordagens que visem melhorar o ambiente de trabalho e a qualidade de vida dos profissionais.

### 3.6.7 Obstáculos ao exercício da A&U

A seguinte seção analisa os principais obstáculos enfrentados no exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista, caracterizado como uma variável qualitativa nominal. É válido ressaltar que 6.378 pessoas não responderam a essa pergunta.

Figura 47: Gráfico de setores dos obstáculos na profissão de Arquiteto e Urbanista

obstáculos  Má remuneração  Sem acesso ao mercado  Valorização da profissão



O gráfico 47 reflete a percepção dos Arquitetos e Urbanistas em relação aos desafios enfrentados em sua profissão. É evidente que uma parcela significativa sente que a sociedade desvaloriza sua área de atuação. Além disso, a má remuneração também se destaca como um obstáculo relevante. Cerca de 16,57% mencionaram a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho como uma preocupação.

Essa análise não apenas fornece insights valiosos sobre as perspectivas dos profissionais, mas também pode servir de base para o planejamento de ações destinadas a melhorar o cenário atual.

### 3.7 Análise de frequência de respostas

#### 3.7.1 Geral

Figura 48: Nuvem de palavras acerca das principais ações que esperam que a CAU realize

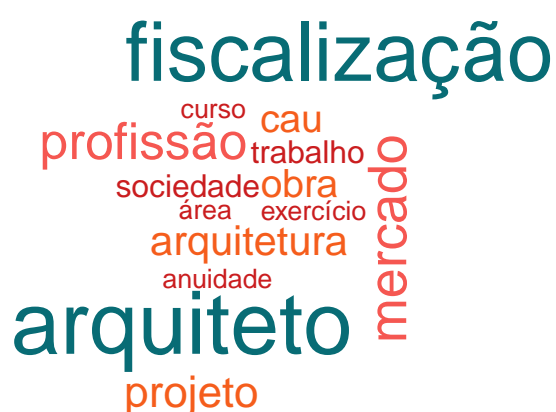


Observa-se a partir da figura acima 48 que as palavras que obtiveram maior frequência dentro dos textos desta pergunta estão com a fonte em um tamanho elevado e com as cores distintas das demais que continha uma frequência baixa. Nota-se que as palavras mais recorrentes nos textos foram a "fiscalização" e "arquiteto", porém, ressalta-se também a presença relevante da palavra valorização o que pode indicar que os respondentes esperam que a CAU trabalhe, principalmente, com ações de fiscalizações e de valorização

dos arquitetos e urbanistas.

### 3.7.2 0 desvios

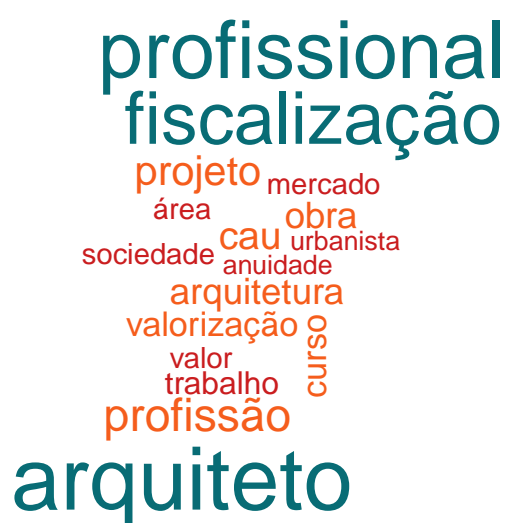
Figura 49: Nuvem de palavras acerca das principais ações que esperam que a CAU realize



Na imagem acima 49 observa-se que a palavra mais frequente nas respostas dos arquitetos e urbanistas sobre ações que esperam da CAU é a de fiscalização. Portanto, pode-se concluir que neste grupo a grande parte dos arquitetos esperam que a instituição articule ações que fiscalizem o trabalho de arquitetura.

### 3.8 1 desvio

Figura 50: Nuvem de palavras das principais ações

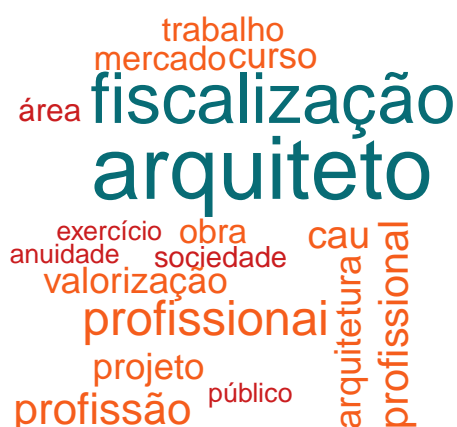


Na imagem acima 50 observa-se que a palavra mais frequente nas respostas dos arquitetos e urbanistas sobre ações que esperam da CAU é a de fiscalização, assim como na Norma. Portanto, pode-se concluir que neste grupo a grande parte dos arquitetos esperam que a instituição articule ações que fiscalizem o trabalho de arquitetura. Nota-se, também a presença relevante da palavra valorização o que indica que os arquitetos entendem que a CAU pode trabalhar em ações que possam valorizar o trabalho dos arquitetos.



### 3.9 2 desvios

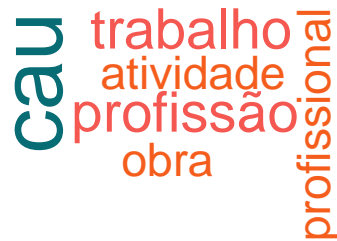
Figura 51: Nuvem de palavras das principais ações



Na imagem acima 51 observa-se que a palavra mais frequente nas respostas dos arquitetos e urbanistas sobre ações que esperam da CAU é a de fiscalização, assim como nos dois últimos grupos. Portanto, pode-se concluir que neste grupo a grande parte dos arquitetos esperam que a instituição articule ações que fiscalizem o trabalho de arquitetura. Nota-se, também a presença relevante da palavra valorização o que indica que os arquitetos entendem que a CAU pode trabalhar em ações que possam valorizar o trabalho dos arquitetos.

### 3.10 3 desvios

Figura 52: Nuvem de palavras das principais ações



Observa-se na nuvem acima 52 uma frequência semelhante entre as palavras, isso é resultado da presença de menos participantes nesse grupo. Em contraponto aos outros grupos este não apresenta a palavra "fiscalização" como uma das mais frequentes. Neste grupo vemos uma incidência maior das palavras cobrança e defender, as quais, indicam que neste grupo o pensamento sobre as ações que a instituição deve realizar devem focar na defesa dos arquitetos, e também, em cobranças que façam com que o profissional seja mais valorizado no país.

### 3.11 Análise multivariada - Análise de correspondência

Buscando tentar entender a correspondência dos dados considerando várias variáveis simultaneamente, elaborou-se uma Análise de correspondência para cada um dos agrupamentos sugeridos, sendo eles: Formação, Hábitos/insumos, Política, Renda e Trabalho.

Figura 53: Colunas agregadas em cada categoria

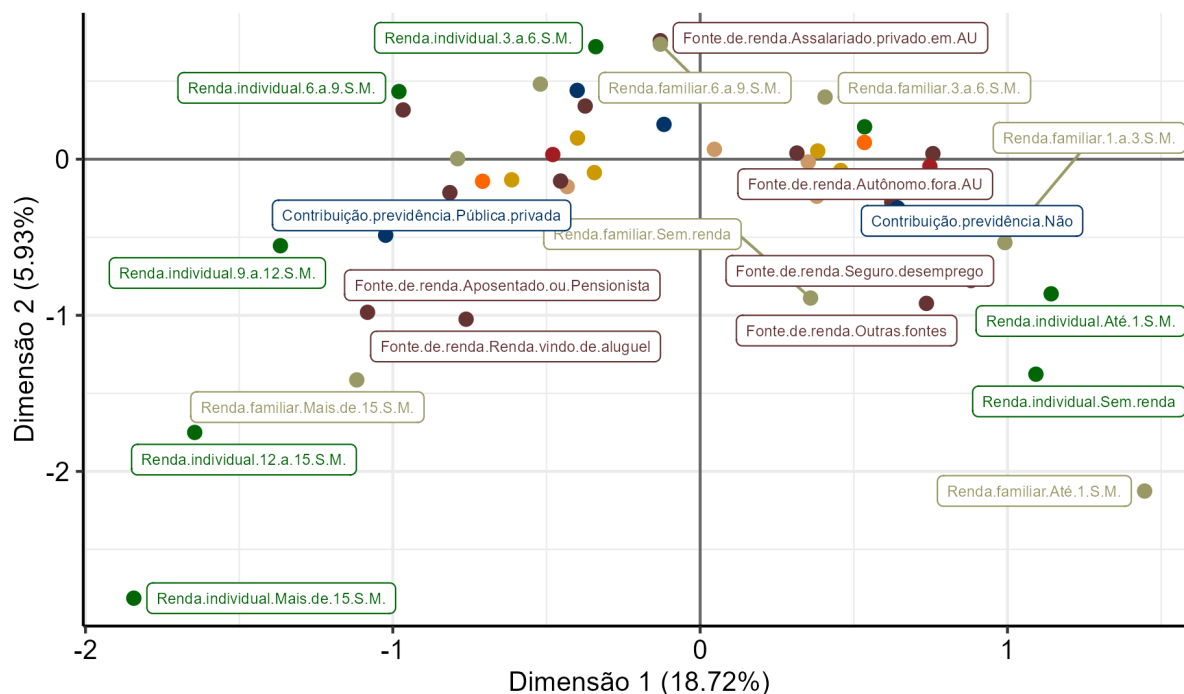
<b>DADOS PESSOAIS</b> (17) 01 - cor/raça (18) 02 - gênero (19) 03 - deficiência	<b>FORMAÇÃO</b> (08) 11 - satisfação com IES de formação (31) 12 - grau de escolaridade (32) 13 - outro curso superior concluído (33) 14 - outro curso superior em andamento (34) 15 - outro curso superior planejado (44) 16 - atuação como docente (07) 17 - participação em eventos de A&U (11) 18 - conhecimento de informática (12) 19 - domínio de softwares profissionais (16) 20 - domínio de idiomas estrangeiros	<b>TRABALHO</b> (28) 27 - atuação em A&U (29) 28 - empresas de A&U (23) 29 - áreas de atuação (38) 30 - referência de honorários (42) 31 - tipos de projetos executados (39) 32 - jornada semanal - A&U (37) 33 - tipos de contratantes (24) 34 - opinião sobre o mercado (25) 35 - opinião sobre tendências (26) 36 - áreas inexploradas na A&U (01) 37 - outra atividade fora da A&U (40) 38 - jornada semanal - outras áreas
<b>RENDA</b> (02) 04 - fonte(s) de renda (05) 05 - renda mensal individual (06) 06 - renda familiar mensal (27) 07 - nº de dependentes financeiros (30) 08 - contribuição para a previdência (03) 09 - imóvel próprio (04) 10 - carro próprio	<b>HÁBITOS/ INSUMOS</b> (36) 21 - sites prediletos de A&U (14) 22 - hábito de leitura (13) 23 - redes sociais frequentadas (15) 24 - áreas de interesse (09) 25 - acesso a meios de comunicação (10) 26 - uso de tecnologia	<b>POLÍTICA</b> (35) 39 - acesso aos sites do CAU (45) 40 - ações esperadas do CAU (41) 41 - acesso a sites de entidades (20) 42 - filiação a entidades (43) 43 - engajamento político (22) 44 - satisfação na profissão (21) 45 - obstáculos ao exercício da A&U

Com isso, é possível entender em escala de distância em como cada uma das categorias se comporta, se comparado com a distância da variável de estudo, isto é, com o número de desvios acumulados pelo respondente. É importante ressaltar que para esta análise, devemos observar a porcentagem de variação explicada pelas dimensões apresentadas no gráfico, pois quanto mais próximo de 100%, melhor podemos afirmar que a tendência de proximidades e distâncias observadas nos gráficos é suficiente para explicar a correspondência dos dados.

O objetivo é cruzar os dados pessoais (agrupados na variável número de desvios, que nas Figuras será representada com o nome  $n..desvios.i$ ;  $i = 0, 1, 2, 3$ ) com as respostas obtidas nos itens que versam sobre cada uma das perguntas contidas nas dimensões agrupadas. Para uma melhor visualização, conferir as imagens em anexo a este documento.

### 3.11.1 Renda

Figura 54: Colunas agregadas em cada categoria



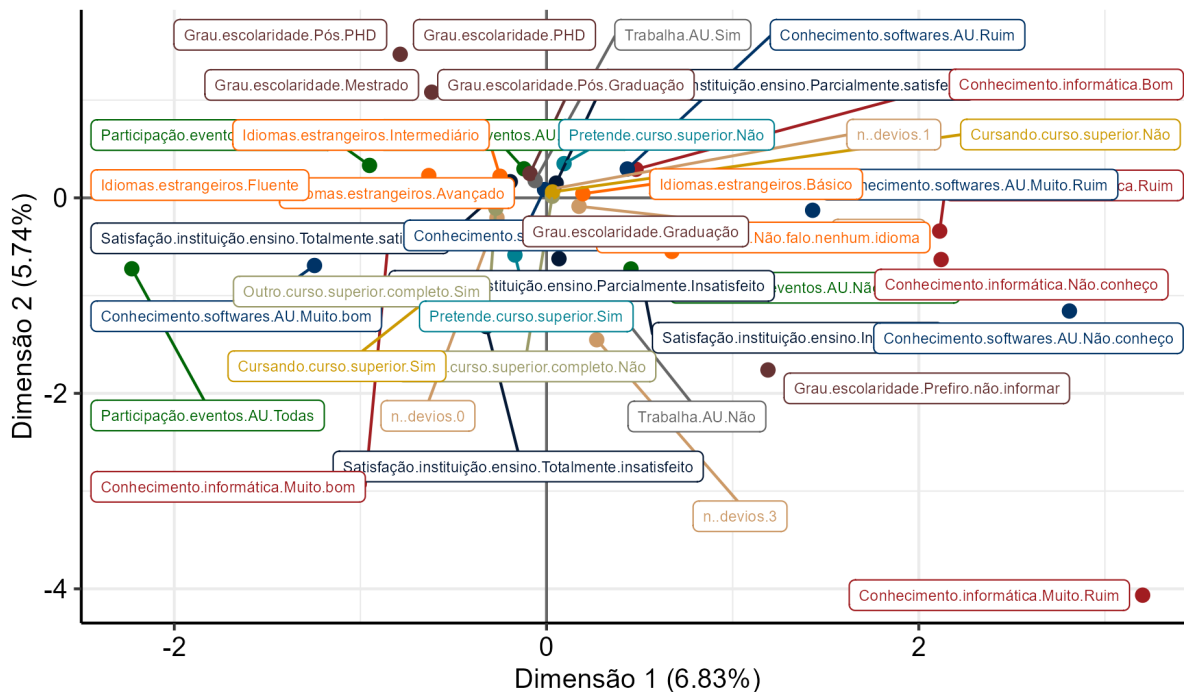
Antes das análises, é importante salientar que o percentual de variância retido para a análise multivariada foi baixo (exemplo na Figura 54: Eixo X possui 18,72% e Eixo Y possui 5,93%). Tal fato complica um pouco afirmações inferenciais, mas apesar disso, a análise é válida e útil para ter uma ideia do comportamento dos dados.

A Figura 54 mostra o comportamento das variáveis Renda em relação aos desvios. Nota-se que as variáveis "Renda individual Mais de 15 S.M." e "Renda familiar Até 1 S.M." estão mais isoladas no gráfico, mostrando a baixa correlação com os desvios.

Em relação aos desvios, é interessante observar que quem possui 0 desvios está mais próximo de variáveis como "Imóvel próprio Sim", "Carro próprio Sim" e "Renda familiar 12 a 15 S.M.". Logo, a maioria dos respondentes que não possuem desvios, marcaram essas variáveis citadas acima. Voltando-se aos outros desvios, nota-se como à medida que vão aumentando o número de desvios, mais distantes estes ficam das variáveis próximas a quem não possui desvios. Isso é explicitado nas variáveis próximas a quem possui 3 desvios, estas são "Imóvel próprio Não", "Carro próprio Não", "Contribuição previdência Não" e "Renda Individual 1 a 3 S.M.".

### 3.11.2 Formação

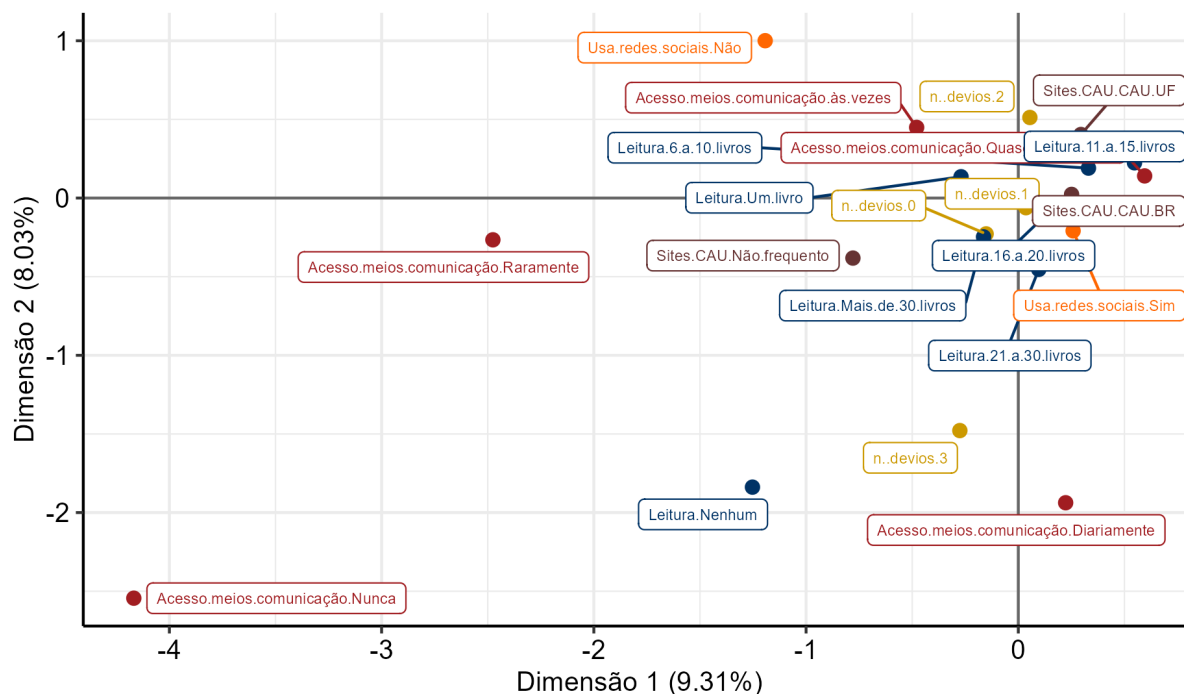
Figura 55: Colunas agregadas em cada categoria



A princípio nota-se que os respondentes, no geral, possuem certo grau de conhecimento em informática. Pois, "Conhecimento informática Muito Ruim" é a variável mais distante das outras observadas na Figura 55. Os desvios 0, 1 e 2 estão centralizados no gráfico, próximos à maioria das variáveis. Por outro lado, quem possui 3 desvios se encontra distante das demais, estando próximo a "Trabalha AU Não" e de variáveis que mostram à instituição de ensino como "Satisfação instituição ensino Totalmente insatisfeito", "Satisfação instituição ensino Parcialmente insatisfeito" e "Satisfação instituição ensino Indiferente".

### 3.11.3 Hábitos/Insumos

Figura 56: Colunas agregadas em cada categoria



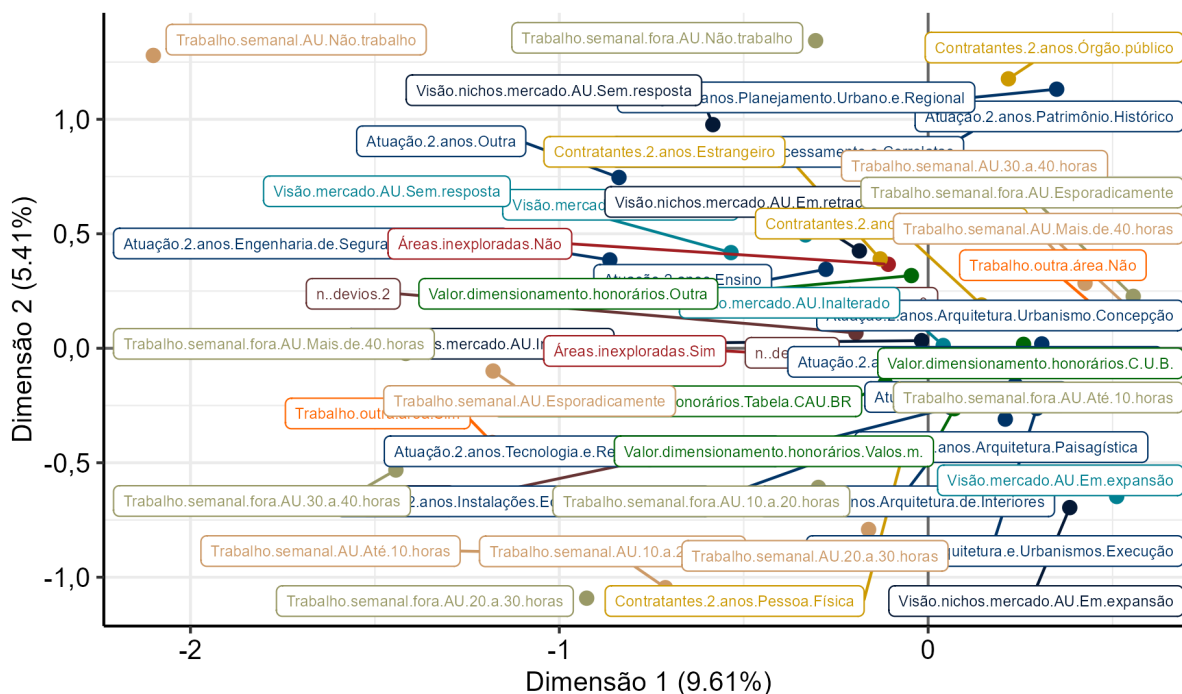
Em relação aos dados relacionados aos Hábitos/ Insumos dos respondentes, é possível observar na Figura 56 acima que as variáveis "Acesso aos meios de comunicação Nunca", "Acesso aos meios de comunicação Raramente", "Leitura nenhum" e "Usa redes sociais Não" estão isoladas das restantes do gráfico, pois estas possuem pouca ou quase nenhuma correlação com as demais variáveis presentes no gráfico.

Além disso, nota-se que as categorias desvios 0, 1 e 2 possuem variáveis correlacionadas muito similares entre si, como pode-se ver a "Leitura de 16 a 20 livros", "Usa redes sociais Sim", "Sites CAU CAU BR", etc.

Por outro lado, quem possui 3 desvios fica mais distante dessas variáveis mais comuns às outras. É possível visualizar essa distância no quadrante inferior à direita da Figura 56.

### 3.11.4 Trabalho

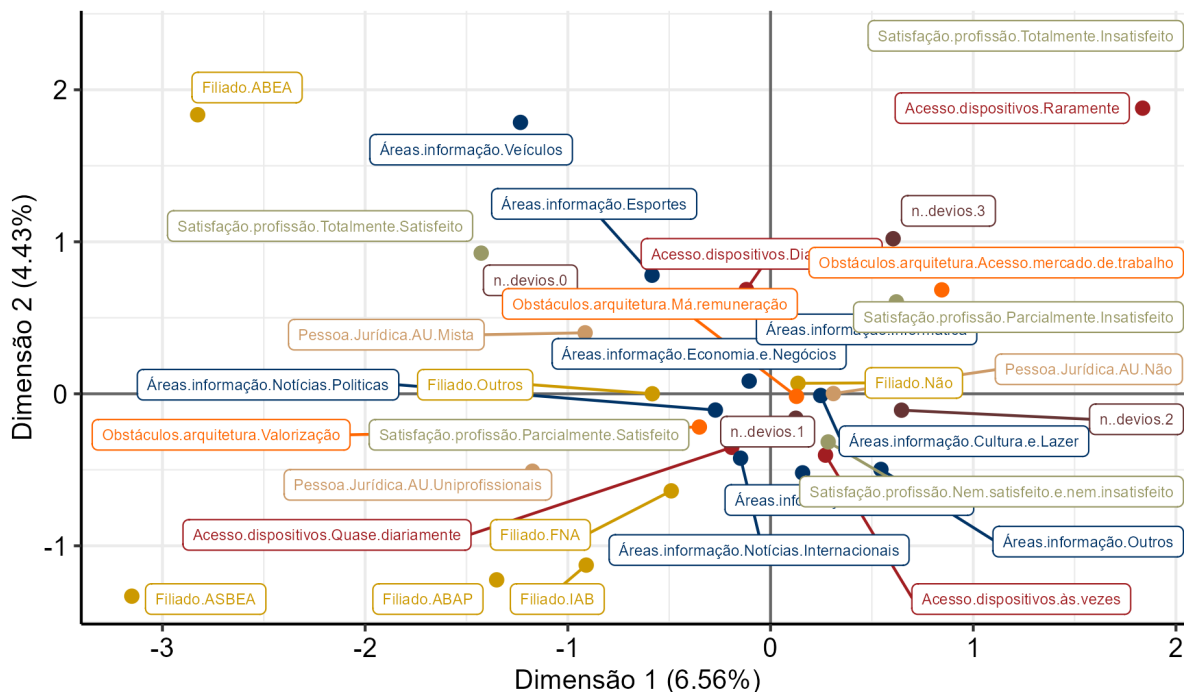
Figura 57: Colunas agregadas em cada categoria



Em relação às variáveis relacionadas à Trabalho, tem-se os seguintes resultados: o respondente que não possui desvios está próximo de "Contratantes 2 anos Pessoa Jurídica", "Trabalho semanal AU 30 a 40 horas", "Trabalho outra área Não", entre outros. O desvios 1 e 2 estão próximos ao anterior, logo as análises são similares, com poucas diferenças de distâncias. Entretanto, quem possui 3 desvios se encontra deveras distante, estando próximo de "Trabalho semanal fora AU 10 a 20 horas", "Trabalho outra área Sim" e "Atuação 2 anos Instalações Equipamentos Elétricos". Portanto, salientando uma das informações que foram apresentadas, os dados mostram que quem possui três desvios tende a trabalhar em outra área, enquanto que não tem desvios costuma trabalhar em sua área de formação.

### 3.11.5 Política

Figura 58: Colunas agregadas em cada categoria



Com base nos dados relacionados a Política tem-se as relações na Figura 58. A princípio nota-se que as variáveis "Filiado ABEA", "Filiado ASBEA", "Satisfação profissão Totalmente insatisfeito" e "Acesso dispositivo às vezes" estão isoladas, isso mostra que estas não possuem forte relação com as outras variáveis.

Em relação aos desvios, o Desvio 1 se localiza no centro, com todos os outros dados estando em direção a este. Novamente como ocorreu em análises anteriores, o Desvio 3 se encontra mais isolado que os outros em relação à distância dos pontos que indicam os dados.



## 4 Conclusão

Com técnicas estatísticas adequadas, pode-se tirar conclusões assertivas sobre os dados fornecidos para o estudo em questão.

Sobre o perfil dos respondente, percebe-se uma certa discrepância entre eles: quase 66% são mulheres (seja cisgênero ou trans), 71% se autodeclararam como pessoas de pele branca e 97,87% responderam que não possuem nenhum tipo de deficiência.

Considerando "a norma" como pessoas que se autodeclararam como homens cisgênero, branco e sem deficiência, outro fato interessante de ser apontado é que, analisando a nuvem de palavras, para a norma e os grupos com 1 e 2 desvios destes, na resposta a pergunta "Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize?", apresentam como palavras mais frequentes "fiscalização" e "arquiteto". Entretanto, nenhuma das pessoas que apresentam 3 desvios da norma colocou qualquer uma dessas palavras em suas respostas.

Por meio da análise multivariada, foi visto a associação entre as categorias de desvios com as repostas ao questionário. O que foi observado é que quem não possui desvios está distante de quem possui 3 desvios, como consequência deste fato, as variáveis que estão associadas fortemente com esses grupos (esta associação é verificada pela proximidade de um ponto a outro) são diferentes. Tal situação mostra as discrepâncias de realidades (Renda, Formação, Hábitos, etc) de quem possui 3 desvios para quem não possui desvios. Enquanto isso, os respondentes que possuem 1 e 2 desvios estão localizados entre essas duas categorias (0 desvios e 3 desvios, que estão no extremo).

**Anexo 3 – Autorização CAU/BR****Mem. nº 011/2023 – OUVIDORIA-CAU/BR**

Brasília-DF, 27 de outubro de 2023.

À Senhora Cristiane Benedetto (Chefe de Gabinete do CAU/BR)

**Assunto:** Autorização para uso de dados do SICCAU em dissertação de mestrado**Referências:** Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Prezada Chefe de Gabinete,

1. Cumprimentando-a cordialmente, solicito autorização para o uso de dados e informações do SICCAU em minha dissertação de mestrado, com o tema “O CENSO DO CAU SOB UM OLHAR INTERSECCIONAL: RETRATO DA INEQUIDADE NA ARQUITETURA E URBANISMO”, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maribel Aliaga na área de concentração em TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA (THC).
2. A pesquisa tem como objetivo retratar as inequidades inerentes ao exercício profissional a partir das informações do 2º Censo do CAU/BR, realizado em 2020, partindo da seguinte hipótese: quanto maior a sobreposição de marcadores de diferença de uma pessoa em relação à um referencial normativo (nas categorias gênero, raça e deficiência), maiores serão as suas vulnerabilidades ao longo da carreira.
3. Informo que o estudo está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e omite todos os elementos de identificação dos profissionais registrados. São apresentados apenas dados quantitativos gerais e informações pseudonimizadas. Após a defesa, submeteremos o texto para catalogação e arquivamento na biblioteca do Conselho.

Atenciosamente,

ANA

LATERZA:0073121  
2150Assinado de forma digital por  
ANA LATERZA:00731212150  
Dados: 2023.10.27 15:37:54  
-03'00'**ANA LATERZA**

Ouvidora-Geral do CAU/BR

Ciente e de acordo, autorizo o uso das informações solicitadas.

**CRISTIANE BENEDETTO**  
Chefe de Gabinete do CAU/BR



Brasília-DF, 29 de outubro de 2023.

## **TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, arquiteto e urbanista ROGÉRIO REZENDE, com registro profissional de nº 000A684759 autorizo a inclusão de minha manifestação junto à ouvidoria do CAU, protocolada sob o nº OU230117296733 (abaixo transcrita) como parte da dissertação de mestrado de Ana Laterza, com o tema “O CENSO DO CAU SOB UM OLHAR INTERSECCIONAL: RETRATO DA INEQUIDADE NA ARQUITETURA E URBANISMO”, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maribel Aliaga na área de concentração em TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA (THC) do PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

*“Prezados, o censo do CAU informa que apenas 1% dos profissionais de arquitetura possuem algum tipo de deficiência. Devido às limitações inerentes à condição de Pessoa com Deficiência, a prática profissional e as oportunidades de emprego/trabalho também são reduzidas e, conseqüentemente, a renda deste grupo. Sendo um arquiteto com deficiência visual, reconheço a importância de estudos como estes, e mais, que eles sejam mais aprofundados, mais específicos. Sabe-se que o problema da inclusão é bem mais amplo, e apenas um estudo para verificar a existência de pessoas é esvaziado de sentido se ele não está amparado em ações afirmativas de inclusão. Sabemos que os cursos de arquitetura não estão bem-preparados para o ensino da arquitetura para pessoas com deficiência - o que pode ser verificado nas salas de aula das diversas faculdades. O que, por sua vez, tem um reflexo direto nos indicativos do censo. Para estes que insistiram em fazer um curso que claramente não foi desenhado para eles, o esforço para continuar atuando profissionalmente é enorme. Além disso, o exercício da profissão por PcDs envolve investimentos extras se comparado a profissionais sem-deficiência - tecnologias assistivas, mobilidade, locomoção etc. Eu mesmo, como arquiteto e deficiente visual, ao perder parte da visão tive minhas possibilidades de trabalho bastante reduzidas, conseqüentemente, isso teve um grande impacto na minha renda, ao mesmo tempo em que houve um aumento de gastos em dispositivos eletrônicos para compensar a limitação visual. Posto isto, gostaria de interrogar sobre a possibilidade de isenção parcial ou total da taxa de anuidade para esse grupo de profissionais.”*



**ROGÉRIO REZENDE**  
Arquiteto e Urbanista